

PASSO FUNDO ATRAVÉS DO TEMPO

Volume 2

Pesquisa de DELMA ROSENDO GEHM
(Da Academia Passo-fundense de Letras)

ENCRUZILHADA DO SUL

Passo Fundo através do tempo
volume 2
fatos, usos, costumes e valores



Delma Gehm

Passo Fundo através do tempo
volume 2
fatos, usos, costumes e valores

Passo Fundo
Projeto Passo Fundo
2016

Projeto Passo Fundo

Página na internet: www.projetopassofundo.com.br

e-mail para contato: projetoassofundo@gmail.com

Disponível no formato eletrônico /E-book.

Literatura, história. -Passo Fundo: Diário da Manhã, 1982. Vol.2.; 210p.; il.; 21cm.

Todos os direitos reservados ao Autor.

O conteúdo deste sitio NÃO pode ser reproduzido, copiado, gravado, transcrito ou transmitido por meios mecânicos, fotográficos ou eletrônicos, sem a citação de autoria, nos termos da licença

Creative Commons Atribuição-CompartilhaIgual 4,0 Internacional;

Para ver uma cópia desta licença, visite:

http://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/deed.pt_BR ou envie uma carta para Creative Commons, 444 Castro Street, Suite 900, Mountain View, California, 94041, USA.

Nessa obra foi mantida a ortografia original

Capa: Jorge Niederauer de Lima

Fotos da capa: Deoclides Czamanski, por gentileza da Foto Moderna, desde 1937 servindo Passo Fundo

G311p Gehn, Delma Rosendo

Passo Fundo através do tempo [recurso eletrônico] :
volume 2 : fatos, usos, costumes e valores / Delma Rosendo
Gehn. – Passo Fundo : Projeto Passo Fundo, 2016.
2596 Kb ; PDF.
ISBN 978-85-8326-206-0

Modo de acesso: World Wide Web: <<http://www.projetopassofundo.com.br>>.

1. Passo Fundo (RS) – História. I. Título.

CDU: 981.65

Bibliotecária responsável Schirlei T. da Silva Vaz - CRB 10/1364

APRESENTAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO, através da Secretaria Municipal de Educação tem o prazer de patrocinar mais uma obra da escritora passo-fundense, professora Delma Rosendo Gehm, envolvendo fatos da nossa história, a formação deste torrão gaúcho fundado pelo heroico Fagundes dos Reis e lapidado, dia a dia, pelas gerações que se sucedem ao longo dos tempos.

A EQUIPE FIRMINO DURO, onde o povo é governo coloca, através da APAE, esta obra nas mãos do povo para que, espelhando-se no passado, possa também fazer história.

PASSO FUNDO, maio de 1982

Prof. WELCI NASCIMENTO
SECRETÁRIO MUN. DE EDUCAÇÃO



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
PREFÁCIO	9
PASSO FUNDO ATRAVÉS DO TEMPO	15
BIRIVAS OU CRIoulos	15
USOS E COSTUMES	16
PREÇOS DE MATERIAIS E DE MÃO DE OBRA	21
GLEBAS E TERRENOS DEVOLUTOS	21
PERÍODO ADMINISTRATIVO - 1857-1860	22
ALDEAMENTO DOS BUGRES	23
O TERMO DE PASSO FUNDO	24
COMUNICAÇÕES INTER-MUNICIPAIS	25
SINAIS DE PROSPERIDADE	26
MÃO DE OBRA QUALIFICADA	27
REUNIÕES POLÍTICAS	27
CACIQUE NHECOIÁ	27
CONCESSÃO DE TERRENOS DEVOLUTOS	28
MELHORAMENTOS URBANOS	29
QUESTÃO CRISTIE	31
A PRIMEIRA BANCA DE ADVOGADO	32
A CAPELA DE SÃO MIGUEL	33
DIFICULDADES ECONÔMICAS	34
CARACTERÍSTICAS DE ALGUNS PASSO-FUNDENSES	35
NOVO CAMINHO EM BUSCA DA CAPITAL	36
ESTREITO DO URUGUAI	38
VIA FÉRREA	39
TELEFONE	52
FATOS DE 1873	54
A VELHA ECONOMIA DO MUNICÍPIO	57
O ENSINO EM PASSO FUNDO	58
SISTEMA MÉTRICO FRANCÊS	60
ASSOCIAÇÕES DA CIDADE NO PASSADO	60
FELICITAÇÕES	79
SOCIEDADES	81
NEVADAS EM PASSO FUNDO	204
O CHAFARIZ DO LAVAPÉS	205
CEMITÉRIO PÚBLICO	206
ANTIGO TERRITÓRIO DE PASSO FUNDO	207
CINEMAS EM PASSO FUNDO	208
LUMINÁRIAS EM PASSO FUNDO	209
A MEDICINA DO PASSADO	211
CARNAVAL MOVIMENTADO	214



CIRCULO OPERÁRIO PASSO-FUNDENSE	215
INSTITUTOS E SINDICATOS	217
ASSOCIAÇÃO RURAL	217
ESTADO NOVO	218
SOCIEDADE DE AUXÍLIO AOS NECESSITADOS	218
ROTARY CLUB	218
SOCIEDADE FILATÉRICA DA SERRA	218
ALBERGUE FABIOLA DORNELES	218
FRIGORÍFICOS EM PASSO FUNDO	219
DELEGACIA DO SESI	219
DELEGACIA REGIONAL DE POLICIA	219
CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS (CTG) LALAU MIRANDA	220
PRIMEIRA TURMA	220
A GREVE BRANCA DAS DONAS DE CASA	220
HOMENAGEM A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PASSO FUNDO	221
PRIMEIRO HOTEL	224
JORNAIS DE PASSO FUNDO	225
O PITORESCO NO VELHO PASSO FUNDO	228
UM PASSADO DE LUTAS CÍVICAS	232
VALORES NOSSOS DE OUTRAS TERRAS	236
UM POUCO DE HISTÓRIA	253
VALORES NOSSOS	256
O GOVERNO DO MUNICÍPIO	308
MONUMENTOS HISTÓRICOS	320
MARCOS HISTÓRICOS	322
VALORES NOSSOS	324
DIOCESE DE PASSO FUNDO	329
UM EMPREENDIMENTO:	330
ROSELÂNDIA - EXPOSITUR	330
PARQUE TURÍSTICO DA ROSELÂNDIA	331
EXPOSITUR	331
FRANCISCO MARQUES XAVIER	332
A ENFITEUSE E OS TERRENOS FOREIROS DE PASSO FUNDO	337
ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES	349



PREFÁCIO

1. Este é o segundo (2. o) volume da obra histórica “PASSO FUNDO ATRAVÉS DO TEMPO”. É mais um criterioso trabalho de pesquisa da historiadora Delma Rosendo Gehm.

Passo-fundense de família tradicional, nasceu a autora bem no coração da cidade que sempre amou e viu crescer. Não bastasse a seu natural vocação para a pesquisa histórica, ela alia a tudo o que faz muita garra e muito amor.

Este segundo (2. o) volume da história de Passo Fundo vem, mais uma vez, comprovar que Delma Rosendo Gehm é uma pessoa altamente comprometida com a sua terra e com a sua gente. É uma historiadora que procura, na dimensão da finitude humana, ser fiel e honesta aos fatos que descreve.

2. Fazer história não é fácil. É uma arte complexa, uma vez que o historiador, cientista que é, trabalha com uma matéria prima perecível e aleatória: o fato humano que já passou.

Historiador é aquele que arruma, narra, relaciona e critica os fatos. História é, portanto, o conhecimento ordenado dos fatos do passado. Quem descrever fatos do passado, está fazendo história.

3. É válida a história? A indagação tem a sua razão de ser, porque vivemos numa sociedade de consumo em massa que pouco valor dá às coisas do espírito.

O homem é e foi sempre curioso de sua história. Buscar e coletar os fatos para explicar a sua origem e os valores de sua vida passada é uma forma de dar uma resposta à afirmação pessoal e social que cada ser humano ou cada comunidade, concretamente, tenha contribuído para a construção do mundo.

A história continua sendo o caminho mais simples de comparar e de agrupar os fatos que, ao natural, acontecem e



estão uns separados dos outros. A história, no entanto, os reconstrói. Os fatos, uma vez acontecidos, não se repetem.

4. Como podem ser reconstruídos os fatos?

Os fatos serão reconstruídos, enquanto forem patrimônio da consciência. Se a consciência os perdeu de vista, perdido está o melhor material de reconstrução da história.

Os fatos, enquanto subjetivados, transformam-se em consciência. Es tão presente à consciência. Não é preciso que se tenha vivido ou presenciado os fatos, o importante é que eles tenham passado pelas fontes da tradição, da informação ou da comunicação para o domínio da consciência histórica.

5. A presença da consciência histórica, no mundo, é obra prioritária do historiador. É processo penoso, mas absolutamente imprescindível à história.

Ressalta, daí, a importância da história e do historiador para a vida do homem: trazer os fatos à realidade da consciência.

Infelizmente, nem todos os fatos permanecem na história. Há fatos que ficam sem uma resposta consciente da história. Por outro lado, os fatos que passam para a consciência histórica, podem não ser e, muitas vezes, não são os mais importantes.

Qual a razão? Porque a eles faltou o veículo de transmissão e, por consequente, a sua subjetivação.

6. Seja como for, a consciência dos fatos é a realidade presente. É a consciência histórica.

O que é consciência histórica?

Em toda a história de uma cidade e ‘PASSO FUNDO ATRA VÉS DO TEMPO’ é um exemplo - ou de um povo, ou de uma nação flui uma consciência comum dos fatos criados e vividos pelos homens. Os fatos tornam-se propriedade de todos ou de muitos. É o que se chama de consciência histórica. É a subjetivação coletiva ou social dos fatos.

Neste sentido, o trabalho de consciência histórica que



Delma Rosendo Gehm faz sobre os fatos passados de Passo Fundo atinge um objetivo altamente compensador. Não existe história sem objetivo.

7. Quais os objetivos da história?

É a própria história dos fatos. É o esforço de fazê-los presentes à consciência, para que não possam ser olvidados. Os objetivos estão presentes pela consciência. A consciência nada mais é do que o aqui do passado com vista ao amanhã do futuro.

O homem, ser inteligente e livre, por força de sua inteligência e de sua liberdade, atinge os objetivos da história

8. Como se faz a história?

A história é um processo que caminha e que evolui permanentemente. A marcha da história é inexorável. Este tem sido o comportamento das civilizações dos homens, dos povos e das nações sobre a face da terra.

Todo o homem é um historiador nato. Procura ver e ligar um fato a outro ato de sua vida. Procura, assim, fazer a sua própria história.

Em qualquer história da civilização, da mesma maneira como ocorre com a vida do homem, existem três (3) etapas: a organização, a dominação e a queda.

A organização corresponde ao nascimento e ao desenvolvimento. Impera o espírito de criatividade. Observa-se o florescer e o crescer da civilização. Despontam a grandeza humana, no ato de criar e de construir a escala dos bens e dos valores do homem.

A dominação instala um espírito de euforia exagerada. Os ideais, aos poucos, são debilitados. Já não se luta mais, como se lutava no início, pois os homens se acomodam com os louros conquistados. Estão satisfeitos com o luxo e com o poder da civilização que criaram.

Por conseguinte, surge, fatalmente, a queda. Novas ideias se apresentam, se entrecrocaram e põem em cheque os valores



das ideias imperantes. Gera o descontentamento. Levanta-se o protesto. Tudo leva à desorganização da civilização.

9. Estas três (3) etapas não podem ser desprezadas pelo historiador. Fazem parte integrante da história. Devem ser relatadas por ele com fidelidade.

Não raro, por preconceitos ou por esquemas mentais preconcebidos, muitos fatos importantes da organização, da dominação ou da queda se perdem no tempo e não se tornam patrimônio da consciência histórica. Por isso, muitas vezes, a história é falha, infiel e imperfeita. Não será, por esta razão, que muitos povos possuem uma história paupérrima.

10. É evidente que o homem não pode planejar a história, porque os fatos e as coisas humanas acontecem. Não é demais reafirmar que a história é o acontecer do homem. Para haver história deve haver o acontecer do homem.

O homem é sujeito e objeto da história, de sua própria história.

É evidente, também, que, para passar à história, o homem procura marcar, historicamente, a sua passagem sobre a terra. A historicidade do homem se identifica com o tempo que o homem chama de passado, presente e futuro.

11. O objetivo principal da história, como vimos, é buscar e ter a consciência do presente. A consciência do presente é o evoluir permanente, porque a consciência não tem passado e nem futuro: é um evoluir constante. É o presente histórico. É a consciência histórica.

Por isso se diz, com propriedade que a história tem um ponto de partida e um ponto de chegada. Este ponto de partida e este ponto de chegada são polos que se implicam e que passam para o domínio da consciência histórica.

Em suma, não é possível haver consciência sem história e história sem consciência.

12. Lamentavelmente, o homem, conquanto seja um ser



histórico, não pode abarcar em sua consciência todos os fatos do passado. Muitos fatos se perdem. Por que?

A resposta é simples O homem é um ser transitório e finito. Sua transitoriedade e sua finitude levam-no, por este motivo, a buscar na história uma melhor forma de se conhecer. Ele só se conhece melhor, justamente porque ele é um ser histórico. Ele sabe que se modifica com o correr do tempo. Não podendo negar a sua temporalidade e os seus limites, o homem, então, vai construindo a sua história, segundo as suas possibilidades humanas.

No entanto, a sua finitude não o impede de elevar-se e elevar os outros, tornando-se, assim, centro de gravitação da história E, por isso, que o homem em busca da perfeição, procura construir a sua história do melhor modo possível. A história do homem é suscetível de progresso, como ciência social. Ela resulta de fatos humanos que são e devem ser revelados pelo homem, através de documentos que deixam impressa a marca humana

13. A partir, portanto, do documento, a pessoa toma consciência da história. Os fatos, ao serem subjetivados, sofrem alteração devido à interpretação pois é impossível reproduzir os fatos, assim como eles aconteceram. A reprodução gera sempre um novo fato. Por esta razão, os fatos que não foram subjetivados, não passam à história. São fatos mortos e sepultados.

Com os documentos é possível se construir todo o evoluir dos fatos humanos sobre a terra que, em última análise, é a história do homem.

14. O que se transmite na história, é a consciência dos fatos. Realmente, “PASSO FUNDO ATRAVÉS DO TEMPO”, ao descrever os fatos passados, tem por objetivo criar uma consciência histórica. É um monumento de construção e de reconstrução da história do povo e da cidade que, abençoadamente, recebeu a matriz de Joaquim Fagundes dos



Reis.

Infelizmente, a história da terra e da gente de Passo Fundo é pobre. A grande percentagem de fatos não chegou até nós. Por isso, sobrepõe-se o trabalho histórico de Delma Rosendo Gehm, relatando e interpretando os fatos que, com paciência, coligiu. Os fatos que existem na consciência, são os únicos fatos que os homens do passado construíram. Eles construíram a história de Passo Fundo. Podemos dizer: a história de Passo Fundo através do tempo.

BENEDITO HESPANHA



PASSO FUNDO ATRAVÉS DO TEMPO

PESQUISA DE DELMA ROSENDO GEHM DA ACADEMIA
PASSO-FUNDENSE DE LETRAS

2º VOLUME

BIRIVAS OU CRIoulos

Os Bandeirantes ou Paulistas foram os primeiros povoadores do Rio Grande do Sul, notadamente na região serrana, dando origem aos municípios tradicionais de Vacaria, Cruz Alta, Lagoa Vermelha, Palmeira e Passo Fundo.

Por ocasião do conhecimento do decreto-lei que criou o município de Passo Fundo, em 28 de janeiro de 1857, já havia distinção entre Birivas e Crioulos. Biriva era o paulista serrano e crioulo era o filho da terra.

Embora muitos Birivas aqui se encontrassem, quando da emancipação municipal, em 1857, já os Crioulos rivalizavam em número e espírito de iniciativa, embora aqueles detivessem os cargos públicos e fossem os elementos de maior prestígio, enquanto os crioulos já se impunham por suas lides campeiras, com hábitos assimilados do índio e ao africano. Formavam já os crioulos o substrato da sociedade.

Os Birivas de Passo Fundo, como noutros centros da região, constituíam uma aristocracia de fazendeiros milicianos, senhores da terra e cuja importância podia medir-se pela extensão de suas terras, pelo número de seus escravos ou pelo posto que os situava na hierarquia militar.

Sem mencionar os primeiros exploradores do mesmo século - Atanagildo Pinto Martins, entre outros, que era capitão - é possível ter uma ideia do que era Passo Fundo em



1857, lembrando alguns ponteiros do povoamento municipal, como o cabo e depois alferes e capitão Manoel José das Neves, alferes Bernardo Castanho da Rocha, alferes Bernardo Pais de Proença, capitão Joaquim Fagundes dos Reis, alferes Rodrigo Felix Martins, capitão da Rocha Monteiro, etc. - todos eles distinguidos, nas concessões das glebas, pelo comando militar de São Borja.

Os Crioulos só entraram na hierarquia militar, concretamente, a partir de 1860. Pouco depois, ao lado dos Birivas, ilustrariam os seus nomes nas campanhas do Uruguai e Paraguai.

USOS E COSTUMES

Em abril de 1845, começou a circular, pela primeira vez, em Passo Fundo, o papel moeda, tendo o titular da Subdelegacia de Polícia, Bernardo Castanho da Rocha, baixado a seguinte portaria, datada de nove de maio do mesmo ano: "Faço saber a todos os habitantes e mais pessoas do comércio que, de ora em diante, deverão receber toda a moeda papel que for circulante, do Império. Ninguém deve deixar de a receber: só, sim, que seja reconhecida por falsa."

A moeda circulante era o vintém (20 réis), a pataca (320 réis) e o patacão de prata ou ouro (2.000 réis).

O sistema métrico francês começou a ser usado, no País, a partir de 1878, depois do aviso circular n. 14, do Ministério da Agricultura, de 29 de setembro desse ano.

A respeito da implantação do quilograma em Passo Fundo, contam que uma forte loja da rua das tropas, na década de 1870, instruiu os seus caixeiros a transformarem o valor das mercadorias pesadas, isto é, o peso das mercadorias recebidas nos armazéns, em quilogramas. Pois bem, nos primeiros dias



dessa nova modalidade, chegou à firma um velho e benquisto freguês que, como de costume, foi descarregando seus cargueiros para serem calculados. O caixeiro da loja os foi colocando na balança, enquanto o proprietário da casa comercial avisava em altos brados: "Fulano (avisando o caixeiro), não esqueça o novo cálculo, é a quilogramas". O dono da mercadoria, que não conhecia essa linguagem, entendeu que o aviso era: aqui logramos e num salto retirou sua mercadoria dizendo: "Não negocio com velhacos".

Na época da emancipação municipal eram empregados o litro para medir arroz, feijão, etc.; o arratel (450 gramas), para feijão, milho, etc.; a arroba para erva mate, correspondendo a 15 kg; o surrão, bolsa ou saco de couro, para a mesma erva; balaio, para pinhões; a "medida" para a farinha; a "mão" para o milho, feijão, etc.; a carrada para a areia.

As medidas de comprimento eram: vara, côvado, oitavo e jarda, para panos; palmo e braça, para frente de terrenos; polegada, de uso geral, como padrão menor; légua, para as distâncias.

Como medida de superfície adotavam: a braça quadrada, o alqueire, a quadra (adotada, também, para as distâncias).

Os líquidos eram medidos pelo quartilho, pela canada, pela garrafa, pelo garrafão e pelo tonel.

Como objetos de uso eram conhecidos: a canastra (espécie de baú quadrangular; o aparador; como tecidos de roupa eram conhecidos: o riscado, o brim, a cassa, a pelúcia e o veludo; a lã, desde o início do povoamento já era usada. O morim e a chita surgiram durante a emancipação. A sede já era muito usada pelas camadas mais favorecidas, mesmo antes da guerra do Paraguai.

A moda, na época da emancipação, para os homens, eram bombachas de brim, trabalhadas com favos de abelha e botões, nas laterais das pernas, camisa de chita, lenço no



pescoço, botas de cano alto, chapéu de abas largas e barbicacho; sob o pala, no inverno, era muito comum o uso de colete de veludo ou de lã; as ceroulas eram compridas e amarradas próximo aos tornozelos; aos poucos foi adotado o sistema das calças de brim ou veludo e camisa de algodão ou morim.

As calças de riscado, perna justa e camisa de algodão, eram usadas para os escravos.

As mulheres usavam, no mínimo, três saias, chamadas de baixo, mais a saia de cintura, com bolso, a de cima, e bata ou jaqueta no inverno; o uso da capa para mulheres era comum, sendo que as mais velhas vestiam pelo tornozelo e as jovens, um pouco acima. Os babados e as rendas eram abundantes, bem como tranças, enfeitadas com fitas coloridas ou grampos de osso. Os sapatos eram de búfalo ou borzeguim (naturalmente importados para os mais favorecidos). O tamanco era comum. O veludo e a cassa eram os tecidos favoritos e o amorim era usado para as peças íntimas. O ouro era requinte necessário para uma boa toilette. As damas não dispensavam os requintados "coques".

Como não haviam clubes sociais, os saraus eram realizados em casas de família, onde o piano era o instrumento da época, geralmente tocado por pessoas da própria família que oferecia a reunião. A missa e as festas religiosas eram muito concorridas e os fiéis, com muito respeito, delas participavam.

Os apetrechos do cavaleiro e do campeiro, para sua montaria, eram: freios de prata, boçalete (fiador de boçal), lombilho ou serigote com estribos de prata, enxergão, carona, pelego, o laço e a boleadeira, havendo, ainda, outros apetrechos que não se diziam indispensáveis.

A principal indústria era o "carijó": um telheiro ou galpão, aberto dos lados, de 36 a 50 palmos, com duas águas, coberto de palmas de jerivá, onde se faziam secar ao fogo a erva, passando os homens a trabalhar dia e noite, durante a



safra, começando em março ou abril até fins de agosto, sendo proibido pelas "posturas", a colheita da erva, de setembro a fins de março.

Faziam parte dos costumes o jogo de carta, onde os mais adotados eram: Primeira, bisca de nove; o jogo do gamão, dama e xadrez eram mais raros; o jogo do osso era praticado contíguo às vendas (bodegas).

Durante as festas religiosas, principalmente, quando da Padroeira, cabia aos festeiros a coleta dos donativos, em cavalgadas ou bandeiras com as efígies respectivas.

A principal diversão era a disputa das "carreiradas". A raia, primeiramente, era na rua do Comércio (ex-rua das Tropas e hoje Av. Brasil), desde a 10 de Abril até a Teixeira Soares a denominação dessas ruas foram dadas posteriormente a essa época), passando depois para a raia que chamou do "Toco", a partir do local onde se assenta o Banco Itaú (ex-local do Banco da Província), em direção ao Passo (rio Passo Fundo). Eis uma aposta consignada no livro "Termos de Juramento", datada de 17 de janeiro de 1848:

"Conseguiu-se a conciliação na forma seguinte: o Autor Réu, decorrerem segunda vez os cavalos Mouro e Zaino que, antecedentemente, já haviam corrido, com a condição de correrem na mesma raia e as mesmas quadras que haviam da primeira vez corrido".

"Partirão os cavalos 60 passos para traz do lação da partida. Darão duas assentadas fortes e, "nas três", sairão, com diferença de orelha e meio pescoço, com voz de fora. O que negar-se à saída, depois da voz, perde a parada, a qual é, da parte do autor (Prudente Gomes de Almeida, duas mulas chucras, livres de defeitos ou petiças; duas éguas mansas e quatro patações de prata, em dinheiros. E da parte do réu (Manoel José da Silva), cinco mulas mansas, cujas quantias do Autor e Réu, ficam depositadas em mão e poder do capitão



Teodoro da Rocha Ribeiro, que (ambos) entregarão no dia em que se levantar a dita parada. Ficam obrigados a correr, desta data até o dia 10 do mês de fevereiro que vem, com obrigação de o comunicarem oito dias antes. Deixarão de correr, só que seja, no dia, apresentado o cavalo doente, em estado tal que não possa correr, e este exame será feito por dois homens reconhecidos de probidade. Os corredores, isto é, montadores, serão homens de quatro arrobas (de peso), para menos, sendo os mesmos "homens de barba" (adultos) os quais igualarão um ao outro, com pesos iguais. E desta forma houve o dito juiz, a conciliação perfeita, etc."

Entre os modismos locais, havia o dos apelidos ou alcunhas, que atingia todos os elementos do povoado. Uns apelidos eram medíocres, outros elogiáveis, contudo era um hábito não muito lisonjeiro.

Os escravos não tinham acesso a tabernas ou botequins, sendo seus donos multados em 30 mil réis, ou presos pelo espaço de 8 dias, caso seus negros infringissem a lei.

No tempo do bandoleirismo (até 1856), os negros fugidos engrossavam os bandos de salteadores, assim como alguns índios.

Alguns eram induzidos a matar seu senhor.

No inventário de Bernardo Paes Proença, constam os seguintes preços, na avaliação dos escravos: preto João, com 25 anos de idade, 800 mil réis; Felipe, de 24 anos de idade, 700 mil réis; Guilhermina, de 13 anos, 700 mil réis; Vitoriana, de 10 anos, 500 mil réis.



PREÇOS DE MATERIAIS E DE MÃO DE OBRA

No período de 1857 a 1859, a imperial Câmara de Passo Fundo, em correspondência enviada ao presidente da província, Joaquim Antão Fernandes Leão, em 30 de novembro de 1859, informou sobre preços de materiais e de mão de obra, como segue: milheiro de telhas 80 mil réis; alqueire de cal, seis mil réis; carreta de pedras, quatro mil e quinhentos réis; carrada de areia, três mil réis; quanto a fabricação de tijolos diz a mesma informação que as primeiras olarias viriam a funcionar no ano seguinte, ou seja 1860.

Madeiras: linhas de 45 palmos de comprimento, por palmo e meio em quadro (espessura), 15 mil réis a unidade; ditas de 38 palmos, e um palmo e meio em quadro, quatorze mil réis; pranchões de 28 palmos, com dois de largo, e um e meio de grossura, doze mil réis; pranchões de 24 palmos, com um e meio de grossura, 34 mil réis a dúzia; tábuas de cerne com vinte palmos de comprimento, vinte e dois mil réis á dúzia; tábuas de pinho de vinte palmos, com meio de largo, dezesseis mil réis à dúzia; caibros, três mil réis à dúzia; barrotes para parede, dois mil réis à dúzia; linhas com quarenta e dois palmos de comprimento, dez mil réis.

A mão de obra qualificada em oficiais carpinteiros, equivalia em seis mil réis por dia; oficiais pedreiros, seis mil réis por dia; servente, dois mil e quinhentos por dia.

GLEBAS E TERRENOS DEVOLUTOS

A Câmara, em ofício de 12 de janeiro de 1858, informou ao presidente da Província, senador Ângelo Muniz da Silva



Ferraz, que "neste Município, em campos não existe terreno algum devoluto, porém, matos, existem com abundância, por ser o mesmo Município (Passo Fundo), circulado, quase todo ele, por serras e pontões de mato, cujos matos, abeirando campos, em muitos lugares, estão apossados por particulares, em distância de menos de uma légua, e em outros, de 3,4 e 5 léguas de mato à dentro; e em muitos estão devolutos até o campo".

A correspondência esclarece que os lugares mais bem situados eram: 1.o) "Mato Castelhana de um e de outro lado da estrada, que se acham devolutos; 2.o) a picada de nome Botucaraí; 3.o) pelo caminho que comunica este município com o de Taquari; 4.o) o Pontão de Sarandi e margens do rio da Várzea, Goioen e Passo Fundo, em Nonoai".

Em agosto do mesmo ano, a Câmara comunicou a concessão de licença para edificações em terrenos devolutos da vila (Passo Fundo), "em virtude do título 1.o, parágrafos 9 e 10 das Posturas de Cruz Alta (que a mesma Câmara de Passo Fundo adotou), pedindo esclarecimentos sobre a legalidade dessas concessões. Desde então a vila teve grande impulso no aumento das moradias, na maioria ao longo da rua das Tropas (hoje Av. Brasil).

PERÍODO ADMINISTRATIVO - 1857-1860

A Câmara de Vereadores (a 1a. após a instalação do Município), presidida por Manoel José de Araújo, procurou atender as necessidades do Município: compostura da estrada do Mato Castelhana, estrada do Campo Comprido (Soledade), projeto de encurtamento da estrada para Soledade, partindo da



casa do Cap. Gabriel de Albuquerque; projeto de encurtamento da estrada do

Jacuizinho, para Cruz Alta; compostura do Passo da Carreta Quebrada (Tope, atual município de Marau); arranjo do Passo do Pinheiro Tordo; arranjo na picada do Lagoão, na estrada para Rio Pardo; construção de ponte de madeira no Passo (rio Passo Fundo); ponte no rio Jacuí (estrada de Soledade); concessão de direitos na passagem no Goioen (arrematante João Cipriano da Rocha Loires); reparos na Cadeia Civil; projeto de construção do Chafariz na Fonte do Capão ou nascente do Lavapés (1/12/1859); fiscalização dos ervais públicos; imposto para o trânsito de carretas; questão de limites com Cruz Alta; solicitação para instalação de Agência do Correio; concessão de terras e terrenos devolutos; criação do Termo; sustento dos presos pobres; instalação de Escolas de primeiras letras para e sexo masculino; solicitação de vacinas para alunos matriculados; nomeação de professores para a escola; fiscalização da profissão médica; superintendência das eleições para juiz de Paz; recenseamentos.

ALDEAMENTO DOS BUGRES

Em 1858, Alberto Marques Berthier seguiu piara Lagoa Vermelha com 182 índios do município de Passo Fundo, a fim de, com eles, fundar, no Mato Português, o aldeamento de Sta. Izabel. Esses índios pertenciam aos célebres caciques "DOBRE" e "NARIZ COMPRIDO". Os do último ficaram no Campo do Meio, desculpando-se ter de colher suas roças, chegando ao aldeamento projetado, apenas os de DOBRE.

O aldeamento de Sta. Izabel passou, depois, a denominar-se "Cacique Doble", em memória do prestigioso



índio passo-fundense, assim como ocorreu com Marau, hoje denominação do Município desse nome.

O TERMO DE PASSO FUNDO

O ilustre historiador passo-fundense, Antonino Xavier, registra em suas obras sobre Passo Fundo, que em 20 de fevereiro de 1859, reuniu-se, pela primeira vez, o tribunal do Júri, sendo presidente o Juiz de Direito de Cruz Alta, a cuja comarca passava a pertencer o Termo, desligando-se de São Borja.

O decreto imperial n. 2.132, de 20 de março, criou o lugar de Juiz Municipal, acumulando a vara de órfãos. No decorrer desse ano de 1859, houve na paróquia 32 casamentos, 233 batizados e 25 óbitos.

O Juiz de Direito de Cruz Alta, que presidiu a sessão do tribunal, em Passo Fundo, há registro que fora o dr. Agostinho de Souza Loureiro, sendo substituído em março de 1859 pelo dr. José Antônio da Rocha. Por ocasião da sessão do tribunal o sr. Juiz foi alojado no paço da Câmara e as damas da sociedade local enviaram as refeições durante os dias que aqui permaneceu o Magistrado (não havia hotel na vila). Quanto ao lugar de Juiz Municipal, acumulando a vara de órfãos, em Passo Fundo, foi ocupado por Antônio de Mascarenhas Camelo Junior, seu primeiro titular.

Como juízes municipais suplentes, foram eleitos Manoel José de Araújo, Joaquim Fagundes dos Reis e Cesário Antônio Lopes. Nos distritos também houve designações para ocuparem o cargo de juízes distritais.



COMUNICAÇÕES INTER-MUNICIPAIS

O Município era servido apenas por três estradas que serviam ao comércio e prosperidade de Passo Fundo: "A de Lagoa Vermelha pela exploração de cavalares e muares para São Paulo (registros de Antonino Xavier), ramal que também a movimentava, quer com tropas que, com o mesmo destino, vinham do oeste das Missões e do sul da Província, quer com as comitivas que, em sentido contrário, de regresso ou à negócios, demandavam tais pontos; e, por Cruz Alta, a exportação de erva mate para a mesma praça e outras da região da fronteira do sul, bem como a importação de cavalares e muares, para serem vendidos ou invernados, ou tocados para São Paulo".

"A de Botucaraí" (cita o mesmo Antonino Xavier), "pela exportação de couros e outros produtos da terra, para Rio Pardo, e a importação de mercadorias de comércio, inclusive o sal para a indústria pastoril, gêneros estes que — ou eram comprados na mesma praça, ou em Porto Alegre, de onde vinham pelos lanchões do Jacuí; e, em cargueiros, para cá eram transportados; esclarecendo-se que pela mesma estrada desfilavam também, do sul da Província e do Botucaraí, tropas de cavalares e muares, que daqui prosseguiam para São Paulo".

"De Nonoai" (informa Antonino Xavier), "além do mencionado comércio de tropas, em menor escala que por Lagoa Vermelha, o abastecimento de mercadorias ao mesmo distrito e, em sentido inverso vinham produtos de cana de açúcar, dada a antiguidade dessa indústria nos valores do rio Passo Fundo e Goioen, lá situadas".

Por essa estrada, no ano de 1857, passaram no rumo de São Paulo, 15.168 cabeças de equinos e muares.

Em 1859, foram abertas, pelos índios de Nonoai, estradas



através dos matos do rio Turvo e Sarandi, dando passagem de tropas, no rumo do Goioen.

Na informação da Presidência da Província à Assembleia, em 13 de abril de 1868, encontramos os seguintes dados, quanto às distâncias, pela então chamada "Picada do Botucaraí".

"De Rio Parto a Passo Fundo, 50 léguas, sendo que de Passo Fundo, a- través dos campos da Restinga até a beira da picada do Botucaraí, onde tudo era mata e serra - 39 léguas e meia. Do Rio Pardo a Soledade pela picada - Passa Sete, 17 léguas".

Nota da autora — Uma légua correspondia a 6.600 metros

SINAIS DE PROSPERIDADE

Após a emancipação, a vila de Passo Fundo teve um extraordinário surto de progresso, pois já em 1860 contava com 8.618 habitantes, distribuídos em 1.197 fogões (habitações), além de um acréscimo em casamentos e batizados.

Nesse ano foi iniciado o movimento de correspondência, com uma linha de correio, ligando Passo Fundo a Rio Pardo, sendo nomeado agente local, dessa repartição, o coletor José Palmeiro Artaieta.

O Código de Posturas, por lei provincial de 4 de janeiro, sob n. 454, elaborado pela Câmara de Passo Fundo, entrou em vigor, desligando-se do de Cruz Alta, pelo qual, até então, regeu-se.

A Paróquia contava 9 eleitores e 758 volantes; no município haviam 43 casas de negócio, 5 ferrarias, 3 olarias e um bilhar. A matrícula da vila era de 70 alunos (masculinos).



MÃO DE OBRA QUALIFICADA

Em 1861, a mão de obra qualificada na vila era de: lavrador, criador, carpinteiro, marceneiro, ferreiro, curtidor, sapateiro, açougueiro, pedreiro e ourives. Havia também os práticos em aperos (apetrechos para montaria) e alfaiates. Referindo-se às mulheres encontravam-se as doceiras, cozinheiras e modistas (costureiras), sendo o trabalho manual muito valorizado, pois a maioria das peças do vestuário feminino eram confeccionados à mão.

O comércio contava com fortes comerciantes, onde o couro, a erva mate, a cana de Nonoai, o feijão e o milho eram o forte do movimento.

REUNIÕES POLÍTICAS

Em 1861, deu-se a renovação da Câmara, em eleição realizada na Igreja Matriz (local onde se ergue a Catedral), local esse onde era costume reunirem-se os líderes da vila, a fim de discutirem assuntos de interesse da comunidade, pois não havia outro local apropriado, até então.

Foi eleito presidente o sr. José Joaquim Marques de Souza Junior.

CACIQUE NHECOIÁ

Esse cacique que, vindo de Nonoai, aldeara-se em Campo do Meio, iniciando ataques contra o homem branco



e tomando conta dos ervais, inquietou os povoadores dessa região, a ponto tal, não permitindo aos proprietários realizarem suas colheitas.

A respeito do cacique Nhecoiá (Nariz Comido), o presidente da Província, Elói de Barros Pimentel, em 1863, fez, em seu relatório, a seguinte menção:

"Constando que nos campos de Diogo Feijó de Oliveira estava arranchada a tribo do cacique Nhecoiá, o qual vivia de pilhagem e estava malquista de todos os moradores do Campo do Meio, assenhoreando-se dos ervais, que lhe não pertenciam, ordenou-se que esses índios fossem transferidos para o aldeamento de Nonoai. . .

Acabam de chegar dali 10 índios menores que foram logo encaminhados para o Arsenal de Guerra".

Diz o historiador Hemetério que nessa época o Brigadeiro Joaquim de Andrade Neves (Barão do Triunfo), visitou o toldo desses índios, levando consigo dois índios menores, que entregou ao virtuoso prelado Dom Sebastião Dias Laranjeiras, que os acolheu no seu próprio palácio e deu-lhes bom tratamento.

Laranjeiras, que os acolheu no seu próprio palácio e deu-lhes bom tratamento. Fê-los batizar, pondo-lhes os nomes de Pedro Nonoai e Ricardo Nicafin. Alguns meses após uma turma de índios foram à Capital, a fim de visitarem os menores, estando entre eles o pai do índio Pedro Nonoai.

CONCESSÃO DE TERRENOS DEVOLUTOS

Nos primeiros dias de janeiro de 1861 a Câmara Municipal, em resposta a um ofício, pelo qual a Presidência da Província "negava-lhe competência para conceder terrenos devolutos, na



área da Vila de Passo Fundo, declarou que, tendo o Governo Provincial aprovado o Código de Posturas do Município, que lhe dão autorização para isso, continuará apoiada na Lei, a fazer tais concessões".

MELHORAMENTOS URBANOS

No ano de 1861, foi construído o cemitério público da Vila, ao lado da Matriz (hoje Catedral), cujo fecho constava de cerca de tábua com uma camada de telhas por cima.

Em 1862, Dona Gertrudes Ribeiro mandou construir, às suas expensas, a capela de São Teodoro, ficando situada em terrenos, mais ou menos, à esquina da rua Moron com a Bento Gonçalves, terrenos esses que se estendiam pela rua Bento Gonçalves, ala norte.

Em 1864 a Matriz da Vila necessitou de reformas e, por isso, as respectivas imagens e alfaias foram trasladada para a capela de São Teodoro, ali permanecendo até o término da reforma da referida Matriz. O cura da Matriz era o Pe. Antônio Tavares Dorneles, natural de Pernambuco.

Com autorização Provincial, datada de 13 de janeiro de 1859, concluíram-se, em 1864, as obras do Chafariz do arroio Lavapés, hoje, 1982, totalmente modificado, situando-se à esquina da rua Uruguai com 10 de Abril.



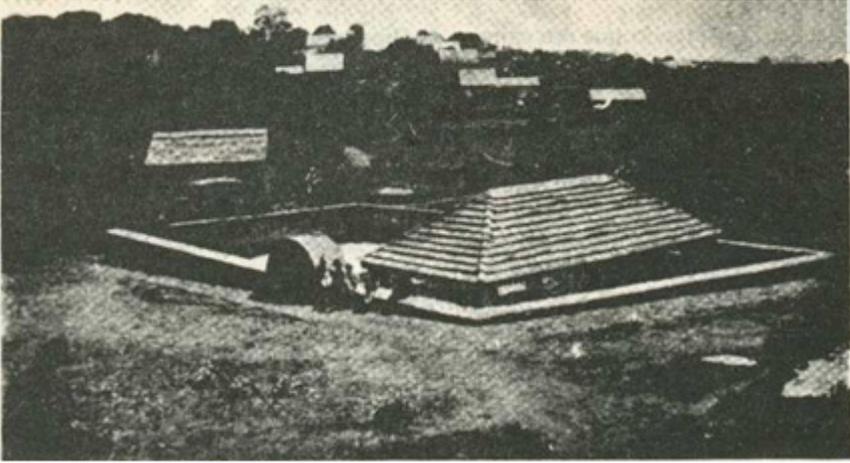
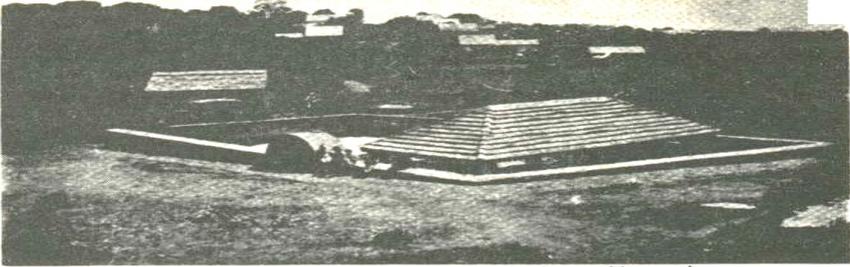


Figura 1 - Vista externa do Chafariz, tirada da rua Uruguai.



Vista externa do Chafariz, tirada da rua Uruguai.



Figura 2 - Vista do Vertedouro do Chafariz.



Esse Chafariz serviu como aguada para as tropas que por aqui passaram (muare e cavalaes), em demanda à feira de Sorocaba em São Paulo, bem como para descanso de tropeiros que nestas plagas aportavam, a caminho das Missões, vindos do Norte.

Com a melhoria que passou, pela autorização citada, o referido Chafariz, serviu de fonte d'água para atender as necessidades dos moradores da Vila, cuja água era transportada em potes e outros recipientes, pelo elemento servil. Foi utilizado, também, pelas lavadeiras, o que muito favoreceu com trabalho, os menos afortunados.

Nessa faina de servir, o velho Chafariz teve seu período áureo, quando em 1924, o então Intendente, Armando Araújo Annes, ilustre filho desta terra, fez construir tanques, melhores bicas e cobertura, onde as lavadeiras prestavam o seu valioso serviço à população, num ambiente limpo, com água corrente e acomodações adequadas.

O velho Chafariz, que foi ponto turístico, acreditando-se que aquele que de sua água bebesse não mais sairia desta terra, foi afogado pela modernização, estando transformado numa torneira, em cujo local os vândalos praticam toda a sorte de desrespeito.

Velho, lendário e saudoso Chafariz, voltamos ao passado para te saudar.

QUESTÃO CRISTIE

Em 6 de março de 1863, a Câmara Municipal dirigiu uma mensagem ao Imperador dom Pedro II, demonstrando sua indignação pela chamada "Questão Cristie", nos seguintes termos:



"Senhor, a Câmara Municipal da Vila de Passo Fundo, na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, como órgão legítimo de seus munícipes, vem render a Vossa Majestade Imperial as merecidas congratulações pelas páginas douradas que o Governo Imperial tem dado à história na gravíssima questão anglo-brasileira, ultimamente suscitada nessa Corte pela Legação Britânica. Na previsão de uma guerra quase certa, não convocada por parte do Brasil, esta Cooperação ouse assegurar a Vossa Majestade Imperial, que os habitantes de seu município estão prontos a concorrer pecuniariamente para as despesas dela, em auxílio dos cofres públicos, ao mesmo tempo que oferecem seus braços e suas vidas em defesa da Pátria ameaçada. Digne-se Vossa Majestade Imperial de acolher benigno esta oferenda do mais acrisolado patriotismo".

A PRIMEIRA BANCA DE ADVOGADO

Em 1864, Antônio Ferreira Prestes Guimarães, ex-professor, escrivão e homem dotado de talento e vasta cultura jurídica, abriu e aqui instalou a primeira banca de advocacia, adquirindo pronto renome em toda a região serrana.

A criação do Termo de Passo Fundo, tornou a Vila um centro forense dos mais movimentados, em face da vastidão do território municipal, cujas glebas eram, então, disputadas, inclusive por fronteiras. O volume dos processos impunha novos complexos sociais, criação de órgãos especializados, especialização e divisão do trabalho forense.

As representações no judiciário eram feitas por procuradores, homens de caracteres justos ou prestigiosos, porém destituídos de maiores conhecimentos jurídicos, razão por que, nos processos relevantes, apelavam para os profissionais



de Cruz Alta ou Rio Pardo.

A CAPELA DE SÃO MIGUEL

Os pretos Generoso e seu filho Isaias, escravos de Bernardo Castanho da Rocha, participaram da guerra contra o Paraguai, tendo o primeiro, por ferimento, sofrido a amputação de uma perna.

Escreve o ilustre Antonino Xavier a respeito:

“Terminada tal guerra, voltavam ambos para o lar de Bernardo, no Pinheiro Torto, quando ao passar pelas imediações das ruínas do povo Jesuíta de São Miguel, encontraram, à beira de uma lagoa, uma estátua representando o Arcanjo do mesmo nome (São Miguel), achado que resolveram trazer consigo, como trouxeram, tendo para isso obtido, na vizinhança, uma carretinha puxada por um cavalo e na qual, guiada por Isaias, também o ferido se acomodou para o resto da viagem. Chegados ao Pinheiro Torto, empreendeu Generoso erigir uma capelinha ao Arcanjo, obra para a qual, apesar de sua relativa invalidez — que não o impedia de capatazear a fazenda do ex-senhor — aos sábados e domingos saía a cavalo, angariar donativos no vizindário. Assim obtido o recurso necessário, levou o ex-escravo a termo a construção, feita com parece de pau a pique (estucadas de barro), e coberta de capim; e nela, em seguida, veio a realizar-se a primeira festa de São Miguel, da qual foi festeira D. Maria Joana de Oliveira, que, ao tempo, era pessoa de destaque em Passo Fundo. Mais tarde com auxílio de seu patrão referido, substituiu Generoso a primeira capelinha por outra melhor, aí feita, construída de madeiras e coberta de tabuinhas, a qual, por longo tempo, serviu — sendo afinal já velha, demolida para a construção atual, erguida em tijolos e



coberta de telhas, e que foi feita anos depois da pacificação que pusera fim à revolução de 1893" ("Seara Velha", 73-75).

DIFICULDADES ECONÔMICAS

A decadência do comércio de muares e da erva mate acentuou-se em 1870. A severidade das posturas eram severas e os desbastamentos dos ervais públicos, pelas dificuldades de fiscalização, no tempo da guerra (1865-1870) apresentavam-se desastrosos. A pobreza em todos os municípios era manifesta.

Serviu, para amenizar essas dificuldades, o comércio de pedras preciosas, cuja exploração foi se tornando cada vez mais vantajosa, e que foi em aumento até o fim do regime imperial.

Em Nonoai foi atuar o padre Stuer, como cura. Esse jesuíta trouxe alento, não só à catequese dos selvícolas, como também no setor econômico, disciplinando a exploração da erva mate naquela circunscrição, trabalhada pelos índios.

A indústria dos artefatos de couro progrediu no ano de 1870, tendo-se intensificado a fabricação dos lombilhos que por influência alemã (Das ist sehr gut), passou a chamar-se "serigote".

Também foi intensificada a campanha do plantio do fumo, sendo distribuída a semente "Havana" entre os agricultores, que pouco puderam cultivá-la por falta de braços.

Em 1871, a Câmara preocupava com a baixa renda dos ervais, substituído pelo interesse do cultivo do arroz e da mandioca, informava a Assembleia Provincial que este município preparava-se para alterar as suas culturas, a fim de que o comércio não viesse a sofrer calamidades futuras.



CARACTERÍSTICAS DE ALGUNS PASSO-FUNDENSES

Ao contrário do que aconteceu noutras partes do Rio Grande e do País, em que os militares, regressando da Guerra do Paraguai, foram ganhando poderio público, eles aqui, em Passo Fundo, preferiram as lides de suas fazendas e de seus engenhos, embora emprestando sua cooperação oficial nas ocasiões precisas, sem visar cargos ou posições vantajosas, a não ser aos cuidados do Comando Superior da Guarda Nacional, ocupado pelo Tenente-Coronel João de Freitas Noronha (1867-1868), Ten. Cel. Francisco de Barros Miranda (1869-1870), novamente Noronha (1871), Cel. Antônio Mascarenhas Camelo Junior (1872). Mais tarde, em 1884-1885, novamente o Cel. Miranda.

No período de 1874-1883, esse comando foi exercido, interinamente, pelo major Antônio Ferreira Prestes Guimarães que, durante a guerra (Paraguai), esteve ocupado em Passo Fundo.

Daí por diante, três homens iriam polarizar as atenções do Município: Prestes Guimarães, Gervásio Annes e Cândido Lopes de Oliveira.

Na edição do "Diário de Notícias", Porto Alegre, datado de 25 de maio de 1963, lê-se o seguinte artigo de Dante Pianta: "advogado, político e professor, Antônio Ferreira Prestes Guimarães salientou-se como rio-grandense ilustre, devido à sua ação reta e à firmeza do seu caráter. Nasceu Prestes Guimarães em Passo Fundo, a 13 de junho de 1837... Homem inteligente e bondoso, deixou uma ponderável parcela de bons serviços prestados ao nosso Estado".

Sobre Gervásio Lucas Annes conta-nos Antonino Xavier: "Nasceu em Cruz Alta, a 10 de abril de 1852... Para o nosso meio teria vindo em 1871, mais ou menos, aqui se



fixando... Conhecia a fundo a alma humana. Sabia antecipar os resultados e prever os desfechos... A superioridade de seu juízo superava os impulsos de seu caráter. Muitas vezes o vi colérico, mas os efeitos de sua cólera não se manifestavam. Era humilde, tolerante e bom".

O mesmo autor conta-nos a respeito de Cândido Lopes de Oliveira: "Filho de Sorocaba (São Paulo), nascido a 22 de outubro de 1831, após o curso jurídico . . . exerceu advocacia na vila de Passo Fundo... Era de espírito humanitário, abnegação total e devoção aos interesses comuns".

NOVO CAMINHO EM BUSCA DA CAPITAL

De autoria do ilustre historiador Passo-Fundense, Antonino Xavier, transcrevemos o Soneto

"JÓIA ANTIGA":

"Consiste numa cruz feita de estradas,
a joia que, por ser de grande preço,
em rimas simples, mas de amor banhadas,
pretendo enaltecer como adereço.

O tronco seu, de plagas afastadas
vindo a estas e outras dos desertos
campos das Reduções tão memoradas,
aqui os longos braços teve abertos:

Um por Nonoai, visando Guarapuava,
em cuja sertania o desmedido
poder das Sete Quedas estrondeava;



Outro, a Rio Pardo heroico dirigido,
buscando o rio em cuja fonte estava
da cruz preciosa o tronco distendido."

"As estradas que vêm dos primórdios dias de um povo, são sulcos da história do mesmo, e por isso, relíquias que deve ele preservar".

Logo após a emancipação do Município, os passo-fundenses iniciaram movimentos pela abertura de um caminho mais direto a Porto Alegre, em vez do tradicional itinerário, via Rio Pardo. O primeiro movimento foi liderado pelo então delegado de polícia, Diogo José de Oliveira que, com dinheiro de seu próprio bolso, pagou aos índios coroados para a feitura de um pique, mais ou menos pelo traçado atual, por Marau e Nova Prata.

Entre 1872 e 1873, partiu do Campo do Meio uma expedição, chefiada pelo mesmo Diogo J. de Oliveira, visando a abertura de um caminho que, dali, fosse dar no vale do Taquari, permitindo mais rápida comunicação com a capital da Província.

Essa expedição tomou rumo pela serra da Guabiroba, percorrendo todo o extenso rincão florestal que hoje constitui o município de Guaporé e indo ao porto Fialho, situado entre as embocaduras dos rios Carreiro e Taquari, no rio das Antas, sendo que por ela é que foram batizados com os nomes respectivos os lugares Gramado (hoje São Luís da Casca), Burro Preto (hoje Linha 11), Feijão Cru e Canjica Queimada, todos no mesmo município.

Assim, um caminho que ligava a primitiva via por Vacaria e Lagoa Vermelha, levava à capital da Província, enquanto outra, vindo do Norte pelo sertão de Nonoai, alcançava a vila de Passo Fundo, formando a união dos braços de uma cruz e



daqui seguindo pela serra do Botucaraí (Soledade), avançando até Rio Pardo, onde, por lanchões, aportavam em Porto Alegre.

A variante das Missões, por Cruz Alta, foi a artéria que forçou os caminhos abertos pela grande cruz que trouxe a civilização ao Passo Fundo das Missões, esse Passo Fundo, que, em 1833, era o quarto quarteirão da Freguesia do Espírito Santo da Cruz Alta e esta Passo Fundo que se assenta em terrenos doados, em 1831, pelo Cap. Manoel Joé das Neves e Manoel Alves da Cunha, cuja doação fora feita a Nossa senhora da Conceição Aparecida, para que fosse fundada uma paróquia.

ESTREITO DO URUGUAI

A extensão territorial de Passo Fundo abrangia parte do alto sertão do Uruguai, nele estando compreendido o atual município de Marcelino Ramos.

Em 1887, Augusto Cesar, outrora Augusto de Oliveira Penteadado (filho de Paraná, criado em Passo Fundo), realizou a difícil e corajosa façanha de explorar o então desconhecido trecho fluvial, entre a barra do rio dos índios no rio do Peixe e o passo do Goyoen, no rio Uruguai, descendo de canoa pelo segundo desses rios, levando como companheiros João Placidino Machado e Antônio Ferreira de Albuquerque.

Após seis dias de navegação, já em águas do rio Uruguai, as corredeiras exigiram grande trabalho para serem transpostas, "situação que no dia seguinte se agravou a tal ponto que, em resolução rápida, os exploradores para salvarem-se, tiveram que saltar da canoa arrebatada pelo furor das águas e ganhar a margem direita do Uruguai, por ela prosseguindo, a pé, ao longo de extenso canal apertado entre altas paredes de rocha: era o Estreito que estava descoberto, isto a cinco de janeiro de



1888".

Em 14 de janeiro de 1888, chegou Augusto Cesar ao passo do Goyoen, nas proximidades de Nonoai, com seus companheiros, terminando, assim, o reconhecimento dos rios do Peixe e Uruguai, tendo prestado, com sua intrepidez e coragem, um valioso serviço à geografia desta região. Em seu relatório enviado à Câmara de Passo Fundo, Augusto Cesar dá o nome de CANAL DO PENEDO ao aludido Estreito.

Em 1890, quando aqui chegaram as companhias encarregadas do traçado da via férrea, ligando o norte do Estado com a fronteira de São Paulo, vindo de Santa Maria, o engenheiro brasileiro, dr. Marcelino Ramos, encontrou o caminho, para o norte, já facilitado, pelos conhecimentos da descoberta do Estreito, homenageando, por isso, o seu descobridor, dando o nome de AUGUSTO CESAR ao Estreito do rio Uruguai.

VIA FÉRREA

Em 1890, aqui aportou, vindo de Santa Maria da Boca do Monte, a Comissão encarregada dos estudos definitivos do traçado da ferrovia, que, passando por Passo Fundo (vindo de Sta. Maria), faria a ligação do Rio Grande do Sul a São Paulo.

O primeiro concessionário foi o Dr. João Teixeira Soares que, por motivo de alterações e transferências de contrato lavrado com a mesma pessoa, passou à cargo da "Companhie des Chémins de Fer Sud Ouest Drósiliens", no trecho compreendido de Sta. Maria à Cruz Alta e, da Companhia União Industrial dos Estados do Brasil, de Cruz Alta a Itararé (São Paulo), passando por Passo Fundo.

Destacou-se, nesse arrojado projeto, o já citado engenheiro patricio, dr. Marcelino Ramos da Silva.



Iniciadas as obras em 1891, sofreram paralisação em 1893, em face da Revolução Federalista que assolou o Estado, perturbando a ordem social e política do sul do País.

Reiniciadas as obras em 1894, alcançaram a cidade de Cruz Alta em 20 de novembro desse ano, chegando na vila de Passo Fundo (Passo Fundo foi e- levado à categoria de cidade em 10 de abril de 1891), a oito de fevereiro de 1898.

Grandes festas com discursos e banquetes inauguraram a ferrovia, já com uma modesta estação, no mesmo local onde hoje (1982), ainda se encontra, na zona sul da cidade, mas desativada.

Iniciado o tráfego, um trem misto iniciou o percurso, uma vez por semana, saindo de Passo Fundo às 7,30 horas, chegando em Cruz Alta, às 16,40 horas, com o mesmo horário para volta e ponto de almoço em Pinheiro Mercado.

Em 1909, a ligação já era diária com exceção dos domingos.

O movimento de passageiros era tão exíguo, nos primeiros tempos, que um só vagão, dividido ao meio, bastava para as duas classes deles.

O número de cargas também era insignificante, pois, o Município se baseava na pecuária, indústria do mate e lavoura limitada ao consumo local.

As importações ainda afetadas pelas desastrosas consequências da luta civil (1893), há pouco pacificada, também não tinham expressão, deprimindo-a.

Seguiram-se vários movimentos para alterar o traçado dos trilhos e mudança da estação (deixando de circularem os trens pela então rua do Comércio, hoje Avenida Brasil), bem como encurtamento de distância com Cruz Alta, contudo tais projetos que culminaram em 1930, foram afogados pela revolução de outubro desse ano.

Em 1978, dezembro, dia sete, mais uma realização



ferroviária, um sonho de 67 anos, dava a Passo Fundo a "Ferrovia do Trigo". EF 491, ex-L 35, inaugurada nesse dia por S. Exa. Sr. Presidente da República, Gal. Ernesto Geisel, com a presença do Ministro dos Transportes dr. Dirceu Nogueira, deputados federal e estadual, respectivamente, dr. Augusto Trein e dr. Romeu Martinelli (passo-fundenses). Poder Judiciário, Executivo, Legislativo, Comandos Militares da cidade e convidados especiais.

A história da "Ferrovia do Trigo", EF 491, ex-L 35, marca o início do presente século.

O deputado federal, dr. Augusto Trein, vice-líder do Governo Geisel, fez um longo discurso sobre a Ferrovia do Trigo, às vésperas de sua inauguração, na Câmara Federal. O deputado Trein encontra-se entre aqueles que sempre lutaram para ver a Ferrovia se transformando numa realidade. Ao ocupar a tribuna da Câmara Federal, assim se expressou:

"Não só as regiões produtoras agrícolas, compreendidas pelo Planalto Médio, Alto Uruguai, grande parte das Missões e Encosta Superior do Nordeste, mas todo o Estado do Rio Grande do Sul, aguarda com expectativa e emoção a chegada do dia sete de dezembro, quando será oficialmente inaugurada pelo Presidente Ernesto Geisel e pelo Ministro dos Transportes Dirceu Nogueira, a decantada L-35, "Ferrovia do Trigo" hoje denominada EF 491".

"Dos primeiros estudos, datados de 1911 e resultantes de convênio firmado entre o Dresden Bank e o Banco da Província do Rio Grande do Sul, decorreram 67 anos. Do início das obras determinadas pelo engenheiro Clóvis Pestana, de larga visão e grande impulsionador do empreendimento, em 1949, passaram-se mais 29 anos. Entre essas datas aconteceram duas guerras mundiais, sucederam-se gerações, transfigurou-se a economia do Estado, do País e do mundo. O combustível ferroviário passou de lenha a carvão, deste ao óleo diesel, e



volta-se, agora, como imperativo das circunstâncias, à energia elétrica".

"Durante estes longos anos, as regiões mencionadas, para atingirem Porto Alegre com a produção, por via ferroviária, tendo como polo de produção agropecuária a cidade de Passo Fundo, ponto inicial da ferrovia, percorriam, em média, 680 quilômetros, reduzidos para 291 quilômetros, com uma economia de 389 quilômetros a menos".

"Cabe perguntar agora, quanto se dispendeu em fretes desnecessários?"

"Quanto se onerou a produção? Quanto se subtraiu à renda dos que produziam durante este tempo? Esta seria a tarefa semelhante a dos que mais se apraz em calcular o que se deixou de ganhar do que aquilo que se conquistou".

"Acredito, sr. Presidente e Srs. Deputados, que o momento é de avaliação do êxito".

"Está concluída uma das ferrovias mais importantes deste País, que independente de ser a espinha dorsal de um dos principais corredores de exportação, completando um sistema rodo-hidro-ferroviário, constitui-se numa grande obra de engenharia, atestado inegável da capacidade do homem brasileiro e, de modo especial, das nossas Forças Armadas, representadas pelo 1.º Batalhão Ferroviário, que tantos e tão assinalados serviços já prestou ao País. Está concluída uma ferrovia que, em sua mais decisiva forma, recebeu dedicação integral do Ministro dos Transportes e apoio permanente do Presidente da República, quebrando um desafio que já atravessava a segunda metade do século".

"Nestes 158 quilômetros, que entre Roca Sales e Passo Fundo passam pelo Vale do Taquari, deixando ver a paisagem da velha colonização de imigrantes alemães, com as suas pequenas propriedades intensamente exploradas casas típicas, culturas e poteiros que chegam até a beira do rio, bem cuida-



dos; nestes 158 quilômetros que sobem a Encosta Superior do Nordeste, descortinando os parreirais e mostrando a bravura e o trabalho das colonizações italianas; nestes 158 quilômetros que chegam até o centro do Planalto Médio, entre trigais e as lavouras de soja, altamente tecnificadas, entre estes 158 quilômetros vamos encontrar a imensa obra de 5.324 quilômetros de pontes e viadutos, sendo que entre tantos de grande porte destacamos o de n. 13, o maior da América do Sul e o segundo do mundo, com 509 metros de comprimento e 143 metros de altura central. Estaremos percorrendo 32 túneis escavados nas rochas montanhosas que, somados, perfazem 17 quilômetros e 41 metros".

"Por esta estrada, a partir do dia 7, passarão a circular, no sentido da exportação, milhares e milhares de toneladas de soja, óleo, farelo, trigo, milho e outros grãos. Voltarão milhares de toneladas de fertilizantes, corretivos e combustíveis. Passarão os usuários do transporte barato e turistas em viagem pelo Estado do Rio Grande do Sul, aberto na sua intimidade mais autêntica e encantadora. Em 1948, quando o engenheiro Cecílio Raffin e seus colegas de Comissão Júlio Lorenzoni, Ronny Lindemayer, Paulo Dorneles e Alberico Bomes, deram por concluído o traçado básico, em excelente trabalho realizado para a Viação Férrea do Rio Grande do Sul, estabelecia-se o marco inicial de uma larga luta".

"Na época o objetivo básico era ligar regiões importantes com a capital. Esta meta, por si só, justificava o empreendimento. Posteriormente, surgiu a função alimentadora da L-35 ao tronco sul, com vistas ao transporte de cargas destinadas ao centro do país. Mas adiante se abria a possibilidade de, por via fluvial, a partir de Lajeado-Estrela e com grande economia, buscar-se o Super Porto de Rio Grande.

"Os trabalhos sempre decorreram lentos e com escassez de recursos. Mas, enfim, prosseguiram. Os obstáculos não eram



de ordem a desanimar. Ora, os homens ligados aos meios de transporte, ora os representantes políticos da região ativavam o assunto. Um documento básico muito serviu a tudo o que viria após. Foi o estudo realizado pelo deputado federal Victor Issler e sua intensa campanha para que fossem usados os recursos do Fundo Nacional do Trigo para concluir a chamada "Ferrovia do Trigo". A partir daí passaram a ser do domínio público os dados técnicos essenciais da ferrovia: raio mínimo de 500 metros, quantidade total de curvas, rampa máxima de um por cento no sentido da exportação e o que era fundamental, a economia global no transporte. Crescia a produção agrícola, aumentava o consumo de insumos básicos, desenvolvia-se a economia da calota norte e nordeste do Estado, e, juntamente, formava-se a expectativa de conclusão da estrada".

"Caiu como uma bomba, em março de 1968, a Carta Circular do eng. Jacy José Alves, chefe do 6.º Distrito Ferroviário, com sede em Porto Alegre, que determinava a paralisação das obras e vazada nos seguintes termos:

"Senhor Diretor:

Cumpre-me comunicar a Vossa Senhoria que por ordem do Senhor Diretor-Geral devem ser paralisadas todas as obras de ligação Roca Sales-Passo Fundo, a fim de aproveitar os recursos deste ano para acertar contas, inclusive as medidas finais".

"Aproveito a oportunidade para apresentar os meus protestos de estima e consideração. Jacy José Alves, Engenheiro Chefe".

"A medida que parecia ser temporária, veio consolidar-se, pouco tempo depois, em decorrência de estudos de viabilidade econômica encomendados à ASPLAN, firma existente na época, que concluiu":

"Da análise econômica elaborada para a definição de viabilidade da ligação ferroviária Passo Fundo - Porto Alegre,



mostram-se relevantes as seguintes conclusões: 1. A relação B/C aplicada às hipóteses formuladas revela que: a) Quando aplicada as taxas de sete por cento ou dez por cento ao ano de rendimento do capital necessário à conclusão da ligação, a L-35 não é viável no período 1974-1988; b) Quando aplicadas as taxas de sete por cento ou dez por cento ao ano de rendimento de capital necessário à ligação alternativa Passo Fundo-Casca RS (Rio Prata), a L-35 também não é viável no período 1974-1988".

Continua o deputado Trein em seu discurso na Câmara Federal:

"O parecer terminava recomendando a aplicação dos recursos em outras obras consideradas prioritárias pela mesma empresa.

Como não poderia deixar de ser, as conclusões flagrantemente irreais, de tal parecer, repercutiram no seio da Universidade de Passo Fundo, centro cultural e fórum permanente de debates dos problemas regionais. Através de um grupo de trabalho, comandado pelo incansável e abnegado professor Salim Buaes, a Universidade chega às seguintes conclusões":

"Para se ter uma ideia da necessidade imperiosa e urgente de serem intensificados os trabalhos para a conclusão da L-35, basta citar o fato de que as vantagens de ordem técnico-econômicas decorrentes da referida ferrovia são enormes e a economia resultantes é suficiente para amortizar o investimento em tempo relativamente curto."

O deputado Trein em seu discurso, continua:

"Discorrendo sobre as condições técnicas da obra, assim se expressa a Universidade".

"Maior densidade de tráfego pelo encurtamento do percurso e do tempo entre Porto Alegre e Passo Fundo: 680 km - 291 km - 389 km MENOS 27 horas - 06 horas - 21 horas



MENOS."

"Maior durabilidade da via permanente, decorrência lógica de melhores condições técnicas".

"Maiores velocidades em relação à troca de mercadorias e trens, em virtude de maior velocidade média comercial".

"Regularidade e eficiência no tráfego de qualquer tipo de trem".

"Maior e melhor aproveitamento na tração do material rodante, que aumentará cerca de duas vezes".

"Melhor rendimento comparativo de trabalho da locomotiva, melhores condições técnicas do percurso (extensão real e virtual), curvas e rampas, etc.".

Comenta o deputado Trein:

"Abordando o aspecto que diz respeito às condições econômicas, a Universidade enumera os seguintes itens:

"Economia no frete ferroviário; economia devido ao aumento geral da capacidade do material rodante; economia na manutenção da via permanente; economia no custo da operação; economia em favor do público, decorrente da diferença entre o frete rodoviário e ferroviário; maior economia de divisas e maior facilidade de exportação".

Prosseguindo, diz Trein:

"A Universidade de Passo Fundo diz, em suas considerações, que "as condições econômicas a par das excelentes condições técnicas da L-35, proporcionarão uma real produtividade de aplicação de recursos necessários à condução do empreendimento, devendo ter, em 4 anos, a devida compensação através das economias resultantes da ligação Roca Sales - Passo Fundo".

"Se o objetivo é baratear os custos operacionais, aumentar a produtividade e permitir autossuficiência, podemos incluir com segurança, dentro desses objetivos, a L-35. Qualquer sacrifício financeiro, qualquer cooperação no campo



monetário, serão amplamente justificadas pelos benefícios socioeconômicos que advirão da L-35, pois a sua influência se fará sentir de forma positiva nas áreas da industrialização e dos mercados consumidores, para onde deverá carrear a produção da zona de influência".

"Além do exposto, fica resguardado um vultoso patrimônio já empregado em obras em andamento e as já concluídas, ou seja, sessenta e dois por cento sobre o total do empreendimento".

A Universidade, segundo o discurso do deputado Trein, assim conclui:

"Finalmente a ligação Roca Sales-Passo Fundo virá trazer um tal vulto de economia de distância e de despesas, que a sua conclusão é um verdadeiro imperativo da economia rio-grandense e do País, pois garantirá condições realmente competitivas no mercado de transportes mediante substancial redução do custo de operação".

Trein continua:

"Inicia-se, aí, um diálogo difícil entre as autoridades responsáveis pelas decisões e as regiões interessadas no prosseguimento das obras. De um lado as autoridades estribadas no parecer da ASPLAN; alegavam a falta de viabilidade. De outro, as partes que representavam os setores mais diretamente atingidos com a paralisação das obras, levantavam as conclusões da Universidade de Passo Fundo. Contra estas era posto o argumento de que as mesmas, apesar de representarem conclusões aparentemente óbvias, estavam despidas de cálculos e estatísticas que as comprovassem".

"Três anos já haviam se passado e as obras paralisadas sofriam decomposição pelo abandono, destruição de aterros, desabamento nos cortes e entupimento dos escoadouros".

"Dia 5 de abril de 1971, no exercício do mandato de Deputado Estadual, para o qual recém havíamos sido



conduzidos, encaminhávamos à Presidência da Assembleia Legislativa requerimento de constituição de uma Comissão Especial, que foi aprovado, para estudar a viabilidade econômica da L-35, sob a alegação principal de que haviam dois estudos antagônicos, sendo um da ASPLAN e outro da IPEPLAN (Instituto de Pesquisa e Planejamento da Universidade de Passo Fundo), ressaltando que sessenta e dois por cento das obras já estavam concluídas, abrangendo uma área com população de dois milhões de habitantes, na época, servindo a mais de 100 municípios, onde se produzia sessenta e cinco por cento do trigo no Estado, oitenta e dois por cento de soja e sessenta e dois por cento de milho, acrescido do argumento que à época dos referidos estudos não se cogitava do Super Porto de Rio Grande.

"Constituída a Comissão Especial, integrada pelos deputados Firmino Girardello, atual secretário dos Transportes do Rio Grande do Sul, Elton Fensterseifer, Romeu Scheibe, Urbano Moraes, Ivo Sprandel, Alcides Bertuol, tivemos a honra de presidi-la."

"Colaboraram nos trabalhos o eng. Cecílio Raffin na parte dos cálculos de viabilidade, profa. Neuza Antônio, da Universidade de Passo Fundo, dr. José Adalberto Prates, na pesquisa, e secretariando, Bruno Souza Leão, técnico da Assembleia Legislativa".

"Decidiu-se, desde logo, optar por um critério objetivo de ação, dado à exiguidade do tempo permitido às Comissões Especiais. Fixou-se, principalmente, a atividade da Comissão Especial, na atualização dos dados estatísticos e econômicos, na revisão dos cálculos, na tomada de depoimento das autoridades diretamente ligadas ao assunto e em visitas às obras".

"Atualizados os dados e refeitos os cálculos emergiu, desde logo, a viabilidade imediata e não para 1988, conforme o parecer contestado".



Continua o deputado Trein:

"A conclusão final foi de que, partindo do fato fartamente comprovado, em nosso trabalho, de que a L-35 é necessária ao desenvolvimento normal da economia gaúcha, que adquire, no momento, um ritmo inesperado mesmo pelas previsões mais otimistas, recomenda-se a conclusão daquelas obras a curto prazo, através de sua inclusão, em caráter preferencial, nos planos do Governo Federal, por ter ficado comprovado pelos cálculos e dados constantes deste relatório que a mesma é não só plenamente viável a curto prazo, como é urgente a sua conclusão para resguardo da economia do Estado".

"Convém salientar, por oportuno, que à época em que os trabalhos da Comissão Especial eram concluídos, não se suspeitava sequer da eclosão da crise mundial decorrente da explosão dos preços do petróleo e da organização dos países produtores em torno da OPEP".

"Até aqui mencionamos os que idealizaram, sonharam e dispenderam energias para vencer os obstáculos humanos que se opunham à sua realização. Toda a luta teria sido inglória se, provada a razão, ficassemos por aí".

"Tanta luta, tanto trabalho, tanto idealismo, tanto sacrifício, tantas incompreensões, permitiriam separar os que alguma coisa tiveram a ver com esta obra, entre os que confiaram na sua viabilidade e por ela lutaram, e os que não acreditaram, o somaram-se aos obstáculos da natureza, vencidos, como estes o foram. Cabe a nós lembrar da forma mais abrangente possível aos que creram".

"Entretanto, em maio de 1971, já era firmado o convênio entre os Ministérios do Exército e dos Transportes, pelo qual era atribuído ao 1.º Batalhão Ferroviário, como órgão executivo da Diretoria de Obras e Cooperação, a missão de concluir a ferrovia. Mais uma vez o Batalhão criado em 1889 e que já lançou tantos e tantos quilômetros de linhas ferroviárias, abraçou a missão



com a responsabilidade, o patriotismo que lhe são tradição, tornando-se uma vontade só, desde os mais graduados aos mais modestos subordinados. A batalha está ganha. Ao Presidente da República, Gal. Ernesto Geisel, ao Ministro Dirceu Araújo Nogueira, à Diretoria de Obras e Cooperação ao 1.º Batalhão, o pouco que é muito: a consciência do dever cumprido, mais um serviço prestado à Pátria. Ao Rio Grande, a contrapartida do reconhecimento e a gratidão do seu povo".

O jornalista Túlio Fontoura, dedicado e zeloso conhecedor da coisa pública gaúcha e estudioso dos assuntos que dizem respeito ao progresso de Passo Fundo, em agradável palestra que nos concedeu, fez relatos sobre a "Ferrovia do Trigo".

Contou-nos que no governo do Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros, na década de 1910, engenheiros alemães foram encarregados pelo então Presidente, Borges de Medeiros, para fazerem um traçado de nova ferrovia que, partindo da Capital do Estado, buscasse a zona do Planalto, encurtando distâncias e favorecendo o município da zona norte, no caso Passo Fundo.

Tal traçado que deveria se tornar projeto, seguiria o leito, em parte, da hoje estrada Kennedy. Os engenheiros encarregados, naturalmente por determinação superior, propuseram ao Sr. Presidente do Estado que fosse reservado um quilômetro de cada lado da estrada, a fim de que aí se estabelecessem colonos alemães, o que não foi aceito.

Com o rompimento da primeira Grande Guerra (1914-1918), o trabalho foi interrompido e suspenso.

Em 1923, um novo traçado, ainda no governo Borges de Medeiros, foi iniciado, visando encontro com o Tronco Sul do Estado. Dessa vez o rumo do referido traçado buscava alcançar a zona colonial, tendo em mira o atual município de Bento Gonçalves. Desse trabalho participou o engenheiro gaúcho Dr.



lido Meneghetti, mais tarde governador do Rio Grande do Sul.

A revolução de 1930 e 1932, bem como a segunda Guerra Mundial com as consequentes crises econômicas, somente permitiram o reavivamento da "Ferrovia do Trigo" em 1948.

Filhos de Passo Fundo, vultos ilustres que engalanam a nossa história, quando de suas gestões, como representantes do povo na Câmara Federal ou em postos elevados no cenário nacional, não envidaram esforços para que essa ferrovia se transformasse em realidade.

Citaremos, talvez com lapsos, os nomes dos passo-fundenses que mais se distinguiram nesse mister: Deputado federal Victor Issler, Deputado federal Dr. Nicolau de Araújo Vergueiro e Deputado federal Dr. Augusto Trein (lutador incansável para que fosse concluída a "Ferrovia do Trigo". Participou da inauguração).

Também, amigos de Passo Fundo, homens que na esfera federal deram o seu apoio, serão lembrados: Deputado federal dr. Antônio Bitencourt Azambuja, dr. Odalgiro Corrêa e a Universidade de Passo fundo.

Com essa maravilhosa Estrada estará Passo Fundo ligado a Porto Alegre com o seguinte itinerário: Passo Fundo, Eng. Enzo Pinto, Major Marques, Casca, Serafina Corrêa, Guaporé, Dois Lajeados, Muçum, Roca Sales, Corvo, Paverama. Monte Negro Novo, Gal. Luz, Vasconcelos Jardim, Canoas, Diretor Pestana e Porto Alegre.

Segundo estatística fornecida pelo Agente titulado da Estação Ferroviária local, a distância que nos separa da Capital, por essa ferrovia, dista 278 km podendo o trem de passageiro percorrê-la em 5 horas, mais ou menos.

Também, informou-nos o Sr. Agente, Getúlio Corrêa, que em Roca Sales há o encontro com o Tronco Sul que ligará a Lages e em Gal. Luz há a ligação com Sta. Maria.



É o progresso que continua fazendo deste Brasil uma Pátria rica e soberana.

TELEFONE

Na última década do século passado, a empresa colonizadora do Alto Jacuí, constituída inicialmente pelo sr. Alberto Schimitt e Fernando Oppitz, a fim de facilitarem o trabalho da colonização, instalaram uma linha telefônica no 4.o Distrito, hoje Carazinho, e em Não Me Toque, localização do escritório.

Essa colonização foi completada pelo Cel. Gervásio Lucas Annes, em face da morte do sr. Fernando Oppitz.

O serviço público telefônico, segundo mensagem intencional do tenente-coronel Pedro Lopes de Oliveira (Lolico), apresentado ao Conselho Municipal em oito de fevereiro de 1905 dizia que a referida linha, nessa data, havia sido doada à Municipalidade, reservando-se, a doadora, o direito de a utilizar, mantendo, para isso, em seu escritório, um aparelho independente.

Conta-nos o historiador Antonino Xavier, que em 1906 João Ganzo Fernandes requereu privilégio para o estabelecimento de uma rede na Cidade e Município, mas embora não houvesse outro interessado para concorrência, sua proposta não foi aceita pela Intendência Municipal (hoje Prefeitura).

Em 1908, em 1.o de novembro, uma nova mensagem ao Conselho Municipal, comunicava o sr. Intendente, a iniciativa da firma Júlio Herrera e Cia. que se propunha a prestar os serviços telefônicos, sem privilégio algum, e com futuras instalações ou ramificações para os distritos, o que foi deferido



pelo poder público. A rede foi construída pela firma Herrera e Couto.

Em 1909 entrava em ação o serviço na cidade, com uma rede de 23 quilômetros e 34 aparelhos domiciliares, sendo, no mesmo ano atendido Carazinho, Alto Jacuí e Soledade.

Logo após o serviço passou à firma Bastos e Freitas, constituída por Gabriel Bastos e o capitão Jovino da Silva Freitas, que poucos meses após foi dissolvida, ficando a rede com 61 aparelhos de propriedade exclusiva do capitão Jovino Freitas (pai do ilustre médico passo-fundense dr. Jovino da Silva Freitas), em data de vinte e um de setembro de 1911, com o direito de explorá-la pelo espaço de 15 anos.

Em relatório do concessionário, Jovino da Silva Freitas, consta que em 1913 a extensão das linhas rurais eram de 169 quilômetros com os seguintes ramais: linha de Carazinho, com comutador em Pulador, de Não Me Toque a Carazinho, de Pulador a Ernestina com comutador no Pessegueiro e no Campo do Meio com comutador na entrada do Mato Castelhana.

As linhas nos arredores da cidade eram: ao engenho de Leôncio Rico, ao de Celeste Formighieri, ao de Arthur Schell Issler, a fazenda de Juvenal O. Xavier e à chácara de Amantino R. Penteadó.

Na cidade haviam 92 aparelhos instalados, somando ao todo, 123.

As taxas em vigor eram as seguintes: na cidade, 50\$000 (cinquenta mil réis); em Carazinho, 70\$000 (setenta mil réis). Assinantes, 10\$000 (dez mil réis por mês), em ambas as localidades. A transmissão de recados nos postos rurais, até 50 palavras custava 1\$000 (um mil réis). Quando o próprio interessado transmitia o recado, o valor do serviço era de 1\$500 (um mil e quinhentos réis).

Em 27 de março de 1914, o concessionário Jovino da Silva Freitas transferiu o serviço à firma J. Zacharias e Cia.



No ano seguinte, era firmado um contrato com a Secretaria de Obras Públicas do Estado, para a ampliação da rede telefônica entre Passo Fundo e Erechim (hoje Getúlio Vargas), Erechim a Paiol Grande (depois Boa Vista do Erechim, José Bonifácio e hoje Erechim), Erechim a Sananduva e Paiol Grande a Treze de Maio.

Com essa ampliação, em 1916, a firma concessionária transferiu-a para o sr. João Langaro, que em 1917, iniciou a construção da linha da Cidade a Marau. Em 1918 a linha telefônica já contava 712 quilômetros e 140 aparelhos, tendo, nesse ano, sido transmitida, a exploração de serviço, ao coronel João Ganzo Fernandes. Em 1919 a rede pertencia à Empresa Telefônica, de que era diretor o mesmo João Ganzo Fernandes. Em Passo Fundo era gerente o sr. Luiz Bauer.

Em 1923 a Companhia Telefônica Riograndense assumiu a administração, estabelecendo o serviço de fonogramas com os pontos do Estado onde mantinha o serviço telefônico.

A década de 1970, considerada a das "Comunicações" trouxe vantagens várias de intercâmbio, onde o DDD (discagem direta à distância) muito tem favorecido.

FATOS DE 1873

O ano de 1873 assinalou-se por chuvas torrenciais em toda a Província, provocando sérios danos à economia pública e particular.

Nesse ano, por decreto n. 5.469, de 19 de novembro, criaram-se as moedas de 40 réis, em cobre, e que passaram a circular no ano seguinte.

O presidente da Câmara de Passo Fundo, sr. Cândido Lopes de Oliveira, nesse 1873, foi eleito deputado provincial,



indo assumir em Porto Alegre, quando passou o cargo de Presidente da Câmara, ao vereador mais votado, e que era o cidadão Jerônimo Savinhone Marques.

O dr. Cândido Lopes de Oliveira, que integrava a bancada liberal, por Passo Fundo, apresentou um projeto de lei, no sentido de preservar os pinheirais da região, notadamente na Serra do Botucaraí, ante a faina destruidora dos machados e das queimadas.

O interesse pelo equilíbrio ecológico tinha sido recomendado pelos nossos governantes que, até mesmo, através dos títulos de propriedade rural, fornecido pelos governos dos Estados a postulantes, era exigido obrigações dos proprietários (Lotes Rurais), de acordo com o extrato do decreto n. 4.063, de 11 de maio de 1928, que prevê sobre a concessão de lotes coloniais.

Por gentileza do sr. Caio M. Machado, chegou às nossas mãos, um título expedido pelo Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, dr. Getúlio Vargas e datado de 30 de abril de 1929, com a seguinte apresentação: numa folha já amarelecida pelo tempo, vê-se ao alto, à esquerda, o emblema da República e à direita, o emblema rio-grandense; a seguir lê-se o direito de posse com as confrontações e o pagamento do valor do lote rural.

Após a assinatura do Presidente do Estado, lê-se: "Título de Propriedade do lote rural n. 63, da 1a. Secção, Marau, 5.º Distrito de Passo Fundo, passado a favor de Camillo Trentin".

No verso do referido título lê-se as obrigações dos proprietários e entre elas: "art. 9 - O concessionário do lote rural está sujeito às seguintes condições das matas: a) em lote cujas matas ainda estejam por ser exploradas industrialmente, fica obrigado à conservação das mesmas na metade da área total; c) só poderão ser feitas novas derrubadas, além das autorizadas, depois do replante de áreas equivalentes com árvore de



valor industrial, de dois anos para cima; d) são proibidas as derrubadas nas nascentes dos cursos d'água, num raio mínimo de cem metros, salvo o espaço necessário ao estabelecimento de moradia, e até a superfície máxima de mil metros quadrados; porém serão computados nas reservas estabelecidas por este artigo as matas conservadas nas nascentes.

Parágrafo único - O infrator das disposições deste artigo fica sujeito à multa de 5\$000 a 10\$000 "(cinco a dez mil réis)" por are de mata que derrubar. Art. 11.o- Além das obrigações do art. 9, fica o concessionário do lote rural sujeito ao regime florestal estabelecido em regulamento ou instruções"

O lote em apreço media duzentos e setenta e oito mil novecentos e cinco metros quadrados, à razão de três réis (\$003), o metro quadrado, num valor total de oitocentos e trinta e seis mil setecentos e quinze mil réis (836\$ 715).

Lamentavelmente os deveres para com a terra foram relegados ao passado e, hoje, com a mecanização da lavoura, com o uso abusivo dos inseticidas ou fungicidas, com a ganância do homem em mais ter, foi esquecido a preservação das nossas águas e aí está a poluição e a desmatção.

Alegremo-nos em saber que ainda há alguém que pensa para os pósteros, pois, em decreto n. 1/77, na gestão do prefeito Edú V. de Azambuja, foi tornado imune de corte as árvores ornamentais da cidade de Passo Fundo, bem como as que lembram, na cidade, o esforço do passado. Esse decreto municipal veio reforçar a Sociedade Botânica de Passo Fundo, de vivência quase recente e que muito fará contra a faina depredadora dos inconscientes e irresponsáveis.



A VELHA ECONOMIA DO MUNICÍPIO

Em 1874 o comércio de exportação do município de Passo Fundo, consistia na leva de animais muares para a feira de Sorocaba (São Paulo); na leva da erva-mate para os mercados do Uruguai e Rio da Prata; na leva de pedra ágata para as fábricas da Alemanha. Os campos cortados de regatos cristalinos e bordados de capões de matas, convidava à criação de gado vacum, com boa aguada para o verão e belos capões para abrigo no inverno.

As fazendas de criar, em grande escala, não ofereciam mais, seguros resultados, uma vez que a indústria pastoril serrana dependia do sul da Província e este, importado com custo, abria larga verba na folha das despesas, não podendo, assim, suportar, nas charqueadas, a concorrência dos similares que afluíam de outros pontos do Estado sulino.

O comércio de bestas era precário, de ano para ano, já pela flutuação do preço, sempre variável, já pelo retalhamento do solo, consequência inevitável das leis divisórias garantidora da igualdade nos quinhões hereditários. Houve tempo que esse comércio trouxe abundância de numerário ao município, enriquecendo os criadores e dando opulência àqueles que se dedicavam à compra e venda de mulas.

A erva-mate era o recurso da pobreza, contudo a ambição desvairada, falsificou a manipulação dessa indústria, provindo, daí, o descrédito da erva-mate Serrana, que, em qualidade, rivalizava com a erva paraguaia, tendo sido, até mesmo, reconhecidamente superior à do Paraná.

O sistema adotado pelo Código de Posturas para prevenir os abusos da fabricação e conservação dos ervais, pouco adiantou, pois campeava ativa a especulação.

O machado destruidor e o fogo, trabalharam na extinção



da árvore preciosa que cada vez se tornava mais rara e mais distante.

O município, quase todo ele, era uma vasta jazida de pedras ágatas. A princípio, esparsas pela superfície do solo, eram facilmente acumuladas, pesadas e vendidas por preço ínfimo. As pedras dessa espécie, listradas, eram encontradas no Campo do Meio e eram muito apreciadas na Alemanha, onde a matéria prima se transformava, pela indústria, em delicados artefatos.

Mulas, erva-mate, pedras, constituíram o comércio de exportação de Passo Fundo, que se desenvolveu pelo tempo adiante, robustecendo-se com novos produtos, novos agentes da riqueza pública, tais como a madeira de construção, aguardente, açúcar, farinha, fumo e grãos.

O ENSINO EM PASSO FUNDO

Do relatório da Câmara Municipal à Assembleia Provincial, datado de 1874, lê-se o seguinte:

"É de lamentar profundamente o atraso da instrução neste município. Convém alguma coisa fazer que reanime a esperança abatida num assunto de tamanha gravidade. Quase se pode afirmar que a instrução não existe. E todavia é ela a aspiração unânime dos tempos modernos; coluna de fogo guiando a democracia através de áridos desertos. Sem ela mergulham-se os povos nas densas calingens da ignorância; com ela aproximam-se cada vez mais de seu ponto objetivo: a perfectibilidade humana. Se a geração que se levanta não for banhada de luz, em seu berço, o porvir será uma calamidade".

Continuando o relatório diz:

"Só quatro cadeiras de primeiras letras conta o município



ou comarca. Três, todas vagas, para o sexo masculino, nesta vila, em Nonoai e Soledade; uma única para o sexo feminino, a qual se acha provida, é regularmente frequentada e vai dando frutos apetecidos. Para uma população aproximadamente de 18.000 almas, concordareis que, sem hipérbole, o quadro é desanimador e lúgubre. É com bastante sensibilidade e mágoa que a Câmara expõe a verdade de que, neste particular, se observa nos sete distritos do termo. Mas, tendo em mira a imperiosa necessidade do pão do espírito, que deve ser repartido com igualdade, externou-a para concluir, pedindo ao vosso previdente e esclarecido patriotismo a criação das seguintes cadeiras do ensino de primeiro grau: uma para meninos, no 2.o Distrito (Campo do Meio); uma para meninas, no 3.o Distrito (Nonoai); uma para meninos, no 4.o distrito (Jacuizinho); uma para meninos, no 5.o Distrito (Restinga); uma para meninas, no 6.o Distrito (Soledade); uma para meninos, no 7.o Distrito (Lagoão). Em resumo: seis cadeiras para meninos e duas para meninas".

"Sem dúvida, a instrução reclama largas dotações, e seu lado econômico é uma barreira fortíssima. Não importa uma vez que é ela a fonte límpida do trabalho, jorrando a riqueza pública. A despesa com a dotação do ensino, diz uma autoridade na matéria, é a semente lançada à terra da inteligência, de que brota cento por um. É uma verdade inconcussa. Vós, senhores enriquecidos pelos tesouros da ciência, do alto do vosso patriotismo, não negareis o óbulo do saber a centenas de crianças que, continuando no obscurantismo, crescerão vegetando, e hão de ser apenas viventes, em vez de cidadãos distintos da Pátria livre".

Em 22 de fevereiro de 1875, a Câmara pedia uma verba de um conto de réis para a fundação de uma biblioteca. Não há registro de que tal aspiração fosse atendida.



SISTEMA MÉTRICO FRANCÊS

Em aviso circular n. 14 de setembro de 1877, requisitou o ministro da Agricultura "minucioso e completo esclarecimento acerca do modo porque, nesta Província, se observam a lei, o regulamento e a disposição em vigor, concernentes ao uso do sistema métrico francês de pesos e medidas".

Por cumprimento do citado aviso o Presidente da Província, desembargador Francisco de Faria Lemos (Relatório de 10 de fevereiro de 1878), exigiu informações às Câmaras Municipais. Segundo o historiador passo-fundense Antonino Xavier, o novo sistema entrou em vigor, no município de Passo Fundo, em setembro e foi recebido sem relutância pelo comércio.

ASSOCIAÇÕES DA CIDADE NO PASSADO

1 - SOCIEDADE EMANCIPADORA DAS CRIANÇAS NEGRAS DO SEXO FEMININO

Essa Sociedade foi fundada a 13 de agosto de 1871, antes da Lei do Ventre Livre, cuja promulgação só veio ocorrer a 28 de setembro do mesmo ano. A finalidade era remir do cativeiro as crianças que, utilizando os fundos sociais da Sociedade, pagassem a sua libertação. A Sociedade passou a ter o nome de "Sociedade Emancipadora Passo-fundense", sendo, seu primeiro presidente, o dr. Cândido Lopes de Oliveira e secretário o Major Antônio Ferreira Prestes Guimarães, ambos eleitos por aclamação.

A mensalidade alcançava o valor de 4\$000 (quatro



mil réis). No ato da fundação, quatro sócios além de pagarem adiantadamente a sua mensalidade, deram o valor da liberação de quatro crianças escravas, que havia em seus poderes. Após a Lei do Ventre Livre essa Sociedade deixou de existir.

2 - LOJA CONCÓRDIA III

Surgiu em 1875, tendo como primeiro presidente o venerável cidadão de cidadania alemã e ilustre filho adotivo de Passo Fundo, Adão Schell. A primeira sede da Sociedade foi na rua Paissandu, esquina Sete de Agosto (ala norte).

3 - CLUBE AMOR À INSTRUÇÃO

Em 15 de fevereiro de 1883, um grupo de moços da sociedade passo-fundense, fundaram o Clube Amor à Instrução, sendo eleito, como presidente, Gasparino Lucas Annes e secretário Pedro Lopes de Oliveira. A primeira sede foi na rua do Comércio, hoje Avenida Brasil, cuja sede, demolida, deu lugar à casa de número 929, na mesma Avenida.

Em 1888 foi iniciada a construção do edifício onde se instalaria o Clube, sendo, a referida construção, no local onde a Câmara de vereadores, dela fez uso, à Avenida Brasil, até 1976.

Em sessão de 28 de dezembro daquele ano a Câmara Municipal embargou a obra, encarregando o advogado Antônio Ferreira Prestes Guimarães do serviço forense relativo ao caso.

O motivo de tal embargo consistia em ter sido a obra projetada para dentro do alinhamento da rua respectiva (rua do Comércio).

A 11 de janeiro do ano seguinte, porém, a edilidade comunicava ao mesmo procurador que, em vista de ofício da mesma comissão construtora, esclarecendo que o Clube resolverá completar o edifício com um saguão alcançando aquele alinhamento, suspenso fosse o embargo.



A referida Sociedade fundou uma biblioteca em sua sede, tendo para isso, muito concorrido o dr. Domingos Augusto de Azevedo.

Em 1887 o Clube já encontrava em seu novo prédio, onde as reuniões semanais, iniciadas em 1885, tiveram vivência entusiasta até 1892, quando o ânimo da população começou a tomar caráter político e revolucionário.

O acervo da biblioteca que para a época era considerado rico e valioso, foi, no período revolucionário, devassado e desaparecido na sua maioria.

Em pesquisa realizada na biblioteca do saudoso passo-fundense dr. Araújo Vergueiro, nosso particular amigo, foi possível reunir dados referentes aos nomes dos livros que foram encontrados em 1895, mas com séries truncadas, estado em que, afinal, veio desaparecer de todo.

Eis o que foi possível relacionar, em nomes: Coleção Ilustrada de jornais da Corte, Arquivo Poético, Os Predestinados, Os Lobos de Paris, A Calúnia, O Bígamo, A Cidade do Vício, Os filhos da Fé, Coleção de jornais da Capital da Província, Discursos do Barão de Cotegipe (1888), Processos instaurados contra o dr. Miguel Rodrigues Barcellos, Notícias Políticas do Brasil, A Atriz Apolônia. Comentários locais.

Nas reuniões semanais eram debatidas teses, anteriormente preparadas, defendidas por sócios escolhidos e cujos temas eram os mais variados. Entre eles poderemos citar: O que tem sido benéfico ao Brasil: As armas ou literatura? O que é direito da força? Qual a influência que exerce o cristianismo sobre o homem? O que se deve preferir para a educação de uma criança; O homem ou a mulher?

O Clube tinha seu estandarte, bordado gentil e primorosamente pela professora Maria Izabel Mendes e, na sessão de dois de dezembro de 1884, foi-lhe dado, em ata, um voto de gratidão.



Em 1899 o Clube foi reorganizado, contudo, dessa data, até 1920, não há registro que comprove a sua atuação, como Clube Literário.

Em 1898, ou seja, um ano antes de sua reorganização, recebeu os espólios do extinto Clube Literário e Recreativo, aqui fundado em 1897.

Com a revolução de 1893 o Clube, ou seja, a sua sede, passou a ser ocupada pelas tropas beligerantes, ora de uma facção, ora de outra.

A 27 de dezembro de 1920, pelo ato número 356, foi desapropriado pela Intendência, hoje Prefeitura, o antigo edifício do Clube "Amor à Instrução"; antes de sua desapropriação serviu de moradia do Grêmio Dramático Passo-fundense que nele construiu um palco para suas apresentações teatrais e, quando dissolvido, ali deixou seus espólios.

Serviu, também, de local das oficinas do jornal local "O Gaúcho", foi a primeira sede do Clube Pinheiro Machado, Fórum, nele foi instalado a primeira Escola Complementar da região do Planalto e Missões, posteriormente Escola Oswaldo Cruz, e hoje EENAV; em 1932 foi utilizado pela Prefeitura Municipal com respectiva Seção de Eletricidade, após, serviu como Câmara de Vereadores até 1976, estando, atualmente, tombado como patrimônio histórico, nele funcionando, com a licença da Municipalidade, instituições várias.

4 - CLUBE LITERÁRIO E RECREATIVO PASSO-FUNDENSE

Com esta denominação, foi instalado, a primeiro de março de 1891, uma outra associação, que, porém, teve efêmera existência, em face da situação revolucionária de 1893 que assolou, com consequências desastrosas, o nosso município. Foi seu presidente Pantaleão Ferreira Prestes.



Clube Literário e Recreativo, sem ligação com o precedente, que já não existia mais, era fundado a 25 de março de 1897, um outro, sendo seu presidente o ilustre historiador passo-fundense, Francisco Antonino Xavier e Oliveira. Criou, esse Clube, um corpo cênico de amadores e, reconstruído parte do velho e arruinado teatro que havia no centro da face oriental da Praça Tamandaré, aí encenou vários dramas e comédias, com relativo sucesso.

Do mesmo corpo cênico participaram: o aludido presidente e os consócios Alfredo Pinheiro, Antônio Schell, Argemiro de Quadros, Aristides Prestes Guimarães, Armando de Araújo Annes, Arthur Morsch, Arthur Schell Issler, Augusto Schell Loureiro, Benjamin Siqueira, Brasilico Lima, Herminio de Sá Lima, Ildefonso Xavier e Oliveira, Inocêncio Schleder, João Brandisio de Almeida, João Schell Sobrinho, Osório Roca Ribeiro, Ricardo Rico e Saul Fortunato dos Santos.

Embora não fazendo parte desse corpo cênico, muito o auxiliaram, também fazendo papéis em uma das representações realizadas, os cooperadores Nicolau de Araújo Vergueiro (então estudante ainda), Luiz Vilanova, Leandro Ferraz Missel, Alberto Xavier Falkembach e Antônio Augusto Graeff.

Em 1898 fundiu-se ao "Clube Amor à Instrução".

Da fusão é conhecida a seguinte ata:

"Ata da entrega do espólio do Clube Literário e Recreativo a Comissão nomeada pelo sr. Presidente do Clube "Amor à Instrução".

"Aos dezessete dias do mês de junho de mil oitocentos e noventa e oito ao meio dia, na sala da residência do sr. cidadão Francisco Antonino, presente aos membros da comissão... "foram entregues os objetos constantes da ata segunda do livro de liquidação e mais a quantia 50.680 (cinquenta mil seiscentos e oitenta réis), saldo encontrado na tesouraria segundo verificou-se.



Não havendo nada a tratar-se, lavrou-se a ata, que vai assinada pelos presentes e que eu Francisco Antonino, servindo de secretário escrevi".

Seguem-se assinaturas: Napoleão Cesar Bueno, Eduardo Manoel de Araújo, João de Oliveira, Brasilico Gabriel de Oliveira Lima e Francisco Antonino. Deixaram de comparecer, com motivo justificado, os membros Alfredo Pinheiro, Antônio Schell Loureiro e Armando de Araújo Annes (membro da comissão).

O arrolamento do Clube Literário e Recreativo contava de 179 peças assim distribuídas: móveis, utensílios, cenários, livros, bastidores, madeiras e outros objetos.

5 - SOCIEDADE SOCORROS MÚTUOS UNIÃO OPERÁRIA

Essa Sociedade foi fundada a 10 de abril de 1897, com a seguinte diretoria: Presidente - Juvêncio José de Farias' Vice-Presidente - Venâncio Rodrigues Corrêa; Secretário - Cesar Brandão; Tesoureiro - Quintino Lamachia; Fiscal - Herminio de Souza; Diretor - José Bernardino de Almeida; Prolator - Selbert; Vigilante Tertuliano Joaquim de Moraes. Essa Sociedade visava aglomerar todos os operários da cidade e mais aqueles que prestassem serviços a futura estrada de ferro que aqui estava chegando, contudo teve pouca duração.

6 - LOJA CONCÓRDIA DO SUL

Sucessora da Loja Maçônica Concórdia III que fora fundada na década de 1870, pelo ilustre Adão Schell, seu primeiro venerável, a Loja Concórdia do Sul teve sua instalação oficial em 11 de maio de 1889 e regularizada a 17 de setembro do mesmo ano.

O primeiro Venerável da Concórdia do Sul foi Pantaleão Ferreira Prestes.



A primeira sede foi na rua Paissandu, esquina com 7 de Agosto, ala norte.

Já no presente século a Loja Concórdia III foi instalada no prédio onde hoje se encontra a Avenida Brasil número 239.

7 - GRÊMIO DRAMÁTICO PASSO-FUNDENSE

Foi fundado em primeiro de junho de 1899, sendo primeiro presidente o cidadão ilustre Antonino Xavier e Oliveira.

O Grêmio construiu um palco no edifício do Clube "Amor à Instrução" local onde levou à cena várias peças teatrais, inclusive da autoria de seu presidente. Teve na imprensa um órgão denominado "O Palco", que pouco durou.

Salvo algumas alterações, os seus elementos cênicos foram os mesmos do Clube Literário e Recreativo.

8 - SOCIETÀ ITALIANA DI MUTUO SOCORSO

Foi fundada em 21 de maio de 1901 e teve a primeira diretoria assim constituída: Presidente - Quintino Lamacchia; Vice-Presidente - Francisco Amorelli; Secretário - Emilio Agostini; Tesoureiro - Giovani Stefani; Revisor - Micheli Conti; Procurador- Luigi Ricci; Conselheiro - Pietro Testa. Foram também fundadores, além dos citados, os cidadãos Aurélio Pavinato, Bortolo Spinato, Cario Sartori, Giuseppe Conti e Manoel Zeni.

Em 14 de junho do mesmo ano, acrescentou à sua denominação o título "Iolanda Margheritta Di Savoia"; a sede foi à rua Moron 1569 (Praça Marechal Floriano).

Conforme ata número 501, de trinta de outubro de 1937, era inaugurada a nova sede na rua Bento Gonçalves (Praça Marechal Floriano), tendo, na ocasião, usado a palavra, em língua italiana o médico italiano radicado em Passo Fundo,



dr. Dino Caneva; em português, usou da palavra o sr. Pedro Avancini. Era, então presidente o sr. Olívio Giavarini.

As atas da sociedade eram feitas em língua italiana; a última ata registrada em italiano teve número 529, com data de vinte e seis de maio de 1938, quando a Sociedade foi transformada em Clube Caixeiral, sendo, na ocasião, presidente o sr. Dionísio Langaro.

A transformação da Sociedade Italiana em Clube Caixeiral, deu-se em consequência do Decreto Federal número 383 de 18 de abril de 1938, quando, pelo Estado Novo, todas as entidades com nomes estrangeiros foram nacionalizadas.

A primeira ata como Clube Caixeiral foi lavrada no dia vinte e seis de abril de 1938.

O sr. Dionísio Langaro foi o último presidente da Sociedade Italiana e o primeiro do Clube Caixeiral. Esse Clube passou a ocupar a mesma sede da Sociedade Italiana, por ser seu sucessor.

Como presidentes passaram pelo Clube Caixeiral: Dionísio Langaro, Antônio Giavarini, Ocidentino Fontoura, Orestes Bergamaski, Eleodoro Antunes Raimundo Nazari, Oracely Silveira, Dionísio Langaro (segunda vez), dr. Álvaro Vargas Junqueira, dr. Nelson Serpa ocupa atualmente a presidência, 1982.

Quando da fundação da Sociedade Italiana a sede foi no Boqueirão, mudando-se, logo após, para o endereço já citado, na Praça Marechal Floriano.

A princípio a Sociedade era formada somente de sócios italianos, abrindo mais tarde para brasileiros, com a ressalva de não poderem ser votados, mas poderiam votar.

O brasileiro Manuel Thomaz Rosendo, pai da autora deste livro fez parte dessa modalidade de brasileiros, aceito na comunidade italiana dessa Sociedade.

Outro italiano aqui radicado na primeira década deste



século foi o ilustre cidadão João de Cesaro, amigo incansável de Passo Fundo, construtor e homem de negócios; foi presidente da Sociedade Italiana na década de 1930, e, como construtor, foi responsável pela construção da nova sede da Sociedade (1.º bloco, ala norte), onde em 30.10.1937, era inaugurada a Sociedade Italiana "Margueritta Di Savoia".

Nos fundos da Sociedade, uma cancha de bocha muito divertiu os associados, pois fazia, como esporte, o gênero do povo italiano.

Quando da construção da nova sede da Sociedade foi pensado fazer uma sala onde pudesse funcionar um cinema, cuja finalidade seria carrear rendas para o Clube, contudo venceu a ideia da cancha de bocha, que foi construída.

Inesquecíveis bailes de gala, como o da inauguração da nova sede, em 30.10.1937, quando dançou-se a "Poloniase", creio uma das últimas vezes que se fez ouvir o idioma da imortal França.

Maravilhosas orquestras típicas, belos conjuntos orquestrais deixaram seus ecos gravados não só nos salões do Clube Caixeiral, mas, também, no coração e na alma daqueles que tiveram a felicidade de participarem das belas reuniões.

Os carnavais, onde o brilho da fantasia, o balanço das plumas, o garbo dos blocos, o eco das canções, os hábitos corretos dos participantes, o entusiasmo e alegria contagiante dos velhos e moços, o respeito e o equilíbrio dos folguedos, marcaram época na vida da ex-Sociedade Italiana, hoje Clube Caixeiral.

A Sociedade Italiana manteve uma Banda de música chamada "Banda da Sociedade Italiana", com 25 figurantes e que muitas festividades abrilhantou mais ou menos de 1918 a 1925. Os músicos eram todos ligados à Sociedade, nada ganhavam e mantinham o próprio uniforme; dela faziam parte membros da família Delia Méa, Biazus e outros.



9 - CLUBE PINHEIRO MACHADO

Fundado a 16 de março de 1904, tomou essa denominação em homenagem ao dr. José Gomes Pinheiro Machado, então Senador da República. Esse ilustre rio-grandense passou a ser Presidente Honorário do Clube que levou o seu nome.

Surgiu o Clube Pinheiro Machado para a defesa dos interesses do Partido Republicano local, pelos meios indicados em seus estatutos, finalidades para o qual adotou o lema "Um por todos, todos por um". Sua primeira diretoria eleita, à título provisório, teve por Presidente, Afonso Caetano de Souza, Secretário, Afonso Gabriel de Oliveira Lima, Orador - Francisco Antonino Xavier e Oliveira, Tesoureiro - Claro Pereira Gomes; a instalação do clube Pinheiro Machado foi no salão do Clube "Amor à Instrução".

Em 1915, estando na presidência do Clube o cidadão Brasilico Lima, foi adquirido o terreno, a Avenida Brasil, onde hoje é sede da Academia Passo-fundense de Letras, n. 792.

Segundo reproduções fotográficas de microfilmes do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, foi constatado que a compra do referido terreno realizou-se aos trinta dias do mês de maio de 1915, sendo vendedores o dr. Herculano Trindade e esposa Lucinda Lima Trindade, e comprador, o Clube Pinheiro Machado, representado pelo seu presidente Brasilico Lima. As dimensões do referido terreno alcançavam quarenta e cinco palmos de frente e duzentos e cinquenta de fundos.

A construção da casa, sede do Clube, foi realizada logo a seguir, contudo, o livro de atas, iniciado em 1904, dele não há notícia, razão pela qual, somente em 1920 há novos registros de atas do Clube.

Em 19 de outubro de 1920, em novo livro, estão registradas atas que confirmam a continuação da vivência do



Clube Pinheiro Machado. Nesse dia, assumiu interinamente a presidência, o cidadão Gabriel Bastos, ficando a Comissão de Contas com o sr. Joaquim Pedro Daudt, Ângelo Pretto e Coronel Aníbal da Silva Lemos. A Vice-Presidência coube ao Coronel Horácio Bastos, secretário, Mario de Lemos Braga, tesoureiro, João Baptista de Oliveira Mello,

Nessa ocasião foi assentado a volta do estandarte do Clube com o lema existente desde a sua fundação.

A Diretoria constituída, interinamente, foi confirmada, apenas com alteração de tesoureiro que passou a ser desempenhado pelo cidadão Bonaparte Lima Costa, em 1921.

Nesse mesmo ano a Diretoria contraiu um empréstimo de 1:000\$000 (um conto de réis), para melhoramento no edifício do Clube, com juros de 12 por cento ano, no Banco da Província.

Ainda em 1921, foi aberta a concorrência pública para uma Copa a ser instalada no recinto do Clube, pois, havia caráter social conforme o artigo 4 dos Estatutos.

Em 1929 foi eleita uma Diretoria que ficou assim constituída: Presidente, Dr. Nicolau de Araújo Vergueiro; Vice-Presidente, Cantídio Pinto de Moraes; Secretário, Torquatto Antônio Gomes; Tesoureiro, Mario de Lemos Braga; Orador, Dr. Ney de Lima Costa; Bibliotecário, Maximiliano Pereira Ávila.

Nessa época, os encontros políticos e sociais do Clube foram de grande entusiasmo.

Em ata datada de vinte de fevereiro de 1923, lê-se o seguinte:

"Aos vinte dias de fevereiro de mil novecentos e vinte e três, às oito horas da noite, no salão nobre do Clube Pinheiro Machado, presentes crescido número de sócios, convidados e muitas senhoritas, estas formando alas a entrada do salão, receberam com uma chuva de flores ao Exmo. Sr. General



Firmino de Paula, que tinha sido convidado para o ato; fora acompanhado, do hotel onde se hospedava, por uma comissão e à porta do Clube, recebido pelo presidente e membros da Diretoria, tomando assento a mesa, ao lado do mesmo presidente, Dr. Nicolau de Araújo Vergueiro.

Aberta a sessão, o sr. presidente, expondo o fim dela, que era prestar homenagem ao aludido sr. General Firmino de Paula, a quem fez referências e alto apreço, deu palavra ao orador do ato, Antonino Xavier, que dissertou sobre a personalidade do homenageado, pondo em relevo os seus extraordinários serviços à República, e particularmente acentuando a alta cooperação que ao Partido acaba de prestar, organizando rapidamente uma coluna de forças legais e com ela vindo levantar o sítio desta cidade. Terminou o mesmo orador, erguendo um viva mesmo ao General, viva esse que foi calorosamente correspondido pelo auditório. Seguiu-se com palavra, em nome do homenageado, o Exmo. Sr. Homero Martins Baptista, proferindo substancioso discurso, que foi vivamente aplaudido. Ato contínuo, ninguém mais fazendo uso da palavra, foi a sessão encerrada, servindo-se uma taça de champanhe aos presentes e, sendo aí, levantados entusiásticos vivas ao General Firmino, ao Diretor, Dr. Vergueiro, ao Partido Republicano e ao Dr. Borges de Medeiros. Durante a sessão se fez ouvir a orquestra do professor Orminio de Freitas Ubaldo, tocando peças do seu repertório. E, para constar, se lavra a presente ata que eu, Antonino Xavier, secretário, escrevi."

Pelo relatório de 1923, o patrimônio do Clube alcançava o valor de 50.000\$000 (cinquenta contos de réis) e o número de sócios somava 103.

A Diretoria eleita em 1922 permaneceu até 1926 com algumas alterações: para Vice-presidente foi escolhido o sr. Henrique Scarpellini Ghezzi e o Conselho Fiscal contou com os srs. Luiz Meira, Ordenei Monteiro e Oscarlino José Bernardes.



Em 1927, por aclamação, o Dr. Nicolau de Araújo Vergueiro foi reconduzido à presidência do Clube, convidando para permanecer na Vice-presidência o sr. Henrique Scarpellini Ghezzi, passando a integrarem a Comissão Fiscal os srs. Armando Araújo Annes, Coronel Edmundo de Oliveira e Virgílio Porto.

Não há registro de atas nos anos de 1928 a 1934, contudo, sabe-se que, em 1929, quando instalada a Escola Complementarem Passo Fundo, ocupou o edifício do Clube Pinheiro Machado, por aquiescência de sua Diretoria, sendo presidente o então Intendente Dr. Vergueiro.

Em 1932, a Escola Complementar transferiu-se para o prédio da ex-Câmara de Vereadores, passando o Clube a ter nova diretoria. Ocupou a presidência o sr. Arthur Langaro e a Vice o sr. Bráulio Estivallet.

Em ata data de 16 de março de 1935, foi eleita a última diretoria do Clube: Presidente, Frederico Graeff, Vice-presidente, dr. Tenack Wilson de Souza, Conselho Fiscal, Cândido Pinto de Moraes, Herminio Silveira e Arthur Langaro, para o cargo de Secretário e Tesoureiro foi empossado o sr. João Corrêa Borges.

Nessa ocasião o Clube tratou de vários assuntos de caráter político com relação a Frente Única. Usou a palavra o sr. José Knoll.

Na ocasião, o Tenente Cúrio de Carvalho fez veemente apelo aos demais sócios do Clube para que comparecessem habitualmente, ao Clube, todas as noites às 20 horas, a fim de haver mais conagraçamento do Clube, através de seus representantes.

Nenhum registro existe dos trabalhos desenvolvidos nos anos de 1936 a 1937.

Em consequência das alterações criadas com a implantação do Estado Novo, o Clube Pinheiro Machado passou para o



domínio da Prefeitura que, em 1938, por cedência do então prefeito, sr. Arthur Ferreira Filho, nele se instalou o Grêmio Passo-fundense de Letras, cuja sessão da fundação foi realizada no dia sete de abril de 1938.

A primeira diretoria provisória ficou assim constituída: Presidente, Arthur Ferreira Filho; Vice-Presidente, Gabriel Bastos; Secretário Geral, Sante Umberto Barbieri (líder do movimento que deu origem ao Grêmio Passo-fundense de Letras e membro - Delegado da Academia Rio-grandense de Letras); 1.o Secretário, Verdi De Cesaro; 2.o Secretário, Lucila Scheleder (Ronchi); Tesoureiro, Daniel Dipp; Bibliotecário, A Athos Branco da Rosa.

Em reunião realizada em 29 de abril, foram aprovados os estatutos.

No período de 19.08.1938 a 16.09.1939, não foram realizados nenhum encontro do sodalício.

Além da Diretoria, foram sócios fundadores: Aurélio Amaral, Armando de Souza Kanters, Boeira Guedes, Celso da Cunha Fiori, Francisco Antonino Xavier e Oliveira, Gomercindo dos Reis, Herculano Araújo Annes, Heitor Pinto da Silveira, Nicolau de Araújo Vergueiro, Onildo Gomide, Pedro Silveira Avancini, Píndaro Annes, Sabino Ribas Santos, Túlio Fontoura, Oscar Barbieri.

Em 16.09.1939, foi reorganizado o Grêmio Passo-fundense de Letras, com organização dos estatutos, tendo sido registrado em ata um voto de louvor ao ex-presidente Arthur Ferreira Filho, proposto pelo sr. Túlio Fontoura. Essa sessão foi presidida pelo sr. Antonino Xavier e Oliveira, acadêmico fundador, o qual ocupou a presidência até 20.12.1940.

Nessa segunda fase de vida do Grêmio, seguiram-se os seguintes presidentes: Verdi De Cesaro (eleito por 5 mandatos consecutivos), José Pedro Pinheiro, Verdi De Cesaro (eleito por mais quatro mandatos consecutivos), Celso Fiori, Verdi De



Cesaro, Saul Sperry Cesar, Sady Machado, Mario Hoppe, Sabino Ribas Santos, Celso Fiori, Gelásio Maria, Rômulo Teixeira, José Gomes, o qual foi o último presidente dessa fase de vida literária do Grêmio Passo-fundense de Letras.

Em sessão realizada em 20 de maio de 1960, sob a presidência do Cônego José Gomes, ficou liberado alterar-se a denominação de Grêmio Passo-fundense de Letras, para "Academia Passo-fundense de Letras", alteração dos estatutos, sendo encarregado da elaboração dos mesmos os acadêmicos Túlio Fontoura e Mário Braga Júnior.

A Academia Passo-fundense de Letras foi instalada no dia 7 de abril de 1961 e a primeira diretoria ficou assim constituída: Presidente, Celso Fiori; 1.º secretário. Túlio Fontoura; 2.º vice-presidente, Mario Braga Junior; Secretário General Arthur Sussembach; subsecretário Paulo Giongo; tesoureiro, Verdi De Cesaro; tesoureiro-adjunto, Rômulo Teixeira; bibliotecário-adjunto, Gomercindo dos Reis.

O presidente Celso Fiori foi eleito por mais um mandato consecutivo, seguindo-se Cesar José dos Santos, Aurélio Amaral, Pe. Umberto Lucca, reeleito por mais um mandato consecutivo. Celso Fiori (1966-1970), Benedito Hespanha (1971-1972), Delma Rosendo Gehm (1972-1973), Romeu Plthan (1973 o mandato foi concluído pelo vice-presidente, acadêmico Paulo R. Ceratti), Benedito Hespanha (1975-1978), Paulo Ceratti, 1979.

Pelo decreto número seis, de dois de abril de 1940, o então prefeito municipal, Arthur Ferreira Filho, foi criada a Biblioteca Pública Municipal, que, pelo seu artigo 2.º, passou a funcionar na sede do Grêmio Passofundense de Letras, pelo artigo 4.º a organização interna da Biblioteca e seu funcionamento deveriam ser estabelecidos em regulamento especial, a ser elaborado pelo Grêmio Passofundense de Letras, e aprovado pela Prefeitura Municipal.



A Biblioteca assim funcionou até o governo municipal de Edú V. Azambuja (1973-1976).

Fazem parte da Academia Passofundense de Letras, os seguintes acadêmicos: Alcione Niederauer Corrêa, Antônio Donin, Benedito Hespanha, Celso da Cunha Fiori, Delma Rosendo Gehm, Daniel Viuniski, Eliomero Moura, Eurípedes Facchini, João Roman Vieda, Jorge Niederauer de Lima, Jurema Carpes do Valle, Juan Pedro Ottenstein, Maria de Lourdes Paes Leme, Mario Daniel Hoppe, Paulo Giongo, Paulo Renato Ceratti, Paulo Roberto Diehl, Pedro Ari Veríssimo da Fonseca, Ricardo Stolfo, Rômulo Cardoso Teixeira, Sabino Ribas Santos, Tenebro dos Santos Moura, Ubiratan Porto, Verdi De Cesaro e Ziza Araújo Trein.

10 - ACADEMIA PASSOFUNDENSE DE LETRAS

Ocupa sua sede própria, desde o dia 18 de novembro de 1971, conforme ata registrada no livro de Atas do Clube Pinheiro Machado: "Aos dezoito dias do mês de novembro de mil novecentos e setenta e um, por convocação do sr. presidente do Clube Pinheiro Machado, sr. Frederico Graeff Filho, reuniram-se, em sua residência Avenida Brasil, número 1061, a convite verbal do sr. Presidente. Em presença da maioria dos sócios vivos, conforme Livro de Registro dos sócios do Clube pinheiro Machado, foi decidido, após detalhado exame dos documentos existentes do Clube Pinheiro Machado, que o imóvel do Clube, sito a Avenida Brasil, número 792, fosse doado a Academia Passofundense de Letras, no momento representada pelo presidente do sodalício, dr. Benedito Hespanha o qual deverá assumir o ativo e o passivo do Clube que ora se extingue, em razão de 1.º - considerando que em face dos documentos examinados há o empréstimo do Clube Pinheiro Machado, feito em 1938, pelo limo. Sr. Dr. Nicolau de Araújo Vergueiro,



chefe do Partido Republicano, ao sr. Arthur Ferreira Filho, presidente do Grêmio Literário Passofundense; 2.o - considerando que o Clube Pinheiro Machado serviu à comunidade para a instalação da Escola Complementar em 1929, hoje Escola Normal "Oswaldo Cruz"; 3.o considerando que em 1.o de junho de 1936, o Clube foi cedido ao Tiro de Guerra número 225; 4.o - considerando que desde 1938 foi cedido para o Grêmio Passofundense, hoje, Academia Passofundense de Letras; 5.o - considerando que somente um servente autorizado pelo Presidente do Clube Pinheiro Machado ocupou os porões da casa; 6.o - considerando que o referido servente que ocupou os porões do Clube, conforme registro do livro Caixa do Clube, já faleceu; 7.o - considerando que a Academia Passofundense de Letras é um órgão que aglutinará o patrimônio histórico e geográfico de Passo Fundo, com Biblioteca e Instituto Histórico e Geográfico, a Assembleia resolve, aprova e autoriza a doação do imóvel do Clube Pinheiro Machado, com seus pertences nele existentes, à Academia Passofundense de Letras, extinguindo-se, neste ano, a Sociedade Política que levou o nome de Clube Pinheiro Machado, em homenagem ao grande líder gaúcho, dr. Antônio Gomes Pinheiro Machado.

Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que será assinada após sua leitura e aprovação.

(aa) Delma Rosendo Gehm - secretária ad hoc

Frederico Graeff Filho - Presidente do Clube P. Machado

Aparício Langaro

Almiro Lima Americano Bastos

Henrique S. Ghezzi Ernesto Formighieri

Ruy Vergueiro

Basilio Tassi Altenor da Luz

Túlio Fontoura

Como o prédio doado à Academia se encontrava



em péssimo estado de conservação, não mais permitindo as reuniões costumeiras dos sócios em face da falta de recursos financeiros para restauração do prédio, foi pensado em fazer venda do local a uma construtora, tendo, em troca, uma área para o sodalício. Essa ideia não foi aceita pela maioria dos sócios, pois o imóvel da Academia é um patrimônio histórico, e como tal deverá ser preservado. Em 1977 houve uma proposta da Academia ao Poder Público Municipal, na ocasião representado pelo Vice-Prefeito, Dr. Firmino Dure Uma comissão composta pelo presidente Benedito Hespanha e acadêmicos Túlio Fontoura e Delma Rosendo Gehm, receberam, na ocasião da visita à Prefeitura, a promessa do Vice-Prefeito de que tudo faria para que o imóvel fosse restaurado.

Assim sendo, foi acertado que a parte do terreno, de fundo da Academia, que desde a década de 1950 havia sido ocupado com um prédio do município, seria compensada com um valor relativo e pago com a reforma do imóvel do sodalício.

Retornando ao Poder Executivo o prefeito, sr. Wolmar Salton, a promessa foi cumprida e a Academia Passofundense de Letras (1982) se encontra em sua sede totalmente remodelada internamente, conservando a fachada e a porta que, segundo afirmações é a mais alta do Brasil.

11 - CLUBE PARLAMENTARISTA PASSOFUNDENSE

Fundado a 9 de junho de 1940, teve sua Diretoria assim constituída: Presidente, Salvador Alves dos Santos; Vice-presidente, Jerônimo Savinhone Marques, dele faziam parte igualmente, Manoel Caminha, Guilherme Leyser, Thomaz Canfile, Teodoro Schleder e Pantaleão Ferreira Prestes.



12 - GRÊMIO DRAMÁTICO BENEFICIENTE CASEMIRO DE ABREU

Fundado a 20 de agosto de 1906, tinha por finalidade dar espetáculos em benefício da Igreja ou de Instituições de utilidade pública, bem como socorrer pessoas necessitadas em caso de calamidade. A Diretoria era assim composta: Diretora Honorária, D. Juvência Annes Bastos; Diretores, Geserino Lucas Annes, Dr. Inocêncio Borges da Rosa; Ponto, professor Arthur José Lopes; contra regra, Antônio Lovet; amadores, Aniceto Gomes Castanho, João Loureiro, João Antônio Reichmann, Argemiro de Quadros, Mario Bastos, Píndaro Annes, Leão Bueno e outros que fossem convidados.

Para primeira representação marcada para o dia 15 de novembro do mesmo ano, foi escolhido o drama "Miséria, Esperança e Fortuna", da lavra do dr. Inocêncio B. da Rosa, e o monólogo "A Bicicleta" pelo amador Aniceto Gomes Castanho.

13 - LIGA PROTETORA DOS POBRES

Fundada em 1906, com a finalidade de socorrer os flagelados pela seca e gafanhotos que assolaram o Município.

Deixou de existir depois que se tornou desnecessária a sua atuação.

Teve por presidente Antonino Xavier e Oliveira e, por tesoureiro, Jeronimo Savinhone Marques.

Com o saldo final dessa Liga, foi iniciada, anos depois, uma subscrição para ser construído o Hospital de Caridade, hoje Hospital da Cidade.

14 - SOCIEDADE OPERÁRIA BENEFICIENTE

Essa sociedade foi fundada a 13 de maio de 1909, tendo construído, para sua sede, um prédio que foi destruído em



consequência de incêndio e que estava situado à Avenida Brasil Sul, onde se ergue o edifício Marília.

15 - SOCIEDADE ALEMÃ DEUTCHER

Fundada em 18 de janeiro de 1913 teve a sua Diretoria assim constituída: Presidente, Frederico Dresch; vice-presidente, Guilherme Lowe; 1.o secretário, José Scherich; 2.o secretário, Edmundo Ahrend; 1.o tesoureiro, Victor Emilio Schneider; Bibliotecário, Derico Eckert.

Fizeram parte do quadro de fundadores os srs. João Loescher, Jacó Hermann, Pedro Karkow e Guilherme Kiehl.

16 - SOCIEDADE VISCONDE DO RIO BRANCO

Essa sociedade de homens de cor, foi fundada em 23 de abril de 1916, tendo seus estatutos assinados por uma comissão constituída pelos srs. Domingos de Almeida, Salomé de Almeida e João Bernardo.

FELICITAÇÕES

DO LIVRO COPIADOR OFICIAL DE OFÍCIOS E ORDENS
DA CÂMARA MUNICIPAL DA VILA DO PASSO FUNDO -
1857- 1867.

Grafia e ortografia da época

"Felicitações a Sua Majestade Imperial o Snr. D. Pedro Segundo.

"Senhor. A Câmara Municipal da Vila do Passo Fundo, cõnschia dos sentimentos de alegria de seos Municipes, pela vinda de V. M.I. a esta província na presente quadra em que se acha ella invadida por forças da Republica do Paraguay; vem junto os "(ilegível)" de V. M. i. render um voto de agradeci-



mento e de júbilo por esse nobre e heroico procedimento. Quando a Nação se ve a braços com uma guerra externa, e o Snr. inclito Monarcha é o primeiro a acudir a Patria, indo por-se em campo no Theatro da guerra: não pódem seus súbditos deixar de louvar o proceder e de beijar-lhe a dextra reconhecido".

"Senhor. A Camara Municipal da Vila do Passo Fundo, como legitima representante do povo do município, por parte do mesmo, fica rogando a Deos pela conservação dos preciosos dias da V. M. I. pa. felicidade e gloria da Nação Brasileira. Sala da Cama. Mal. da Va. de Passo Fdo. em sessão ordinária de 9 de agosto de 1865. Clementino Xer. da Cruz, Jeronimo Savinhone Marques, Joaquim Gabei. Gomide, João Carvalho de Barcellos, Guilherme Schell".

Também foram enviados cumprimentos ao Ministro da Guerra, Excia. João Maria de Souza Ferraz, ao Barão de S. Gabriel e Barão de Cambay."

Ao Presidente da Província foi enviado o seguinte officio, quando a Princesa Da. Leopoldina deu a luz a um filho que seria príncipe:

"Illmo. Exmo. Snr. A Cama. Mal. abaixo assignada, accusando a recepção da circular n.o 15, expedida por V. Exa. aos 21 de abril do corrente anno, como prova declara ter publicado neste mesmo n.o - nascimento do príncipe q S. Altesa Sereníssima a Snra. Princesa D. Leopoldina deo a luz no dia 19 de Março preterito, assim como ter procedido as demonstrações de júbilo q são de estylo, por tão fausto acontecimento, o qual sobremodo interessa aos verdadeiros amigos das excedentes instituições do parir.

Dos. Ge. a V. Exa. P. da Cama. Mal. da Vila do Passo Fundo sessão ordinária de 23 de julho de 1866 - Illmo. Exmo. Snr. Dr. Augusto Pera. de Ca. Dignmo. Vicé Presidente da Prov. Mlrd.o Xer. de Castro, Albuquerque, Cândido Lopes, Save.



Marques, Alves Resende'''

Nota sobre as abreviaturas: Cama. - Câmara; Mal. - Municipal; Va. - Vila; Fdo. - fundo; Xa. - Xavier; Gabei. - Gabriel; Dos. Deus; Ge. - Guardie; P. - Presidente; Prova. - Província; Save. - Savinhone; q - que; anno - ano; P. - Paço; Pera. - Pereira; Ca. - Cunha; Mirda. -Miranda.

SOCIEDADES

1 - SOCIEDADE "SÃO VICENTE DE PAULO"

Essa sociedade teve suas origens em Paris, onde foi fundada em maior de 1833, tendo sido inspirador o jovem francês Frederico Ozanan, que inspirado na atitude cristã de seu mestre Ampère, tornou-se benfeitor dos pobres. A sociedade recebeu como patrono o grande são Vicente de Paulo.

A Sociedade São Vicente de Paulo é uma associação de homens cristãos católicos cuja finalidade é a prática ativa e pessoal de toda e qualquer obra d de caridade, visando a doação de si próprio, por meio da visita domiciliar ao pobre, pesquisas permanentes ou ocasionais, manifestas ou ocultas, quando procurará aliviar as desditas físicas e morais do seu próximo, com generosidade e delicadeza, como verdadeiros cristãos.

Os recursos para atender ao irmão necessitado provêm da coleta entre confrades e de ofertas piedosas de irmãos de boa vontade

A base da sociedade assenta no seu agrupamento em "conferências" que devem ser agrupamentos de pessoas piedosas e ativas que compenetradas do espírito da obra, orem, trabalhem com simplicidade e de comum acordo com o clero paroquial. A Conferência deve pesquisar as misérias a socorrer, mediante auxilio material (vales, vestuário, remédios, internamento, etc.) e, por meio de auxílio moral: boa leitura,



conselhos, informações, escolas às crianças pobres, etc.).

Em Passo Fundo, foi iniciado o maravilhoso trabalho da Sociedade São Vicente de Paulo em 11 de fevereiro de 1916, sob a presidência de S. Excia. Revma. D. Miguel de Lima Valverde, Bispo Diocesano de Santa Maria, a cuja Diocese Passo Fundo pertencia. Em reunião na casa do vigário da paróquia padre Rafael Iop, vários católicos desta cidade se constituíram membros fundadores da Sociedade "S. Vicente", com a finalidade de prestar auxílio cristão aos pobres desta cidade.

A primeira diretoria ficou assim constituída: Presidente, Herculano Trindade; Vice-presidente, Antônio M. Caminha; Secretário, João Colavin; 2.º Secretário, Nascimento Rocha; Tesoureiro, Herminio Biasuz; 2.º Tesoureiro, João Nízario; esta Conferência Vicentina foi agregada à Sociedade São Vicente de Paulo do Rio de Janeiro, provando, assim, sua existência legal e jurídica. Essa Conferência teve o grande mérito de ter fundado o Hospital S. Vicente de Paulo.

Em 12 de fevereiro de 1919 já era publicado o nº 1 da folha Vicentina, órgão da Paróquia e do Hospital, com aprovação eclesiástica e movidos pelo ensino do Apóstolo: "Charitas Christi urget nos".

Nos 3 primeiros anos de existência, a Sociedade S. Vicente de Paulo apresentou o seguinte movimento: pobres transportados para o Hospital S. Pedro - 1; idem para o Hospital de Porto Alegre - 6; idem para o Hospital de Santa Maria - 8; casamentos religiosos realizados - 14; batizados - 26; visitas aos pobres - 321; famílias visitadas durante a epidemia da gripe espanhola - 87; pobres socorridos - 154; fornecimento de caixão fúnebre a 15 pobres. Apresentou, também, nesse período, a seguinte receita: subscrições para a compra de cobertores, 639\$000 (seiscentos e trinta e nove mil réis); subscrições para o Natal da criança pobre, 571 \$000 (quinhentos e setenta e um mil réis); benefício para o Hospital de Caridade (hoje Hospital



da Cidade), 1:000\$000 (um conto de réis); donativos diversos, 87\$000 (oitenta e sete mil réis); coletas nas sessões, 1:410\$000 (um conto quatrocentos e dez mil réis). Na despesa constou, também, vales para pessoas pobres, caixões para defuntos, leite para crianças pobres, farmácia e passagem.

Continuando no afã de bem servir ao propósito cristão de amor ao próximo, a Conferência Vicentina, desde sua instalação, até os dias atuais (1982) reúne-se com frequência, mantendo-se, assim, coesa e forte, para o desempenho da sagrada missão vicentina.

Na data de 24 de junho de 1918, a Sociedade São Vicente de Paulo, o Apostolado da Oração e o vigário da paróquia, Pe. Rafael Iop, reuniram-se, extraordinariamente, na sacristia da Igreja N. S. da Conceição, em sessão presidida pelo Pe. Vigário, sendo fundado, na ocasião, o Hospital S. Vicente de Paulo, que deveria acolher a todos sem discriminação de cor, raça ou religião, devendo existir, sempre, disponibilidade para os pobres.

Na oportunidade foi organizada uma diretoria provisória, que ficou assim constituída: Presidente, Herculano Trindade; Vice-Presidente, Antônio M. Caminha; 1.º Secretário, Atílio Corá; 2.º Secretário, João Nazaré; 1.º Tesoureiro, Herminio Biasuz; 2.º Tesoureiro, Nascimento Rocha; Diretor, Pe. Rafael Iop. Do Apostolado da Oração, participaram como fundadoras as senhoras Franzina de Souza, Horizontina Garcez e Constância Pereira.

O movimento para angariar sócios tomou vulto, alcançando, no mês de julho de 1918, a soma de 1.680\$200 (um conto seiscentos e oitenta mil e duzentos réis).

Em setembro do mesmo ano foram feitos contatos com a Madre Aleta, Superiora das Franciscanas em Cruz Alta, a fim de ceder Irmãs de Caridade para atendimento do Hospital S. Vicente de Paulo.

A seguir foi estabelecido contrato de locação da casa n.



16, rua Paissandu (parte onde hoje se assenta a EENAV e parte da ala seguinte, direção oeste).

"Contrato particular de locação de casa que fazem Aníbal Di Prêmio como locador a Sociedade São Vicente de Paulo, representada pelo seu presidente como locatária, nas seguintes condições: 1. Aníbal Di Primio, proprietário do prédio n. 16 da Rua Paissandu, nesta cidade, sito num terreno de meia quadra de frente por uma de fundo, dá em arrendamento à Sociedades. Vicente de Paulo, nesta cidade e neste ato representada pelo seu presidente senhor Herculano Trindade, o referido prédio pelo espaço de três anos e preço de novecentos mil réis anuais, que serão pagos semestralmente. 2. A Sociedade São Vicente de Paulo toma em arrendamento dito prédio, para nele estabelecer o seu pequeno Hospital de caridade, podendo para tal fim poder fazer no mesmo consertos e modificações, adaptando-o conforme julgar conveniente. 3. As benfeitorias executadas no interior do prédio, bem como todas as árvores que foram plantadas, ficarão pertencendo ao locador, podendo, entretanto, a locatária retirar outras obras edificadas no terreno. 4. O preço da locação será pago em prestações semestrais de quatrocentos e cinquenta mil réis, realizáveis no primeiro mês de cada semestre. 5. A locatária, recebe, desde já, parte do prédio e terreno, entrando em vigor a cláusula quatro, desde a data do recebimento da outra parte do prédio. 6. A locatária obriga-se a conservação do prédio, cercas e terreno. 7. Vencido o prazo deste contrato em igualdade de condições, a locatária terá a preferência a novo arrendamento. 8. Estipulamos a multa de um conto de réis pela infração deste contrato.

Como assim temos contratado lavramos o presente em duas vias para um só efeito, escrito por uma das partes e assinado por ambas perante as testemunhas abaixo assinadas, indo a primeira via selada com 2\$000deselo federal.

Passo Fundo, 12 de setembro de 1918



Herculano Trindade, Aníbal Di Primio
Testemunhas: Octaviano Lima, Aldo Carvalho".

A inauguração do Hospital estava marcada para o dia três de outubro de 1918, contudo, a epidemia da gripe espanhola que começara a grassar em princípio desse mês, obrigou a ser transferida a inauguração sine die.

No dia quatro desse mês foram recebidos os primeiros doentes atacados de gripe espanhola. O corpo de enfermeiras era formado por pessoas leigas, mas de boa vontade e foram as seguintes: Angelina Camargo, Antônio Flores, Trajano Moraes, Antonina Moraes, Domingos Polipa, Maria da Conceição e outros que participaram voluntariamente, por alguns dias. Com exceção da Diretoria todos os demais foram acometidos da epidemia.

O serviço médico, nos primeiros dias, esteve a cargo do distinguido farmacêutico, sr. Antônio Manoel Caminha, passando a seguir à responsabilidade dos médicos: Dr. Nicolau Araújo Vergueiro, Dr. Carlos Meyer e Dr. Ivo Barbedo. No mês de novembro assumiu a direção médica do Hospital o dr. Salúcio Brenner de Moraes.

O Pe. Rafael Iop, nesse mês de novembro de 1918, solicitou aos médicos Drs. Vergueiro, Barbedo, Meyer e Arthur Leite, que dessem seu parecer sobre o andamento do Hospital, os quais atestaram que o Hospital S. Vicente de Paulo encontrava-se em boas condições de higiene, ordem e que todos os doentes estavam sendo convenientemente atendidos. Essa solicitação do Pe. Iop veio ao encontro do desejo do sr. Herculano Trindade e do major Dionísio de Almeida.

Nesse mês, deram baixa no Hospital, 63 doentes, havendo 49 altas e 14 falecimentos, sendo 10 adultos e 4 crianças, tendo todos recebido caixão mortuário.

O Intendente Municipal, Cel. Pedro Lopes de Oliveira, mandou instalar luz elétrica no Hospital, em caráter gratuito,



bem como fornecimento de energia elétrica, pelo espaço de um ano.

Cerca de 30 doentes tiveram suas despesas custeadas pela Intendência Municipal.

O diretor do Hospital Pe. Rafael Iop, a fim de facilitar o bom andamento do nosocômio, dirigiu-se ao então Presidente do Estado, comunicando a instalação do mesmo e solicitando auxílio para a manutenção.

O Exmo. Sr. Presidente do Estado, Dr. Borges de Medeiros, respondendo, felicitou a meritória obra e comunicou que o pedido de auxílio deveria ser enviado pelo Delegado de Higiene, no caso o Dr. Vergueiro, o qual prontificou-se a colaborar com o bom andamento do Hospital, ofertando seus trabalhos médicos, o que na verdade o fez, gratuitamente, visitando o Hospital duas ou mais vezes ao dia, durante a epidemia. O exemplo do Dr. Vergueiro foi seguido pelos demais médicos da época.

Também foi comunicado a S. Excia. Revma. Bispo Diocesano de Santa Maria a abertura do Hospital, o qual respondeu: "Já não resta dúvida de que o Hospital S. Vicente de Paulo, da qual é V. Revma. a alma, tem por si a benção de Deus. O modo por que foi inaugurado e os ótimos serviços que está prestando são o selo da aceitação Divina. 28 de novembro 1918. D. Miguel".

Uma comissão de senhoras e senhoritas, da sociedade local, percorreu, nesse mês, a cidade, solicitando objetos para instalação do nosocômio e valores monetários, o que alcançou 1:000\$000 (um conto de réis).

A Intendência por seu Intendente, Cel. Pedro Lopes de Oliveira (Lolico) doou a importância de 500\$000 (quinhentos mil réis).

No mês de dezembro de 1918, incorporou-se ao grupo de médicos que prestavam serviço no Hospital o dr. Oscar Pinto



de Moraes.

Nesse mês o Pe. Rafael Iop, Herculano Trindade e Ludovico Delia Méa, procuraram o dr. Vergueiro, a fim de conseguirem auxílio para construção de um pavilhão, mesmo de madeira, e que servisse para casos de isolamento quando houvessem doenças contagiosas, auxílio esse que deveria vir do Governo do Estado.

Finalmente aos 29 dias do mês de dezembro de 1918, era oficialmente inaugurado o Hospital S. Vicente de Paulo, com o seguinte programa: missa campal às 10 horas; sermão pelo padre João Farias, Vigário da Soledade; benção da casa do Hospital pelo Revmo. Pe. Rafael Iop; discurso em italiano pelo dr. Pedro Caruso, representante do então distrito de Carazinho, discurso do dr. João Junqueira da Rocha. A Ata alusiva ao evento contou com 213 assinaturas. As autoridades presentes foram: intendente Pedro Lopes de Oliveira, Agente Consular da Itália, Presidente do Tiro de Guerra 225, Brasilico Lima pelo Jornal "O Gaúcho", Pedro Caruso pelo Jornal "O Carazinho".

Abrilhanaram os festejos as bandas locais: Giuseppe Verdi e do Tiro de Guerra 225, em caráter gratuito.

O proprietário do cinema local, sr. Joaquim Reichmann, ofereceu, nesse dia, uma sessão cinematográfica em benefício do Hospital.

A comissão organizadora estava assim constituída: Herculano Trindade, Dionísio Bueno de Almeida, Saul de Oliveira Cesar, Júlio Edolo de Carvalho, João Floriani, Herminio Biasuz, Ludovico Delia Méa, Nascimento Rocha, João Nozari, Antônio M. Caminha, Francina M. de Souza, Horizontina Garcez, Constancinha Pereira.

Nesse mesmo dia 29 o Revdo. Pe. João Farias, reuniu a Diretoria do Hospital, Zeladoras do Apostolado da Oração e diversos sócios, a fim de ouvirem a leitura das atas das reuniões, referentes ao Hospital, e o sr. João Colavin leu o relatório da



Sociedade S. Vicente de Paulo (Conferência N. S. Aparecida).

Na ocasião o Pe. Farias elogiou a dedicação dos católicos desta cidade, recomendando energia e coragem, para cumprirem a missão caridosa de receberem e ampararem doentes pobres, no Hospital.

Aos 24 dias do mês de janeiro de 1919, foi publicado o primeiro relatório do Hospital com dados do movimento da associação, demonstrando como surgiu o Hospital, o seu desenvolvimento nos poucos meses que contava de existência. Foram tirados 1500 exemplares, com 26 páginas, distribuídos em todo o município de Passo Fundo. Em seguida, o Pe. Rafael lop, com o consentimento da Diretoria do Hospital e de S. Excia. Revma. Bispo D. Miguel de Lima Valverde, começou a publicação de um órgão da Paróquia e do Hospital S. Vicente de Paulo, com uma tiragem de 700 exemplares, contando com 6 páginas e que era distribuído a todos os sócios do Hospital.

O movimento do Hospital, de janeiro a abril de 1919, manteve uma média de 10 doentes, por mês, tendo havido nesses meses, apenas o registro de um óbito.

Em abril de 1919, o dr. Carlos Meyer, em reunião da Diretoria, expôs a necessidade da construção de uma sala de cirurgia, tendo ficado o sr. Herminio Biasuz encarregado do orçamento da sala que deveria ter 4 metros de largura por 5 de comprimento. Deveria ser de madeira, parede dupla e pintada de branco por dentro e por fora, ligando-se ao ambulatório por um passadiço.

O dr. Meyer prontificou-se a colocar na sala, tão logo ficasse pronta, seus instrumentos cirúrgicos que ficariam, também, à disposição de outros médicos.

A Diretoria, em reuniões subsequentes, resolveu adquirir uma autoclave e outros instrumentos necessários.

Aos 20 dias do mês de abril a Diretoria do Hospital e associados reuniram-se no Teatro Avenida (Cinema da época), a fim de discutirem os artigos que iriam formar os Estatutos



do Hospital. Após debatida reunião foi nomeada uma comissão composta dos srs. Moreno Loureiro Lima, Brasilico Lima e João Junqueira Rocha para fazerem a redação final dos Estatutos que foi, a seguir, aprovado e registrado no Cartório Civil desta cidade, no dia 14 de maio de 1919, de conformidade com o decreto n. 173 de 10 de setembro de 1893.

Fez parte dos estatutos em seu artigo 22, o período administrativo da Diretoria, que deveria ser pelo espaço de 3 anos, contados de 24 a 24 de junho.

A primeira Diretoria do Hospital prestou seus relevantes serviços até o final do ano de 1928, tendo havido, apenas, algumas alterações nos cargos de secretaria e tesouraria, quando foram incorporados os srs. Ludovico Delia Méa João Floriani, Júlio Édolo de Carvalho, Pe. Rafael Iop (transferido para Santa Maria em 3 de novembro de 1921), Moreno Loureiro Lima, Alfredo Zimmermann e Horizontina Garcez.

O Conselho Fiscal, nesse período, foi representado por José Petry, Brasilico Lima, Herminio Biasuz, os quais permaneceram na 2a. Diretoria, no período de 24 de junho de 1919 a 25 de junho de 1922.

Na 3a. Diretoria, Claro Pereira Gomes substituiu o sr. José Petry no Conselho Fiscal e a Madre Inocência ocupou a Tesouraria, no espaço de tempo de 24 de junho de 1922 a 13 de março de 1929. Nessa data foi eleita a 4a. Diretoria que ficou assim constituída: Presidente, dr. Octacílio Ribas Vieira; Vice-Presidente, Herminio Biasuz; 1.º Tesoureiro, Herculano Trindade; 2.º Tesoureiro, Theófilo Guimarães; 1.º Secretário, Ludovico Delia Méa; 2.º Secretário, Jacinto Maria de Godoy. Conselho Fiscal: Otto Bade, Henrique Scarpellini Ghezzi, Cantídio Pinto de Moraes. Essa Diretoria esteve em exercício até 8 de dezembro de 1938, data em que foi eleita a 5a. Diretoria, apenas alterando os cargos de 1.º Tesoureiro e 2.º Secretário que foram ocupados, respectivamente, pelos srs. Henrique



Biasuz e Oflides Paz. A Diretoria, assim constituída, exerceu suas funções até 21 de julho de 1940. Na 6a. Diretoria houve alteração somente no cargo de 2.o Secretário, que passou a ser exercício pelo sr. Atílio Delia Méa, tendo expirado o mandato, dessa Diretoria, em 24 de junho de 1943.

A 7a. Diretoria, que se estendeu de 24 de junho de 1943 a 21 de julho de 1946, ficou assim constituída: Presidente, Luiz Biasuz; Vice-Presidente, Attilio Zolet; 1.o Tesoureiro, Luiz de Lima Morsch; 2.o Tesoureiro, José Zanoto Secretário, Osmar Dalfolo Sampaio; 2.o Secretário, Albino Franchini. O Conselho Fiscal permaneceu o mesmo da Diretoria anterior.

A oitava Diretoria que ocupou o período de 21 de julho de 1946 a 24 de junho de 1949, esteve assim representada: Presidente: Luiz Biasuz; Vice-Presidente, Luiz de Lima Morsch; 1.o Tesoureiro, Tranquilino Zanin; 2.o tesoureiro, Antônio Giavarina; 1.o Secretário, Nascimento Rocha; 2.o Secretário, Albino Franchini. O Conselho Fiscal foi representado pelos srs. Guerino Biasuz, Cyro Schell e José Zanotto.

A 9a. Diretoria teve seu exercício, a partir de 24 de junho de 1949 a 24 de junho de 1952, assim constituída: Presidente, Luiz de Lima Morsch; Vice-Presidente, Antônio Giavarina' 1.o Tesoureiro, srta. Carmelita de Lima Cruz; Tesoureiro, Daniel Arensi; 1.o Secretário, Albino Franchini; 2.o Secretário, Murillo Ferreira da Silva. Conselho Fiscal: Guerino Biasuz, Cyro Schell e João Nozari.

A 10a. Diretoria ficou assim constituída no período de 24 de junho de 1952 a 24 de junho de 1955, com a seguinte formação: Presidente, Luiz de Lima Morsch; Vice-Presidente, Henrique Biasuz; 1.o Tesoureiro, Guerino Biasuz; 2.o Tesoureiro, Itália Durgante; 1.o Secretário, Osmar Dalfolo Sampaio; Secretário, Tranquilino Zanin. Conselho Fiscal: Cyro Schell, Herminio Biasuz e Atílio Delia Méa.



Na 11a. Diretoria, que exerceu seu mandato de 24 de junho de 1955 a 24 de junho de 1958, houve, apenas alteração nos cargos de 2.o Tesoureiro e Secretário, que passaram a ser ocupados pelos srs. respectivamente, Júlio Firmbach e Arno Raupp. O Conselho Fiscal foi, assim, formado: Atilio Delia Méa, Antônio Giavarini e Cyro Schell.

A 12a. Diretoria, que exerceu suas funções de 24 de junho de 1958 a 24 de junho de 1961, foi assim constituída: Presidente. Félix Sana; Vice-Presidente, Erno Hoffmann; 1.o Tesoureiro, Agostinho José Marins; 2.o Tesoureiro, Antônio de Oliveira Lima; 1.o Secretário, Manoel Flor Ramos; 2.o Secretário, Júlio Firmabach. Conselho Fiscal: dr. João Junqueira Rocha, Cyro Schell e Guerino Biasuz.

A 13a. Diretoria no período de 24 de junho de 1961 a 24 de junho de 1964, teve como membros os seguintes cidadãos: Presidente, Gentil Rebechi, Vice-Presidente, Plinio Grazziotin; 1.o Tesoureiro, Júlio Firmbach; 2.o Tesoureiro, Tranquilino Zanin; 1.o Secretário, Manoel Flor Ramos falecido em 23 de outubro de 1963 e substituído por Ário D. Pedro Rebechi; 2.o Secretário, Agostinho José Marins. Conselho Fiscal: Cyro Schell, Felix Sana e Antônio de Oliveira Lima.

Na 14a. Diretoria, no período de 24 de junho de 1964 a 24 de junho de 1967, dela participaram: Presidente, Plinio Grazziotin; Vice-presidente, Cyro Schell: 1.o Tesoureiro, Amábile Venturini; 2.o Tesoureiro, Guilherme Innig; 1.o Secretário, Ano D. Pedro Rebechi; 2.0 Secretário, Jacob Albano Schnorr. Conselho Fiscal, Gentil Rebechi, Walter José Vargas, Agostinho José Marins.

A 15a. Diretoria que exerceu suas funções no período de 24 de junho de 1967 a 24 de junho de 1970, teve a seguinte constituição: Presidente, Plinio Grazziotin; Vice-Presidente, Cyro Schell; 1.o Tesoureiro, Amibile Venturini; 2.o Tesoureiro, Tranquilino Zanin; 1.o Secretário, Walter José Vargas; 2.o Se-



cretário, Adão Hugo Medina.

Conselho Fiscal: Luiz Biasuz, Guilherme Innig e Octacílio Dias dezes.

A 16a. Diretoria realizou seu mandato no espaço de tempo de 24 de junho de 1967 a 24 de junho de 1970, com a seguinte constituição: Presidente, Plinio Grazziotin; Vice-Presidente, Cyro Schell; Secretário, Walter José Vargas Vice, Adão Hugo Medina; Tesoureiro, Amibili Venturini; Vice, Tranquilo Zanin.

Conselho Fiscal: Luiz Biasuz, Guilherme Innig e Octacilio Dias de Menezes.

De 24 de junho de 1970 a 24 de junho de 1973, a Diretoria do Hospital esteve assim constituída: Presidente, Plinio Grazziotin; Vice-Presidente, Felice Sana; Secretário, Adão Hugo Medina; Vice, Hugo Piccoli; Tesoureiro, Tranquilino Zanin; Vice, Erno Roberto Hoffman.

Conselho Fiscal: Pedro Spanenberg, Olirio Grazziotin e Atilio Zolet.

Na 18a. Diretoria tomaram parte: Presidente, Felice Sana; Vice-Presidente, Plinio Grazziotin, Secretário, Adão Hugo Medina; Vice, Albano Schnorr; Tesoureiro, Tranquilino Zanin; Vice, Amibili Venturini.

Conselho Fiscal: Olirio Grazziotin, Luiz Biasuz e Octacilio Dias de Menezes.

A 19a. e a 20a. Diretoria manteve-se por reeleição: Presidente, Felice Sana; Vice-Presidente, Plinio Grazziotin; Secretário, Adão Hugo Medina; Vice, Albano Schnorr; Tesoureiro, Dionísio Tedesco; Vice, Olímpio Oro.

Conselho Fiscal: Olirio Grazziotin, João Carlos Longhi e Luiz Biasuz.

A Conferência Vicentina, célula mater do Hospital São Vicente de Paulo, continuando no seu lema: "Charitas Christi urget nos", em 1927, a 1.º de agosto, abriu uma Escola no Bairro



Boqueirão, sob o nome de Escola "São Vicente de Paulo", que visava atender as crianças carentes daquele Bairro, fornecendo-lhes conhecimentos relativos às primeiras séries primárias.

Foram suas primeiras professoras a sra. Francisca Mauermann, snha. Ercia Bastos e Irmã Maria do Colégio Notre Dame. As matérias lecionadas eram: Português, Gramática, Aritmética, Geografia, História do Brasil, rudimentos de Ciências e Religião.

Com exceção da Irmã Maria que dava sua colaboração bissemanalmente, em caráter gratuito, as professoras tinham uma remuneração de 200\$ 000 (duzentos mil réis), mensais.

A Irmã Maria, além de lecionar catecismo, deu, também, aulas de trabalhos manuais.

A matrícula, nesse ano, alcançou o n. de 105 alunos que se mantiveram até o fim do ano letivo.

O terreno da Escola e o modesto prédio eram de propriedade da Conferência Vicentina e avaliado, na época em 8000\$000 (oito contos de réis). A Direção da Escola esteve a cargo do dr. Octacílio Ribas Vieira.

A partir de 1928 foi conseguido, através do Conselho Municipal, uma verba anual de 1:800\$000 (um conto e oitocentos mil réis), tendo, 1929, o Governo do Estado, através da Diretoria da Instrução Pública, concedido uma verba de 1:356\$000 para este ano.

Na Escola todo o material para os alunos era gratuito, inclusive o ensino.

Em 1930 a Conferência Vicentina estava, assim, constituída: Presidente, Cap. João Ernesto T. Silva; Vice-Presidente, Theófilo Guimarães; 1.o Secretário, Ten. Jacinto M. Godoy; 2.o Secretário, Carlos Guariente; Tesoureiro, Herminio Biasuz.

Nesse ano, por iniciativa do Presidente, foi realizada a 1a. Páscoa dos Militares, quando houve participação de 200



pessoas.

No dia 11 de fevereiro desse mesmo ano, dia do aniversário da Conferência, pelo afastamento da cidade do sr. Presidente, foi eleita uma nova Diretoria: Presidente, Dr. Octacílio Ribas Vieira; Vice-Presidente, Ludovico Delia Méa; Tesoureiro, Herminio Biasuz; 1.º Secretário, Ten. Jacinto M. Godoy; 2.º Tesoureiro, Hugo Picolli.

A Conferência Vicentina foi agregada a de Paris, desde 28 de junho de 1920. A 1.ª reunião em Paris, para a fundação da Sociedade Vicentina ou Sociedade "São Vicente de Paulo" foi em maio de 1833, sob a égide de Frederico Ozanam, na Sala da Tribuna Católica.

O funcionamento da Conferência Vicentina, em Passo Fundo, desde sua instalação, foi sempre muito assíduo, pois aos domingos, após a missa, havia reuniões. A visita aos pobres e internamento no Hospital, sempre que foi sério, nunca foi descuidado.

A direção interna do Hospital, nessa época, estava com a Madre Izabel, cinco Irmãs auxiliares, duas Enfermeiras e três Ajudantes de farmácia.

Nessa época o nosocômio contava com seu 1.º Pavilhão, ala norte, sendo o 2.º inaugurado em 1934 com modernas instalações (na época), contando com lavanderia elétrica, feita em Porto Alegre pelo sr. Walter Metzner.

Esse Pavilhão alcançou o custo de 55:247\$800.

Os aparelhos de Eletroterapia, que funcionavam no Hospital, eram de propriedade do dr. Arthur Leite, que por amizade a essa Casa de Saúde, o emprestava para maior conforto dos doentes.

As realizações Vicentinas continuavam, mormente em prol dessa Casa. Ainda no início da década de 1930, em terreno do Hospital, à rua Uruguai, foi construído o Asilo "Lucas Araújo", sob a direção da Sociedade Beneficente "Damas de



Caridade", e, ainda, uma nova construção, na esquina da rua Teixeira Soares e Uruguai, com a finalidade de servir de Casa Canônica.

Durante os dias da Revolução de 1930, o Hospital recolheu e atendeu, gratuitamente, os soldados doentes, em trânsito pela cidade.

Também o início dos convênios davam uma nova característica ao Hospital; era a vez da Estrada de Ferro Riograndense, através da Caixa dos Aposentados, para que os ferroviários dessa Rede fossem atendidos, sem ônus particular, servindo como médicos desse convênio os drs. Henrique B. Fridberg (Henri Bénoit Fridberg) e Clodoaldo Brenner. O corpo médico do Hospital era em 1930, o seguinte: dr. Dino Caneva (cirurgião italiano), dr. Nicolau de Araújo Vergueiro, dr. Arthur Leite, dr. Henrique B. Fridberg, dr. Odilon B. Oliveira, dr. Antônio Carlos Rebello Horta, dr. Clodoaldo Brenner, dr. Wilson Tenack de Souza, dr. Armando Vasconcellos e dr. Bruno Pellegrini.

Em 1930 a Escola São Vicente de Paulo foi visitada por S. Excia. Revma. D. João Becker, Arcebispo Metropolitano, que deixou, no livro de visitas, a seguinte mensagem: "Meus efusivos aplausos à benemérita Conferência São Vicente de Paulo e minha benção a esta próspera Escola". Também, o Vice-Diretor da Instrução Pública do Estado, dr. Júlio Lebrum, visitou a Escola dela tendo saído muito bem impressionado.

A Diretoria Vicentina, em 1930, iniciou o seu empenho pela construção da Catedral, tendo nessa época, viajado para Sta. Cruz do Sul o Presidente da Conferência, dr. Otacilio Ribas Vieira e o sr. Oto Bade, a fim de tratarem da planta da mesma.

Durante os dias da Revolução, o Presidente da Conferência e outros membros participaram da Comissão Municipal encarregada do abastecimento às famílias dos soldados que partiram para o front.



No último dia do ano de 1930, o presidente da Comissão pró construção da Catedral, sr. Oto Bade, nomeou os srs. Dr. Nelson Elehrs, João de Cesaro, dr. Otacilio Ribas Vieira, Humberto Delia Méa e dr. Antônio Vasconcellos, para classificarem as plantas aí sentadas, da futura Catedral de Passo Fundo.

Em 1931, as atividades da Conferência Vicentina cresceram e a 25 de dezembro, foi empossada a primeira Diretoria da Conferência Vicentina de Sta. Terezinha, na Vila Rodrigues, ficando assim constituída: Presidente, João Colavin; Vice, Antônio Mioni; Secretário, João Souza; 1.o Tesoureiro, Antônio Voloski; 2.o Tesoureiro, Vitorio Susin.

A Conferência Vicentina, pioneira na instalação das escolas para a classe pobre, teve, nas autoridades públicas, grande amparo, recebendo nesse ano de 1931, uma verba do Governo da Nação, dr. Getúlio Vargas, no valor de 2:112\$000; a Instrução Pública do Estado, através do Poder Público Municipal, enviou a quantia de 2:110\$000; o intendente dr. Nicolau de Araújo Vergueiro e o prefeito Henrique S. Ghezzi muito favoreceram a Conferência, facilitando-lhe recursos financeiros.

Nesse mesmo ano a populosa vila Rodrigues recebeu, da Conferência, uma Escola destinada a atender as crianças daquele bairro.

A construção da casa da Escola foi em terreno doado pelo Hospital São Vicente de Paulo, terreno esse doado pelo sr. Faustino Rodrigues. Nesse ano a matrícula alcançou o n. de 82 alunos de ambos os sexos.

A primeira professora foi Dona Eudócia Ribas Vieira que lecionou, gratuitamente, pelo espaço de três meses, até que a Conferência concluísse os gastos com a construção da Escola.

O ensino religioso, nas Escolas Vicentinas, sempre foi atendido com muito carinho, contudo, havia o caráter facultativo.



Em 1933 foi contratado, pela Conferência, a construção de mais um pavilhão: 2.o para o Hospital São Vicente de Paulo, com dois pavimentos (térreo e superior) medindo 13 metros de frente por 31 de fundos. O contrato foi acertado com o sr. João De Cesaro, que propôs entregá-lo em fevereiro de 1934. A planta foi executada pelo sr. Sartori e Hognstraten.

O custo total da obra orçou em 108:600\$000 sem contar com a parte elétrica e sanitária que alcançou o valor de 15:000\$000.

Nesse ano, o trabalho cívico da Liga Eleitoral Católica, organizada por Vicentinos, cujos membros, entre eles, contava-se com Oto Bade, Zélio Leal, Ludovico Delia Méa, João A. Miotto, Herminio Biasuz, Dr. Aleixo Dischinger, Aparício Langaro, Oflides Paz, José Agustoni e Herculano Trindade, muito colaboraram no esclarecimento do eleitor católico.

Desde 1932, a Conferência prestou auxílio a uma aula que funcionava na Vila Luiza, sob a direção da professora Alaides Londero. Essa aula mantinha 78 alunos pobres.

Contava, então, a Conferência Vicentina, com três aulas em perfeito funcionamento: Boqueirão, Vila Rodrigues e Vila Luiza.

O nº de Conferências Vicentinas aumentava, visando sempre o amparo material, moral e espiritual, de seus agrupados. Eram elas: 1a. Conferência da Matriz, fundada em onze de fevereiro de 1916; 2a. Conferência N. S. Aparecida, fundada em quatro de março de 1934, funcionando na Capela sita à praça Marechal Floriano (hoje Catedral); 2a. Conferência da vila Rodrigues (Sta. Therezinha), fundada em 25 de dezembro de 1931.

Em suas Diretorias sempre contaram com cristãos que levaram, como - bandeira, a caridade sem discriminação. Eram católicos vivos. Nos núcleos, onde operavam, faziam do ideal uma realidade: encaminhavam e proporcionavam



a realização de casamentos civis e religiosos (especialmente religiosos), batizados, entrega de gêneros alimentícios aos necessitados, internamento no Hospital São Vicente de Paulo e em hospitais fora da cidade, dependendo do problema do doente a ser socorrido; distribuição de medicamentos aos pobres encaminhamento de registro de nascimento e óbito, realização de Natais à população carente da cidade e, acima de tudo, a erradicação do analfabetismo, quando o Município não tinha o número de escolas suficientes nos arrabaldes.

O número de indigentes internados, no Hospital São Vicente, sempre foi considerável, onde receberam atendimento adequado e carinhoso.

A Conferência Vicentina criou um Conselho Particular em 25 de dezembro de 1931 com a seguinte Diretoria: Presidente, Otacilio Ribas Vieira; Vice, Teófilo Guimarães; 1.º Secretário, Ten. Jacinto Godoy; 2.º Secretário, João Colavin; 1.º Tesoureiro, Ludovico Delia Méa; 2.º Tesoureiro, Antônio Mioni.

Em 1934, dois cirurgiões ilustres davam seu atendimento no Hospital São Vicente, eram eles: dr. Dino Caneva e Henrique Benedito Fridberg, os quais estendiam seu trabalho às enfermarias do Hospital, onde o número de indigentes já era constante. Parte da despesa hospitalar era custeada pela Prefeitura e parte às expensas do próprio Hospital, pois não havia Previdência Social.

Em 27 de janeiro de 1935, foi inaugurado o novo Pavilhão do Hospital contando, no ato, com a presença de S. Excia. Revma. D. Antônio Reis, dd. Bispo Diocesano. Esse Pavilhão contava com uma moderna (na época) sala de cirurgia. A instalação de água e esgoto esteve à cargo do sr. Willy Innig e a instalação de luz e força, nessa parte nova, contou com o projeto gratuito do dr. Willy Petersen. A instalação foi realizada pelo sr. Leopoldo Gruber. Foi apresentado, também, melhoria



nos aparelhos como Aparelho de Raios Ultra Violeta, Raio X, Diatermia, Alta Frequência, Radioscopia, Raios Infravermelhos,

Já estava o Hospital apresentando condições para exames laboratoriais de urina, catarro, fezes, albumina, glicose, etc., por preços razoáveis.

As diárias eram: 1a. classe - 10\$000; 2a. classe - 6\$000; 3a. classe - 3\$000.

Já contava, pois, o Hospital São Vicente, com três Pavilhões em pleno funcionamento, cujo valor, na época era de 255:000\$000.

Nesse ano foram realizadas 106 operações de alta cirurgia, 71 de pequena cirurgia, 13 partos e foram aviadas 10.177 fórmulas.

As três Conferências Vicentinas, existentes na época, mantinham saldo positivo em caixa, o que sempre facilitou o atendimento dos necessitados.

O Hospital São Vicente de Paulo, fundado em 1918 pelo Revdo. Padre Rafael lop, e Conferência Vicentina, nos três primeiros lustros de sua existência, registrou que somente recebeu, em verbas, 3:000\$000, por ano o que acarretou sérias lutas na sua manutenção.

Em 1936, o presidente do Hospital, dr. Otacilio Ribas Vieira, acompanhado de seus pares: Henrique Biasuz, Herminio Biasuz, Teófilo Guimarães, Ludovico Delia Méa e Oflides Paz, empenhados no bem-estar do Nosocômio, adquiriram um refrigerador (moderno na época, pois, o abastecimento de gelo, ao Hospital, era feito por barras vendidas pela cervejaria Bade, Barbieux). A marca do refrigerador era Kelvinator.

Nesse ano, assumiu o cargo de Diretor Médico do Hospital, o dr. Dino Caneva, substituindo o dr. Arthur Leite, grande amigo da Casa.

A direção interna do Hospital achava-se entregue à boníssima Madre Izabel, da ordem de S. Francisco, a qual, com



mais 10 irmãs de caridade, 2 enfermeiras e 1 enfermeiro, mais 2 farmacêuticos e 6 empregados davam atendimento à Casa.

Os sócios do Círculo Operário gozavam de 50 por cento de abatimento nas diárias e 10 por cento nos medicamentos.

O atendimento de indigentes, exclusivo do Hospital, crescia assustadora mente. A Prefeitura dava uma ajuda de custas no valor de 1\$450 por receita aviada na farmácia e 1\$450 por dia de hospitalização.

Em 1937, foi adquirida uma moderna mesa de operação que veio completar a nova sala de cirurgia.

Segundo registro em relatório da Conferência Vicentina lê-se o seguinte: "Adquirimos, ainda este ano, mais duas camas automáticas e respectivos auxiliares, pelo preço de 1:850\$000. Temos, agora, oito dessas camas auxiliares de tanta utilidade para os doentes operados, vindo facilitar, com maior rapidez, sem molestar o paciente, qualquer movimento lateral, vertical ou horizontal".

"Do dr. Germano Ross foi comprado um autoclave montado com 6 tambores, fogareiro de 8 bicos, pelo preço de 3:000\$000 (compra feita a prazo). Também, foi comprado um terreno, ao lado do primeiro Pavilhão do pitai, pelo lado norte, medindo 20 metros de frente por 55 de fundos, compra essa prevista para futuras necessidades de ampliação do referido Hospital São Vicente de Paulo".

Dando especial e abnegada colaboração ao Hospital, o dr. Luiz Felipe da Cunha deu, gratuitamente, nesse ano, atendimento a 53 indigentes.

Nos últimos dias do referido ano de 1937, a Diretoria do Hospital teve o grato prazer de comunicar à Casa que um Capelão oficial estaria atendendo as necessidades religiosas, em caráter permanente e, que era ele, o Cônego Josué Bardin, vindo de Vila Maria.

No ano de 1938, as Conferências Vicentinas, na cidade,



já alcançavam o número de 4 e mais o Conselho Particular: Conferência N. S. Aparecida, Santa Terezinha, S. João (funcionava na casa do sr. Guerino Biasuz), S. José (funcionava na Capela S. Vicente de Paulo).

Nesse ano, entrou em funcionamento um poço semi-surgente, que veio resolver o problema da escassez de água em épocas de estiagem. O valor da obra orçou em 22:226\$100. A profundidade do poço alcançou 70 m, coluna d'água 5 m e rendimento horário de 3.500 litros.

Pari passu ao crescente progresso material do Hospital, crescia, também/ o movimento espiritual com a Capela e movimentos das Conferências.

O atendimento, in loco, dos pobres, continuou com entusiasmo na distribuição de gêneros alimentícios, remédios e roupas, trabalho esse realizado pelos Vicentinos, membros das Conferências.

Ainda, em 1938, foi iniciada a construção do 4.o Pavilhão, que foi festivamente inaugurado em 23 de julho de 1939 e destinado à Maternidade, inauguração essa realizada no dia do Patrono. Na ocasião, o presidente, dr. Otacilio Ribas Vieira, fez um apanhado dos seus 10 anos de administração, lembrando que aos pobres, o Hospital São Vicente de Paulo, proporcionou atendimento com carinho e conforto e às demais classes sociais, tiveram naquela Casa de Saúde o zelo pelo seu bem-estar. Agradeceu, na ocasião, a generosidade do auxílio da E. Excia. o presidente da Nação, dr. Getúlio Vargas, o qual com uma substancial verba, muito colaborou para aquele ato inaugural. A construção foi realizada pela firma Biasuz e Irmãos e teve um custo de 57: 950\$600, inclusive mobiliário.

Usou da palavra o médico dr. Armando Vasconcellos, m.d. Chefe do Posto de Higiene local, transmitindo os cumprimentos do sr. dr. José Bonifácio Paranhos da Costa, d.d. Diretor Geral do Departamento Estadual de Saúde bem como



seus próprios cumprimentos, pelo ato inaugural da Maternidade do Hospital São Vicente de Paulo.

Nesse ano nasceram 59 crianças, das quais 22 eram da classe pobre-, com despesas custeadas pelo próprio Hospital.

Ainda, nesse ano, foi iniciado o calçamento de paralelepípedo à frente do Nosocômio.

Outra extraordinária novação, ainda esse ano, foi a montagem de um Consultório, com todos os pertences, para Otorrinaringologia e que ficou sob a competente direção do ilustre médico, dr. Jovino Freitas.

Em face do crescente movimento da Maternidade do Hospital, principalmente na enfermaria, um grupo de damas desta cidade, tendo à frente a veneranda sra. Ana Teodora da Rocha (D. Inharica), fundaram, a 31 de dezembro de 1940, o "Roupeiro dos Pequeninós", cuja finalidade era fornecer enxovais às crianças, filhas de pais pobres, nascidas naquela Casa de Saúde.

A 1a. Diretoria, ficou assim constituída: Presidente, Ana T. da Rocha; Vice-Presidente, Zulmira Ribas; 1a. Secretária, Hilda do Prado Duarte; 2a.

Secretária, Leonora Della Méa; 1a. Tesoureira, Ema Bastos Rodrigues; 2a. Tesoureira, Olga Fontoura; Comissão Social, Izaura Leite e Nair de Barros Alves; Comissão de Contas, Maria Delia Méa, Nenê Rigon, Anita Caneva, dr. Armando Vasconcellos; Conselho fiscal, dr. Jovino Freitas e Ludovico Della Méa.

A Conferência Vicentina e a Diretoria do Hospital, atentas ao crescimento da população e a grande procura da Casa para tratamentos diversos, iniciaram, em 1941, a construção de um isolamento, separado do corpo do Hospital, onde foi aplicado um saldo que havia em Caixa, num montante de 18:025\$300. Foram três pavimentos construídos e inaugurados em 19 de julho de 1942.



Nesse ano o Hospital São Vicente já contava com 101 leitos, sendo 70 para os enfermos particulares e 31 para os pobres.

Ainda em 1940, a Conferência Vicentina na data de 16 de fevereiro, festejou seu jubileu de prata, com a presença de S. Excia. Revma. D. Antônio Reis, Bispo Diocesano, com sede em Santa Maria.

Nesse ano um novo aparelho de Raio X foi adquirido, enriquecendo assim, o patrimônio hospitalar e assistencial.

Em 27 de julho de 1947, foi inaugurado o Pavilhão Pe. Rafael Iop, o qual esteve presente às cerimônias, embora já bastante envelhecido.

Em 28 de junho de 1953, foi lançada a pedra fundamental do Pavilhão Ludovico Della Mèa, um dos grandes vicentinos que muito trabalhou pelo progresso do Hospital. Por iniciativa do dr. Sabino Arias, diretor médico do Hospital, foi iniciado em 3 de junho de 1962 a construção de um moderno Centro Cirúrgico, inaugurado por S. Excia. Revma. D. Cláudio Colling, Bispo de nossa Diocese, e em presença de autoridades civis, militares, eclesiásticas e educacionais, além de convidados especiais e corpo médico.

Na ocasião, D. Cláudio, usando da palavra, comentou o valor extraordinário desse novo passo que o Hospital estava dando, naquela data de 8 de dezembro de 1967, inaugurando o novo bloco cirúrgico que iria contar com 8 modernas salas cirúrgicas, pois as atuais salas já estavam superadas e insuficientes para o número sempre maior de pacientes que buscavam o Hospital São Vicente de Paulo.

Esse enriquecimento do Hospital, foi conseguido através o interesse e esforço de S. Excia. Revma. D. Cláudio Coling, que, voltado para as necessidades de sua Diocese, conseguiu uma doação financeira de 260.000 DM, da Organização do Povo Alemão (Misereor), para fazer frente às despesas da construção



da obra ora concluída.

Gesto cristão e edificante de um Bispo que abraça, pelas suas obras, todo o seu rebanho.

Sempre que mais uma afirmação do Hospital é oferecida ao público, necessário se faz lembrar a ação cristã das Irmãs de Caridade que nele veem atuando desde 1921. Em dois de fevereiro desse ano foi assinado o contrato de serviço entre a Sociedade Literária e Caritativa de São Francisco de Assis e o Hospital São Vicente de Paulo, a fim de que essa Congregação atendesse os serviços internos do Nosocômio.

Em março de 1929, por ordem superior, essa dedicada e carinhosa Congregação deixou de atender o Hospital. Desde, então, aqui se encontram as Irmãs Franciscanas de Maria Auxiliadora, que, numa dedicação constante, embora hoje, em número reduzido, têm dado o melhor de si, como religiosas em prol do engrandecimento da Casa de São Vicente de Paulo.

A Conferência Vicentina, dando prosseguimento ao seu trabalho de assistência aos necessitados, fundou em 1946, a 21 de julho, a Conferência de São Cristóvão, com reuniões as 5as. feiras no Seminário Maior de São José.

A Conferência São Francisco de Assis foi fundada a 10 de junho de 1950 e as reuniões eram realizadas aos domingos na antiga Casa Canônica da Catedral.

De 1933 a 1979 foram Diretores Médicos do Hospital' Dr. Antônio Carlos Rebelo Horta, Dr. Arthur Leite, Dr. Clodoaldo Brenner, Dr. Sabino Arias, Dr. Sérgio Langaro e dr. Rudah Jorge.

Em 1968, sob a direção do Conselho Diocesano, foi iniciada a construção do novo Pavilhão da Vila Vicentina, local esse já atendido pela Conferência Vicentina, onde pessoas idosas e carentes encontram abrigo.

Os carentes da Vila Vicentina são atendidos e orientados pela Conferência São Cristóvão.



A primeira Conferência Feminina da Diocese de Passo Fundo foi fundada em 15 de novembro de 1966, com o nome de Conferência "Santa Isabel" realizando reuniões aos sábados na antiga Canônica da Catedral, à rua Moron. Essa Conferência vem desenvolvendo um trabalho digno de nota, principalmente, no setor de atendimento ao menor.

A primeira Diretoria foi assim constituída: Presidente, Eneida Thevenet Rosa; Vice, Lonrdes Viacelli; Secretária, Maria de Lourdes Rosa Marques; Tesoureira, Geni Desordi.

Voltando ao trabalho da Sociedade S. Vicente de Paulo, no seu caráter beneficente, há registro no relatório da Sociedade Hospitalar Beneficente "São Vicente de Paulo", do Conselho Central diocesano da Sociedade de São Vicente de Paulo, no 50.o aniversário, 1918-1968, da vida hospitalar, onde se lê: "A Sociedade de São Vicente de Paulo doou, no ano de 1917, a importância de 545\$100 (quinhentos e quarenta e cinco mil e cem réis), ao Hospital de Caridade (atual Hospital da Cidade), fruto de uma sessão cinematográfica e de uma festa popular".

"A Sociedade São Vicente de Paulo foi agraciada com o título de sócia- benfeitora do Hospital de Caridade, em 1918, em reconhecimento pela grande doação feita".

Em 1926, o Hospital São Vicente de Paulo esteve em sérias dificuldades financeiras, tendo chegado às portas de quase ser doado, com todo o seu patrimônio, às Irmãs da Sociedade Caritativa e Literária de São Francisco de Assis.

Foi uma época difícil para o Hospital, contudo superada.

Em 1972, as Conferências Vicentinas comemoraram o 1.0 Centenário da Conferência Vicentina no Brasil (4/07/1872-4/07/1972), quando os Vicentinos de Passo Fundo, lembraram e homenagearam a invulgar personalidade de Frederico Ozanan, patrono e fundador, mestre na fé e na virtude e pioneiro do moderno serviço social de assistência ao necessitado.

As palavras de Frederico Ozanan deixam transparecer o



seu ardente amor cristão pelo seu próximo: "Se eu chegasse a possuir tudo o que o mundo pode oferecer para me tornar feliz, faltar-me-ia algo, a felicidade do próximo"

Em Passo Fundo, os Vicentinos cresceram pela fé em Deus e amor ao próximo, encorajados no ideal que o Evangelho apresenta: "Aquilo que fizerdes ao menor dos homens, a mim o farás".

ALGUNS DADOS DA VIDA DO PE. RAFAEL IOP

"Nasceu em Vale Vêneto, município de Cachoeira do Sul, a 22 de junho de 1882 e faleceu na cidade de Santa Maria em 17 de agosto de 1947.

Em 1906 foi ordenado sacerdote, no dia 13 de maio.

Foi em Porto Alegre, na Paróquia da Tristeza, que exerceu o primeiro apostolado.

Em Passo Fundo dedicou, incansavelmente, a sua vida religiosa, a princípio como coadjutor e depois como vigário da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição (a única do Município) no período de 1912 a três de novembro de 1921".

"Foi neste período que surgiu o Hospital São Vicente de Paulo, em 24 de junho de 1918, sob o entusiasmo de um batalhador de Cristo, que foi o Pe. Rafael, seu idealizador e fundador. Seu impulso pioneiro foi vivido, sentido e posto em prática pela população de toda a região, que colaborou sem medir esforços para fundação e construção do Hospital São Vicente de Paulo".

Transferido para Vale Vêneto, lá exerceu o posto de Reitor do Seminário dos Palotinos, e construiu o Seminário Menor Palotino.

Até 1934 exerceu o cargo de Reitor com rara capacidade.

A revista. Rainha dos Apostos, foi por ele fundada em abril de 1923.



Voltou-se, também, para a educação da infância desamparada, assumindo em novembro de 1934 até 1936, a direção do Patronato A. Ramos, em Santa Maria.

Após a direção do Patronato foi nomeado Superior dos Padres Palotinos" e em 7 de março de 1940, quando a região Sul-Brasileira dos Palotinos foi constituída em Província, ficou sendo o 1.º Provincial, cargo que exerceu até dois meses antes de falecer".

O Hospital São Vicente de Paulo teve sua origem na invulgar operosidade, sempre voltada para os ensinamentos do Evangelho, do Padre Rafael Iop, que nunca esqueceu o seu próximo, a ele dedicando muito amor.

O Pe. Rafael Iop construiu, também uma casa de Retiros em Santa Maria, os seminários de Vale Vêneto e Polêsine, uma Casa de Formação de Irmãos Leigos em Faxinaí e muitas outras obras que engrandeceram a sua vida sacerdotal.

O Hospital recebeu o nome de São Vicente de Paulo, com homenagem justa ao bondoso Padre, paladino e defensor da caridade cristã.

São Vicente libertava prisioneiros, matava a fome dos desgraçados e salvava almas desventuradas. Visitava e confortava os doentes do Hospital de Paris, pois era francês, e esmolava para os famintos nas ruas da capital francesa. Sabia dos tormentos dos escravos e, por isso, penalizava-se dos sofrimentos dos condenados a remar nas galés. Sua demonstração de amor por esses condenados fez com que o rei Luiz XIII o nomeasse "ESMOLER REAL". Certa vez cumpriu pena algemado em lugar de um infeliz prisioneiro. Libertado e doente ainda passou a conseguir recursos para libertar escravos, o que conseguiu em número de mais ou menos 1.200 libertados.

Pela sua fé e orações teve a graça de fazer com que os reis da França praticassem mais obras de piedade e o Bey de Túnis permitisse que fosse fundada uma missão de caridade em



proveito dos cristãos e escravos dos mouros no norte da África. Fundou a Ordem das Irmãs de Caridade, instituição essa que se ocuparia do tratamento dos doentes e do amparo dos órfãos e velhos.

Foi São Vicente de Paulo quem lutou pela humanitária ideia de suprimir o tráfico de escravos, como um inspirado pelo Espírito Santo.

O Hospital São Vicente de Paulo tem recebido, da Caritas Diocesana, muito apoio e grande colaboração, podendo assim melhor realizar a sua assistência hospitalar aos pobres que ali procuram minorar seus sofrimentos.

O hospital, em seu crescente progresso, apresentou, em 1977, ano de seu sexagésimo aniversário, uma rápida síntese, como segue: "internou, nesse ano, 10.977 pacientes e 28.102 foram atendidos em nível ambulatorial. 525 funcionários, nas mais diversas especialidades, exercem suas atividades no hospital.

Funciona em prédios próprios com uma área construída de 13.600 m², localizada à rua Teixeira Soares n.o 808, com área de influência em toda a região norte do Estado do Rio Grande do Sul, oeste do Estado de Santa Catarina e Paraná. Recebe pacientes de mais de cem municípios e tem, atualmente, uma capacidade instalada de 302 leitos, sendo 101 para clínica cirúrgica, 132 para clínica médica de adultos, 45 para pediatria e 26 leitos para clínica obstétrica. Mantém convênio para prestação de serviços com as seguintes entidades: INAMPS - Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social; IPERGS - Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul; UNI MED Sociedade de Serviços Médicos Hospitalares Ltda.; FUNRURAL - Convênio Regional) CASSE - Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil; CAPASEMU - Caixa de Pensão e Auxílio dos Servidores Municipais; ABEMOSE - Associação Beneficente dos



Motoristas Servidores Públicos do Estado do RS; ASSENCO - Associação dos Empregados da Cooperativa Tritícola de Passo Fundo. Duas Congregações de Irmãs, Carlistas e Franciscanas, são responsáveis pela Enfermagem do Hospital.

CRONOGRAMA DAS PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DO HOSPITAL

1960 'D. Cláudio Colling e a Diretoria, sentindo, em face do crescente atendimento de doentes, a necessidade de manter na Casa pessoal capacitado e suficiente, resolveram, por proposta de D. Cláudio, criarem uma Escola de Auxiliares de Enfermagem, com a finalidade de prepararem maior número de elemento humano, para atenderem os doentes hospitalizados. Para proceder a organização da Escola, foi nomeado Dom João Hoffmann, tendo sido autorizado o seu funcionamento no dia 26/06/60.

1969 - Em 22 de setembro, após contatos da UPF com Dom Cláudio e várias, reuniões de s. Excia. Revma. com os Vicentinos e sócios do Hospital, foi decidida a aceitação do funcionamento da Faculdade de Medicina no Hospital São Vicente de Paulo, através convênio, por tempo indeterminado com a Fundação universidade de Passo Fundo.

1972 - Através de Convênio que o Hospital mantém com a Faculdade de Medicina da UPF, foi conseguido diretamente do Ministério da Educação, um Aparelho de Raio X, de fabricação alemã, que veio facilitar o tratamento de pacientes internados.

1975 - O Hospital São Vicente de Paulo consciente do avanço da ciência médica e de novas infraestruturas em todas as suas áreas, procurou criar novos serviços, ampliar suas instalações e dotar o Hospital com maior número de leitos, pretendendo alcançar o número de 600 leitos. Assim, no mês de setembro, a Diretoria resolveu iniciar uma obra que resultou



no aumento da Clínica Médica e Cirúrgica em mais de 65 leitos com uma área de 1.074 m². Foi, também, montada uma nova Central de Esterilização a vapor, recebido, a título de doação do Ministério de Educação. Foi também instalada uma Central de Oxigênio líquido com capacidade para 1.649 metros cúbicos. Essa obra foi concluída em junho de 1976.

1976 - Novos desafios para o Hospital São Vicente: por sugestão de dom Cláudio, seguindo orientação atualizada da Organização Mundial da Saúde e da Moderna Psiquiatria urgia a construção de um Pavilhão Psiquiátrico, junto a um Hospital geral. As características dessa construção seriam três pavimentos, com uma área de 1.770 m² e capacidade para 85 leitos, obra essa iniciada em outubro de 1976.

Em novembro de 1976, foi inaugurada a nova lavanderia, com capacidade para lavar 1.800 quilos de roupa por dia, ou seja, atender 600 leitos dia.

Foi, também, adquirido, um Grupo Gerador, com partida automática, capacidade de 275 Kvs, que resolveu definitivamente o problema da energia elétrica no Hospital.

1977 - Foi concluída a obra do Pavilhão Psiquiátrico, aumento de mais 60 leitos, instalação de consultórios médicos, ambulatórios e Unidade de Clínica Médica e Cirúrgica.

Nesse ano foi adquirido um conjunto de equipamentos radiológicos, importados diretamente da Alemanha.

Em face do aumento crescente de clientes que buscavam o Hospital, a Direção iniciou trabalho de construção de um novo prédio, com a finalidade de instalar todos os serviços complementares de diagnósticos e tratamento. Com a transferência desses serviços para as novas instalações, mais 120 leitos seriam colocados a disposição nas áreas desocupadas. O novo prédio tem quatro pavimentos com uma área total de 1.404 m², onde serão distribuídos os diversos serviços hospitalares.

Em 1978 o Hospital adquiriu da Mernak S.A. uma nova



caldeira a vapor com a capacidade de 2.300 kgs. vapor hora, o que veio enriquecer o trabalho da Lavanderia, Equipamentos de Cozinha e Esterilização.

A fim de atender melhor o serviço correspondente ao aumento de número de leitos (90 por cento), foi iniciada uma nova construção para modernização de Serviços de Cozinha, UTI (Unidade de Tratamento Intensivo) e outros, com uma área de 2.690 m². Como essa área construída deverá contar com 4 andares, serão instaladas Escola de Auxiliares de Enfermagem, Biblioteca, Direção e Secretaria, moderno Serviço de Nutrição e Dietética, com capacidade para atender 600 leitos; haverá também um refeitório que deverá atender funcionários, médicos e familiares dos pacientes internados.

PLANEJAMENTO QUINQUENAL DE OBRAS DOS HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO

01. Dar condições ao refeitório, para que possa atender 600 pessoas
02. Construção de uma Creche com capacidade para 100 crianças de 0 a 5 anos, filhos de funcionários.
03. Ampliação de mais 65 leitos, para dotar o Hospital com uma capacidade de 500 leitos-dia.
04. Ampliação do Centro Radiológico para tratamento do Câncer.
05. Construção do Centro Administrativo do Hospital São Vicente.

SERVIÇOS PRESTADOS PELO CORPO CLINICO DO HOSPITAL SÃO VICENTE

Pediatria, Cirurgia Vascular Periférica,



Angiologia, Nefrologia, Oftalmologia, Endocrinologia, Otorrinolaringologia, Traumatologia e Ortopedia, Ginecologia, Obstetrícia, Gastreenterologia, Proctologia, Urologia, Cirurgia Plástica, Cirurgia Pediátrica, Neurologia, Neurocirurgia, Pneumologia, Cirurgia Torácica, Cardiologia, Reumatologia, Dermatologia, Oncologia, Fisioterapia, Eletrocardiografia, Eletroencefalografia, Laboratório de Análises Clínicas, Radiologia, Cintilografia, Ultrassonografia, Tratamento Intensivo, Cirurgia Odontológica, Cirurgia Geral, Medicina Interna, Cirurgia Cardíaca, Endoscopia, Esofagoscopia, Gastroscopia, Duodenooscopia, Colonoscopia, Retosigmoidoscopia, Uretroscopia, Cintoscopia, Broncoscopia, Laparoscopia, Gastroenterologia, Laparoscopia Ginecológica.

No Relatório da Sociedade Hospitalar Beneficente São Vicente de Paulo do Conselho Central Diocesano, da Sociedade de São Vicente de Paulo, no Cinquentenário do Hospital São Vicente de Paulo, S. Excia. Revma. Dom Cláudio Colling, Bispo de Passo Fundo, fez a apresentação desse Relatório que será transcrito neste trabalho, com fecho da pesquisa realizada sobre Conferência Vicente de Passo Fundo e Hospital São Vicente de Paulo:

"A Sociedade Hospital Beneficente São Vicente de Paulo, de nossa cidade Episcopal Passo Fundo vê transcórrer neste ano o cinquentenário de sua fundação e apresenta ao público o relatório de suas atividades no decorrer deste meio século de vida.

Recordamos com orgulho o idealismo cristão do Revdo. Pe. Rafael Iop e de uma plêiade de homens que o acompanharam na decisão histórica de fundar a nova Sociedade. A pequena semente de idealismo por eles plantada encontrou terreno fértil, cresceu e frutificou através os já longos anos. Aí está o majestoso e perfeitamente adaptado à sua finalidade o Hospital São Vicente de Paulo. Quantos doentes, pobres ou ricos, não



terão encontrado alívio em suas dores e a almejada saúde para os seus corpos. Quantos não terão encontrado a saúde para a sua alma imortal. Só Deus o sabe.

Seja a recordação deste passado glorioso um incentivo e estímulo para os Vicentinos de hoje, a fim de que cultivem sempre com carinho e solícitude a bela e sublime flor da lídima Caridade Cristã.

Estes os votos de

Cláudio Colling

Bispo de Passo Fundo

Passo Fundo, junho de 1968".

2 - ASSOCIAÇÃO DOS VIAJANTES

- Em 1911, em reunião de alguns viajantes comerciais, realizada no Hotel Internacional (hoje - 1982 - é um velho casarão á Av. Brasil, esquina com 7 de Setembro), era fundada uma Associação dos mesmos, visando o estabelecimento de um pecúlio para as famílias dos associados que viessem a falecer; essa foi a primeira adota pela classe no País, onde então só existiam duas sociedades de viajantes comerciais, mas sem a finalidade aludida, sendo uma em Porto Alegre, e outra em Ribeirão Preto.

Coube a presidência ao viajante Victor Bersani, com o falecimento do qual, logo depois ocorrido, veio ela a desaparecer.

3 - HOSPITAL DA CIDADE (EX-HOSPITAL DE CARIDADE)

- ATA DE FUNDAÇÃO

"Aos vinte dias de julho de mil novecentos e quatorze, às dezenove horas, no Salão da Intendência Municipal, presentes os abaixo assinados, convocados pelo convite impresso que acompanha esta ata, foi convidado a ocupar a cadeira de presidente o tenente-coronel Pedro Lopes de Oliveira, intenden-



te municipal, sendo pelo mesmo aberta a sessão e dada a palavra ao cidadão Francisco Antonino Xavier e Oliveira para expor os fins da reunião, o que foi feito em breves palavras, terminando por propor que se formulasse à decisão dos presentes as questões seguintes: 1.o) se era oportuna a criação de um Hospital de Caridade em nosso meio; 2.o) no caso afirmativo: se dever-se-ia desde já tratar da fundação da sociedade para levar a cabo esse cometimento.

Feita a consulta e respondido afirmativamente, propôs o mesmo sr. que se elegeisse desde logo, uma comissão para dirigir, provisoriamente a sociedade, angariar sócios, elaborar os estatutos e promover os demais trabalhos necessários. Falei, então, o dr. Nicolau Araújo Vergueiro, propondo fosse escolhido para presidente provisório o cidadão Antonino Xavier e Oliveira, ficando a cargo deste a escolha de seus auxiliares. Aprovada esta indicação, o presidente provisório declarou que escolhia o sr. Jonatas dos Santos Magalhães para Vice-Presidente, o sr. dr. Oswaldo Caminha para secretário e o capitão José Lucas Dias para tesoureiro. Nada mais havendo a tratar-se, foi encerrada a sessão, lavrando-se esta ata que vai por todos assinada. Eu, Francisco Antonino Xavier e Oliveira, secretário a escrevi. Em tempo: pelo sr. tenente-coronel Pedro Lopes de Oliveira, intendente municipal, foi dito que dia a dia estão escasseando os terrenos destinados a edificação nesta cidade, então desde já autorizava a Comissão do Hospital a escolher o que fosse adaptável à construção deste, a fim de ser posto à sua disposição. Eu, Francisco Antonino Xavier e Oliveira, secretário provisório, a escrevi",

(Seguem-se as assinaturas seguintes): "Pedro Lopes de Oliveira, Jonatas dos Santos Magalhães, José Lucas Dias, Oswaldo Caminha, Horário de Oliveira Bastos, Dr. Fernando de Carvalho, Antônio Fernandes da Mota, Dr. Nicolau de Araújo Vergueiro, Augusto Flores Salgado, Brasilico Lima. Armando



Annes Eugênio Franco Di Primio, Antônio Bitencourt Azambuja, José Lucas de Castro, Mario de Lemos Braga, Irineo de Oliveira Goulart, Aníbal da Silva Lemos, Juvenal de Oliveira Xavier, Teodoro Ribas, Miguel Kroeff, Florindo Peres, João Brandisio de Almeida, Manoel Rosendo, João Caetano, Antônio Simão, João de Cesaro, Guerino Cecconi, Dr. João J. Ruiz, Marciano dos S. Machado, Diniz Fernandes, Júlio Muller, J. Luiz C. Nobre, Helvética Rotta, Antonina Xavier e Oliveira, João Virgilino Chaves, Francisco Antônio Xavier e Oliveira".

Para a lista de contribuições do Hospital foi transferido o saldo da extinta Sociedade Filantrópica "liga Protetora dos Pobres", fundada em Passo Fundo no ano de 1906, com a finalidade de socorrer os flagelados pela seca e praga do gafanhoto que assolaram o Município, naquele ano.

Essa Sociedade teve como presidente o sr. Antonino Xavier e Oliveira e Jerônimo Savinhone Marques.

Em assembleia geral datada de vinte de dezembro de 1914 o presidente interino ou provisório sr. Antonino Xavier, distribui aos sócios presentes, o projeto de estatutos do Hospital de Caridade, a fim de que fosse feita a leitura, discussão e aprovação do referido projeto. Usou da palavra o sócio sr. Emilio Stigler, "propondo que o projeto fosse primeiramente publicado e distribuído aos sócios e depois posto em discussão, para que assim tivessem pleno conhecimento do assunto.

O presidente provisório comunicou que era intenção de publicar o projeto, mas que desistiu, porque a publicação custaria cento e tantos mil réis, soma essa que conviria reservar para as horas do Hospital. Nessa mesma reunião foi eleita a primeira diretoria que ficou assim constituída: Presidente, Francisco Antonino Xavier e Oliveira; 1.o Secretário, Argemiro de Quadros; 2.o Secretário, José Luiz de Carvalho Nobre; Superintendente, Teodoro Ribas. João Antônio Reichmann substituiu o tesoureiro eleito José Lucas Dias; substituto da



Diretoria, Gabriel Bastos, Vice-Presidente. Adjunto do primeiro e segundo secretários respectivamente, Luís Meira e Pindaro Annes; Vice-Tesoureiro, Armando Annes. Diretoria do mês: Clarimundo Ferreira dos Santos, Inocencio Schleder, Joaquim Reichmann, José Lucas de Castro, Policarpo Ferreira da Silva, Irineu de Oliveira Goulart, Juvencio José de Farias, João Batista Rotota, José Lucio Bueno, Saturnino dos Santos Vaz, Herculano Trindade, Antônio Fernandes da Mota.

Representantes da Assembleia Geral: Dr. Oswaldo Caminha, Reverendo Antônio Patrício Fraga, dr. Nicolau de Araújo Vergueiro, dr. Fernando Carvalho, Horácio Bastos, dr. Antônio B. Azambuja, dr. Osório Andrade Neves, Capitão Jovino Freitas, Romão Lopes da Rosa, José Magalhães, Eduardo de Araujo, Ernesto Morsch.

A três de janeiro de 1915, na residência do sr. Presidente, a Av. Brasil, n.o 74, foi realizada uma sessão da Diretoria, quando foram estabelecidos alguns entendimentos como: realização das sessões, em caráter provisório, aos domingos às 10 horas, no salão do Cinema Central; procedimento ao exame dos terrenos nos subúrbios da cidade, a fim de escolher o que mais conviesse à localização do Hospital; organização do expediente e escritura, bem como mantimento de intensa propaganda em favor da construção do Hospital.

Em fevereiro de 1915 houve várias adesões de sócios (mensalidade 1\$000 - um mil réis), sendo que muitos colaboraram com 5\$000, tendo havido propostas de vários moradores de distritos de Passo Fundo, bem como de municípios vizinhos. Em março de 1915, no dia sete, foi entregue à diretoria do Hospital uma doação no valor de 192\$100 (cento e noventa e dois mil e cem réis), proveniente de saldo do extinto Grêmio Dramático Passo-fundense, sendo portadores os srs. Lino Schell de Quadros e Álvaro Schell de Quadros.

Em reunião realizada aos 31 dias do mês de outubro de



1915, ficou estabelecido que os estatutos seriam publicados no Diário Oficial do Estado, que seria aceito o terreno escolhido (onde hoje se ergue o Hospital da Cidade), que guardar-se-ia o Alvará de Licença para início das obras, bem como opinião para a planta, a qual emitida pelo dr. Fernando de Carvalho, aguardando-se também verba municipal já prometida.

Em sessão do dia dois de dezembro de 1915, foram apresentados projetos criando Bandeira e Estandarte do Hospital.

Bandeira - "Em cor carmesim, no centro as letras HC, entrelaçadas sobre uma esfera formada por um anel de pequenas esferas, do qual partiam raios em todas as direções, mais extensos no sentido vertical e horizontal do centro. Por cima, em linha convexa, o dístico - HOSPITAL DE CARIDADE- e por baixo, em sentido côncavo, o dístico - PASSO FUNDO, entre duas estrelas proporcionadas".

Estandarte - "Em cetim ou seda carmesim, no centro, a mesma figura acima descrita, a ouro. No alto, ao centro, uma pomba branca, voando, com um ramo verde no bico e segurando uma fita na qual se liam os seguintes dizeres: Saúde - Dever, respectivamente a esquerda e a direita da pomba, fita essa que formaria laçada nos cantos; em baixo, na curva central, o dístico - Fundado a 20 de julho de 1914".

Na mesma ocasião foi pensado em mandar confeccionar um distintivo com a mesma figura da Bandeira, em medalha de 3 centímetros de diâmetro, para ser usada pendente de fita da cor do estandarte.

Em data de cinco de dezembro desse ano, foi eleita nova diretoria, a segunda, para dirigir os assuntos referentes ao Hospital em 1916, sendo, assim, constituída: Presidente, Antonino Xavier e Oliveira; Vice-Presidente, José Lucas Dias; 1.º Secretário, Teodorico Borges da Rosa; Adjunto do 1.º Secretário, Píndaro Annes; 2.º Secretário, Luís Meira; Adjunto



do 2.o Secretário, Pedro Lima; Superintendente, Teodoro Ribas; Vice Superintendente, Herculano Trindade; Tesoureiro, João Reichmann; Vice-Tesoureiro, Saul de O. Cesar.

Diretores do mês: Joaquim Reichmann, Inocência Schleder, Ludovico Della Mía, João Batista Rotta, Diniz Fernandes, Juvêncio Farias, Antônio J. Estácio, Antônio Manoel Caminha, Pedro Savinhone Marques, Anizio J. Domingues, Antônio F. da Mota, Aníbal de Almeida.

Representantes da Assembleia Geral: Jonatas Magalhães, Ernesto Morsch, Gabriel Bastos, Dr. Antônio B. Azambuja, Irineu de O. Goulart, dr. Nicolau de Araújo Vergueiro, dr. Fernando de Carvalho, Padre Rafael Iop, Dr. Helvidio Iatos, Emilio Stigler, Eduardo M. de Araújo.

Na ata em que registra a posse dessa diretoria há uma nota que diz: "Pelo menino Homero Magalhães foi entregue um envelope com a quantia de vinte e oito mil réis, coletada na Escola Dominical da Igreja Evangélica desta cidade, como donativo ao Hospital".

No decorrer do ano de 1916 foram recebidos pelo Hospital várias doações de madeira, destacando-se a do sr. Antônio Vitor Mena Barreto e Guerino Langaro, além da doação de uma apólice da empresa Construtora de Uruguai na e Carlos Duran residente em Montevidéu, o qual solicitou que participasse como sócio do Hospital não a sua pessoa, mas a firma Durand Irmãos e Cia., estabelecida em Erebangó.

A 3a. Diretoria que iria reger os destinos do Hospital de Caridade no a- no de 1917 foi assim constituída: Presidente, Antonino Xavier e Oliveira; Vice Presidente, José Lucas Dias; 1.o Secretário, Teodorico Borges da Rosa; Adjunto, Píndaro Annes; 2.o secretário, Luiz Meira; Adjunto, Jorge Mailander; Superintendente, Teodoro Ribas; Vice, Joaquim Reichmann; Tesoureiro, João Reichmann; Vice, Ernesto Morsch.



Diretores do mês: João Albero Schmidt, Diniz Fernandes, Pedro S. Marques, Antônio Dell Llãno, Antônio Fernandes da Motta, Antônio José Estancio, Antônio Simão, Aníbal de Almeida, Antônio Weber, Juvencio Farias, Saturnino Vaze Inocencio Rocha.

Representantes da Assembleia Geral: Arthur Schell Issler, Gabriel Bastos, Jonathas Magalhães, Josino Marques, dr. Nicolau Vergueiro, Armando Annes, Padre Rafael Iop, Jovino Freitas, Rev. J. W. Daniel, João Batista Rotta, dr. Antônio B. de Azambuja e dr. Helvideo de Mattos.

Aos vinte e oito dias do mês de janeiro de 1917, em reunião da Diretoria, foi assentado que, das concorrências apresentadas para a construção do Hospital, seria liberada a do construtor João de Cesaro, participando, na administração, o presidente Antonino Xavier. Essa reunião teve caráter festivo pois essa data lembrava a emancipação política de Passo Fundo, criando-se a Comuna, ato, esse, assinado pelo presidente da Província do Rio Grande do Sul, em 28 de janeiro de 1857.

A área doada para a construção do Hospital constava de dois quarteirões, sendo um onde hoje se encontra o Hospital da Cidade e o outro ao norte e paralelo ao atual, confrontando com as ruas: N- Lavapés, S. Uruguai, L.- Tiradentes, O- Silva Jardim. Os médicos dr. Arthur Leite e Fernando Carvalho, a convite do sr. Presidente do Hospital, opinaram pela melhor localização da Casa, sendo a pedra fundamental lançada no dia 24 de julho de 1917, às 16 horas, tendo, no ato feito uso da palavra o sr. Cândido Porcidonio da Rosa, senhorinha Almira Magalhães, menino Teodomiro Magalhães e o presidente Antonino Xavier.

Há registro de que antes do encerramento do ato festivo também usou da palavra o sr. dr. Geraldino Xavier de Oliveira e o Tte. João Fernandes da Motta. Estiveram presentes: Herculano Trindade, João Virgilino Chaves, Ludgero P. da Cruz, João A. Schmidt, Arnaldo L. Hoffmann, João Batista de Oliveira Mello,



Pedro Vargas. Redação de "O Regimem", Pedro José Estácio, João Antônio Reichmann, Antônio José Estácio, José Lucas Dias, Teodoro Ribas, PaiHino Nedir, Cândido da Rosa, José Álvaro de Abreu, Eulina Bernardes Braga, Alcides Niederauer, Ernesto Morsch, Renato Sá Britto por si e pela redação de "Diário do interior", Jovino da Silva Freitas (pai do dr. Jovino Freitas), Horácio bastos, Argemiro de Quadros, Fernando Gerber, João Honório de Mello, Antônio Simão, Conrado Rodrigues, Manuel Thomas Rosendo (pai da autora deste trabalho), Antônio F. da Motta, dr. Antônio B. Azambuja, por si e pelo "O Regimem", Pedro R. Lopes, Francisco Goulart, Constança P. da Silva, Amador Cesar Sobrinho, João Cesar, Otilia Estivalet, Clara Magalhães, Manuela Goulart, Aníbal de Almeida, Alfredo Rodrigues, O. Garcez Junior, Teodomiro Magalhães, Carolina Albuquerque Cesar, Antonina Xavier e Oliveira, Reulda Petry, Aura Barbosa, Oscar Oliveira Cesar, dr. José Vasconcellos Pinto, Luiz Waldemar, Frederico Kurtz, Lindolfo Sofrin, Ziza de Araujo (Ziza de Araújo Trein), Nair Xavier, Olga Langaro, Ema Corrêa, Arthur de Oliveira, Emilia Bento de Souza, Odil Rocha, Cicero Cardoso Teixeira, Lucila Reichmann, Helio Morch, Aurora Reichmann, Honório Pincini, Fredolino Klane, Raimundo Rocha, Antônio Diehl, Djalma Carvalho, Fladomiro Amaral, por si e pelo Clube Comercial, Teodorico Borges da Rosa, Luiz Meira, Armando Ipureiro Lima, João de Cesaro, por si e pela Sociedade Italiana, Antônio Weber, Fernando Goelzer, Mario de Lemos Braga, Jorge Mailander, por si e pelo Clube Pinheiro Machado. Antônio Schell Loureiro. Mauro Rocha, Frederico Carvalho, por si e pela Redação "A Voz da Serra", João Batista Rotta, por si e pela Loja Concórdia do Sul, Diniz Fernandes, Mário Gusmão, Helvídio A. de Mattos, Ludovico Della Méa, Miguel Cruz, Antão Chagas, Francisco Fagundes, Luiz de Cesaro, Florêncio Antunes de Oliveira, Brasileiro Bastos, P. João Barbisan, Robertinho Paulo Chaves, Edmundo



Ferreira da Silva.

Nesse mesmo ano o Poder Municipal liberou 3 áreas fronteiras ao Hospital para que fosse destinada a uma praça que hoje leva o nome de Praça "Antonino Xavier".

Durante o período da gripe espanhola (1917-1918), a Sociedade Pró-Construção do Hospital da Caridade (hoje Hospital da Cidade), atendendo a necessidade de um número elevado de doentes atacados pela epidemia, alugou um velho casarão de madeira à rua Gal. Osório, esquina Gal. Neto, de propriedade do uruguaio, sr. Oribe Marques, em cujo local hoje se encontra a agência Ford, tendo aí funcionado atendimento aos doentes.

A 4a. Diretoria que regeu os destinos do Hospital no ano de 1918, foi a mesma eleita para o ano de 1971, havendo apenas a substituição do 1.o Secretário que passou a ser o sr. João Batista de Oliveira Mello; o cargo de 1.o tesoureiro foi ocupado pelo sr. Irineu de O. Goulart.

Em 13 de janeiro de 1918 o Hospital recebeu a primeira verba da municipalidade no valor de 5fD00\$000 (cinco contos de réis), votada em 1917, e já depositada na Casa Bancária de Armando A. Annes.

Em maio desse ano o Hospital recebia oficialmente o Alvará da Intendência Municipal, onde figurava a doação das duas quadras já aludidas.

Também, em maio de 1918, a Sociedade São Vicente de Paulo realizou um espetáculo no Cinema Central, em benefício do Hospital de Caridade, entregando à filial do Banco Pelotense, por intermédio de seu secretário João Colavin, o produto líquido dessa festa que importou em 545\$ 100 (quinhentos e quarenta e cinco mil e 100 réis) que foi crédito ao Hospital.

Foi deliberado, de acordo com o art. 24 dos Estatutos, conceder o título de Sócia Benfeitora à Sociedade São Vicente de Paulo, através de um diploma como agradecimento à essa



sociedade coirmã.

A construção da Casa do Hospital prosseguia e o enjardinamento era iniciado. Nesse ano o Hospital contava com uma reserva, em dinheiro, no valor de 14:046\$110 (quatorze contos, quarenta e seis mil e cento e dez réis).

Damas da sociedade local, na época, lideradas por da. Juvência Annes

Bastos, Mariana Bueno de Araújo, Maria Luiza Batalha Dias e Olga Bastos de Moraes, realizaram em julho desse ano, animada quermesse, em prol do Hospital em construção.

Em dezembro de 1918 foram suspensas as atividades da enfermaria que prestou serviços durante a vigência da gripe espanhola, tendo funcionado em local já indicado.

Na data de 18 de dezembro de 1918 em reunião da Diretoria, ficou assentado um voto de louvor ao dr. Armando Vasconcellos, pelo gesto magnífico, atendendo 18 doentes da gripe espanhola em seu consultório e em domicílio particular e nada cobrando pelo seu trabalho, doentes esses encaminhados pela Sociedade do Hospital de Caridade.

A 5a. Diretoria do Hospital que iria reger os destinos da construção e demais encargos estatutários, em 1919, ficou assim constituída: Presidente, Antonino Xavier e Oliveira; 1.o Secretário, Maximiliano Ávila; 2.o Secretário, Guilherme Leyser Filho; 1.0 Tesoureiro, João Batista de Oliveira Mello; Adjuntos dos secretários e tesoureiro, respectivamente, Píndaro Annes, Samorim K. Barbosa, Ernesto Morsch.

Os diretores de mês e representantes da assembleia geral passaram a ser os seguintes: João A. Schmidt, Pedro S. Marques, Antônio J. Estácio, Juvêncio José de Farias, Saturnino dos Santos, Teodorico Borges da Rosa, Joaquim Reichmann, Helmuth Homrich, Roberto Wolff, Dr. Ney de Lima Costa, Antônio F. da Motta, Antônio M. de Mello. Da assembleia: Jônatas Magalhães, Eduardo M. de Araújo, João B. Rotta, Antônio S.



Loureiro, dr. Nicolau de A. Vergueiro, Armando Annes, dr. Antônio B. Azambuja, Josino S. Marques, Arthur S. Issler, Gabriel Bastos, Horácio Bastos, Frederico Graeff.

Ainda em dezembro de 1918 foi concedida medalha de ouro ao sócio João Batista de Oliveira Mello e uma medalha de prata ao sócio Francisco das Chagas Fagundes em razão de terem proposto, respectivamente, 26 e 22 sócios ao Hospital, sem levar em conta as admissões, por eles propostas, e que seriam registradas em breve.

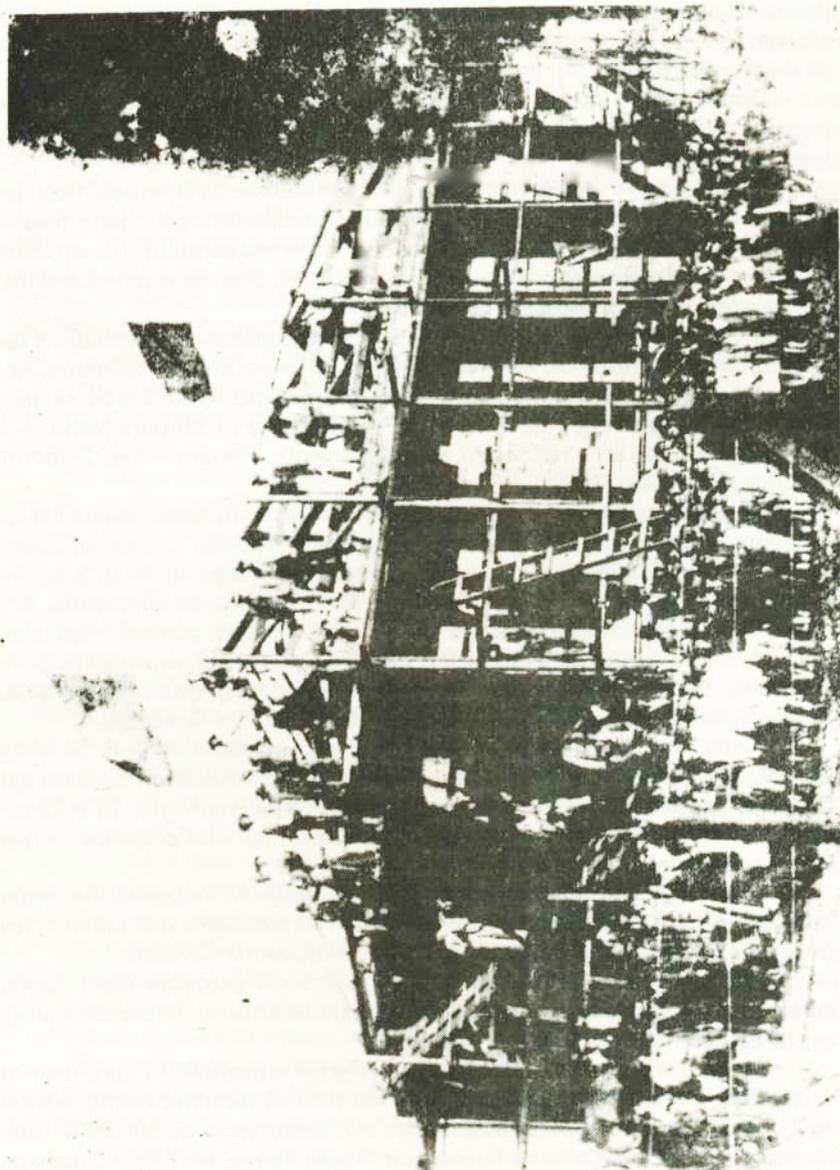
Em janeiro de 1919, os médicos drs. Nicolau de A. Vergueiro, Armando Vasconcellos e Renato Lazzarini comunicaram ao presidente que punham seu trabalho à disposição da Caixa dos Pobres do Hospital de Caridade.

Uma enfermaria provisória também estava em execução nessa época, bem como foi aberta concorrência pública para receituário, impressos e artigos de expediente.

Tendo o Hospital atendido, durante a gripe espanhola, 47 funcionários da Companhia da Estrada de Ferro, esta, em sinal de reconhecimento, enviou ao Hospital um ofício de agradecimento e a importância de 500\$000 (quinhentos mil réis), da Caixa de Socorro da Viação Férrea, em ofício datado de janeiro de 1919.

Estando já iniciado o primeiro pavilhão o sr. presidente achou de bom





1919 – Construção do Hospital de Caridade (Hospital da Cidade). Dia festivo-Levantamento da cumieira.



alvitre ouvir a opinião dos médicos sócios drs. Nicolau Vergueiro, Ivo Barbe- do, a fim de que opinassem sobre a melhor disposição dos pavilhões, como Hospital de uma cidade que muito prometia progredir. Da opinião ouvida resultou que seria necessário a opinião de um engenheiro (foi ouvido o engenheiro Souto Ribeiro), que apreciaria a planta.

Em seguida o construtor e sócio do Hospital, sr. João de Cesaro, mais uma vez assumiu o compromisso (antes já proposto) de dar construído o edifício principal, entrando com os materiais, menos as telhas francesas e linhas para armação no valor de 7:00\$000 (sete contos de réis).

No mês de março desse ano de 1919 foi iniciada também a construção do 2.o bloco do Hospital com o construtor Luiz Ricci, mas em caráter de administração caberia ao Hospital opinar. Faziam parte da comissão de construção além dos médicos já citados e o sr. presidente, Josino Marques.

A construção do 2.o bloco custou a razão de 7\$000 (sete mil réis) o metro quadrado.

Chamava-se de "AMPARADORA" as pessoas do sexo feminino e que se dispunham a trabalhar no angariamento de sócios para o Hospital; sob o nome de Amparo da Caridade, anualmente eram realizadas quermesses ou alguma promoção de caridade, geralmente no dia 20 de julho, aniversário do Hospital (organização da sociedade). Entre outras Amparadoras há registro dos no mês de Antonina Xavier e Oliveira, Iracema Mailander, Carolina Fischer, Izolina Oliveira, Carolina Schneider, Alaide Schneider, Maria Motta, Otávia Witte, Juvência Annes Bastos.

Levantamento da cumieira do Hospital — Conforme registro na ata n.o 87, lê-se o seguinte: "No dia 5 de agosto de mil novecentos e dezenove, às 10 horas da manhã, realizou-se a festa por motivo da colocação da cumieira do edifício central



do Hospital de Caridade. Para isto formou-se à frente da sede social, instalada na residência do presidente Antonino Xavier, à Avenida Brasil n.o 74, um extenso préstito, à frente do qual um grupo de senhoritas levava o estandarte da Sociedade, senhoritas essas pertencentes ao quadro das Amparadoras, seguindo-se o Colégio Elementar sob a direção do professor Guedes Coutinho, corpo docente do mesmo estabelecimento, sócios e outras pessoas, bem como a Banda de Música do Tiro de Guerra n. 225 que, gratuita mente prestou-se a abrilhantar o ato. Chegado o préstito ao local da construção, foram hasteadas nas cumieiras do edifício a Bandeira Nacional e a do Hospital subindo aos ares numerosos foguetes. Nesse ato e por delegação do Presidente falou o consócio dr. Nicolau de A. Vergueiro, fazendo alusão ao acontecimento e pondo em relevo a importância do Hospital, bem como o acerto da sua norma vivencial; concluiu hipotecando o seu concurso bem como do corpo médico a essa instituição.

Pelo mesmo consócio dr. Ivo Barbedo foi aberta, pouco depois, uma subscrição ou coleta, entre os presentes, para as despesas da festa, rendendo cento e quarenta e três mil réis. Aos presentes foi servido um copo de cerveja e depois tiraram-se várias fotografias da festa..."

Também há registro de uma festa de Caridade, como segue:

"Aos quinze de agosto de 1919, realizou-se, à noite, no Salão do Cinema Central, gentilmente cedido por seu proprietário, nosso consócio Joaquim Reichmann, a Festa da Caridade, por motivo do mau tempo e outras causas transferida de 20 de julho, data marcada para sua realização.

Ao ato compareceram grande número de sócios, famílias e convidados sendo bastante grande o número de objetos ofertados.

A festa rendeu 3:442\$000 (três contos quatrocentos e



quarenta e dois mil réis).

Prestaram relevantes serviços os consócios D. Juvência Annes Bastos, D Ana Luiza Ferrão Teixeira e D. Olga Bastos Moraes, bem como os consócios Gabriel Bastos, Píndaro Annes, Laudelino Monteiro e Francisco das Chagas Fagundes, além das Comissões de senhoras e senhoritas e sócios que subscreveram as circulares pedindo ofertas, circulares essas que se achavam arquivadas no livro próprio.

No começo da festa foi cantado o Hino da Amparo da Caridade, pelas amparadoras Antoninha Xavier, Mayr Xavier, Rosa Rocha, Antonieta Nunes Maria Ruschel, Doryldes Garcez e Ana Luiza Ferrão Filha, com acompanhamento de orquestra constituída pelos srs. Lúcio Coirolo, Willy Morsch, Júlio Freitas e Joany, sob a direção do primeiro.

Serviram de vendedoras as amparadoras Antonina Xavier, Otávia Witte, Mayr Xavier Almira Magalhães, Umbelina Miranda, Dolores Eichenberg Marina Xavier, Ana Luiza Ferrão Filho, Iracema Garcez e de leiloeiros, os srs. consócios Batista Mello e Antônio Junqueira Rocha".

Em outubro de 1919, em face da escassês de material para acelerar o término do Hospital, foi resolvido a construção de madeira de uma enfermaria para receber doentes tuberculosos.

A 6a. Diretoria que iria dirigir o Hospital no ano de 1920, ficou assim constituída: Presidente, Antonino Xavier e Oliveira' 1.o Secretário, Maximiliano Ávila; 2.o Secretário, Irineu de Oliveira Goulart; Superintendente, Josino S. Marques; Tesoureiro, Juvenal Muliterno. Substitutos; Vice-Presidente, Dr. Ivo Barbedo; Adjunto do 1.o Secretário, Píndaro Annes; Adjunto do 2.o Secretário, João Manoel Pereira; Vice Superintendente, Amador Cesar Sobrinho; Vice-Tesoureiro, Ernesto Morsch.

Diretores do mês: João B. de Oliveira Mello, Pedro S. Marques, Guilherme Layser Filho, Juvencio J. de Farias, Saturnino dos Santos Vaz, Teodorico B. da Rosa, Joaquim



Reichmann, Helmuth Homrich, Roberto Wolf, dr. Ney de Lima Costa, Antônio F. da Motta, Antônio M. de Mello.

Representantes da Assembleia Geral: Jônatas dos Santos Magalhães, Eduardo Manoel de Araújo, João Bastista Rotta, Antônio Schell Loureiro, Dr. Nicolau de Araújo Vergueiro, Armando Annes, Dr. Antônio B. Azambuja, José Lucas Dias, Arthur Schell Issler, Gabriel Bastos, Horácio Bastos, Frederico Graeff.

Por razões particulares o vice-presidente não pode assumir, tendo sido eleito o sr. Píndaro Annes que foi substituído pelo sr. Antão Chagas.

Em junho de 1920 a Diretoria do Hospital concordou em alugar para a Delegacia de Recenseamento Federal, duas salas de frente, conforme ata n.o 96, datada de seis de junho desse ano, uma vez que a Casa ainda não estava concluída, pelo valor de cinquenta mil réis mensais.

Ainda nesse mês, foi adquirido pelo Hospital o material de Sanatório de propriedade do dr. Nicolau Vergueiro e dr. Ivo Barbedo no valor de 1:900 \$000 (um conto e novecentos mil réis).

Também em 1920 houve proposta de fusão dos dois Hospitais, conforme registro em ata datado de 17 de junho desse ano, contudo ficou assenta do que tal fusão seria impossível, em vista da opinião da Diretoria que o Hospital de Caridade era uma instituição perpétua e, portanto, não podia ser alterado em sua existência e norma.

O hospital começou a funcionar, conforme registro em ata n.o 103 de vinte e seis de setembro de 1920, no dia 20 de setembro, sendo seu primeiro enfermeiro o sr. Teodoro Rodrigues de Oliveira, vindo de Porto Alegre.

O funcionamento do receituário passou a ser (preparo de fórmulas único tipo de medicamentos na época, pois não havia os preparados de laboratório, costume dos dias presentes),



feito pelo sr. Ivo José Ferreira, proprietário da Farmácia Serrana. Também em 1920 foi providenciada a instalação da farmácia do Hospital.

Nessa época o dr. Adelgides de Figueiredo, médico humanitário que muito colaborou com o tratamento dos pobres hospitalizados no Hospital, ofertou para a Casa uma caixa de instrumentos cirúrgicos que veio atender as necessidades do Nosocômio em seu funcionamento recém iniciado. Por isso o dr. Figueiredo foi considerado sócio remido.

A 20 de dezembro de 1920 foi realizada uma assembleia com o fim de votar a reforma dos estatutos e eleger a diretoria que, em 1921, estaria à testa do Hospital, prolongando-se até 1924, em face da reforma dos estatutos, que alterou o tempo de duração da diretoria e conselho administrativo pelo espaço de quatro anos.

Após votação a Diretoria ficou assim constituída: Presidente, Antonino Xavier e Oliveira; 1.º Vice-Presidente, Maximiliano Ávila; 2.º Vice-Presidente, Irineu de Oliveira Goulart.

Conselho Administrativo: Gabriel Bastos, João Batista Rotta, Jônatas Magalhães, Josino S. Marques, João Batista de O. Mello.

Substitutos do Conselho Administrativo: Arquimino Miranda, João Cony, dr. Arthur Souto Ribeiro, Florindo Pires, Orlando de O. Jacques.

A 1.ª reunião do Conselho Administrativo foi realizada em 1.º de janeiro de 1921 na Sala da Biblioteca do Clube União Comercial, sendo assentado que o Conselho reunir-se-ia ao segundo domingo de cada mês.

Em 1922 os médicos dr. Nicolau Vergueiro, Frederico De Marco e Arthur Leite, montaram no Hospital uma Policlínica para atendimento dos doentes e trabalho gratuito aos pobres.

Nesse ano foi iniciado o pavilhão que se destinaria à



parte cirúrgica do Hospital, ala sul.

Em 1923, durante o período revolucionário o Hospital passou a aceitar os feridos das forças legais ou republicanas o que desgostou os sócios federalistas ou maragatos, os quais, muitos deles, deixaram de contribuir com umas mensalidades.

Nessa ocasião o Hospital, não contando com muitos recursos em sua estrutura hospitalar, recebeu, da sociedade local, donativos em camas, roupas de cama, faixas para curativos e mesmo gêneros alimentícios.

Não seria justo deixar de citar a figura da ilustre dama passo-fundense, D. Serena Annes Homrich, que, voluntariamente assumiu, nessa época, a cozinha do Hospital, pois não havia possibilidade da Casa manter elementos para dirigirem o serviço de alimentação dos doentes e feridos.

Em 1925 o Conselho Administrativo do Hospital deu posse a nova Diretoria que foi assim constituída (7a. Diretoria): Presidente, Helmuth Homrich; 1.o Vice-Presidente, Píndaro Annes; 2.o Vice-Presidente, Herculano Annes.

Conselho Administrativo: Gabriel Bastos, Luiz Bauer, João Nunes, Samorim Barbosa, Teodorico B. da Rosa.

Suplentes: Ordenei Monteiro, Lino Schell de Quadros, Guilherme Leyser, Cantídio P. de Moraes, Ivo Ferreira.

Nessa ocasião o sr. Antônio Xavier e Oliveira que estivera à testa da presidência do Hospital pelo espaço de 10 anos, desde a sua criação, foi considerado e aclamado presidente honorário do Hospital, o qual, agradecendo a homenagem salientou que tudo que fizera foi por ter encontrado apoio da sociedade local que proporcionou os recursos que levantaram um Hospital, o Hospital de Caridade de Passo Fundo.

A 8a. Diretoria que dirigiu os interesses do Hospital no quadriênio 1929-1932, foi a seguinte: Presidente, Armando Araújo Annes; 1.o Vice, Deodoro Homrich; 2.o Vice, Píndaro Annes.



Conselho Administrativo: Eduardo Crossetti, Evaristo Wordell, Barnabé Olmedo, Ramão Rodrigues, Mucio Castro.

Suplentes: Rafael F. Teixeira, Pedro Barreiro, Willy Petersen, Anfredy Willig, Pedro Ortiz Corrêa.

Em maio de 1929, um grupo de sócios do Hospital entregaram ao sr. presidente uma carta que acompanhava um donativo e expressa nos seguintes termos:

"Os abaixo firmados, sócios do Hospital de Caridade de Passo Fundo, estando de perfeito acordo com a Declaração de 1.º de dezembro de 1918, firmada por 111 sócios, a qual foi arquivada e averbada no Registro Especial do município, a cargo do sr. Joaquim Pedro Daudt, em nove de julho de 1929 desejando contribuir para o cabal desempenho dos fins humanitários que inspiram a criação dessa benemérita instituição de caridade, conforme estipulam os artigos 1.º, 2.º, 3.º e 4.º dos seus Estatutos, oferecem, como donativo, ao Hospital de Caridade, três promissórias inclusas, no valor de dez contos de cada uma, ou seja, o total de trinta contos de réis, vencíveis contra a Intendência Municipal de Passo Fundo, no dia 19 de agosto de 1931, sob as seguintes condições: 1 .o) A doação supra é feita sob a condição de que, vindo o Hospital de Caridade de Passo Fundo, em qualquer tempo a abandonar os nobres fins que constituem a sua razão de ser ou muito especialmente a alterar a orientação neutral que em seus Estatutos atuais, devidamente registrados e legalizados, adotou em matéria de religião, ficará, desde logo, obrigado a nos restituir, em moeda corrente, com os respectivos juros legais, contados desde 19 de agosto de 1931, a dita importância de 30:000\$000 (trinta contos de réis), ficando, assim, sem efeito essa doação; 2.o) se todos, algum ou alguns dos doadores forem mortos, a restituição será feita aos que por direito pátrio forem os nossos herdeiros.

Certos de que tanto V. S. como os demais respeitáveis consócios saberão apreciar devidamente os altos interesses de



ordem humanitária que reque rem as condições mencionadas, firmamos com elevado respeito e estima de V. S. consócios e criados atentos. Seguiam-se assinaturas".

Em assembleia reunida em 31.03.1931, foram aprovadas as condições propostas e autorizado, nessa reunião, o sr. Presidente a assinar a escritura de doação acima citada, conforme ata n.o 129 de 31 de maio de 1931.

Nessa mesma ocasião, foi examinada a situação financeira do Hospital que estava com despesas na construção de mais um prolongamento da Casa e que viria formar um novo pavilhão. O valor orçado dessa obra era de 80:000\$000 dispondo o Hospital da quantia já paga de 42:752\$000 não havendo verba prevista, a curto prazo, para ser recebida. Em razão disso foi proposto, como recurso mais seguro, a divisão em terrenos da quadra urbana n.o 116 cujo direito de ocupação pertencia ao Hospital de Caridade, conforme alvará municipal n. 578, de 15 de maio de 1918, ala norte e paralela ao local onde se encontram as edificações do referido Hospital.

A alegação para tal proposta era a "alienação de um patrimônio morto para a aquisição de outro patrimônio produtivo, com meios mais eficientes para realizar os objetivos para os quais foi fundado e funcionava o Hospital de Caridade". Tal proposta foi aprovada. Ainda nessa reunião foi apresentado à Assembleia um traslado de escritura de doação de uma parte de campo e mato, ofertado ao Hospital pelo consócio sr. Pedro Barreiro, o que ficou inscrito conjuntamente com alguns sócios beneméritos dessa instituição.

A 9a. Diretoria do Hospital que regeu os destinos da Casa no quadriênio 1933-1936, ficou assim constituída: Presidente: Gervásio Annes; Vice, Píndaro Annes; 2.o Vice, Helmuth Homrich.

Conselho Administrativo: Evaristo Wordell, Ramão Rodrigues, Barnabé Olmedo, Gabriel Bastos, Josefina Jacques.



A 10a. Diretoria para o quadriênio 1937-1940 foi a seguinte: Presidente, Píndaro Annes; Vice, Gabriel Bastos; 2.o Vice, Tristão Feijó Ferreira.

Conselho Administrativo: João Cailar Barbosa, Josefina Jacques, Lino Schell de Quadros, Ramão Rodrigues e Deodoro Homrich.

Em junho de 1937, em sessão realizada no dia vinte e sete, ficou o sr. Presidente* autorizado pela assembleia, a construir, segundo necessidades a- pontadas pelo sr. Presidente, mais dois pavilhões, "sendo um destinado a cozinha, refeitório, despensa, lavanderia, padaria e rouparia e, outro, para sala de cirurgia e quartos para operados".

A 11a. Diretoria para o quadriênio 1941-1944, teve a seguinte organização: Presidente, Píndaro Annes; 1.o Vice, Deodoro Homrich; 2.o Vice, W. R. Schisler.

Conselho Administrativo: Evaristo Wordell, Pedro Barreiro, Arthur Koch, João Roma, Cecilia Kneipp.

Na ocasião da assembleia que elegeu a nova Diretoria, 20 de dezembro de 1940, o sr. presidente reeleito "apresentou a planta e deu amplas informações sobre a próxima construção da Maternidade que o Governo Federal mandara construir em continuação ao pavilhão Getúlio Vargas desse Hospital" (pavilhão este onde se encontrava a primeira sala de cirurgia, ala sul do Hospital). A parte térrea deveria servir para enfermaria, com comunicação isolada da Maternidade. A Legião Brasileira de Assistência, deu cobertura a essa construção.

O movimento financeiro do Hospital, em 1941, apresentou um saldo positivo de 53:656\$700.

Em 1942, por proposta do sócio Tristão F. Ferreira, ficou determinado que haveriam reformas na parte social dos Estatutos, quando o número de sócios do Hospital (ativos) seriam de 20 no mínimo e 50 no máximo, sem prejuízo dos sócios remidos e benfeitores.



A 12a. Diretoria para reger os destinos do Hospital no quadriênio 1944-1948, teve a seguinte formação: Presidente, Píndaro Annes (reeleito); 1.º Vice, Deodoro Homrich; 2.º Vice, Dr. Admar Petracco.

Conselho Administrativo: Gabriel Bastos, João C. Barbosa, Eduardo Barreiro, Oscar Kneipp e Orlando Jacques.

Em reunião datada de 27 de julho de 1946, foi comunicado à assembleia que as instalações da Maternidade estavam em perfeito funcionamento, bem como as enfermarias instaladas na parte térrea do edifício da Maternidade. Outrossim apresentou um demonstrativo das finanças da Casa, havendo um saldo positivo de 123.294,50 (cento e vinte e três mil, duzentos e noventa e quatro cruzeiros e cinquenta centavos).

Aos dois dias do mês de janeiro de 1949, foi eleita a Diretoria, a 13a. do Hospital da Cidade, ex-Hospital de Caridade (nessa época ainda como Hospital de Caridade), sendo assim constituída, para dirigir os destinos da Casa no quadriênio 1949-1958 Presidente, Píndaro Annes, 1.º Vice, Antônio Rosado; 2.º Vice, Deodoro Homrich.

Conselho Administrativo: Pedro Corrêa, João Roma, Helmuth Homrich Eduardo Barreiro, Oscar Kneipp.

Na oportunidade, foi registrado voto de louvor pela consagração da consagração da consócio Serena Homrich aos pobres do Nosocômio. Também foi registrado voto de louvor, pelo espírito sacrificial e verdadeira abnegação, à Irmã Diretora do Hospital, Elfried Hubscher.

Em agosto de 1949 foi iniciada a construção do Necrotério do hospital, tendo sido a planta oferecida, gratuitamente, pela firma Annes, Maestri Ltda. de Porto Alegre.

Em reunião do Conselho, realizada aos 13 dias do mês de março de 1950, foi exposto pelo sr. presidente que em vista das exigências do Posto de Higiene local, afastando todos os estábulos existentes no perímetro urbano da cidade, necessário



se fazia que o Hospital adquirisse uma granja, onde pudesse colocar seu gado. Disse também o sr. presidente, que já havia visitado em companhia do 2.o Vice-Presidente, sr. Deodoro Homrich, vários sítios próximos à cidade, tendo apresentado melhores condições o da "Invernada do Bojo", propriedade rural de aproximadamente 60 alqueires, distante sete quilômetros da cidade.

Depois de todas as demarches ficou apurado de que se poderia adquirir o aludido sítio pela importância de Cr\$ 240.000,000, mediante o pagamento de um terço à vista e os dois terços restantes em duas prestações de um e dois anos de prazo. Quanto aos juros, disse o sr. presidente que não seria impossível conseguir dispensa. O referido sítio ou granja, digo, invernada do bojo, era de propriedade do sr. Adão Silveira e esposa.

Com situação financeira satisfatória no Hospital, o Conselho autorizou o sr. presidente a realizar o negócio.

O gado granjeiro que passou a ser colocado na Granja do Bojo, eram designados com os mais diversos nomes, conforme consta do livro de registro da existência, desde o nascimento dos mesmos, sua venda ou morte, constando a causa mortis. A título de curiosidade teg'síraremos alguns nomes: Tenório, Gitano, Katucha, Lubanda, Fingida, etc. O último registro de nascimento é datado de 15 de novembro de 1969 de uma fêmea overa negra, nada constando sobre seu nome.

Desde a instalação do Hospital com seu 1.o pavilhão em funcionamento as reuniões foram, daí em diante, realizadas no recinto do Hospital.

Aos vinte e oito dias do mês de dezembro de 1952, foi eleita a 14a. Diretoria do Hospital, assim constituída: Presidente, Píndaro Annes; 1.o Vice, Oscar Kneipp; 2.o Vice, Carlos Rotta

Conselho Administrativo: Eduardo Otto, Evaristo Wordell, W. R. Schisler, Eudócio Costa, Luiza Ferreira. Suplentes:



Arthur Koch, Gervasio Annes, Josefina Jacques, Augusto Isaias, Leopoldo Vieira.

Essa diretoria passou a dirigir o Hospital no quadriênio 1953-1956.

Em fevereiro de 1953, em reunião do Conselho Administrativo, realizada no dia 1.º, ficou estabelecido que uma nova construção orçada em Cr\$2.000.000,00 e que seria realizada, enriquecendo o patrimônio do Hospital com mais ambientes, pois já possuía uma verba conseguida, no valor de Cr\$7.000.000,00, através do consócio Dr. Antônio B. Azambuja, em 1950, e já liberada em novembro de 1952.

Foi dado a conhecer, pelo sr. presidente, nessa reunião que as plantas e orçamentos para essa obra foram executadas pela Secção c/e Obras da Secretaria de Obras Públicas do Estado.

A divisão interna da obra e diferentes localizações foi apresentada pelos ilustres médicos cooperadores, dr. Teimo Ilha, diretor técnico e dr. Admar Petracco, diretor da Maternidade e da Escola de Enfermagem.

Em 1956 o casal, dr. Antônio B. Azambuja ofereceram ao Hospital a escritura pública da Invernada do Bojo, a qual ainda não havia sido escriturada.

Nesse ano, houve preocupação da Direção da Casa pela falta de verbas oficiais e o acúmulo de despesas com trabalho gratuito a enfermos não pagantes, contudo foi adquirida uma mesa ortopédica e uma incubadora para a Maternidade.

Por motivo de saúde o sr. presidente afastou-se do cargo em 18 de março de 1956, substituindo-o o 1.º Vice, sr. Oscar Kneipp.

Em 1957 tomou posse, a 6 de janeiro, a 15ª. Diretoria do Hospital, assim formada: Presidente reeleito, Píndaro Annes; 2.º Vice, Eudócio Costa; o 1.º Vice, dr. Admar Petracco, declinou de sua eleição.



Conselho Administrativo: Oscar Kneipp, Gervasio Annes, Eduardo Otto, Helmuth Homrich, Carlos Rotta. Suplentes: Caio Machado, Patrício Prestes Sá, João Roma, Florisbello Ferreira e Pedro Rezende.

Em 20 do mesmo mês, por escrutínio convocado pelo sr. Presidente, foi eleito para 1.º Vice o sr. Carlos Rotta e para seu substituto no Conselho o sr. Antônio Rosado.

Em dezembro de 1957, em reunião do Conselho e consócios, o sr. presidente comunicou que as obras do Hospital estiveram paralisadas (construção iniciada em 1951 e que contou com a verba de Cr\$ 700.000,00 obtidas pelo consócio dr. Antônio B. Azambuja), em face do esgotamento de recursos, mas que boas notícias seriam levadas ao conhecimento da assembleia: "Passo Fundo, 18 de março de 1957:

"Sr. Píndaro Annes

D. Presidente do Hospital de Caridade de Passo Fundo

Prezado amigo

Há tempo venho observando, com real interesse e simpatia, os esforços dispendidos pela zelosa administração desse respeitável estabelecimento beneficente, no sentido de levar a bom termo a construção e o equipamento de seu novo pavilhão de cirurgia e moléstias cancerosas.

Desejando em contribuir, na medida de minhas possibilidades, para a realização de tão importante e necessária obra de grande interesse social, tenho resolvido, espontaneamente, doar-lhe a importância de 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), a ser empregada na aquisição de móveis e aparelhamentos necessários às suas instalações.

Creio contribuir dessa forma e de muito bom grado, para a execução da obra, assaz meritória de nossa terra, onde repousam os restos dos nossos mais caros antepassados.

Dou-lhe, também, plena liberdade de fazer da presente o uso que for julgado conveniente aos Interesses dessa



recomendada instituição

Com as saudações mais cordiais e votos de felicidade, sou atentiosamente. (ass) Noé Chagas".

A seguir o sr. presidente leu nova missiva:

"Porto Alegre, 8 de dezembro de 1957.

Ilmo. Sr. Píndaro Annes

D.D. Presidente do Hospital de Caridade de Passo Fundo

Ilustre e prezado amigo”

Com muita alegria acuso recebida sua carta de 3 do corrente.

Oferta ao Hospital de Caridade de Passo Fundo: - Ratifico aqui o compromisso já firmado em carta anterior de dar ao Hospital de Caridade a importância de um milhão de cruzeiros (Cr\$ 1.000.000,00).

Quando da minha última estada em Passo Fundo, propus fazer-lhe entrega da quantia prometida, imediatamente; o amigo, entretanto, declarou não estar necessitando ainda o Hospital da quantia em apreço e que eu poderia fazê-lo mais tarde. Diante disto, por precaução, tratei de vincular a aludida importância em carta especial no Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A. com filial nesta capital, ao prazo fixo de 120 dias, contados de 1.º de novembro do corrente ano. Com a importância destinada ao Hospital de Caridade de Passo Fundo, inclui na conta vinculada, outros valores cuja liberação só se dará decorridos os 120 dias.

Entretanto, presumo eu, o adiamento da entrega da importância prometida, para 28 de fevereiro de 1958, em nada prejudicará o andamento do projeto de construção do Hospital, pois trata-se de um crédito líquido e certo que a administração do Hospital de Caridade o terá em data certa.

Com os meus melhores votos de saúde e felicidade ao operoso Presidente e constante progresso da entidade que



dirige, firmo-me

Cordialmente (a) Noé Chagas.

Outra notícia alvissareira foi trazida à assembleia: o deputado federal, Victor Issler, pela interferência do dr. Antônio B. Azambuja, entregou pessoalmente ao Exmo. Sr. Ministro da Saúde, dr. Maurício de Medeiros, uma solicitação do Hospital de Caridade, que foi deferida, imediatamente, concedendo um auxílio especial no valor de 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) e já recebido da Agência local do Banco do Brasil. O mesmo deputado Issler, em telegrama datado de 11 de novembro de 1957 comunicou ao sr. Presidente do Hospital que havia incluído no orçamento da União para 1958, mais um auxílio no valor de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros).

Apesar dos auxílios a obra iniciada ainda dependia de recursos para o seu término, pois o acabamento da construção alcançava o valor de Cr\$ 2.500 000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros), sem falar no equipamento hospitalar e instalações próprias exigidas pela Casa.

Como havia um saldo positivo do Hospital, no Banco Nacional do Comércio, o Conselho autorizou ao sr. Presidente dar continuação a obra, usando recursos do próprio Hospital.

Em janeiro de 1958, foi concedido o título de sócio benemérito ao sr. Noé Chagas, pelo muito que colaborou e continuava a colaborar com o Hospital.

No balanço do ano de 1959 a verba dispendida com a assistência aos pobres, alcançou o valor de Cr\$1.233.652,30.

Aos 30 dias do mês de outubro de 1960, reunido o Conselho Administrativo, Diretoria e Consócios do Hospital, na sede do mesmo, foi apresentado pelo sr. Presidente, como ordem do dia a Reforma dos Estatutos Sociais, pois que o Estatuto em vigor, na Casa, datava de 1915.

Aprovado por aclamação, a pedido do consócio Oscar Kneipp, contava com 38 artigos, sendo que no artigo 1.º,



parágrafo único, lia-se o seguinte: "A denominação ora adotada de "HOSPITAL DA CIDADE" de Passo Fundo, não significa renegação dos humanitários princípios e desígnios que inspiraram sua fundação e manutenção até hoje, mas visa ajustá-los a imperativos da evolução social".

Desde então, o Hospital de Caridade, passou a ter a designação de Hospital da Cidade.

Aos vinte e cinco dias do mês de dezembro de 1960, por convocação reuniram-se o Conselho Administrativo, Diretoria e consócios do Hospital, quando o sr. presidente, Píndaro Annes, dizendo da impossibilidade de inaugurar oficialmente a construção que compunha o bloco de salas cirúrgicas e acomodações de 1a. classe, fazia-o naquele momento, convidando a todos os presentes para uma visita às dependências referidas. Na ocasião mencionou, o sr. presidente, nomes de benfeitores da casa e deu conhecimento de que o Pavilhão construído em 1930 passaria a ser destinado à 2a. classe e a parte térrea passaria a ser destinada a enfermaria dos doentes não contribuintes. Agradeceu, também, à firma Philips do Brasil e Sohner S.A. por doações feitas à Casa.

A seguir foi realizada a eleição para o quadriênio 1961-1964, a 16a. Diretoria, com os seguintes resultados: Presidente, Gervasio Annes' 1.o Vice, Oscar Kneipp; 2.o Vice.. Carlos Rotta.

Conselho Administrativo: Píndaro Annes, Eudócio Costa. Deodoro Homrich, Moisés Salti, Cecilia B. Kneipp. Suplentes: Eduardo G. Otto, Pedro Ferrão Teixeira, Pedro Rezende, Delmidio Ferreira, Plarry François.

O presidente eleito, usando da palavra teceu elogios à administração do sr. Píndaro Annes, que pelo espaço de 26 anos dirigiu os interesses do Hospital.

O sr. Oscar Kneipp, 1 o vice eleito, propôs que o sr. Píndaro Annes fosse aclamado Presidente Honorário do Hospital o que provocou calorosas salvas de palmas.



No orçamento da União para 1961, foi consignada uma verba de Cr\$400.000,00 a favor do Hospital, consignada por iniciativa do deputado dr. Daniel Dipp.

Em novembro de 1962 foi reformado o artigo n.º 33 dos Estatutos que passou a ter a seguinte redação: No caso de extinção da Sociedade, o seu patrimônio não poderá ser compartilhado entre os consocios, e sim ser entregue à Confederação Evangélica do Brasil, com sede no Rio de Janeiro, GB à rua Erasmo Braga n. 277, 5.º andar, para ser aplicado na assistência social hospitalar, conforme o art. 1.º dos Estatutos do Hospital.

Em 1963, o Presidente sr. Gervasio Annes apresentou ao Conselho do projeto de parceria agrícola da Granja do Bojo, de propriedade do Hospital o que foi aceito. A Granja em sua vivência, forneceu ao Hospital produtos hortigranjeiros, leite e carne embora houvesse despesas para sua manutenção por parte do hospital.

A 17a. Diretoria do Hospital contou com os seguintes colaboradores: Presidente, Carlos Rotta; 1.º Vice, Gervasio Annes; 2.º Vice, Harry François.

Conselheiros: Píndaro Annes, Helmuth Homrich, Pedro Ferrão Teixeira Caio Macha 1º, Antônio Rosado. Suplentes: Luiz A. Ross, Leopoldo Vieira, Eduardo G. Otto, Pedro Corrêa, Wilson Castro.

Essa Diretoria responderia pelos destinos do Hospital no período de 1965-1968.

Em 1965, na gestão do presidente Carlos Rotta foram alteradas as redações dos artigos n. 5, 6 e artigo 39 dos Estatutos, sendo em uma das redações alterado o número de sócios que passaram a ser de 40 no mínimo e 70 no máximo.

Após 25 anos de profícuo trabalho e dedicação o médico, ilustre filho desta terra, dr. Teimo Ilha, deixou o cargo de Diretor do Hospital, em 1966, por razões justificadas, tendo



recebido, na ocasião, voto de louvor e agradecimentos.

A 18a. Diretoria no período de 1969-1972, ficou assim constituída: Presidente, Carlos Rotta; 1.º Vice, Gervasio A. Annes; 2.º Vice, Luís Ross.

Conselho Administrativo: Píndaro Annes, Helmuth Homrich, Oscar Kneipp, Antônio Rosado, Harry François, Pedro F. Teixeira, Victorio Dinardo, Wilson Castro, Deodoro Homrich, Patrício Prestes Sá.

Em 1969, em sessão convocada pelo sr. presidente, foram confirmados no cargo de Diretor Técnico do Hospital o dr. Admar Petracco, cargo esse que já vinha exercendo; no cargo de Diretor da Seção de Clínica Médica, o dr. Teimo Ilha e no cargo de Diretor da Seção de Maternidade, dr. Clodoaldo Brenner.

A 19a. Diretoria que deveria ser empossada para o quadriênio 1973- 1976 foi assim constituída: Presidente, Carlos Rotta; 1.º Vice, Gervasio A. Annes; 2.º Vice, Luiz Ross.

Conselho Administrativo: Deodoro Homrich, Dr. Admar Petracco, Harry François, Victorio Dinardo. Para suplentes: Wilson Castro, Dr. Jovino Freitas, Júlio Cesar, Helmuth Homrich.

Em abril de 1974 o sr. presidente Carlos Rotta solicitou permissão ao Conselho Deliberativo para fazer venda de uma área de terras pertencente ao Hospital da Cidade, sita no quarteirão formado pelas ruas Silva Jardim, Lava Pés (davapés), Tiradentes e Uruguai, em razão de onerar com gastos de muro, calçamento e conservação, os cofres do Hospital e nada dar em rendimento. Caso fosse liberada a venda seria aplicada em melhorias do Hospital.

Esse mesmo assunto já havia sido tratado em maio de 1931 na gestão do presidente Píndaro Annes.

Em maio de 1975, estando na presidência o 1.º Vice, sr. Gervasio A Annes, foi convocada uma reunião do Conselho



Administrativo, a fim de ser trata da a reforma dos Estatutos que fora elaborada pelo Consultor Jurídico do Hospital, dr. Murilo Annes, que passou a expor os itens do novo Estatuto. Entre as reformas inseridas o Conselho Administrativo passou a chamar-se Conselho Deliberativo. Os novos Estatutos passaram a ter 34 artigos distribuídos em 5 capítulos.

Após as devidas discussões a votados os artigos, foi aprovado o novo Estatuto da entidade.

Em dezembro de 1975 foi deliberada a construção de uma cozinha, lavanderia (em caráter de ampliação e melhoria), instalação de uma rede interna central de telefones, o que muito veio a melhorar a vivência da Casa.

Por sugestão do Conselheiro dr. Admar Petracco foi criado o Conselho Técnico do Hospital que seria constituído pelos diretores dos diversos departamentos do Nosocômio, sob a presidência do Diretor Técnico, do qual fará parte, como membro nato do Conselho, o presidente do Hospital. O Conselho Técnico, ficou assim constituído, conforme nomeação feita pelo presidente do Hospital, em data de 27 de março de 1976:

Presidente do Conselho: Diretor Técnico - Dr. Admar Petracco

Diretor do Departamento Clínico - Dr. Teimo Ilha

Diretor do Departamento Cirúrgico - Dr. Sérgio Langaro

Diretor do Departamento de Obstetrícia - Dr. Paulo Fragomeni

Diretor do Departamento de Anestesiologia - Dr. Valny Giacomelli

Em data de 26 de dezembro de 1976 foi eleita a 20ª Diretoria, assim constituída: Presidente, Gervasio A. Annes; 1.0 Vice, Dr. Murilo Annes; 2.0 Vice, Dr. Admar Petracco.

Conselho Deliberativo: Dr. Teimo Ilha, prof. Prócoro



Velasques, dr. Alberi Ribeiro, Delma Rosendo Gehm. Suplentes: Dr. Paulo Fragomeni, Oscar Kneipp, Arlindo Haas, Paulo Carrão, continuando no Conselho Deliberativo por força da reforma estatutária os srs. Harry François e dr. Admar Petracco e para suplentes os srs. Wilson Castro e Júlio Cesar.

Em janeiro de 1977, houve reunião do Conselho Deliberativo, por convocação do sr. Presidente Gervasio A. Annes, reunião essa que teve a Ata de n.o 1 (um), obedecendo as determinações estatutárias referentes ao Conselho.

Essa reunião foi realizada dia 2 (dois) desse mês de janeiro, tendo sido convidada a consócia Delma Rosendo Gehm para secretariar doravante as reuniões do Conselho. Nessa ocasião sr. Presidente comunicou ao Conselho que o Hospital estava empenhado a entrar em novas construções que viriam ampliar e melhorar a Casa, mas para tanto estavam sendo feitos estudos para fins de empréstimo junto ao Fundo de Assistência ao Desenvolvimento Social.

A planta da nova construção visa a ampliação das clínicas médica, cirúrgica e pediátrica, sendo 3 salas para clínica cirúrgica, uma para cirurgia própria mente dita, uma para Unidade de Tratamento Intensivo (UTI), uma para recuperação.

Essa nova ampliação da Casa irá contar, também, com recursos próprios, também, pelo sr. presidente, foi comunicado que se fazia necessário uma reforma no Berçário, o que seria em breve realizado.

Em 1978 o Hospital passou a ter um Administrador que trabalharia em consonância com o sr. presidente, aliviando, assim as preocupações da presidência. O primeiro administrador foi o sr. Waldenir Felinto de Castro.

No ano de 1979 o Hospital passou a ter um Pronto Socorro, credenciado pelo INAMPS.

O Hospital da Cidade que sempre primou pelo carinho com a sua vegetação, foi agraciado pela Sociedade Botânica



de Passo Fundo, com o emplantamento de quatro árvores, consideradas imunes ao corte, tende o velho pé de Ipê Roxo levado o n. 28 (esse Ipê fora plantado em 1930), na ocasião usaram da palavra o dr. Paulo Fragomeni em nome da Sociedade Botânica e em nome do Hospital, agradecendo, falou a prof. Delma Rosendo Gehm, membro do Conselho Deliberativo do Hospital, acontecimento esse registrado em 30 de março de 1979.

Ainda em 1978, o Hospital passou a ter um novo administrador, sr. Eduardo Cordeiro da Luz, em face de ter sido vago esse cargo.

Um novo aparelho radiológico foi adquirido pelo Hospital, enriquecendo o patrimônio já existente, compra essa realizada em 1979.

Com recursos próprios, em 1979, o Hospital deu início a construção planejada, embora processo do FAS, que será destinado a obra em apreço não tenha, ainda, sido deliberado.

Nesse mesmo ano foi adquirido, pelo Hospital, um novo Grupo Gerador da firma Mesbla, após concorrência com outras firmas do ramo.

Em 1980 o Hospital dava continuação ao trabalho de construção das novas instalações, com recursos próprios e sem solução do FAS (março).

A capacidade do Hospital nesse ano era de 181 leitos e após o término da construção passará a ter 300 leitos.

Atualmente (1979) o Hospital conta com 281 funcionários.

A Escola de Enfermagem do Hospital, fundada em 1.º de março de 1940 teve suas atividades suspensas em 1972, por motivo de reformas do M. E.C. (Ministério de Educação e Cultura). Essa Escola levava por título "Escola de Atendentes de Enfermagem".

Em 1972 o Hospital concluiu melhorias na Casa, com



novas construções que tiveram seu planejamento iniciado em 1965, sob a direção técnica do sr. Ernesto Delvaux e aos cuidados econômicos, do sr. vice-presidente, Gervasio A. Annes, havendo também reforma do velho Pavilhão (primitivo).

Nessa ocasião o Hospital recebeu um Aparelho de Raio X, doado pela Confederação Evangélica da Alemanha Ocidental: Das Diakonische Werk-Innere Mission und Hildfswerk - Der Evagelischen Kirche in Deutschland.

Ainda em 1972 foi construído, com planta fornecida pela C.E.E.E., um pequeno pavilhão para instalar dois transformadores de corrente de alta tensão e mais um gerador diesel (para fornecer energia nos casos de falta de corrente da C.E.E.E. (já substituído em 1979).

Também, nesse ano, foi criada a unidade de Pediatria, reestruturação do Berçário e reforma do centro cirúrgico.

Na construção e na reforma realizada no Hospital houve sábia orientação da Irmã Ingborg Fahrman e dr. Admar Petracco. A Central de Oxigênio foi ampliada, sendo canalizada a todo o Hospital. Os aparelhos de Raio X, vindos da Holanda e Alemanha e a aquisição de material para Ortopedia, Otorrinolaringologia, Oftalmologia, bem como para cirurgia Geral, enriqueceram o patrimônio do Hospital.

Em 1974, foi instalada uma Central de Aspiração que passou a atender as salas de cirurgia (3) e uma sala de recuperação.

Nesse mesmo ano o Hospital passou a contar com serviço de Hemoterapia, instalado em suas dependências e sob a responsabilidade técnica dos drs. Firmino Duro, Álvaro Miranda e Daniel Viuniski.

Mantém, o Hospital, serviço de Cirurgia Plástica e Vascular, Integral de Queimados, Departamento de Radiologia, onde foi instalado mais um aparelho Philips que foi doado pelo Brot Fur dei Welt (Pão dos Pobres).



Um elevador "Atlas", hospitalar, serve os diversos serviços da Casa em atendimento aos doentes.

Em 1978, o Hospital passou a contar com serviço de Neurocirurgia, Endoscopia Gastroenterológica. Há um Ambulatório, em prédio do Hospital, mas sem comunicação com a vidr)spitalar, pois em face do aumento de clientes nesse Ambulatório, grande o transtorno no movimento da Casa.

Esse Ambulatório iniciou o trabalho em 1976, quando o Hospital cedeu consultórios para os médicos atenderem os beneficiários do INAMPS. O local atual está situado à rua Silva Jardim Uruguai.

Ainda em 1978 o Hospital importou da Alemanha, por intermédio da firma H. Stratnner e Cia. Ltda. filial de Porto Alegre, um instrumental Stors para endoscopia urológica com equipamento necessário para diagnóstico e tratamento endoscópico das doenças urológicas.

O Hospital da Cidade, para homenagear os seus benfeitores, possui, no Pavilhão Central, marco da primitiva construção, uma Galeria com fotos daqueles que souberam doar-se pelo ideal de semear em terra fértil.

Encimando essa Galeria Ia estão as fotos de Antonino Xavier e Oliveira, Píndaro Annes e Carlos Rotta.

Essa Galeria, temos a certeza, terá seu número aumentado, pois, os exemplos daqueles que labutaram na Casa, como idealistas voluntários, não se extinguirão.

Resumo do quadro dos presidentes e seus respectivos períodos:

20.7.1914 - F. Antonino X. e Oliveira

18.12.1924 - Helmuth Homrich

30.12.1928 - Armando Araújo Annes

1931 - Píndaro Annes

8.1.1933 - Gervasio Araújo Annes

25.12.1936 - Píndaro Annes, até o ano de 1960



25.12.1960 - Gervasio A. Annes

07.12.1964 - Carlos Rotta, até 1974

9.1974 - Gervasio A. Annes, até a presente data.

Salvo erro ou omissão, os presidentes acima aludidos, tiveram o seguinte tempo de exercício.

Francisco Antonino Xavier e Oliveira - 10 anos

Helmuth Homrich - 4 anos

Aramando Araújo Annes - 3 anos

Píndaro Annes - 26 anos

Carlos Rotta - 10 anos

Gervasio A. Annes - 12 anos...

4 - CLUBE COMERCIAL

Fundado a 28 de abril de 1912, com a 1a. Diretoria assim formada: Presidente, Arthur Schell Issler; Vice, Gabriel Bastos; 1.o Secretário, Eugênio Di Primio; 1.o Bibliotecário, Píndaro Annes; 2.o Bibliotecário, Modesto Silva; 3.o Bibliotecário, Atanagildo Rodrigues da Silva.

Diretores de mês: Belmiro Guterres, Oribe Marques, Aparício Langaro, Eduardo Kurtz, Teodorico Borges da Rosa e Matias Schmengler. Seus estatutos foram elaborados por uma comissão composta dos sócios Manoel do Carmo, Juvenal de Oliveira Xavier, Jacó Theis e Manuel Rosendo.



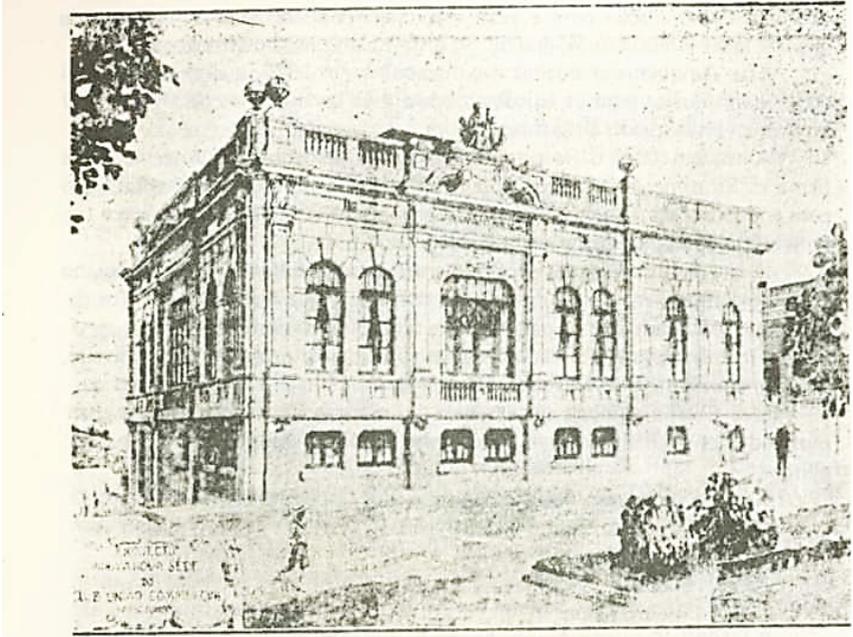


Figura 3

Nova sede do Club União Comercial em construção. No local hoje se encontra uma nova sede do Clube Comercial.

5 - UNIÃO SPORT CLUBE

Fundada em 27 de abril de 1913, votou seus estatutos em 8 de dezembro do mesmo ano, tendo formado, na ocasião a seguinte diretoria: Presidente, Egídio Silveira; Vice, Jovino da Silva Freitas (pai do ilustre médico dr. Jovino Freitas), 1.º secretário, João Batista Cúrio de Carvalho; 2.º secretário, Ivo José Ferreira; 1.º tesoureiro, Inocencio C. Pinto 2.º tesoureiro, Helmuth Homrich; Orador, dr. Oswaldo Caminha e Guarda-sport, Dorvalino Silva.

6 - EMPREENDIMENTOS CINEMATOGRAFICOS

Em 1915 foi incrementado empreendimento cinematográfico na cidade, com a iniciativa de Roberto Chaves, conhecido pelo nome de Robertinho, começando exibições em lugares incertos, instalando-se, por um tempo em local, à Av. Gal. Neto, de propriedade do Fórum (hoje em construção) e mais tarde à praça Marechal Floriano, no edifício que pertenceu a Drogabir.

Já em 1916, contava-se com o Cinema Central, de Joaquim Reichmann, apelidado de Quinca, situado à Avenida Brasil, esquina 7 de setembro (propriedade dos Supermercados Zaffari).

O Cine Teatro Coliseu foi inaugurado em 6 de março de 1918, onde funcionou até fins da década de 1970 o Cine Real. Foram proprietários do Coliseu os srs. Florêncio Delia Méa, mais tarde Ney de Lima Costa, De Cesaro e Pretto, passando para Arthur Pretto e, na década de 1950, foi devorado pelo fogo. Reconstituído passou a ser Cine Real, que teve como gerente Plínio Rossi.

7 - CLUBE UNIÃO COMERCIAL

Fundado a 23 de outubro de 1916, pela fusão do Clube Comercial com o União Sport Clube, a 1a. Diretoria ai eleita foi a seguinte: Presidente, Saul de Oliveira Cesar; Vice, José Zacharias dos Santos; 1.o secretário, Florêncio Antunes de Oliveira; 2.o secretário, Maximiliano Ávila; 1.o tesoureiro, Cantidio P. de Moraes; 2.o tesoureiro, Píndaro Annes; 1.o orador, dr. Nicolau de Araújo Vergueiro; 2.o orador, Francisco Antoino Xavier e Oliveira; Bibliotecário, João Bastia de Oliveira Melo; Comissão de contas, dr. Antônio B. Azambuja, Jonatas dos Santos Magalhães e Armando A. Annes.



Em 13 de dezembro de 1933, adotando novos estatutos, passou a denominar-se Clube Comercial.

8 - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL

Em 1913 houve movimentos para sua fundação, mas sua verdadeira oficialização se efetivou em 25 de janeiro de 1921, em assembleia convocada por Gustavo Otto, quando foi eleita a seguinte diretoria: Presidente, Gabriel Bastos; Vice, Gustavo Otto; 1.o secretário, Maximiliano Ávila; 2.o secretário, Álvaro Azambuja; 1.o tesoureiro, Olinto Oliveira; 2.o tesoureiro, Archimino Miranda; Comissão de Contas, Luiz Langaro Otto Bade e Oribe Marques.

9 - GRÊMIO DRAMÁTICO PASSO-FUNDENSE

Com finalidade cultural, social e filantrópica, foi fundado em 1910, levando em cena, a 17 de março desse ano, a peça do deslumbrante drama de Anicet Bourgois "A Tomada da Bastilha", que alcançou sucesso expressivo.

O palco desse Grêmio fora construído no Clube Amor à Instrução.

Seu primeiro presidente foi o sr. Antônio Decusati e o elenco de amadores era constituído pela mais fina flor da sociedade local da época, contando-se, entre outros: Cecy Desessard Leite (hoje nome da Escola de 2.o Grau Cecy Leite Costa), Louisete Coty, Universina Ribas (posteriormente Universina na Ribas Rosendo, mãe da autora deste), Vicente Paiva Bueno, Afonso Lima, João Opitz, Alfredo Pinheiro, Adão Morsch, Otávio Godinho, Píndaro Annes, Adão Schell Loureiro.

O Dr. Nicolau de Araújo Vergueiro, desejando que fosse prestada uma significativa homenagem aos membros do Grêmio, fez com que o jornal "O Gaúcho" (cujas oficinas



também eram no Clube "Amor à Instrução"), sob a direção do dr. Inocencio Borges da Rosa, e gerência de Renato Pereira Gomes, tirassem uma edição especial, impressa em cetim italiano, focalizando o elenco de "A Tomada da Bastilha", e o valor da interpretação de cada um dos amadores.

A sociedade da época, em memorável homenagem aos amadores, ofereceu uma joia em ouro a cada um dos personagens da peça aludida.

O palco para as representações do Grêmio fora construído junto ao Clube "Amor à Instrução".

10 - GRÊMIO SOARES DE MEDEIROS

Fundado em 1910 por jovens de nossa melhor sociedade, teve como primeiro ensaiador o sr. Queiroz Ribeiro, cidadão de grande bagagem de cultura e largo tirocínio de teatro.

Foram fundadores: Antônio Junqueira Rocha, Jeronimo Vargas, Ivo José Ferreira, Jacinto Pereira Gomes, Teodorico Borges da Rosa, Osorio de Quadros, Paulinho Costa Filho, Leovegildo Varela e outros, cujos nomes não foi possível justificar.

Entre as muitas peças levadas à cena, uma teve especial realce - "Os dois Sargentos".

11 - ESPORTE CLUBE GAÚCHO

Fundado a 12 de maio de 1918, na residência da ilustre dama passo-fundense, da. Carlota Rico Loureiro, em local à Avenida Brasil, quadra da Escola Estadual de 1.º e 2.º grau "Fagundes dos Reis", extremo oeste.

Contou-nos o mui digno cidadão, sr. Antônio J. da Rocha (já falecido), um dos seus fundadores, que nessa época, 1918, Passo Fundo contava apenas com um Grêmio de Bancários e rapazes do comércio, que se dedicavam ao es-



porte, sem nenhuma organização que lhe merecesse o título de Clube. Procura do, certa ocasião, nesse 1918, por um grupo de adolescentes, a fim de dar-lhes colaboração para a compra de uma bola de futebol, o sr. Antônio teve a feliz ideia de fundar um Clube que reunisse a nossa mocidade, para prática do esporte. Assim nasceu o Esporte Clube Gaúcho.

A primeira diretoria ficou assim formada: Presidente, Cel. Lauro Xavier de Castro; Vice-presidente, Antônio Junqueira da Rocha; secretário, Alfredo Loureiro (filho de da. Carlota R. Loureiro); 1.º Tesoureiro, Antônio Pimpão Loureiro; 2.º tesoureiro, Victor Loureiro Issler.

Além da diretoria, constituíram-se como sócios fundadores os seguintes esportistas: Mario Pimpão, Gil Loureiro (também filho de da. Carlota), Amadeu De Felippo, Pascoal de Felippo, Antão Chagas.

O 1.º Estandarte do Esporte Clube Gaúcho foi confeccionado pela sra. Laura Vargas Junqueira da Rocha (esposa do sr. Antônio J. da Rocha) em cetim branco e verde, tendo como emblema uma bola circundada por coroa de louro.

A doação do Estandarte e das bandeiras de campo foi feita pelo sr. Vice-presidente.

Em 1922 o Gaúcho foi desafiado para jogar com o Esporte Clube de Cruz Alta, para lá seguindo com o time que brilhou pelo seu preparo técnico. O quadro estava assim constituído: Pascoal de Felippo (goleiro), Da'io Rostro, Pedro Silveira Avancini, Antônio Pimpão Loureiro, Romeu Pereira de Souza, Moisés Lima, Amadeu De Felippo, Walter Barbieux, Acelino Porto Alegre, Heitor Morsch, Deoclécio Rostro (capitão do time) e Perez.

Nessa ocasião surgiu a ideia da criação da Liga de Futebol da Serra, que foi muito bem aceita pelos cruz-altenses e passo-fundenses. Com a finalidade de tal criação, seguiu para Cruz Alta, um representante, designado pelo Esporte Gaúcho,



o sr. João Junqueira Rocha (posteriormente dr. João J. Rocha e de saudosa memória).

Em lá chegando, solicitaram-lhe os estatutos do Gaúcho, para que o "Esporte" de Cruz Alta elaborasse o seu estatuto nos moldes do Gaúcho, de Passo Fundo.

O jovem representante de Passo Fundo, rapaz de raciocínio rápido e visão esportiva experimentada, não titubeou em dizer que o havia esquecido (na verdade não o levara, porque o Gaúcho não o tinha). Imediatamente comunicou-se com seu irmão sr. Antônio J. da Rocha, que aqui ficara, contando-lhe o acontecido, o sr. Antônio, no mesmo instante, dirigiu-se às oficinas da Livraria Minerva (quadra da Av. Gal. Neto, entre a rua Moron e a Av. Brasil) e iniciou a elaboração dos estatutos, que à proporção que os ditava ao amigo, companheiro de jornada esportiva e dono da Livraria, sr. Antônio Chagas, este os passava para a oficina, onde de imediato eram impressos. Em poucas horas esta passava para a oficina, onde de imediato eram impressos. Em poucas horas estavam prontos os Estatutos do Gaúcho e, no dia seguinte, pelo trem da manhã em mão, levados pelo esportista gaúcho sr. Manuel T. Rosendo.

Assim, para os cruz-altenses ficou a impressão exata do esquecimento do sr. João J. Rocha.

12 - QUIOSQUE DA PRAÇA MARECHAL FLORIANO

Em 1918, onde hoje se levanta o monumento à Cuia, centro da Praça Marechal Floriano, havia um Quiosque mantido pelo sr. Nicolau Galicchio. Salvo o centro, onde haviam mesas com cadeiras para lazer e, onde eram saboreadas as bebidas da época, na temporada de verão, a quase totalidade da Praça era coberta de árvores que lhe davam encanto especial.

¹ Nesse tempo a Praça era cercada de arames,



possuindo porteiros em cada um dos seus quatro cantos, por onde se entrava através de porteira giratória, em forma de cruzeta. Também, renques de altas árvores em seus cantos a embelezavam. Era a Praça Marechal Floriano o lugar do encontro dos passo-fundenses, onde eram discutidos os problemas sociais, político e econômicos, bem como onde a juventude tinha oportunidade de ver os namorados.

Na gestão do intendente Pedro Lopes de Oliveira, foi colocado um transformador de luz no extremo norte da Praça, em 1917, à rua Moron, onde hoje há um marco de bloco de cimento.

Esse transformador foi derrubado pela Companhia Estadual de Energia Elétrica, na gestão do prefeito Mario Menegaz, em 1967.

Na gestão do-Intendente dr. Nicolau de A. Vergueiro, em 1921, foi tirado o cercado primitivo da Praça e em 1944, o então prefeito dr. Victor Graeff



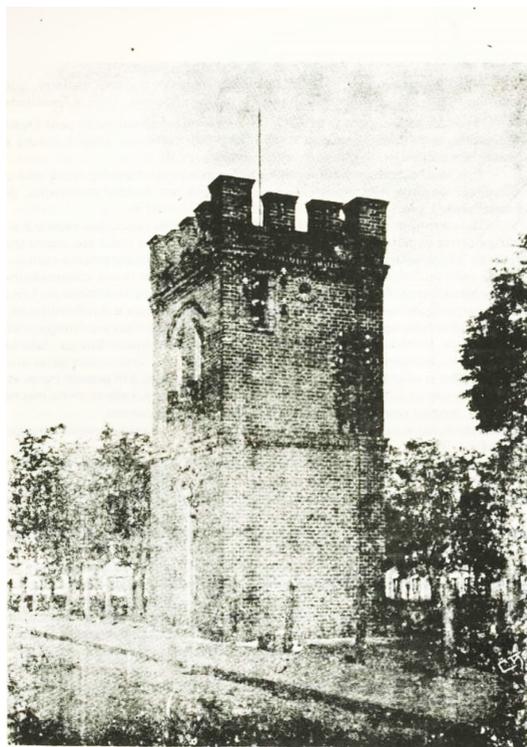


Figura 4
remodelou totalmente a feição



da Praça, com o calçamento em desenhos e o lago. No Centenário de Passo Fundo, o prefeito Wolmar Salton deu novo impulso à beleza da Praça.

Luz elétrica de Passo Fundo - Tipo dos transformadores adotados. Rua Moron com a Praça Marechal Floriano.

13 - TEMPLO METODISTA

EM1919, missionário norte-americano, Revdo. Daniel erigiu o Templo Metodista à Av. Brasil e a 15 de março do mesmo ano criou uma Escola, aos fundos do mesmo templo. Foi também a semente que fez brotar o consagrado Instituto Ginásial, hoje Instituto Educacional, educandário que já cruzou fronteiras irradiando cultura e educação em todos os seus prismas.

14 - CENTRO DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA

Uma comissão composta dos srs. Gabriel Bastos, Guilherme Schmaedecke, Augusto Vargas, Alberto Graeff e Manoel C. Figueiredo, fundaram em 19 de março de 1919, o Centro do Comércio e Indústria, que viria atender os interesses de comerciantes e industrialistas de várias praças, do trecho ferroviário de Cruz Alta a Marcelino Ramos.

Para o primeiro período administrativo da mesma sociedade, cuja presidência honorária coube ao dr. Nicolau de A. Vergueiro, foi eleita a seguinte diretoria: Presidente Arthur Schell Issler; vice-presidente, Otto Bade; Secretário, Francisco Antonino Xavier e Oliveira; Sub-secretário, Píndaro Annes; Tesoureiro, Maximiliano Ávila; Sub-tesoureiro, Nabuco Zirbes; Assistentes, José Petry e Justo Galves.



15 - PRIMEIRO AVIÃO POUSADO EM PASSO FUNDO

Os campos do Pinheiro Torto foram o palco onde pousou o primeiro avião em Passo Fundo, em dezembro de 1920, tendo como piloto Eduardo Manuel Hearme, cidadão argentino, filho de Buenos Aires.

A propósito escreve Antonino Xavier: "A máquina aérea que, assim, interrompia o silêncio próprio daquele ponto histórico de Passo Fundo, era, segundo a notícia dada, um biplano, tipo S.V.A., de 220 HP, tendo a designação H-945". E acrescenta: "Na direção do "raid" tinha sido comissionado o tenente Martin Salnia Gomes, do exército argentino, e que, antecipadamente, a nove de novembro daquele ano, aqui chegara com o fim de providenciar a passagem e abastecimento do avião que, portador de mensagem de Irigoien, presidente daquela nação, a Epitácio Pessoa, presidente do Brasil, convidando-o a ir fazer uma conferência lá, a 19 de dezembro do citado mês de dezembro". Diz ainda, o sr. Antonino "que o avião levantara voo de Buenos Aires às 4 horas da tarde, chegando a Passo Fundo às 19 horas do mesmo dia, e, que nessa descida em Passo Fundo, o piloto foi contrariado por acidente que, não o molestando, todavia causou ao seu aparelho, no trem de aterrisagem, estragos cuja reparação teve de ser feita na cidade para o prosseguimento do "raid", não tendo podido avançar, porém, naquele dia, devido a cerração, se não até o Rio Uruguai, guiando-se pela linha férrea, voltou a Passo Fundo, tentando voo na manhã do dia seguinte, no que foi impedido pelos fortes ventos voltando novamente a esta cidade, de onde, no mesmo dia às 13,05 horas, retomou voo, chegando com felicidade a Ponta Grossa".

Somente em 29 de outubro de 1940 era inaugurado em Passo Fundo um campo de aviação mandado construir pelo Governo Federal, a oeste da cidade, passando a funcionar



regularmente, pela Cia. Varig, em maior de 1942 (dia 5), com voos às terças e sextas-feiras, tendo sido o 1.º avião usado o "Livramento" de matrícula PP-VAF, monomotor de 350 HP, com capacidade para 5 passageiros, pilotado pelo comandante Carlos Ruhl e mecânico de bordo Frederico Hochwart.

O preço da passagem era de Cr\$ 206,60. O 1.º agente foi o sr. Jaime Laus e encarregado dos serviços da mesma agência o sr. Waldemar Abraão.

Em abril de 1947, a Cia Varig, passou a atuar em Passo Fundo, com voos três vezes por semana.

Desde 20 de julho de 1940 o município dispõe de um Aero Clube que construiu um hangar, criou e instalou uma Escola de Pilotagem, tendo conseguido aviões e instituído bolsa para piloto pobre, tendo preparado oito turmas com 50 alunos até 1949. Esses alunos, após o competente exame, foram aprovados e receberam o brevet de pilotos aviadores civis de turismo e desporto, havendo entre eles os que pleitearam a carta de instrutor de escolas de pilotagem de aéros-clubes quando foram perfeitamente aprovados.

16 - ESPORTE CLUBE 14 DE JULHO

Segundo dados fornecidos por esportistas do passado, o Esporte Clube 14 de Julho tem sua estória: Em 1920 existiam em Passo Fundo dois clubes de projeção - o Grêmio Esportivo e o Esporte Clube Gaúcho.

O Grêmio ao que se sabe, não estava em boa situação, pois eram enormes as dificuldades que enfrentava para sobreviver. A 27 de junho de 1921, dois jovens aqui radicados e que estudavam em Santa Maria, ao retornarem a esta cidade (férias escolares), trouxeram a ideia da fundação de um outro clube de futebol. Esses jovens eram o ilustre cidadão Dionísio Langaro e Telemaco Pires. Amadurecido o projeto, reuniram-se



eles com outros amigos e no ano de 1921, na casa comercial de Oribe Marques, situado, na época, no local onde hoje se levanta o majestoso edifício do INPS, e ali deram início às conversações sobre a fundação do novo clube.

Em meio a reunião surgiu um fato inesperado: o pessoal do Grêmio Esportivo ali comparecia para propor uma fusão do seu clube com o que estava em formação. A proposta foi aceita. Foram escolhidas as cores do Pavilhão e acertado o nome da agremiação: GRÊMIO ESPORTIVO E RECREATIVO 14 DE JULHO. A Diretoria ficou assim constituída: Presidente, Arthur Langaro; Vice, Waldemar Oliveira; 1.o Secretário, Itaboraí Sarmiento; 2.o Secretário, Dario N. Pereira; 1.o Tesoureiro, Dionísio Langaro; 2.o Tesoureiro, Nativo Oliveira; Orador, dr. Herculano Annes.

Conselho Fiscal - Eugênio Franco Di Primio, Laudelino Annes Monteiro Otto Bade, Oribe Marcies, José de Castro, João Langaro, Cantidio Pinto de Moraes, R. Brasil (V ral, Maximiliano Ávila e Faustino Rodrigues.

Estava assim criado o 14 de Julho, que tanto fez brilhar os seus componentes do passado, como amadores, e tanto entusiasmou as feministas da época que com ardor de torcedoras, entravam no campo com os jogadores, ostentando, elas, o garboso uniforme e o estandarte e entoando o hino do Clube:

14,14 amado....

17 - FUNDAÇÃO BENEFICENTE LUCAS ARAÚJO

Datado de 22 de novembro de 1915, foi o testamento do Tte. Cel. José Lucas de Araújo, doando todos os seus bens para a "Primeira Associação" que criasse, nesta cidade, um asilo de crianças órfãs e desvalidas. Somente a 14 de maio de 1928, foi criado, pela Sociedade Beneficente Damas de Caridade, o



asilo de Crianças Órfãs e desvalidas Lucas Araújo, sendo sua primeira diretoria: Presidente, Honorina L. Ávila; Vice, Isaura Santos Sampaio; Secretária, Conceição Santos de Carvalho; Tesoureira, Picucha Cunha de Souza.

Junta Consultiva - Manoel Marques Garcia, Alzira Bastos Guimarães, Luiza A. Silva.

Os estatutos foram aprovados pelo Exmo. Sr. Dr. Armando Silveira, Promotor Público, em 14 de março de 1929.

O asilo para velhos e crianças foi instalado numa humilde casa na rua Moron, sendo transferido logo para uma primitiva casa do Hospital São Vicente de Paulo, à rua Paissandu, mudando-se de lá para a chácara do falecido Lucas Araújo, sita a Av. Progresso, posteriormente Av. Mauá e hoje Av. Presidente Vargas. Devido a várias inconveniências o asilo teve de mudar-se, novamente, sendo instalado na velha Casa Canônica da Igreja Matriz, à rua Teixeira Soares, esquina Uruguai (hoje demolida, sendo o local ocupado para estacionamento de carros de usuários do Hospital São Vicente. Aí ficou instalada por gentileza da Diretoria do Hospital.

Essa mesma Diretoria permitiu que, em terreno do próprio Hospital, à rua Uruguai, fosse construído um pavilhão de madeira para o dito fim, cuja inauguração se deu em meados de 1929, sendo a direção interna entregue a governantes.

Para melhor distribuição de trabalho, a Sociedade Damas de Caridade, mandou construir outro prédio à rua Teixeira Soares, junto ao Hospital São Vicente de Paulo.

No dia oito (8) de agosto de 1931, assumiram as Irmãs Franciscanas de Maria Auxiliadora, a direção da Casa.

Crescia o número de asilados. Daí em diante, foi iniciada a luta que culminaria com as construções de várias dependências assistenciais que hoje formam a extraordinária Fundação Beneficente Lucas Araújo.

A partir de 1950, a preocupação dos responsáveis pelo



asilo foi procurar fazer melhoramentos a fim de proporcionar condições dignas e humanas aos que ali habitassem.

Em 1957 uma nova Diretoria assumiu os destinos dessa importante entidade. Ei-la: Presidente, Dom Cláudio Colling, Bispo Diocesano; Diretor Geral, Pe. Paulo Augusto Farina; Secretária, Irmã Celma Utzig; Tesoureira, Irmã Carmela Casanova; Auxiliares: Irmã Maria Silveira Polentes, Irmã Maria Ludovica Reindle, Irmã Terezinha Facco, Irmã Vilma Barreto, Irmã Frida Schneider, Irmã Ana Feldkircher.

Nesse mesmo ano foi alterado o nome de Asilo para "Lar da Menina", e em dezembro desse ano na data de 17, foi alterado o nome para "Fundação Beneficente Lucas Araújo".

Em 1959, a Fundação Beneficente Lucas Araújo, contava com os seguintes departamentos: Lar da Menina, Creche Menino Deus, Escola Assistencial Cristo Redentor, Abrigo dos Velhos São José e um projeto para Pensionato e Federação de Menores.

Em 1960 foi iniciado a construção de um Posto de Gasolina frente à Fundação e adquirida uma marcenaria para obter rendas para a mesma, ac mesmo tempo que encaminhar menores dentro dessa profissão.

Em 1961, passou a funcionar na parte térrea da marcenaria "São José", uma fábrica de mosaicos e artefatos de cimento, e, pela primeira vez, foi comemorada na Fundação um onomástico, o do diretor Pe. Paulo Augusto Farina.

Em 1963 foi iniciado na Fundação um mini cinema: o Cine Planalto, que teve curta duração por razões financeiras.

O ano de 1964 foi encerrado com um relatório histórico sobre as atividades de cada um dos Departamentos da Fundação, contando a mesma com Padaria, Fábrica de colchões e uma chácara na localidade de Independência, junto ao rio Taquari.

Em 1965, o relatório anual do trabalho na Fundação, além de relatara dinâmica dessa instituição, ressaltou, esse



ano, o cinquentenário do testamento do Tte. Cel. José Lucas de Araújo.

Em 1967, foi inaugurada a Escola Assistencial Cristo Redentor, em prédio anexo a Fundação, dispondo de condições para ministrar eficiente e modernos métodos educativos.

No ano de 1968, a Fundação inaugurou o novo sistema de atendimento ao velho, com suas Casas-Lar.

O ano de 1969 também foi pródigo em seu relatório, pois, registrou a criação de um viveiro à frente do prédio do Lar da Menina, aquisição de uma chácara na Vila Santa Marta, que permanecerá como reserva da Fundação para obras futuras em pontos diferentes da cidade e inauguração da Rádio Planalto sob a direção do diretor da Fundação Beneficente Lucas Araújo Pe. Paulo Augusto Farina.

Daí, para os nossos dias, somos testemunhas da grandiosidade do empreendimento que, com justiça social e cristã, vem projetando o trabalho benemérito, que por amor ao irmão necessitado de assistência material e espiritual, a Diretoria da Fundação, vem realizando.

Talvez sejamos injustos se não mencionarmos alguns nomes de pessoas que se doaram pela obra que foi destinada por uma pessoa de espírito altruísta e coração cristão - José Lucas Araújo - mas não poderemos esquecer a pessoa de Modesta Vanzo e, a partir da década de 1950 a assistência e dinamismo de nosso bispo Dom Cláudio Colling, que, juntamente com o diretor da Fundação, Pe. Paulo A. Farina, proporcionou assistência social cristã a todos que buscaram, por carência, a Fundação Beneficente Lucas Araújo.

18 - INDEPENDENTE GRÊMIO ATLÉTICO DE AMADORES

Fundado a 1 de outubro de 1941, com o nome de



Grêmio Atlético Independente, em reunião realizada nos salões de festas do Hotel Avenida, teve a primeira diretoria assim formada: Presidente, Deoclécio Rostro; 1.o Vice, Elpidio Barbosa; 2.o Vice, Vitalino Trindade; 1.o Secretário, Leonorino de Souza; 2.o Secretário, Breno Reis; 1.o Tesoureiro, Eduardo Barreiro; 2.o Tesoureiro, Jaime Laus; Instrutor Técnico, Sub. Tte. M. Ferreira; Auxiliar, Ulisses Laus; Cap. Geral e Guarda Esporte, Alceu Laus.

Conselho Fiscal - Dr. Miguel Kozma, dr. Oscar Klein, dr. Sabino Arias e Paulo Coelho.

Conselho Consultivo - Dr. José Carré, Adolfo Floriani, Waldir Ceconi, Dorval Rodrigues, Múcio de Castro, João Schapke Junior e Joaquim Musa.

No mesmo ano, foi deliberado o acréscimo da palavra "Amadores" ao nome do Clube, passando assim a denominar-se:

Independente Grêmio Atlético de Amadores.

Nessa ocasião foi designada uma comissão composta dos srs. dr. Herculano A. Annes (presidente honorário e grande entusiasta do Clube), Jaime Laus Eduardo Barreiro, e Alceu Laus para estudarem o melhor local para a sede do clube. Com grande júbilo, logo a seguir, foi dado a conhecer aos sócios do Clube, pela sua diretoria, uma carta de compromisso de doação de uma área de terra de 14.400 m², sita à Av. Brasil Oeste, de propriedade do ilustre cidadão sr. Aparício Langaro, amigo das grandes causas, pedindo ao Clube, como retribuição à sua doação, o compromisso de demarcar a área doada para ser fornecida, posteriormente, a escritura pública. Na demarcação realizada de imediato, o Clube agradeceu ao sr. João Falkembach, o qual procedeu a demarcação da área doada por um preço todo especial.

Ao sr. Aparício Langaro, Clube hipotecou imorredoura gratidão, pela área doada.



Várias firmas madeireiras locais e do interior do município, bem como expressiva ajuda do prefeito Armando A. Annes, tornaram realidade a existência do Independente.

Em 1949, março, dia 4, foi criado um Departamento com a finalidade específica de incentivar ao adolescente à prática do esporte bem orientado e de são moral. O presidente, na época, sr. Hugo Lisboa, o secretário dessa reunião Delmar Sittoni e o esforçado, entusiasta e saudoso Alceu Laus, não pouparam esforços para que a intensão do Departamento se tornasse concretizada.

O Independente também esteve presente em campanhas filantrópicas, entre elas e da construção do Proventório dos filhos dos tuberculosos, campanha essa lançada na gestão do prefeito Armando Annes com efetiva colaboração de sua exma. esposa.

Em data de 28 de junho de 1950, foram criadas cadeiras cativas para serem vendidas no futuro pavilhão do estádio, ao preço de 1.000,00 (um mil cruzeiros), em prestações mensais de 100,00 (cem cruzeiros), tendo havido uma colocação imediata de 82 cadeiras.

Em 22 de janeiro de 1951, o clube homenageou o sr. prefeito Armando Annes pela estimável colaboração prestada na construção do Estádio, sendo orador oficial, na ocasião, o sr. Delmar Sittoni. Na mesma ocasião foi eleita nova diretoria, que ficou assim constituída: Presidente, Hugo Lisboa; 1.o Vice, Murilo C. Annes; 2.o Vice, Vitorio Verardi.

A inauguração do Estádio teve sua data marcada para 22 de março de 1951 e, anunciado, que para essa festividade viria a Passo Fundo, a convite, o Grêmio Foot-Ball Portoalegrense.

Síntese de campeonatos conquistados pelo Independente: 1952 - 1953 - 1954- 1955- 1956- 1958.

Campeonatos da cidade: 1957 (Campeonato do Centenário de Passo Fundo), 1958, 1959, 1961 e 1963.



Em 1962 foi campeão do Estado.

Em 1956, transferindo-se para Porto Alegre, o abnegado consócio Delmar Sittoni e deixando para o esporte de Passo Fundo uma bagagem estimável de trabalhos realizados, como esportista atuante e independino; sr. vice-presidente do Independente Grêmio Atlético de Amadores, Alceu Laus, fez registro em ata de um voto de louvor ao esportista retirante.

O Independente teve em suas fileiras de 1a. linha, desde sua fundação, um vulto impar até a década de 1970 - ALCEU LAUS, alma e vida do Clube.

19 - SOCIEDADE DE AMPARO À MATERNIDADE E INFÂNCIA - "SAMI"

Fundada a 12 de abril de 1942, num ambiente de um Clube de Serviço, que era de vivência recente em nosso meio, o Rotary Clube, a "SAMI" entidade filantrópica nasceu da visão clara de um rotariano, dr. Armando Vasconcelos, então médico chefe do Posto de Higiene (hoje Centro de Saúde n. 13).

O dr. Vasconcellos levou ao plenário do seu Clube os problemas sociais existentes em Passo Fundo, levando também a solução que era a de fundar uma sociedade que atendesse a Mãe e a Infância, cujas necessidades estavam se avolumando na comunidade.

Naquele 12 de abril de 1942, às 16 horas, na sala da Biblioteca Pública Municipal (A Biblioteca se encontrava instalada na sede do Grêmio Passo-fundense de Letras e sob custódia do mesmo Grêmio, no salão do Clube Pinheiro Machado, gentilmente cedido pela sua diretoria), presentes os rotarianos e convidados especiais, que, na ocasião, estabeleceram as bases para a fundação de uma sociedade filantrópica, em benefício da maternidade infância carente de Passo Fundo.

O médico chefe do Posto de Higiene local, Armando



Torres Vasconcellos, idealizador da sociedade, expôs, encarecer a alta importância social de uma Associação Passo-fundense de Auxílio à Maternidade e à Infância, apresentando, também, o projeto dos Estatutos que mereceu aprovação integral.

Em vista de todos os presentes estarem de acordo, quanto a fundação dessa sociedade, foi solenemente fundada a ASSOCIAÇÃO PASSOFUNDENSE DE AUXILIO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA, com a sigla "APAMI". .

Na ocasião o dr. João Junqueira Rocha, pôs o Clube Comercial, do qual era presidente, à disposição da Sociedade para suas reuniões.

Aos 20 dias do mês de abril, desse ano, nos salões do Clube Comercial, foi eleita a primeira diretoria da SAMI, sigla já alterada por proposta do sr. Otto Bade, quando expôs a assembleia que em Passo Fundo havia uma sociedade beneficente "APAN", sigla essa que poderia provocar confusões mais tarde. Assim a 1a. diretoria da Sociedade de Amparo à Maternidade e à Infância ficou assim constituída: Presidente, Francis Schisler; Vice-Presidente, Olga Blochtein; Conselheiros Fiscais: Dr. Armando T. Vasconcellos, Cesar Gomes de Oliveira e Múcio de Castro. Na ocasião foram convidadas as seguintes damas para participarem da diretoria: 1a. Secretaria, Lainha Junqueira Rocha; 2a. Secretária, Maria da Luz Dias; 1a. Tesoureira, Clara Birmann; 2a. Secretária Zenith Vasconcellos; Oradora, Delma Rosendo Gehm.

Por proposta do dr. João J. Rocha, foi registrado um voto de louvor ao dr. Armando Vasconcellos pela sua ação abnegada em favor dessa associação.

As reuniões da SAMI passaram a ser realizadas no Posto de Higiene, gentilmente oferecido pelo seu chefe dr. Vasconcellos. A Sociedade agrupou logo um apreciável número de sócias que, as quartas-feiras, reuniram-se, ora numa casa, ora noutra (casas das sócias), quando confeccionavam enxovais



que eram distribuídos no Posto de Higiene, às mães gestantes pobres.

Passou a funcionar, também, junto ao Posto de Higiene, uma cozinha dietética, sendo a primeira dietista a srta. Maria Vaz.

Em 1950 a Legião Brasileira de Assistência fez uma doação em dinheiro para que a SAMI adquirisse sua casa própria, na gestão da. Lainha J. Rocha, quando a Diretoria autorizou a compra da casa onde funciona a Entidade.

Instalada a SAMI, em sua casa própria, nela passou a funcionar um Lactário e confecção e entrega dos enxovais as mães assistidas no Posto de Higiene.

As lutas econômicas, para a manutenção da Casa, foram grandes, mas as samistas responsáveis, incorporadas à diretoria, nunca desanimaram, estendendo suas atividades ao Posto de Puericultura, construído em terreno do município e sob às expensas da SAMI, com verba encaminhada pela Secretaria da Saúde do Estado e sito à rua Paissandu, esquina com Sete de Agosto.

Essa verba foi concedida a SAMI em forma de convênio de assistência recíproca com a Secretaria da Saúde, responsabilizando-se, a entidade, pelo bem-estar sanitário da MÃE e da CRIANÇA, bem como proporcionar mão de obra especializada ao jovem e, em especial, ao adolescente e às mães.

Nesse mister, as samistas levaram ao Posto de Puericultura, a sua assistência, como voluntárias abnegadas.

Em 1968, um Decreto Municipal do prefeito Mario Menegaz, criou cursos de Artes Domésticas e Curso de Jardim de Infância, para funcionarem junto à casa da SAMI, rua Moron 2260.

A diretoria da SAMI, nesse ano, empenhou-se na construção de uma pequena escola, ocupando para isso, parte do terreno junto a entidade, a fim de que, um Jardim de



Infância, desse início ao atendimento direto de crianças, em regime de semi-interno, levando o nome de "Escola Municipal Assistencial da SAMI".

Nesse mesmo ano, tendo em vista os Estatutos da Casa, foi iniciada uma Creche Educandário na Casa da SAMI e lançada a pedra fundamental da nova construção, junto a entidade samista, visando dar, à Creche, acomodações adequadas e prolongamento a uma Escola Maternal, ponte para o Jardim de Infância.

A Diretoria que encetou esse trabalho em 1968, estava, assim, constituída: Presidente - Delma Rosendo Gehm; Vice-presidente, Esther Bacaltchuk, 1a. Secretária, Geny Chaise Borges; 2a. secretária, Silly Miranda; 1a. Tesoureira, Miguelina Vasconcellos Silveira; 2a. Tesoureira, Nedy B. Ribas.

Conselho Fiscal - Dr. Moisés Marinho Ribas, dr. Alfredo Vasconcellos, sr. Wolmar Antônio Salton.

Relação das sras. Presidentes da SAMI, desde sua fundação em 1942 até 1980: Francis Schisler - 1942, 1943, 1944. Lainha M. J. da Rocha, 1944, 1947, 1950, 1952, 1953, 1957, 1958, 1959. Elvira Berlowitz - 1945, 2946. Loia Graeff Oliveira - 1948, 1949. Izabel Ayub - 1950, 1951. Anita K. Azeredo - 1951, 1952, 1960, 1972, 1973. Clara lochpe - 1954. Morena R. Berthier - 19,54, 1955, 1956, 1962, 1963, 1964. Maria P. Bernardes - 1956. Judith Schapke - 1960, 1961. Esther Bacaltchuk - 1961, 1962, 1970, 1971, 1972, 1974, 1975. Icís D'Avila - 1964, 1965. Elizabeth R. Veiga Faria - 1966 Miguelina Vasconcellos Silveira - 1966, 1967, 1969, 1970. Alaides Krueel - 1967, 1968. Delma Rosendo Gehm - 1968, 1969. Maria Bicca - 1975, 1976. Delsa Ughini Coser - 1977, 1978. Ieda Ceratti Azambuja - 1978, 1979, 1980.

20 - RÁDIO PASSO FUNDO - ZYF 5

Foi oficial e solenemente inaugurada aos 19 dias do mês



de agosto de 1946, como emissora pertencente a organização "Emissoras reunidas Rádio Cultura Ltda." com sede na capital do Estado, aqui representada, na ocasião, pelo seu diretor gerente, Arnaldo Balvê.

Ao ato compareceram autoridades, representantes do comércio e indústria local e convidados especiais.

A Rádio Passo fundo foi, na época, ponto turístico e de atração dos visitantes que por aqui passavam. Nos seus anais ainda lemos: "Cheguei, vi e fui vencido. Fui vencido por esta cidade e pela cativante bondade do Maurício. Malba Tahn. 23.10.1948".

Minha impressão da Rádio Passo Fundo não é deste momento; a ela já admiro e acostumei-me a considerá-la, como minha, pois que pertence ao meu caro Passo Fundo. Victor Issler. 10.10.51".

Através de suas ondas levou ao ar muitas novelas que foram, naquela época (1947 a 1950), atração áurea da cidade e das regiões circunvizinhas, sendo elenco artístico da época, na emissora, o grupo de teatro, "Delorges Caminha", representando, na ocasião, por: Itália Durgante (de saudosa memória), Olga Pelegrin, Nadir Alves, Dalva Ribas Rosendo, Ione Pacheco, Maurício Sirotski Sob., José Lamaison Porto (responsável pela hora da Ave Maria) e outros jovens da época que também deram a sua colaboração.

O Grande Jornal falado "O Globo em Foco" foi o primeiro noticioso da região, fundado por Maurício Sirotski Sob. e Antônio Augusto Corrêa.

Participaram desse noticioso mais os seguintes elementos: Fúlvio Bastos, Segundo Brasileiro Reis, Valdo Vieira Nunes e outros.

Em 1946, foi a época das famosas dedicatórias de músicas que deixaram recordações: Adeus Pampa Mia, Sta. Terezinha, Caprichos do Destino, Asa Branca e tantas outras.



Aos domingos, à tarde, nas dependências do Círculo Operário, e mais tarde no Clube Recreativo Juvenil, Maurício Sob apresentava um programa "Descobrimos Valores", com jovens de nossa cidade que ali se apresentavam para a disputa de ser o melhor cantor ou o melhor imitador. Inúmeros valores foram descobertos: Olga Veneziano, Miguel Vargas, Maria Silvia Nedel Camargo (tornou-se cantora lírica) e outros que também se tornaram profissionais, com êxito.

Gerentes da Rádio Passo Fundo, desde sua instalação Maurício Sirotski Sob. Olmes Leguizamo, Celso Fernandes, Ruben Zuther, Roberto Aveline, Gildo Flores, Josué Natividade Duarte, José Carlos Cortez Sica, Waldir Sudbrack.

21 - RÁDIO MUNICIPAL

Criada por decreto n. 15, de 12 de outubro de 1953, pelo então prefeito dr. Daniel Dipp, cumpriu os propósitos a que foi destinada.

Sua inauguração deu-se a 17 de abril de 1954, tomando lugar entre as associações que projetaram Passo Fundo.

Foi seu primeiro diretor o sr. Ruben Zutter. Seguiram-se, Benhur Silva Eleodoro Antunes, Tulio Fontoura, dr. Frederico Knoll, Diogo Morsch, Ademar Cabeda, Jorge E. Cafruni, Gelson Longhi, Raul Langaro, Belem de Carvalho, Pedro Monteiro da Costa. Perdão se houve omissão de nomes.

Em 1978, na gestão do prefeito Wolmar Salton, a Rádio Municipal foi retirada do ar.

22 - SOCIEDADE DAS SENHORAS DOS CAIXEIROS VIAJANTES DE PASSO FUNDO

Foi fundada aos 3 dias do mês de outubro de 1953, nos salões de festas do Café Elite (edifício demolido e hoje, no local, se encontra o Banco Bamerindus do Brasil S.A.) por sugestão



de D. Laura Vargas Junqueira da Rocha, com a finalidade de recepcionar as senhoras dos Caixeiros Viajantes que viessem a Passo Fundo, por ocasião dos festejos do "Dia do Viajante" e, também, para unir a família do viajante.

A primeira Diretoria ficou assim constituída: Presidente de Honra - Laura Vargas Junqueira da Rocha; Presidente, Delma Rosendo Gehm; Secretária, Corina C. Addiego; Tesoureira - Irene Roos.

Essa diretoria regeu os destinos da sociedade até 30 de setembro de 1955, quando nova diretoria foi eleita, nos salões de festas do Cate Haiti (no local, Praça Marechal Floriano, encontra-se, atualmente, uma filial da firma Comercial Grazziotin) e ficou assim constituída: Presidente - Nair A. Sfoggia, Secretária - Dolores Rocca Torriani; Tesoureira - Erica Linck; Oradora - Delma Rosendo Gehm.

A 1a. de outubro de 1958, durante os festejos do "Dia do Caixeiro Viajante", uma nova diretoria se elegeu: Presidente - Ivone Bortolaz; Secretária - Morena Almeida; Tesoureira - Erica Linck (reeleita).

Em 1959, em 1o de outubro, nos salões de festas do Clube Caixeiral foi eleita a última diretoria, sendo presidente a sra. Doralina Tagliari

Nos anais da sociedade nenhum registro consta, dando continuidade a vida dessa agremiação social.

Durante o espaço de tempo que compreendeu a vida da sociedade, ou seja, 1953 a 1959, atendeu não só os interesses da classe do viajante, mas, também, procurou servir a comunidade, participando de campanhas filantrópicas. No decorrer dos anos de 1953 até 1958, no dia 2 de novembro, era realizada uma visita ao túmulo do Caixeiro Viajante, sendo nele depositado uma coroa de flores naturais.

No dia 1.0 de outubro de 1957, a sociedade prestou uma homenagem à sua presidente de Honra, d. Laura Vargas



Junqueira da Rocha, ofertando-lhe um cartão de prata, em meio as festividades do "Dia do Caixeiro Viajante", no Parque Recreativo dos Viajantes.

23 - SOCIEDADE DE SENHORAS AMIGAS DE PASSO FUNDO

Essa sociedade, cuja ideia partira da ilustre passofundense, sra. Alaíde Rocha, tinha a finalidade de congregar as filhas desta terra, irmanando-se no 1º Centenário deste Município (1857-1957), e promover encontros sociais, onde pudessem homenagear durante os festejos, os visitantes, as passofundenses egressas que aqui aportassem e proporcionar campanhas sociais e beneficentes.

A fundação datou de dois de setembro de 1957, tempo suficiente para que as festividades do 1.º Centenário realizadas pela sociedade fossem organizadas, pois todos os festejos organizariam no mês de outubro desse ano.

Na primeira reunião, efeto na residência de Alaíde Rocha, sita à rua Bento Gonçalves, n. 310, estavam presentes, assinando a ata de fundação as seguintes senhoras: Alaíde Rocha, Elsa M. Barreto, Carlota L. Bandeira, Edla R. Castro, Helena Krue Amaral, De Rosendo Gehm (redigiu a 1ª ata).

A primeira diretoria foi empossada no dia 9 de setembro do mesmo ano, assim constituída: Presidente- Alaíde Rocha; Vice-presidente - Lourdes M. Lopes; 1ª. Secretária - Maria P. Bernardes; 2ª. Secretária - Olga Poletto; 1ª. Tesoureira, Carlota L. Bandeira; 2ª. Tesoureira - Eisa M. Barreto Linhares; 1ª. oradora, Delma Rosendo Gehm; 2ª. oradora, Iracema Salles.

Conselho Deliberativa: Todas as sócias.

Nessa ocasião a 1ª. oradora apresentou a ideia de que se prestasse uma homenagem póstuma às diversas senhoras, que no passado contribuíram par o engrandecimento político,



social e cultural de Passo Fundo, não esqueceu do àquelas que deram os primeiros passos no campo filantrópico. A ideia foi bem aceita e, logo a seguir, a proponente passou a discorrer sobre os vultos que mereciam, no seu entender, registro em alta: Da. Candinha Schell que aqui viveu após a emancipação do Município, casada com o sr. Jorge Schell e filha do Capitão Manoel José de Araújo.

Cecília Rico, casada com o sr. Ramão Rico, muito se destacou nas obras religiosas da Igreja Católica.

Aurora Penteado Ribeiro, casada com o major Manoel Teodoro Ribeiro, aqui viveu, mais ou menos, até 1890. Era tia do venerando cidadão e historiador passofundense, Antonino Xavier e Oliveira. Foi atuante em todos os movimentos que proporcionaram o engrandecimento da Vila do Passo Fundo.

Felipina Loureiro, casada com Antônio da Silva Loureiro, muito cooperou no período da revolução de 1893.

Aurora Bueno de Araújo (Inhasinha), casada com Eduardo de Araújo, sempre esteve voltada para o bom relacionamento da sociedade de sua época.

Etelvina de Araújo Annes, casada com o Cel. Gervásio Lucas Annes (sua 1a. esposa), deixou conceito firmado coração mãe exemplar e esposa dedicada.

Mariazinha Prestes Annes, esposa de Gezerino Lucas Annes, soube despertar no seio de sua família, o elevado sentimento de amor ao próximo.

Izabel de Miranda Lima, esposa de João Schell de Oliveira Lima, destacou-se pelo seu espírito de comunicação e interesse pelas causas nobres desta terra.

Elisa Schell, casada com o major João Schell, pelo seu espírito altruísta mereceu a admiração da época.

Juvenia Annes Bastos, foi esposa do saudoso Gabriel Bastos. Esta senhora teve grande influência política no Partido Republicano e cooperou, de maneira relevante na construção



do atual Hospital da Cidade.

Lucia Eugenia Issler, casada com o sr. João Issler teve atuação saliente na sociedade da época.

Ana Teodoro da Rocha, progenitora da presidente desta sociedade, muito cooperou na construção do Hospital São Vicente de Paulo.

Anna Luiza Ferrão Teixeira (Da. Zoca), foi professora ilustre, tanto particular quanto estadual, tendo cooperado, sobremodo, na formação intelectual da juventude desta Passo Fundo, até 1935.

Eulina Braga, diretora do Colégio Elementar, hoje Escola de 1.º Grau "Protásio Alves", marcou época no desenvolvimento da instrução em Passo Fundo.

Jovina Vergueiro, esposa do ilustre dr. Nicolau de Araújo Vergueiro, sempre participou da vida política de seu ilustre esposo.

Francis Schisler, esposa de Willian R. Schisler, embora não brasileira, fez-se sempre presente em campanhas sociais e cristãs tendo sido a 1.ª presidente da Sociedade de Amparo à Maternidade e Infância "SAMI".

Honorina L. Ávila, Isaura Santos Sampaio, Conceição Santos de Carvalho, Picucha Cunha de Souza, ilustres damas de Passo Fundo, que, formando a 1.ª Diretoria do Asilo Lucas Araújo, lançaram o vigoroso alicerce que deu origem a extraordinária obra "Fundação Beneficente Lucas Araújo".

A Sociedade de Senhoras Amigas de Passo Fundo para melhor desenvolver as atividades a que se propunham, organizou comissões com diferentes finalidades Comissão de recepção: Eulina Kozma, Leonor Albuquerque, Edla M. Castro, Leonor Marenzi, Heloisa Freitas, Elisa L. Werlang, Francis Schisler, Anita K. Azeredo, Maria Vergueiro Malheiros, Izolina Ribeiro. Comissão de ornamentação: Elvira Benvegnú, Chonita Marques, Suely Rezende, Izabel Fridberg. Helena K. Amaral,



Palmira Beirão. Comissão de festas: Irene W. Teixeira Itália Durgante, Umbelina Miranda, Ezilda Santos, Zaida Duarte, Ondina Daudt, Suzana L. Einloft. Comissão de visitadoras: Dinah Martelo, Rita Cafruni, Eponina M. Lima, Melania R. de Mello, Constance Cora, Saudade Tomasi, Iracema S. Totti, Maria Lucca, Mary Lampert.

A 1a. oradora da Sociedade sugeriu que as vitrines do centro da cidade fossem ornamentadas com objetos antigos de qualquer natureza, a fim de reviver os hábitos e costumes do Passo Fundo do passado.

A ideia encontrou eco e as vitrines da época foram ornamentadas e várias pessoas, umas filhas da terra, outras aqui radicadas há vários anos, espontaneamente encaminharam objetos, causando sucesso a referida ornamentação. É digno de nota, o nomes dessas pessoas: Samorim Kurtz Barbosa, Alayde Rocha, Etelvina Rocha Duarte, Carlota L. Bandeira, Eponina M. Lima, Elisa W. Werlang, Luiza P. da Silva, Laurinha A. Ilha, Noemy L. Langaro, Eugenia L. Galves, Umbelina Miranda, Etelvina Kurtz Pinheiro, Izolina Ribeiro, Frederico Kurtz, Wilma Laus, Lourdes M. Lopes, Gomercindo dos Reis, Albino Micheletto, Elvira Benvegnú, Gildo Flores, Delma Rosendo Gehm.

A mensalidade da Sociedade era de Cr\$10,00 e a joia Cr\$30,00.

Às 15 horas do dia 28 de setembro de 1957, as senhoras que compunham a sociedade, visitaram o local onde o Fundador do "Povoado do 4.º distrito de São Borja - PASSO FUNDO - aqui se instalou com sua esposa e escravos, em 1827, tomando posse das quatro léguas de campo e mato que recebera de S. M. Imperial D. Pedro II, pela sua valorosa atuação na Guerra Cisplatina. Foi ele o paulista MANOEL JOSÉ DAS NEVES, que levantara o seu rancho provisório junto ao arroio Lavapés (local onde houve um chafariz), mas instalou-se logo a seguir,



no atual cruzamento das ruas Teixeira Soares com Paissandu. Aí, naquele 28 de setembro de 1857 a Sociedade recordou os poucos detalhes conhecidos do cabo, promovido a capitão, por merecimento.

Às 16 horas, desse mesmo dia, a caravana deslocou-se para a vila Petrópolis, onde foi prestada uma homenagem ao Emancipador de Passo Fundo, Joaquim Fagundes dos Reis, sendo, na ocasião, colocado no túmulo, uma coroa de flores naturais.

Dia 2 de novembro do mesmo ano, as sócias visitaram os túmulos das passofundenses homenageadas, no cemitério municipal.

Durante os festejos do 1.º Centenário da vida municipalista de Passo Fundo, a Sociedade homenageou as descendentes de passofundenses ou ligadas, por parentesco, à familiares de Passo Fundo, num coquetel oferecido no Café Haiti, quando foram saudadas pela 1ª. oradora.

A sra. Presidente, nessa ocasião ofereceu uma rosa à cada visitante.

No registro da Ata, alusiva a homenagem, consta o local das diversas visitantes: São Luiz do Maranhão, Goiás, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Paraná e vários pontos do Rio Grande do Sul.

Em 16 de setembro de 1957 foi alterado o nome da Sociedade de Senhoras Amigas de Passo Fundo, para SOCIEDADE AMIGAS DE PASSO FUNDO, a fim de facilitar o ingresso de todas as damas ou senhoritas filhas ou não desta terra.

A Sociedade abria sempre seus trabalhos com uma oração e após era entoado o Hino do Centenário.

Em outubro de 1957, no dia 9, a Sociedade prestou uma homenagem a rainha do Centenário, srta. Márcia Fontoura Kozma, hoje sra. Márcia Kozma Beninca, no Restaurante



Família, no prédio da Drogabir Centro, praça Marechal Floriano. Na oportunidade a Rainha foi saudada pela 1a. oradora.

Nesse mês e ano o dr. Romulo Teixeira passou a ser o Consultor Jurídico da sociedade.

A sra. Judith Schpake, membro entusiasta da Sociedade, rifou um lindo quadro a óleo, por ela pintado, a fim de que as crianças carentes do Grupo Es colar "Fagundes dos Reis" recebessem vestuário e material escolar, o que foi realizado com o produto da rifa desse quadro.

A sra. presidente, Alaíde Rocha, dando continuidade aos festejos do Centenário, juntamente com o patrão do CTG Lalau Miranda, sr. Ney Vaz da Silva, prestaram uma extraordinária homenagem à Rainha do Centenário, à Rainha do Trigo e a Miss Passo Fundo, respectivamente. Márcia F. Kozma, Gladys Marson e Valéria Gehm.

Na ocasião foram apresentadas invernadas de danças gauchescas, conjuntos típicos, declamações e um animado fandango com churrascada ao amanhecer.

Ainda nesse 1957, na data de 21 de dezembro, a sra. presidente, por motivo de saúde passou a presidência à sra. vice-presidente, Lourdes M. Lopes, a qual no decorrer de 1958 realizou promoções sociais em benefício do Grupo Escolar "Fagundes dos Reis".

O sr. Presidente da República, na época. dr. Juscelino K. de Oliveira, ainda em 1957, remeteu auxílio para o Natal da Criança Pobre que essa sociedade realizou naquele ano.

Em 1959, a 1a. presidente, Alayde Rocha Camate, não resistindo uma pertinaz enfermidade, falecera. Daí em diante nada mais há de registro na sociedade Amigas de Passo Fundo.

24 - CLUBE DA SAÚDE DR. ARTHUR LEITE

Aos 18 dias do mês de maio de 1960, foi organizado e



instalado o Clube da Saúde Dr. Arthur Leite, com a finalidade de dar continuação aos trabalhos e educação sanitária que haviam sido ministrados por funcionária da seção de Educação Sanitária da Secretaria da Saúde do Estado. A ideia da criação desse Clube foi de dietista da referida Secretaria, Mira Simões Leite Casagrande, que sentiu, ao visitar Passo Fundo, as possibilidades de ser aqui desenvolvido um movimento de caráter sanitário e educativo, nas zonas carentes, convocando, para isso a sociedade local.

Na ocasião usou da palavra o médico chefe do Centro de Saúde local, dr. Mario Lopes, que ressaltou a importância das ideias e a profundidade do trabalho. Foi escolhido, por unanimidade, o nome de Clube da Saúde, mais tarde Clube da Saúde Dr. Arthur Leite, em homenagem a um ilustre médico que não sendo passofundense, fez desta terra o seu novo berço, trabalhando com carinho e desprendimento e aqui formou seu lar e criou sua família. Foi um apóstolo na profissão e um amigo de todos.

A primeira Diretoria foi assim constituída: Presidente - Rosa Medeiros; 1a. Vice-presidente, Licínia Couto; 2a. vice-presidente. Morena Berthier; 1a. Secretária - Jacy Benck; 2a. Secretária - Leda Buaes; 3a. Secretária - Jurema Corrêa; 1a. Tesoureira - Joanita Pedroso; 2a. Tesoureira - Esther Bacaltchuk; 3a. Tesoureira - Ely Di Primio; Oradora Oficial - Delma Rosendo Gehm.

Departamentos: Divulgação do uso da Soja, Educação e Cultura, Assistência Social, Esportivo, Artístico Social. Grupos de senhoras e senhoritas da nossa sociedade, integradas nos diversos Departamentos visitavam os bairros e periferia da cidade, levando conhecimento, prática e esclarecimentos dos assuntos a que se propunham.

As mensalidades e a renda dos chás beneficentes começaram a ser carreados para a merenda escolar das escolas



carentes da cidade, bem como uni forme aos estudantes necessitados, auxílio ao Presídio local, valores em dinheiro para entidades, aparelhos para deficientes, colaboração para a colônia de hansenianos da Serra do Carreiro, flagelados do Estado do Paraná, difusão pela imprensa escrita e difusão falada do trabalho do Clube e chamamento de voluntárias para essa nobre e altruística missão de fazer luzes onde há treva de ignorância ou necessidades físicas.

25 - CULTURA ARTÍSTICA

No dia 3 de julho de 1953 reuniu-se um grupo de pessoas, do qual apenas poucos nomes foram registrados: Diogo Morsch, Lahyre Fanfa Cardoso, Júlio Cesare da Casto, Oldemar Behrends, Lory Corá, Pe. José Gomes, Irene Wagner Teixeira e Nilza Giovanetti e fundaram a Cultura Artística.

Sua finalidade consta no art. 2.o do capítulo I dos seus Estatutos: "A Cultura Artística de Passo fundo tem por finalidade estimular o desenvolvimento da arte em geral e de modo especial a cultura musical, sem visar quaisquer lucros, sendo toda a renda auferida empregada na contratação de artistas, intelectuais, e despesas inerentes. Para isto empenhar-se-á em proporcionar, quer com profissionais, que com amadores, a realização de concertos, recitais conferências e outras realizações da mesma natureza".

Os estatutos foram aprovados em Assembleia Geral realizada em 15.10. 53 e registrados no Cartório de Registros Especiais em 05.05.54, sob n. 121, tendo havido uma modificação na Assembleia Geral do dia 21.06.76, sendo feito seu registro em 13.10.77.

Sua primeira diretoria era assim constituída: Presidente - Diogo Morsch, 1.o vice-presidente Lahyre Fanfa Cardoso; 2.o vice-presidente - Oldemar Behrends; 1.o secretário - Lucindo



Costamilan; 2.o secretário - Armando Ferreira da Silva; 1.o tesoureiro - Gregório Cardoso Gomes; 2.o tesoureiro, Oldermes Goelzer Lima. Conselho Consultivo: Ítalo Goron, Guilherme Marensi, Lory Corá, Paulo Giongo, Pedro Marinho, Rubem Heineck, Roberto Schaan, Hermann Weintraub, Pedro Pacheco. Suplentes - Victor Leão Benincá, Demócrito Sant'Ana, Ricardo Tibitz e Benedito Frydberg. Conselho Fiscal - Wolmar Salton, Antônio Cruz Saldanha, Frederico Daudt. Suplentes: Clemente Almeida, Aron Birman e Jacyr Castilhos.

No final de 1974 a diretoria, com a colaboração de novos membros, alcançou o número de 150 sócios.

Em 1978, após 25 anos de presidência, o sr. Diogo Morsch passou a presidência ao dr. Paulo Giongo, sendo, assim, constituída a nova diretoria: 1a. vice-presidente, Clélia Miotto Vaz; 2a. vice-presidente, Dolores M. da Fonseca, 1a. secretária - Zilka Neff Rosa; 2.o secretário, Sérgio Benvegnú; 1.o tesoureiro Helmuth Matzembacker; 2.o tesoureiro - Ernesto Pedro Zanette. Conselho Consultivo: Terezinha Fortes Braz, Izabel Krueel, Álvaro Nunes Vaz, Perina Karsten, Rosely Pretto, Irineu Gehlen, Ir. Lúcia Maria, Carino Corso, Eronil de Ribeiro. Conselho Fiscal: Lucindo Costamialn, Juarez Paulo Zilio, Afonso Heckler, Peri Lopes, Edith Rigão, Juan Pedro Ottenstein. Diretora Artística: Clélia Miotto Vaz.

A nova diretoria determinou como meta conseguir a Declaração de Utilidade Pública do Município, do Estado e da União e o registro na Secretaria do Trabalho e Ação Social e no órgão correspondente da União.

A certidão da STAS já foi conseguida e leva o número de 7.442, datada de 27.11.79.

No ano de 1979 a Cultura Artística contou unicamente com a receita proveniente das assinaturas, o que não cobriu nem 173 das despesas.

Até 1978 a Secretaria de Educação e Cultura,



encaminhou para a Cultura Artística algum concerto e em 1977 e 1978 a Funarte também fez o mesmo encaminhamento.

A Diretora Artística da Cultura, em visita à Secretaria de Educação, recebeu a promessa do diretor de Promoções, a volta de envio de alguns artistas à nossa cidade.

Quando houver possibilidade de promoções, a Cultura Artística pretende oferecer espetáculos com entrada a baixo preço ou até gratuitas, aos arredores da cidade, às fábricas, ao SESI, ao SESC, etc.

A Cultura Artística, com mais de um quarto de século de vivência, já a- apresentou 150 concertos, sendo os artistas de fama nacional e uma grande parte de fama internacional, como: Roberto Szidon, Iara Bernette, Ruben Varga, Glória Queiroz, Jacques Klein, Henriette Morineau, Amaldo Coher, Antônio Guedes Barbosa e outros.

Aqui vieram conjuntos estrangeiros: Hamburguer Bach-Chor, Os Mesmos Cantores de Viena, Quarteto Vocal "Sodca", Quarteto Stanley da Universidade de Michigan, USA, Quarteto Americano de Saxofones, etc.

De 1965 até 1971, houve "Desfile de Corais de Passo Fundo, aos quais, compareciam não só os corais da cidade, como das cidades vizinhas.

Eram tatos os corais inscritos que precisavam ser apresentados em duas ou três noites, com grande sucesso e o Cine Pampa lotado.

Também foi feita uma experiência inédita em 1978, um Jantar-Conceito, o qual alcançou pleno êxito.

Artistas passofundenses natos ou de coração têm prestigiado a Cultura Artística, sendo de justiça registrar a soprano Marta Grazziotim Bernardon e os corais dos alunos da prof. Reny Graeff Sudbrack.



26 - CRUZ VERMELHA BRASILEIRA

Em sessão realizada no Clube Comercial, no dia 9 de maio de 1942, e presidida pelo dr. Armando Vasconcellos, então chefe do Posto de Higiene local, foi instalado o Núcleo de Voluntários da Cruz Vermelha de Passo Fundo.

Na ocasião esteve presente o delegado da Cruz Vermelha Brasileira, Paulo de Tarso da Rocha, quando foi eleita a 1a. Diretoria: Presidentes de Honra: Dr. Victor Graeff e exma. esposa dr. Nicolau de Araújo Vergueiro, e exma. esposa. Comandante do 8.o R.I. e exma. esposa. Comandante do 3º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar; Presidente prof. Mathilde H. Mazon; Vice-Presidente, Djanira de Oliveira Langaro; Secretária Geral - Almerly Pereira e Silva; 1a. Secretária - Maria de Lourdes Stoll; 2a. Secretaria - Martha E. Helm; 1a. Tesoureira - Eulina B. Braga; 2a. tesoureira - Hilda Prado Duarte. Procuradores: dr. Darcy Berbigier, dr. Gelso Ribeiro, Adelina Tochetto e Sara Duarte. Conselho Diretor: Arthur Langaro, Celso da Cunha Fiori, Pedro S. Avancini, dr. João J. Rocha, Tulio Fontoura, Arthur Pretto, Mario Braga, Clodoaldo Brenner, Lainha J. da Rocha, Cecilia Kneipp, Walda L. de Souza, Zulmira Ribas, Nomy Langaro, Mucio de Castro, Beda Feil, Januária P. Porto, Maria da Luz Dias, Maria Cunha e Leticia Lago.

No decorrer desse ano nenhum registro acusou movimento do Núcleo.

Em 23 de junho de 1943 a sra. vice-presidente assumiu a presidência e de acordo com o art. n. 24 dos Estatutos foram preenchidos os cargos vagos, na diretoria: 1a. vice-presidente - Cecilia Kneip; 2a. vice-presidente - Morena Berthier; secretária geral - Dinah Germany; 1a. secretária - Dulce Uflacker; 2a. secretária - Celina Pargendler; 2a. tesoureira - Anita Kruel Azeredo. Diretor do Curso de Emergência - dr. Bernardino da



C. Santos.

Em 4 de abril de 1943 nova Diretoria assumiu os destinos do Núcleo da C. V. de Passo Fundo: Presidente - Djanira de Oliveira Langaro; 1a. vice-presidente, Ziza de Araújo Trein; 2a. vice-presidente. Morena Berthier; 1a. secretária, Delma Rosendo Gehm; 2a. secretária - Olga Pelegrini; 1a. tesoureira - Anita K. Azeredo; 2a. tesoureira - Celia Morsch. Essa diretoria viveu os momentos mais emocionantes e difíceis da 2a. Guerra Mundial.

Foram iniciados, de imediato, os cursos de atendentes e auxiliares de enfermagem, iniciadas as campanhas de arrecadação de agasalhos para os pracinhas que em breve daqui partiriam, a fim de se incorporarem a FEB (Força Expedicionária Brasileira), no Rio de Janeiro, e daí seguirem para os campos de batalha na Itália.

Na data de 24 de dezembro de 1944 foi realizada a despedida do 1.o Grupo de Expedicionários passofundenses que seguiriam com a missão de lutarem contra as forças do Reich, na Europa.

No dia 23, no salão de festas do Clube Comercial foi oferecido um cocktail para os pracinhas, quando foram saudados pela sra. presidente e homenageados com uma apresentação artística, quando foi cantado por todos os presentes o Hino do Expedicionário. Na ocasião, todos receberam uma medalha benta de N. S. Aparecida de suas madrinhas que ficariam encarregadas de fazer, através do N. V. de Passo fundo, os contatos com a Europa e seus familiares que aqui ficariam. No dia seguinte, 24, a despedida foi feita na gare da Viação Férrea, (hoje desativada) ao som dos clarins, hino do Expedicionário, e o aceno dos lenços brancos, às 6 horas de uma linda manhã de dezembro.

O grupo contava com 3 cabos e 77 soldados que no Rio de Janeiro incorporar-se-iam a FEB.



As atividades deste Núcleo, foram intensificadas, pois passou a atender todas as tropas gaúchas que, vinda do sul do Estado, demandavam a então capital Federal, em demanda do front na Europa.

Este Núcleo homenageou o Major Comandante do 8.0 R. I., Cassai Martins Brum, quando se despediu de Passo Fundo, tributando-lhe agradecimentos pelo carinho e colaboração que sempre dispensou ao N.V. de Passo Foi saudado pela 1a. Secretária.

Quando, em agosto de 1945, foi iniciado o retorno dos expedicionários após o fim da Guerra, e que, via férrea, por aqui passavam, o N. V. se fez sempre presente, levando seu calor humano pela bravura e patriotismo que demonstraram em solo europeu. Ainda em 1945 este N.V. proporcionou entendimentos com autoridades militares, para o regresso de patrícios nossos que se encontravam hospitalizados nos Estados Unidos, entre eles um passofundense Natalício Prates de Moraes, o que foi resolvido de imediato.

De 1945 até 1961, o N.V. da CVB de Passo Fundo, mantendo a mesma Diretoria, proporcionou ajuda material a entidades, escolas e famílias carentes

Em 1947, no dia 7 de setembro, em solenidade pública a sra. presidente Djanira de Oliveira Langaro, foi agraciada com a condecoração e diploma da Cruz Vermelha Brasileira, por ordem do Presidente da República, conforme decreto n. 19.05.47 e de acordo com o decreto n. 6.795 de 17.08.1944.

Em 7 de maio de 1962, a sra. presidente foi agraciada com a comenda da Cruz Vermelha do Exército, em Porto Alegre.

Em 31.08.1961 o N.V. recebeu ordens de ser reestruturado, a fim de servir a eventuais necessidades, pois o País se encontrava em situação anormal, com a renúncia do presidente da República, dr. Janio Quadros. Foi a "Revolução da



Legalidade".

Foram empossados todos os membros da última diretoria, com exceção da 2a. secretária e 2a. tesoureira, que foram substituídas.

Foram, então, realizados cursos de Socorristas, em colaboração com o Centro de Saúde local.

De 1a.o a 11 de setembro desse ano, o N.V. participou ativamente no atendimento de tropas que por aqui passavam, vindas do sul do Estado, em demanda ao norte do país.

Em 1964, quando eclodiu a Revolução de 31 de março, Passo Fundo hospedou o Governador do Estado, dr. lido Meneghetti, pelo espaço de 3 (três dias), tendo, nessa oportunidade, o N.V. da C.V.B. de Passo Fundo, pela sua presidente, posto os serviços da Diretoria e Socorristas, à disposição de S. Excia. Dr. lido Meneghetti.

Somente em caráter assistencial, este N. V. continuou participando de movimentos populares assistenciais e em 1965, quando uma nevada assolou Passo Fundo, foi prestado grande atendimento não só na periferia da cidade, mas também nas zonas urbanas atingidas.

Em 1972, encerrou suas atividades, entregando ao Comando da então Unidade Federal 20.o R.C., os documentos que representaram a vida da Cruz Vermelha Brasileira, núcleo de Passo Fundo.

27 - RÁDIO PLANALTO

"A FUNDAÇÃO CULTURAL PLANALTO DE PASSO FUNDO", mantenedora da - Rádio Planalto - surgiu com a razão social de Sociedade Radiodifusão Planalto Ltda., idealizada pelo sr. Bispo Diocesano Dom João Cláudio Colling, com o intuito de apenas servir as diferentes Paróquias da Diocese.

Surgiu com 05 KW na antena, vindo atingir, já de início,



os mais distantes recantos gaúchos e Estados vizinhos.

Montada a aparelhagem sob a supervisão” de técnicos de grande conhecimento, o sr. Bispo designou para 1.º diretor o Padre Paulo Augusto Farina, o qual permanece na direção até os dias atuais.

A Rádio Planalto foi ao ar pela primeira vez, em caráter experimental em 14 de janeiro de 1969. Autorizada pelo Departamento Nacional de Telecomunicações, a funcionar em definitivo, foi inaugurada no dia 05 de abril de 1969, operando na frequência de 1470 Kws, sob o prefixo XYH211.

No dia 03 de outubro de 1976, passou a operar em nova frequência e moderna antena onidirecional com 108 metros de altura. Desde então, funciona nos 730 Kwz, com os mesmos 05 KW de potência, sob o prefixo ZYK 268.

No dia 17 de junho de 1973, chegou a Passo Fundo a Unidade Móvel da Rádio Planalto, cuja primeira incumbência, após sua autorização de funcionamento, foi transmitir a chegada do então governador do Estado, engenheiro Euclides Triches, no dia 29 de agosto do mesmo ano.

A transformação da Sociedade Radiodifusão Planalto Ltda. para Fundação Cultural Planalto de Passo Fundo, teve por objetivo uma mais ampla formação cívica, moral, cultural; cristã; artística, literária e científica do povo brasileiro.

A Rádio Planalto, ondas médias é o primeiro órgão de comunicação unal a preencher esse objetivo e, então, na meta da novel Fundação, a criação de uma rádio de frequência modulada, e mais outras atividades de comunicação social.

O Bispo Diocesano Dom Cláudio Colling desde a sua chegada a Passo Fundo, sonhava fundar uma rádio na sede da Diocese; a vontade férrea que o dominava fez com que se tornasse realidade o grande sonho. Queria ele, através do som, levar aos mais distantes gaúchos e Estados vizinhos, a mensagem sadia, culta, alegre e cristã do povo passofundense.



A personalidade mercante de Dom Cláudio Colling, lembra-nos um pensamento do Papa Paulo VI: "Há duas coisas na vida do homem que o dignificam: A fé em si mesmo e a disposição de realizar".

Naquele 14 de janeiro de 1969, às 12 horas, em caráter experimental, foi ao ar, pela primeira vez, a onda sonora da Rádio Planalto, a caçula da região do Planalto Médio, pela voz de seu diretor Paulo Augusto Farina, quando assim se expressou: "Deus é a primeira palavra que a Rádio Planalto está largando no dia de hoje sobre os céus de Passo Fundo e da Região Serrana. A nossa gratidão ao Criador dos céus, da terra e dos mares, neste momento em que a Rádio Planalto está nos ares pela primeira vez".

A Rádio Planalto em sua instalação funcionou à rua Cel. Chicuta n.o 440 mas, no afã de sempre servir evoluindo, levantou uma bela sede própria no Bosque da fundação Lucas Araújo, já com salas reservadas para as instalações de FM. Em setembro de 1981 instalou-se no Bosque Lucas Araújo. Araújo.

28 - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS — APAE

Essa entidade tem por meta o atendimento do deficiente físico e mental, o excepcional; nasceu do ideal de uma sociedade cristã, onde todo o carente goza do mesmo direito dos chamados normais e, o movimento de sua criação e organização, foi liderado pela ilustre dama, sra. Alice Sana Costi, verdadeira idealizadora.

Na ata número um, lê-se o seguinte:

"Ata do movimento de coordenação para a fundação da APAE e, posteriormente, da Escola para crianças excepcionais.

Aos cinco dias do mês de junho de mil novecentos e



sessenta e sete, reuniram-se nos salões de festas do Clube Comercial, senhoras da sociedade passofundense, com a finalidade de fundar nesta cidade, uma escola para crianças excepcionais, escola essa que será filiada à APAE, movimento que congregará Executivo, Legislativo, Educação e a Sociedade.

Os trabalhos foram dirigidos pela sra. Alice Sana Costi, que expôs o assunto detalhadamente, demonstrando a necessidade e os benefícios que a caridade escolar trará a essas crianças, às suas famílias e à própria sociedade. Foi também relatado, na ocasião, as visitas feitas às Escolas de Caxias do Sul e São Leopoldo, onde apreciou de perto o angustiante problema da criança excepcional e sua recuperação pela Escola Especializada.

O apoio que recebeu da Secretaria de Educação e Cultura e das APAEs de São Leopoldo e Caxias do Sul, levaram-na dar início de imediato à campanha.

Na oportunidade foi eleita a Diretoria provisória, para o movimento inicial, que ficou assim constituído:

Presidente de Honra - Olga Caetano Dias

Presidente Executiva: Alice Sana Costi

1a. Vice Presidente: Silly Miranda

2a. Vice Presidente: Ivone Berthier

1a. Secretária: Carmem Araújo Becker

2a. Secretária: Adiles Otto

1a. Tesoureira: Celina Pargendler

2a. Tesoureira: Therezinha M. Almeida

Oradora: Delma Rosendo Gehm

Comissão de Divulgação - Maria de Lourdes Paes Leme, Delcy Schlottfeidt Oliveira.

Comissão de Recepção - Lucy Menezes, Haydée de Cesaro, Lizette V. Medaglia, Vera Beatriz Goelzer, Marília Mattos, Eunice Zasso, Odéte da Silva.

Coordenadora do Movimento de Propaganda junto



aos estabelecimentos de ensino - Olga Caetano Dias, delegada regional de Ensino.

Presidente do Bazar da Bondade - Brígida Scussel.

Nada mais havendo a tratar lavrei a presente ata, que passou a assinar como secretária do movimento, (a) Carmem Araújo Becker".

Já aos quinze dias do mesmo mês e ano, todos os membros da Diretoria reuniram-se na residência da oradora, a fim de examinarem estatutos de outras APAEs e comentarem os estatutos que norteariam a entidade, elaborados pelo então Promotor Público desta comarca, dr. Lauro Guimarães.

Uma nova reunião na residência do sr. Paulo Pargendler, decidiu que seria realizada uma Assembleia Geral para a fundação da APAE de Passo Fundo, no dia 29 desse mesmo mês e ano no salão de festas do Clube Comercial.

Nessa ocasião, foram expedidos convites para autoridades civis, militares, religiosas, educacionais e APAEs, com a finalidade precípua de organizar a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais "APAE" de Passo Fundo.

Foram organizadas chapas para a Diretoria, Conselho Fiscal e Deliberativo, a fim de serem consultados antes da Assembleia Geral. Comissões foram organizadas para recepcionarem os convidados do aeroporto e estação rodoviária, bem como foram providenciadas acomodações.

Dia 29 de junho de 1967, às 20 horas, no Salão de Festas do Clube Comercial, foi dado início a assembleia geral. A presidente executiva do movimento, sra. Alice Sana Costi, convidou o dr. Lauro Guimarães, Promotor, a assumir a presidência dos trabalhos, o qual, a seguir, convidou as autoridades presentes a tomarem assento na mesa presidencial. Usando a palavra o sr. presidente convidou o sr. Pery Mathias Lopes para secretariar a Assembleia.

O sr. presidente expôs a Assembleia a finalidade da



reunião, e que teria como principal meta a aprovação do anteprojeto do estatuto para a APAE de Passo Fundo, elaborado pelo presidente com a colaboração do secretário.

Após amplo debate do plenário, com a participação do dr. Milton Martins, Juiz de Direito, major Grey Belles, dr. Mario Flores Lopes, Alice Sana Costi e dr. Lauro Guimarães (presidente da Assembleia), e outros interessados foi aprovado o respectivo estatuto, com as emendas aprovadas em plenário, com a seguinte redação: Estatuto da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais "APAE" de Passo Fundo.

Os capítulos do Estatuto constam:

Capítulo I - Da Instituição, seus fins e sede;

Capítulo II - Dos sócios;

Capítulo III - Da Administração;

Capítulo IV - Disposições Gerais e Transitórias.

A seguir, o sr. presidente dirigindo-se ao plenário, disse que para dirigir os destinos da instituição se fazia necessário eleger a diretoria na forma do estatuto, e por essa razão, a Assembleia seria suspensa por 15 minutos, para que fossem organizadas chapas, contendo os nomes para preencherem os diversos cargos da Diretoria.

Reaberta a Assembleia, o sr. Secretário leu a nominata dos futuros dirigentes da APAE, propondo o sr. presidente que a Assembleia os aceitasse por aclamação, o que foi feito com uma salva de palmas.

A Diretoria eleita foi assim constituída:

Presidente - Alice Sana Costi

1.o Vice-Presidente - Dr. Mário da Costa Neves

Vice-Presidente - Delma Rosendo Gehm

1.o Secretário - Jadir Soares de Paula

2.a Secretária - Delcy S. de Oliveira

1.o Tesoureiro - Walter Scheibe

Tesoureiro - Dr. Jesus Almeida



Conselho Fiscal - Dr. Polidoro Mendes da Costa, sr. Lucindo Costamilan sra. Silly Miranda.

Conselho Deliberativo - Nahum Chwartzmann, Paulo Pargendler, Eduardo G. Otto, Nelson Braga, Tranquilo Grazziotin, Rev. Klimann, Pe. Luiz Serraglio.

Empossada a nova diretoria pelo sr. presidente da Assembleia, a sra. presidente assumiu a direção dos trabalhos, agradecendo a deferência de sua escolha para presidente da APAE de Passo Fundo e conclamou a comunidade passofundense a darem apoio indispensável para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da instituição.

Usou, também, da palavra, o sr. João Rocha do Prado da Direção da A PAE de São Leopoldo, congratulando-se com a criação de uma APAE em Passo Fundo.

Nos primeiros dias de julho de 1967, a sra. presidente, Alice Sana Costi seguiu para a cidade de Curitiba, a fim de participar do III Congresso Nacional de APAEs, quando a de Passo Fundo já foi membro integrante e dele participou ativamente. Como nesse mês, a última semana é dedicada à criança excepcional, como "Semana Nacional da Criança Excepcional", em Passo Fundo, com a ausência da sra. presidente que se encontrava na capital do Estado, integrando-se na dinâmica da APAE, foram constituídas comissões sob coordenação da 2a. Vice-Presidente e que assim foram distribuídas: Difusão - Esther Bacaltchuk, Maria Chwartzmann, Celina Pargendler, Beatriz Goelzer, Adyles Otto, estudantes do Instituto Educacional; Recepção e Hospedagem - Dr. Álvaro Miranda e exma. esposa, sr. Amaury Paes Leme, coronel Otacilio de Moura Escobar; Avaliação - sr. Jaime Bacaltchuk, Waldemar Daniel Gehm; Coordenação Geral - Delma Rosendo Gehm.

A secretaria dos trabalhos ficou a cargo do dr. Jesus Almeida e ornamentação coube às sras. Celina Pargendler e Beatriz Goelzer.



Engajou-se na Comissão de Divulgação, o dr. Plínio Moura que deu-especial apoio na imprensa escrita e difusão difônica.

Essas comissões visavam difundir uma ideia de APAE na comunidade, na Semana do Excepcional, bem como trazer a Passo Fundo autoridades que, de viva voz, descortinassem a necessidade de uma APAE, numa cidade polo, como Passo Fundo.

A avaliação de desenvolvimento da campanha trouxe, como pontos positivos, o seguinte: em todos os educandários da cidade, onde eram explanados os objetivos da visita e, logo após, no dia seguinte, eram recolhidos cartazes, onde os alunos, em equipe, os elaboravam. Entre os educandários de 2.o grau foi organizado um concurso de frases para lema da APAE, tendo sido julgado pela Academia Passo-fundense de Letras, sendo a frase vencedora: "A tua ajuda fará de um ser excepcional uma pessoa útil e feliz".

Boletins alusivos ao movimento foram distribuídos nos cinemas locais, em educandários, nas vitrines das casas comerciais, em pontos expressivos dos bairros e em todas as repartições públicas.

As palestras proferidas nas rádios locais pelos coordenadores do movimento procuraram despertar, na comunidade, o que provou na campanha pública, do domingo que encerrou os trabalhos das Comissões, quando a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), Companhia Riograndense de Telecomunicações, puseram-se a disposição, instalando recursos, como, ligações de telefone na praça Marechal Floriano, momento em que, todas as comissões iniciaram a campanha de sócios, chamando nominalmente todos os que possuíam aparelhos telefônicos em suas residências. A briosa Banda da Brigada Militar se fez presente ao evento. Nessa Praça e em vários pontos da cidade foram colocadas faixas conclamando



aos passofundenses a participaram da APAE, a ela associando-se.

No final da tarde, além de um expressivo número de sócios, doações em dinheiro foram entregues à Comissão, tendo sido o sr. Tranquilo Grazziotin convidado para fazer o caixa das contribuições.

O trabalho das Comissões culminou com a conferência proferida no Clube Comercial, pelo psiquiatra dr. Nilo Fichter, de Porto Alegre, às 20,30 horas perante um seletor auditório de 160 pessoas, quando S. Sa. após ser saudado pela sra. coordenadora do movimento, apresentou um bem fundamentado trabalho de exposição sobre características, diferenciação e tratamento do excepcional, naquela memorável noite de 26 de agosto de 1967. Passo Fundo cresceu muito nessa semana, pois soube colaborar, ouvindo um chamamento cristão e idealista de uma dama, que naquela hora já era presidente da APAE de Passo Fundo - Alice Sana Costi.

S. Excia. Revma. Dom Cláudio Colling, Pastor da Diocese de Passo Fundo, se fez presente ao ideal de Alice, estimulando-a que buscasse o apoio de elementos desta comunidade, porque "DEUS" estaria presente e, na verdade, tudo foi feito....

Graças a Dom Cláudio, tivemos aqui o dr. Nilo Fichter.

O então prefeito municipal, sr. Mario Menegaz, sempre voltado para os interesses maiores da comunidade, pôs à disposição da APAE nessa Semana Nacional, como participação do Município, dependências do Hospital Municipal, para que servisse de sede da entidade, por tempo indeterminado.

Em setembro de 1967, sob a presidência de Alice S. Costi, era dado a conhecer que a professora Raquel Biazus se encontrava no Rio de Janeiro (Guanabara) fazendo um curso de especialização, a fim de que em breve a APAE pudesse iniciar o atendimento ao excepcional em Passo Fundo. Outrossim, que os alunos do Grupo Escolar Fagundes dos Reis passariam



a serem atendidos pela APAE, quando fossem considerados excepcionais.

Era o início de uma longa caminhada, onde os poderes competentes e a comunidade conscientizada, dele participou.

Já em março de 1968, a diretoria cogitava em adaptar as dependências de sua sede para que em breve pudesse funcionar a Escola Especial "O Sorriso de Amanhã" naquele local, atendendo as crianças já triadas.

Uma Equipe de psicólogos da Secretaria da Educação e Cultura estiveram irmanadas, nesse trabalho de aplicação de testes, às crianças incluídas nos trabalhos da APAE.

Nesse ano, a Câmara de Vereadores de Passo Fundo fez doação de um automóvel para ser vendido e o valor carreado aos cofres da APAE. Comissões foram organizadas para visitarem o edil passofundense, com a finalidade de solicitar doação, pela municipalidade, de um terreno para construção da Escola Especial.

Promoções, encontros, chamamentos continuaram ecoando, em nome da APAE de Passo Fundo, não só na cidade, mas numa vasta região do planalto e o resultado não se fez esperar. Em 31 de agosto de 1968, às quinze horas nas dependências da APAE, era instalada oficialmente a Escola "O Sorriso de Amanhã" com a presença do sr. prefeito municipal, sr. Mário Menegaz, que solicitou a S. Excia. Dom Cláudio Colling que usasse da palavra naquela ocasião o que foi feito. Logo após ouviu-se as palavras da sra. presidente Alice S. Costi. Dom Cláudio Colling num expressivo manifesto de carinho e entusiasmo enalteceu o brilhante acontecimento, a instalação de uma Escola para Excepcionais. Cortada a fita foi a Casa abençoada por S. Excia. Bispo Dom Cláudio, visitadas as dependências pelas autoridades, convidados especiais, pais de alunos de representantes da comunidade, quando foi oferecido um coquetel. Na ocasião também fez uso da palavra



a sra. Giselda Gomes, representante do Ensino Especial. O sr. Secretário de Educação e Cultura do Estado se fez representar pela sra. Delegada de Ensino, sra. Olga C. Dias.

Em data de 30 do mês de maio de 1969 a APAE de Passo Fundo sediava um Encontro Regional das APAEs, dele participando as APAEs de Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Nova Prata, Carazinho e Passo Fundo, sendo presidido pelo sr. Telmo Schilling, vice-presidente da Federação Nacional da APAE.

Ainda em 1969, no dia 31 de agosto, era lançada a pedra fundamental da Escola "O Sorriso de Amanhã", às 10 horas, no antigo Estádio 14 de Julho, local esse doado pela Municipalidade, na pessoa de seu prefeito Mario Menegaz, numa atitude de carinho à elevada missão da APAE. A sra. presidente, Alice Sana Costi, nessa ocasião deu a palavra ao 1.º vice-presidente, dr. Euripdes Facchini, para que expressasse, ao Poder Executivo de Passo Fundo, a gratidão excepcional e o júbilo da APAE. Fez uso da palavra a sra. presidente que realçou a necessidade de que todos, movimentassem suas potencialidades em favor dos menos afortunados, no caso o deficiente físico e mental. O sr. Prefeito, nessa ocasião, dr. Cesar Santos, agradecendo, congratulou-se com o movimento apaiano de Passo Funda e fez menção sobre o dever do Poder Executivo ou o Poder Público de colaborador com movimentos de tal envergadura "APAE".

Em 06 de agosto de 1970, em reunião no Clube Comercial, foi proposta por empresários passofundenses uma permuta do terreno, então, já doado pelo Executivo, gestão do prefeito Mário Menegaz, antigo Estádio da Baixada, do G.E.R. 14 de Julho, por outro em iguais condições para a construção da sede própria da APAE que será o órgão mantenedor da Escola e de um Centro de Reabilitação.

Após a permuta, foi escolhido o local, pois se tratava de uma área s ser observada, sendo confirmado o terreno de 6.000



m2, à rua Bezerra de Menezes, esquina com Ângelo Pretto.

O ano de 1972, marcou dois acontecimentos na vida da APAE: doação da Misereor (Alemanha), de dez mil marcos que foram empregados na compra da primeira Kombi que começou a transportar os alunos, fisicamente mais carentes de movimentos; início das obras do atual prédio da APAE, fruto dos movimentos comunitários na área social, política, econômica e órgãos públicos. O prédio aí construído levou o n.o 70.

Em meados de 1974, a Escola começou a funcionar em parte do prédio que já oferecia condições para tal. O corpo docente aumentava, mas a demanda de vagas para alunos cresciam assustadoramente, exigindo cada vez mais recursos e melhores condições. Foi, então, contratado o primeiro técnico, ou seja, uma fisioterapeuta- que se deslocava de Porto Alegre semanalmente para atender trinta crianças deficientes da Escola.

No início de 1975 todo o prédio estava em funcionamento, exceto a Fisioterapia. Em 1976, já criado o CPM (Círculo de Pais e Mestres) da APAE, sendo reiniciada a delimitação do terreno com cercas, muros, com a ajuda dos pais dos alunos. Também, nesse ano, foi asfaltado parte do pátio da escola, doação do DAER.

No dia 19 de junho de 1976, na própria entidade foi realizada a primeira reunião, tendo, nesse encontro, sido criado o Centro de Reabilitação, órgão esse que vem destacando a APAE de Passo Fundo.

Com o crescente número de alunos, foi necessário, nesse ano, a compra de mais uma Kombi, porque, além dos de difícil movimento, haviam aqueles, também, imobilizados.

Em meados do mês de agosto de 1977, já confirmado o empréstimo junto ao FAS (Fundo de Assistência Social), da Caixa Econômica Federal, no valor de quinhentos mil



cruzeiros, foi escolhida uma Comissão de Obras que deu início à construção de um prolongamento no prédio e que seria destinado a Fisioterapia, obra essa com 193,29 m² e que teve sua conclusão graças a um auxílio da Alemanha.

Em 1978 a APAE fez mais um patrimônio, adquirindo à rua Ângelo Preto, um terreno de 11 metros de frente por 30 metros de frente a fundo. Essa aquisição é mais um marco para futuras ampliações, dentro dos objetivos da APAE.

Os meios para prática de esporte dos alunos da APAE, em 1978, ofereceram condições para essa recreação, construção de uma quadra de esportes polivalente de cimento, com dimensões oficiais e com mourões e telas nas cabeceiras, conclusão do salão de ginástica, o qual também servirá para festas e reuniões.

Com uma área construída de 1.194,25 metros quadrados, onde funciona a sede da APAE, Escola Especial "O Sorriso de Amanhã" e Centro de Reabilitação, a APAE foi oficialmente inaugurada em 13 de junho de 1979, pela sra. Miriam Gonçalves, esposa de S. Excia. Amaral de Souza, M.D. Governador do Estado, secretário da Educação e Cultura, deputado Leônidas Ribas, representado pela professora Valéria Gehm da Costa, delegada da 7a. D.E. S. Excia. Dom Cláudio Colling, Bispo Diocesano; sra. Helena Annes Salton, primeira Dama do Município, dr. Marcel Hoppe, Juiz de Direito; dr. Jorge N. de Lima, secretário de Educação e Cultura do Município, representantes da Câmara de Vereadores, autoridades militares, representantes religiosos, educadores, representações de educandários. Círculo de Pais de Mestres da APAE, membros da diretoria, professores, técnicos, alunos, convidados especiais, comunidade passo-fundense, sociedade representada pelos "Destaques do Ano", nas pessoas das 13 Mais Elegantes da Cidade' sra. Ara Eli Trein, Maria Sonia Martinelli, representando, respectivamente, seus esposos, deputados dr. Augusto Trein e Romeu Martinelli, dr. Adail Moraes,



diretor da Legião Brasileira de Assistência no Rio Grande do Sul, representantes do comércio, indústria, entidades de classe, clubes de serviço.

As cinco horas da tarde desse dia, em presença das autoridades citadas e demais presentes, foi dado início ao ato inaugural da entidade, com a chegada da sra. Miriam Gonçalves de Souza, primeira Dama do Estado, acompanhada pela presidente, sra. Alice Sana Costi e comissão de recepção, quando foi saudada pela Banda do Instituto Educacional.

A seguir, com a execução do Hino Nacional, foram hasteadas as Bandeiras do Brasil, Rio Grande do Sul e APAE. Cortada a fita pela convidada de honra, sra. Miriam Gonçalves de Souza, foi procedida a entrada no prédio, quando a sra. Miriam descerrou, no hall, a placa comemorativa da inauguração.

Dando prosseguimento ao ato inaugural a sra. presidente da APAE, Alice Sana Costi saudou a ilustre sra. Miriam Gonçalves de Souza, salientando a honra de sua presença, historiando a vida da APAE e agradecendo a participação dos poderes constituídos e da comunidade. A benção do prédio foi dada por S. Excia. Dom Cláudio Colling. Em nome dos alunos da Escola "O Sorriso de Amanhã", falou o aluno Paulo Roberto Silva.

A sra. Miriam Gonçalves de Souza recebeu significativas homenagens, entre elas a das crianças que participaram do concurso de Príncipe e Princezinha da Amizade. As sras. que representaram as 13 Mais Elegantes da Cidade também participaram da homenagem.

Os presentes assistiram a inauguração de uma fotografia da sra. Alice Sana Costi, na sala da presidência.

Em nome da comunidade, falou o dr. Romeu Gehlen que enalteceu o trabalho da sra. presidente, Alice Sana Costi, como obra gigantesca de carinho e amor.



Fez referências também a sra. Delma Rosendo Gehm e Zeferino Demétrio Costi, como companheiro de luta desde a fundação da APAE.

S. Excia. Revma. Dom Cláudio Colling, ao dar a bênção ao prédio e suas dependências, fez sinceras e justas referências a idealizadora Alice Sana Costi.

NOTA DA AUTORA: Faço minhas. Dom Cláudio, as palavras deferenciosas de V. Revma. e as estendendo também a Zeferino Demétrio Costi, como companheiro de luta, desde a fundação da APAE.

Dom Cláudio, receba o meu carinho cristão pelo amparo moral e espiritual que sempre ofereceu a APAE e, porque não dizer, também, amparo material?

A APAE foi sonhada, mas tornou-se realidade.

Em outubro de 1979, a V Olimpíada Estudantil de Excepcionais teve por sede Passo Fundo e organizada pela APAE "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Passo Fundo, quando várias comissões da comunidade participaram ativamente bem como o Comando da Unidade Federal aqui sediada, na pessoa, do major Isauro Piaguaçu Corrêa.

No início de 1981, foi adquirido pela entidade, numa atitude arrojada, um micro-ônibus, com parte da renda do Pedágio do Amor Sem Limite, promovido pelo C.P.M. da APAE, que tem como presidente a prof. Edy Z. Silva, juntamente com a TV Umbu, RBS, canal 7 de Passo Fundo. Esse veículo facilitou o transporte de maior número de crianças, maior conforto, segurança e vantagem econômica.

Atualmente, meados de 1981, a Diretoria da APAE está assim constitui da: Presidente, Alice Sana Costi; 1a. Vice-presidente, Delma Roendo Gehm; 2.o Vice-presidente, Coronel PM Mauricio Neves Zimmermann; 1.o secretário, dr. João Batista de Mello Freitas; 2.o secretário, Eronilde Ribeiro; 1.o tesoureiro, Walter Scheibe; 2.o tesoureiro, Juarez Paulo Zilio.



Conselho Deliberativo: Titulares - Tranquilo Grazziotin, Zeferino Demétrio Costi, Eurípedes Facchini, Dalva Serrano, Silly Miranda, Olga Caetano Dias, José Schorr, Silas Domingos Corrêa, Maria Luz da Fonseca, Arlindo Agostini, Julieta Bonotto, Múcio de Castro, Antônio Serena, Norberto Loch, Elio Bernardon, Lúcio Costa, Josete Buaes Padilha, Ivone B. Almeida.

Suplentes: Lídia Gasparotto, Ana Maria M. Machado, Alfredo dos Santos Lopes, Cleonice Valério, Maria de Lourdes Paes Leme.

Conselho Fiscal: Titulares - Hemetério Vieira, Leopoldo D'Arienzo Junior, Stergos Delligiánes.

Suplentes: Afonso Heckler, Victor Hugo Lacerda.

A APAE mantém a Escola Especial "O Sorriso de Amanhã" que tem como diretora a srta. Prof. Ruth Vivian Kampitz e o Centro de Reabilitação cuja diretora é a srta. Maria Luz da Fonseca, sendo coordenadora da equipe técnica a dra. Maria Sônia Portner, médica pediátrica.

Atualmente estão sendo atendidos 234 alunos, com os mais variados tipos de deficiências, ou seja: Def. Físico, Def. Mental, Def. Auditivo, Def. de Fala, Def. Visual e Def. Múltiplos, encaixados nos atendimentos especializados da Escola Especial e Centro de Reabilitação.

As crianças atendidas, em suas deficiências, no Centro de Reabilitação, também são assistidas com atendimento psicológico e de assistente social, destacando-se, ainda, a equipe médica, odontológica e laboratorial.

Na Escola Especial, funciona uma equipe multidisciplinar, encarrega da do trabalho das classes de: adaptação, pré-escolar e oficinas, destacando marcenaria, tapeçaria, lavanderia, cerâmica (dois grupos), serigrafia e iniciação ao corte e costura, com orientação de Serviço de Orientação Educacional (SOE) e Serviço de Orientação Pedagógica (SOP).



Todas as crianças que participam da APAE, através da Escola ou Centro de Reabilitação, recebem alimentação, transporte, vestuário e medicamentos.

Há classes especiais para deficientes visuais e auditivos.

A Educação Física (recreação e psicomotricidade) bem como treinamento esportivo têm lugar de destaque na Escola.

O espaço físico do prédio está assim constituído: salas de aula - 11; salas de recursos - 22 secretarias - 3; salas de fonoaudiologia - 3; salão de ginástica - 1; sala da presidência - 1; salas de coordenação - 2; sala de fisioterapia - 12; gabinete - 9; banheiros - 14; almoxarifado - 1; refeitórios - 2; oficina pedagógica - 3; farmácia - 2; cozinhas - 2; apartamento zeladora - 1.

Os funcionários da entidade estão assim distribuídos: médicos - 9; dentistas - 2; fisioterapeutas - 2; fonoaudiólogos - 1; psicólogos - 3; assistente social - 1; professores - 262 auxiliares de fono - 5; auxiliares de fisio - 4; secretárias - 4; domésticas - 4; auxiliar de limpeza - 2; motoristas - 2; zeladora - 1.

O Círculo de Pais e Mestres criado em 02 de maio de 1974, tem como diretoria (1981), as seguintes pessoas: Presidente - Edy Zimmermann; Vice-presidente, Celso Guerra; 1a. secretária - Maria Elisa Carnacini; 2a. secretária Clairê Bilhar; 1a. tesoureira - Elza Forcelini; 2.o tesoureiro - Hugo Bilhar.

Conselho Fiscal: Paulo Bertoletti, Luiz Perroni Pereira, Arialdo Silva e Enio Amoldo da Silva.

As fontes que colaboram na manutenção da APAE:

Convênios - L.B.A. (Legião Brasileira de Assistência), FEBEM (Fundação do Bem-Estar do Menor), SE (Secretaria de Educação-RS).

Subsídios - CENESP (Centro Nacional de Educação Especial), FAERS (Fundação Riograndense de Atendimento ao Excepcional).



Órgãos Públicos - Municipais, Estaduais e Federais.

Atualmente o quadro de sócios da APAE alcança o número de 855 contribuintes.

Promoções junto a comunidade, em favor da APAE: Almoços, jantares, chás, bailes, atividades esportivas, sorteios, concursos e o Pedágio do Amor sem Limite, realizado anualmente.

A Misereor (Alemanha), MEC, CENESP, fazem-se presentes com seus auxílios valiosos, sem esquecer a Prefeitura Municipal e outros órgãos estaduais.

Como pessoa jurídica a APAE registrou seus Estatutos em 10.10.1967, no Cartório do Registro de Pessoas Jurídicas de Passo Fundo sob n. 424.

Dando continuidade a seus registros temos: Declarada de Utilidade Pública Municipal em 29.11.1967, Estadual em 15.07.1969, Federal em 03.11.1972; no Conselho Nacional de Serviço Social - SNSS, em 05.08. 1968; CGC-MF, em 25.06.1969; Isenta de Imposto de Renda pelo ato declaratório n.o DRF-03 de 18.02.1970; registro na FEBEM em 11.06.1971; registro na Secretaria do Trabalho e Ação Social em 27.12.1971; isenção de taxa previdenciária em 03.11.1972; certificado como entidade de fins filantrópicos sob n. 232.422/74; I.I.U.E.E. conforme ato declaratório 046 de 02. 08.1978.

A taxa de água da APAE foi beneficiada com um desconto de 30 por cento.

A APAE, dentro de suas promoções, realizou feiras artesanais, na Praça Marechal Floriano, cuja renda, embora quase sem expressão, somou para as melhorias da entidade. Hoje está integrada na Feira do Artesão de Passo Fundo.

Como madrinha a APAE de Passo Fundo já teve a satisfação de participar da instalação das seguintes APAEs: Carazinho, Não Me Toque, Palmeira das Missões, Getúlio Vargas, Ijuí, Guaporé, Humaitá, S. Miguel do Oeste (SC).



Os municípios de Marau e Tapera estão procurando subsídios na APAE de Passo Fundo para organizarem suas APAEs.

O primeiro corpo docente da AAPE de nossa cidade foram as seguintes professoras: Raquel Biasuz, Vanda Cunha (hoje Vanda Cunha Gehlen), Nazir Rezende e Alaides Rosa.

Dar ao ser limitado um amor sem limite, será sempre o objetivo da APAE.

NEVADAS EM PASSO FUNDO

Em 1898, grandes enchentes assolaram todo o Estado e, no mês de agosto desse ano Passo Fundo registrou a primeira nevada que cobriu grande parte do município, inclusive a cidade, com vasto lençol de gelo, desganhando árvores, destruindo plantações e interrompendo as poucas estradas existentes.

Em 1965, o mês de agosto iniciara chuvoso, em todo o Estado, provocando enchentes nas bacias do rio Uruguai e Jacuí. Prejuízos incalculáveis derrubaram do desabamento da Ponte do Socorro (Passo) no rio Pelotas (Alto Uruguai), que ligava o município de Vacaria ao Estado de Santa Catarina, interrompendo completamente as comunicações entre o Rio Grande do Sul e o resto do Brasil, visto que, de outro lado, as ligações marítimas se tornaram precárias, devido ao aluvião de águas pelo sistema Guaíba-Lagoa dos Patos-Barra do Rio Grande. As ligações aeroviárias também foram suspensas.

A temperatura caiu assustadoramente e na noite de 19 de agosto (nasci mento de meu 3.0 neto - Fernando Gehm Moraes), até as primeiras horas da manhã do dia 20, a neve cobriu totalmente a região serrana do Rio Grande do Sul, sendo com maior intensidade no município de Passo Fundo, onde o chão coalhou-se de um manto branco, numa espessura de 30 centímetros, com quebra de galhos nas praças, arvoredos,



pinhais, devastando pinheiros de replantio, lavouras, perdas em rebanhos bovinos, prejuízos em obras municipais (pontes, pontilhões, bueiros, calçamentos), incluindo reconstrução de casas, pelo município, a particulares sem recursos.

Cinco graus negativos (-5) foram registrados.

Na cidade houve registro dos seguintes estragos: Fábrica de Pregos Hugo Gerdau (depois transferida para Porto Alegre), Departamento Automotor da Gaúcha Madeireira S. A. Sulbra, Faculdade de Agronomia, Cerâmica Passo Fundo Ltda., Colégio Bom Conselho, Olaria Venturini.

O Governo do Estado ressarcia parte dos estragos causados em Passo Fundo. O Governo Municipal decretou feriado em Passo Fundo, para o dia 20 (Prefeito Mario Menegaz). Houve o lado pitoresco: a população, pasmada diante da paisagem europeia, saiu às ruas, foi para as praças, registrando em fotos e brincando na neve.

O CHAFARIZ DO LAVAPÉS

A PEDIDO - Em 09 de julho de 1863, a Câmara Municipal dirigiu ofício ao sr. Jorge Schell, delegado suplente de Polícia, conforme consta no livro "Copiador Oficial da Câmara da Vila do Passo Fundo - 1857-1867". Ei-lo:

"Ilmo. Sr. Jorge Schell. Delegado Suplente, em exercido.

Ilustríssimo Sr. - Constando que o chafariz público desta vila, construído às expensas do cofre municipal, vai pouco a pouco se deteriorando pela ação contínua de mãos daninhas, resolveu a Câmara em sessão de hoje, oficiar a V. Sa., representando-lhe a necessidade de ser aí postado um guarda policial que cuide na conservação do mesmo, para o bem público.

Esta providência, além de ter o mérito apontado, é demais uma medida que se recomenda pelo caráter da polícia preventiva,



que a distingue, pois a presença constante do guarda no lugar indicado evitaria as rixas dos escravos que - não se pode negar, afluem naquele ponto, como um centro necessário de reunião.

Assim sendo, a Câmara fica na persuasão de que V. Sa. pelo seu amor à ordem e ao bem público, no desempenho mesmo de suas atribuições, há de prover, de modo que a presente requisição seja logo satisfeita.

Deus guarde a V. Sa.

Paço da Câmara Municipal do Passo Fundo, em 9 de julho de 1863.

(a) - O presidente J. J. Ms. Sza. Junior (Marques de Souza Junior)".

É interessante observar que o referido ponto se tornou em ponto de reunião de escravos, que iam buscar água para a residência dos seus senhores, transportando jarros, potes e outras vasilhas, que levavam à cabeça e aos ombros.

O chafariz público era de frequência obrigatória, como abastecedor de água da vida.

Não só os escravos ali se reuniam, mas, também, pessoas gradas, a tal ponto que, em fins do século 19, o chafariz do arroio Lavapés se tornou preferido para passeios à tardinha, frequentando-se de preferência os capões adjacentes, até o cair da noite.

As lavadeiras (poucas na época), já faziam do Chafariz o seu ponto de trabalho. Em 1924, o intendente Armando Araújo Annes restaurou velhas instalações, melhorando-as sem fugir ao estilo primitivo. Fato lamentável que não tenha sido preservado, respeitando sua origem - O CHAFARIZ DOS ESCRAVOS DO ARROIO DO LAVAPÉS.

CEMITÉRIO PÚBLICO

O primeiro cemitério público de Passo Fundo surgiu ao



lado da Capela de Nossa Senhora Aparecida do Passo Fundo, inaugurado a 23 de agosto de 1834. Ali ficou ao lado da Capela, depois Matriz e hoje Catedral, em meio de um campo, em cujo ângulo nordeste, foi erguida mais tarde a Capela de S. Teodoro.

O cemitério permaneceu ao lado da Matriz até mais ou menos 1900, quando foi cogitado (na gestão do Cel. Gervasio Annes e também do Cel. Pedro Lopes de Oliveira, em sua mudança para a atual vila Vera Cruz.

Essa mudança tornou-se necessária não só pelo crescimento da cidade, a rumo leste, mas também porque se cogitava de construir a estação da Viação Férrea até onde, a pouco esteve em funcionamento, à rua Gal. Neto com Gal. Canabarro.

ANTIGO TERRITÓRIO DE PASSO FUNDO

O município de Passo Fundo, quando se desmembrou de Cruz Alta, em 1857, era um dos maiores do Estado, vindo a contribuir para a formação de 50 municípios: Soledade, desmembrado em 1875, formou as comunas de: Arroio do Tigre, Arvorezinha, Barros Cassai, Campos Borges, Espumoso e Fontoura Xavier. Ao todo, com Soledade, 07 municípios.

Guaporé, desligado de Passo Fundo em 1903, formou: Casca, Mussum e Serafina Corrêa, totalizando, com Guaporé, 04 municípios.

Erechim, desligado de Passo Fundo, em 1818, formou: Aratiba, Campinas do Sul, Cotegipe, Herval Grande, Gaurama, Itatiba, Jacutinga, Marcelino Ramos, Mariano Moro, Maximiliano de Almeida, São Valentim, Severiano de Almeida e Viadutos. Total, com Erechim, 14 municípios.

Carazinho, desligado de Passo Fundo em 1931, formou: Colorado, Não Me Toque, Selbach, Tapera e Victor Graeff. Total, inclusive Carazinho, 06 municípios.



Sarandi, desmembrado de Passo Fundo em 1939, formou: Constantina, Liberato Salzano, Ronda Alta e Rondinha. Total, com Sarandi, 06 municípios

Desligados de Passo Fundo, também, os seguintes municípios: Getúlio Vargas, Ciriaco, David Canabarro, Marau, Sertão e Tapejara.

Soma geral dos municípios que foram desmembrados do antigo território passo-fundense: 43 municípios.

Com desanexação parcial, Passo Fundo auxiliou na formação dos seguintes municípios: Ibiaçá, Planalto, Nova Prata, Nova Araçá, Nova Bassano e Santa Bárbara do Sul.

CINEMAS EM PASSO FUNDO

A PEDIDO - Segundo informações do saudoso amigo Carlos Rotta, o primeiro que montou cinema em Passo Fundo foi o sr. Roberto Chaves (Robertinho), mais ou menos em 1915, como ambulante, estabelecendo-se mais tarde à rua Gal. Neto, local hoje terreno do Fórum. Daí transferiu-se para a praça Marechal Floriano, no local onde funcionou a Drogabir e hoje ali há comércio, contudo tratava-se de um barracão, pois só mais tarde é que houve construção no local. O primeiro cinema que usou de anúncio em jornal (na época "O Gaúcho"), em 1917, foi o Central de Joaquim Reichmann, mais conhecido por Quinta. Funcionou num prédio já demolido, que ficava à Avenida Brasil, esquina da rua 7 de Setembro, hoje propriedade do Mercado Zaffari.

Robertinho mantinha um cinema ao ar livre, nessa época à Av. Gal. Neto, esquina da rua Independência, mantendo outro, também ao ar livre à Av. Brasil, onde se encontra, atualmente, o edifício Marília, frente à Joalheria Hexsel. Na década de 1920 surgiu um concorrente para o cinema Central que foi o Coliseu, no local onde hoje se encontra o Banco Nacional à Av. Gal. Neto.



Era de propriedade do sr. Florêncio Delia Méa, após vendido ao sr. Ney de Lima Costa, que, em 1930, o vendeu aos srs. Ângelo Pretto e João De Cesaro.

No final da década de 1930 surgiu o Cinema Imperial de propriedade do sr. Eduardo Valandro e Castelli, sito à rua Bento Gonçalves, esquina Gal. Osório (hoje firma Irmãos Ughini), queimando por volta de 1940.

Os mesmos proprietários reabriram o Imperial no local onde ainda hoje se encontra à Av. Gal. Neto (Praça Marechal Floriano). Mais tarde passou a ser proprietário o sr. Carlos Rotta. O cinema Coliseu passou, mais tarde a ser propriedade do sr. Arthur Pretto que logo a seguir comprou também o Imperial, porém o prédio continuou do sr. Carlos Rotta. O Coliseu foi preso pelas chamas em fins da década de 1940, sendo reconstruído no mesmo local pelo sr. Arthur Pretto, que o vendeu em março de 1953 para a Empresa Rossi de Cinemas que mudou o nome para Cine Real. No ano seguinte, essa Empresa comprou o Cinema Imperial, alugando o prédio do sr. Carlos Rotta.

Mais tarde, pelo Turismo Cine-Hotéis Reunidos, foi inaugurado o Cine Pampa, à rua Bento Gonçalves (Praça Marechal Floriano), em 1.º de maio de 1962.

Em 05 de agosto de 1967, era inaugurado na Vila Rodrigues, frente à Praça Cap. Jovino Freitas, o Cine Coral de propriedade da Empresa Rossi de Cinemas. A praça Cap. Jovino, teve anteriormente os nomes de Brasil e Sta. Terezinha.

LUMINÁRIAS EM PASSO FUNDO

Conta-nos o saudoso historiador Antonino Xavier e Oliveira, que em Passo Fundo, no ano da graça, ainda não havia iluminação pública e, raramente, os moradores iluminavam os compartimentos da frente de suas casas, de sorte que, em



caindo a noite e sendo escura "com os barrancos e caminhos fundos da rua (Comércio, hoje Av. Brasil) de cuidado se necessitava para sair, porque muito era o gado que, a essa hora se reunia, deitando aqui e ali, devido ao fato de quase todos os moradores terem vacas-leiteiras que variava "em número e geralmente soltas no próprio recinto da vila". Em certas noites se ouvia na rua do comércio, o berrar solene dos touros, dando nota pitoresca ao silêncio que envolvia a terra.

Sair em noite sem lua, à rua, era uma temeridade, pois, quando menos esperava saia montado num desses animais.

Em 1907, o intendente cel. Pedro Lopes de Oliveira, faz menção em seu relatório, sobre a necessidade de ser aumentado o número de lâmpões na Vila.

Em 1911, o intendente Cel. Gervásio Lucas Annes, também em seu relatório refere-se ao número de lâmpões existentes e que eram 68, expõe a necessidade de aumentá-los (esses lâmpões eram sustentados à querosene). Nesse mesmo tempo o relatório do Cel. Gervásio comenta a necessidade de ser pensado, em curto prazo, a instalação de um serviço de eletricidade, que viria favorecer o crescimento da cidade, indústria e comércio local.

Em 1912, já o Cel. Gervásio, registrava em seu relatório que um empréstimo de 100 contos de réis, com o Banco alemão de Porto Alegre, havia sido liberado e, com esse valor, encomendado a aparelhagem elétrica na firma Bromberg e Cia. daquela capital.

Na gestão seguinte, em 1913, quando intendente o Cel. Pedro Lopes de Oliveira, esse acervo hidroelétrico foi instalado junto à queda do Taquari-Mirim, na divisa de Marau. Hoje, na fachada daquela velha casa de máquinas do Taquari, há inscrição alusiva em sua fachada de alvenaria.

O dr. Nicolau de Araújo Vergueiro, e o sr. Armando de Araújo Annes, em suas gestões na Intendência municipal,



pleitearam, respectivamente, a Usina no Jacuí (Ernestina) e Capigui, que se tornaram realidades em 1954.

Em 1932, na gestão do sr. Henrique Scarpellini Ghezzi, foi dado novo impulso com instalações novas na usina do Taquari Mirim.

Na década de 1940, o problema da luz e energia não mais correspondia às necessidades da cidade, vivendo, a população, grande parte do ano, na base da luz de vela. Isso foi sanado, em parte, com a aquisição de motor diesel de 300 HP, na gestão de Armando Annes, melhorando na gestão do prefeito dr. Daniel Dipp e seu companheiro de administração e imediato sucessor (vice-prefeito e depois prefeito), sr. Mário Menegaz, por ocasião de sua primeira gestão (1954/1955), celebrando-se com a Comissão Estadual de Energia Elétrica através de seu Diretor-Presidente, eng. Noé Freitas, seu ideador e criador, a escritura de encampamento do nosso acervo elétrico (Lei de 30 de maio de 1955), cabendo a Mario Menegaz a assinatura dessa alienação e que trouxe inestimáveis benefícios ao progresso de Passo Fundo.

A MEDICINA DO PASSADO

O primeiro médico de que há notícias em arquivos locais, entre 1842 e 1845, foi o cidadão Casemiro Antônio Bastide como "cirurgião aprovado", tendo prestado relevantes serviços ao povoado. Naquele tempo a medicina era caseira, empregando-se benzedura, cataplasma, emplastro, unguento feito de sebo de boi e infusões de ervas. A sangria e aplicação de sanguessuga era privilégio dos "físico práticos", que faziam disso profissão.

Era boticário e também ourives o cidadão Isaias Pacheco de Quadros.

O Juiz-subdelegado do distrito do Passo Fundo, recebeu,



a seu pedido o cidadão Francisco de Souza Neves que, vindo de Cruz Alta, deveria apresentar "provisão de professor em medicina e licença da Câmara de Cruz Alta", mas como nada apresentou não teve licença para exercer a profissão de médico. O Juiz-Subdelegado era Cesário Antônio Lopes. Isso aconteceu em 03 de dezembro de 1850.

Quando havia algum caso grave e o paciente possuía recursos, os médicos de renome vinham da Cruz Alta. Um deles foi o dr. Francisco Antônio da Rosa, que aqui veio atender um, em 1855, conforme registra Hemetério José Veloso da Silveira, em seu livro "As Missões Orientais".

Aqui clinicou o dr. Jorge Moojen, lá pelas décadas de 1850 a 1860, que foi também Delegado de Polícia, Inspetor do Ensino e outras coisas mais.

Lê-se no Livro de requerimentos do município (1838-1859), um ofício de Inácio Alves do Nascimento, suplicando licença para receitar remédios caseiros, anexando uma declaração de beneficiados que dizia que o sr. Inácio era dotado de habilidade nas receitas, não iludia pessoa alguma, atendendo aos desvalidos e que seus interesses pecuniários eram ilimitados a todos a quem prestava seus socorros. Diziam, os declarantes, que até mesmo juravam o que afirmavam na declaração. Tal requerimento foi despachado favoravelmente.

No jornal "O Gaúcho", de 1906, 13 de abril, sob o título "Abuso" publicou um artigo comentando que o Município estava infestado de charlatães que exploravam a boa-fé dos pacientes e, recebendo, adiantamente, o valor do tratamento, anoiteciam e não amanheciam.

Na cidade já, entre 1900 e 1920 começava a melhorar.

O médico não formado Oscar Pinto de Moraes era proprietário, nessa época, da Farmácia dos Pobres, sita a Av. Brasil, local onde hoje se encontra o Colégio Notre Dame. Com ele trabalhava, como prático o seu irmão Miguel, de apelido



"Gota".

O médico Romão Lopes da Rosa, foi proprietário da Farmácia Rosa Lopes, juntamente com seu filho Theodorico Borges da Rosa e o prático da farmácia, João Rosa Lopes. Essa farmácia já possuía drogas nacionais e estrangeiras, bem como boa apresentação ao público.

A Farmácia Rosa Lopes, mais tarde Farmácia Rosa, encerrou suas atividades na década de 1940 e sempre foi situada à rua do Comércio, esquina com Cel. Chicuta, ala norte.

Em 1906 a Farmácia dos Pobres comunicou que pretendia cerrar suas portas, embora possuísse bom estoque de mercadoria nacional e estrangeira, contudo, esse aviso, fora "um golpe" para receber contas de grande atraso e passar a vender à vista. Nesse mesmo ano o primeiro passofundense formado médico pela Faculdade de Medicina de Porto Alegre, dr. Nicolau de Araújo Vergueiro, iniciava sua clínica, com consultório na Farmácia dos Pobres. Junto com o dr. vergueiro estava o médico Roberto Cunha (não sabemos se formado ou prático). Uma novidade vinha, com a chegada do dr. Vergueiro: melhorar o atendimento, era o "exame de Urina" (inédito na época). O dr. Vergueiro havia se formado, também, em Farmácia, na capital do Estado.

Nessa época Passo Fundo passava a contar com o médico Antônio Caminha que também era farmacêutico; o médico Arnaldo Hoffmann, proprietário da Farmácia Hoffmann e que se tornou famoso por fabricar gasosa de bolinha. Essa farmácia era localizada à Av. Brasil, esquina Bento Gonçalves, ala norte, seria hoje com a frente para o Banco do Brasil, se existisse (atualmente o terreno está vago); o homeopata Gezerino Lucas Annes, progenitor do sr. Píndaro Annes foi proprietário da Farmácia Homeopática, sendo ele mesmo o preparador dos remédios.

Entre os boticários e farmacêuticos, nessa época, temos



conhecimento de Orozimbo Silva, Cesar Sartori e outro que desconhecemos o nome, mas as crônicas da cidade o chamavam de "Doutor Amante da Maria Bolacha"...

O serviço médico do Município foi criado pelo ato n. 239, de 06 de fevereiro de 1915, na gestão do intendente Pedro Lopes de Oliveira. Em 22 de maio de 1939, foi instalado o Posto de Higiene de Passo Fundo, em prédio à Praça Tamandaré, tendo como primeiro médico o dr. Armando Vasconcellos. Mais tarde, na primeira gestão do governador lido Meneghetti, depois de situar-se à Av. Brasil, frente a Prefeitura Velha, já como Centro de Saúde, transportou-se para o prédio sito à rua Fagundes dos Reis, frente ao Colégio Conceição.

Foi chefe desse Centro de Saúde n. 13 o dr. Mario Flores Lopes e, atualmente, o dr. Cyrio M. Nácul.

De 1954 a 1967, um convênio da União com o Município, criou o Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência (SAMDU), sendo médico-chefe o dr. Paulo Fragomeni. Na gestão do prefeito dr. Daniel Dipp foi que surgiu esse convênio.

Com o interesse, pela saúde pública, dos órgãos federais, estaduais e municipais com uma Faculdade de Medicina, com um Hospital Escola no bem aparelhado Hospital S. Vicente de Paulo e com as melhorias médicas e assistenciais dos Hospital da Cidade e Hospital Municipal Dr. Cesar Santos, Passo Fundo faz jus ao seu título de Capital do Planalto.

CARNAVAL MOVIMENTADO

Em 1926 dois clubes se digladiavam para apresentar um melhor carnaval, eram: o Vinte e Um e o Vinte e Cinco. E- Edifício Marília, ambos à Av. Brasil. Chegados os dias dos festejos de "Momo", o presidente do Clube Vinte e Um conseguiu com o intendente municipal concessão exclusiva da Praça Marechal Floriano, para a sua grande passeata (corso),



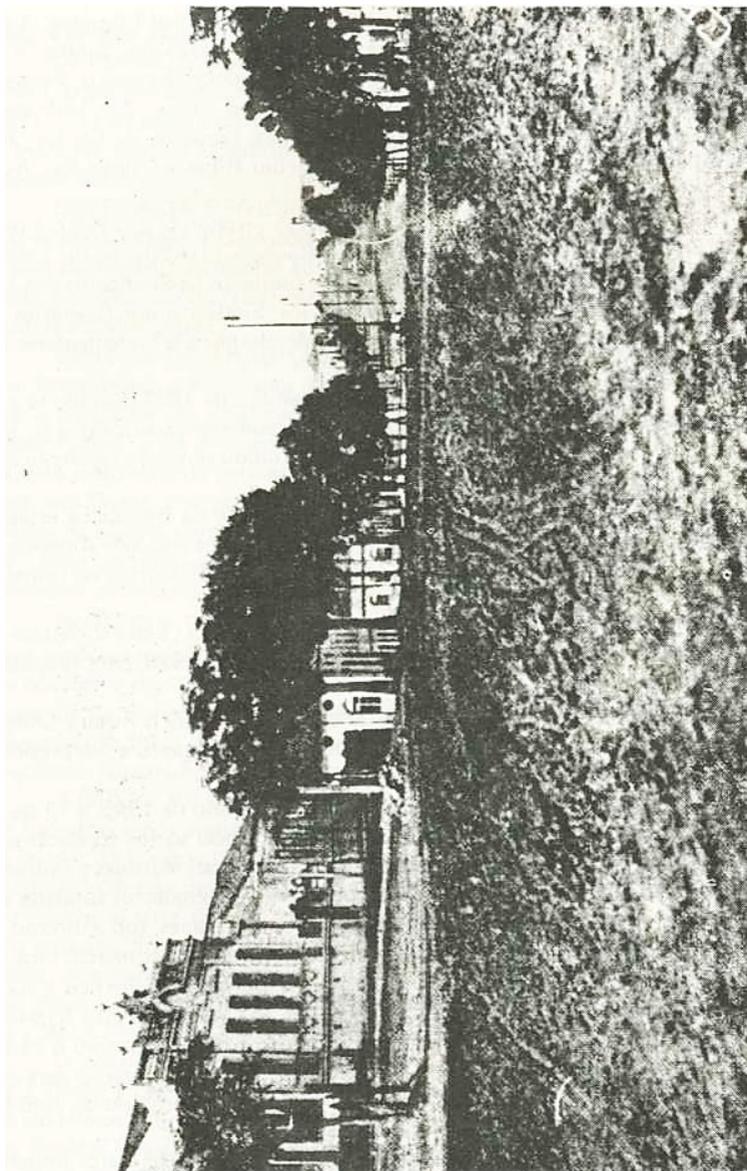
dos carros alegóricos, sendo o carro da rainha uma visão do Egito.

O Clube Vinte e Cinco não se conformou, pois tinha, também, carros alegóricos preparados em segredo e queria fazer a sua passeata no mesmo local. Impetrou, então, um "habeas corpus" ao Juiz da Comarca, que concedeu a ordem impetrada, pois os componentes do Clube Vinte e Cinco não poderiam ficar tolhidos na sua liberdade de locomoção, nas vias públicas, no seu direito incontestável nos folguedos carnavalescos. Ao cair da tarde de domingo de carnaval, realizaram-se as duas grandes passeatas, garantidas pelo delegado Juvenal Xavier que, de cartola, fraque e calças listradas, assistia aos festejos do meio da praça. Os Clubes rivais ao se defrontarem com os carros travaram lutas com serpentinas, confetes e lanças perfumes, como se fosse uma guerra, onde o mais forte iria prevalecer. Após o carso vinha o baile, mas cada um no seu clube.

CIRCULO OPERÁRIO PASSO-FUNDENSE

Três anos após o surgimento em Pelotas (1932), fundou-se o Círculo Operário Passo-fundense, a 14 de julho de 1935, graças a iniciativa do Pe. Carlos Lang e aos esforços de um numeroso grupo de operários. A primeira reunião realizou-se na antiga Sociedade Italiana (hoje Clube Caixeiral e em nova sede. No antigo local hoje





CIDADE DE PASSO FUNDO — AVENIDA BRASIL

se encontram lojas na ala norte 11 em frente a Praça Marechal Floriano. A primeira diretoria ficou assim constituída: Presidente - João dos Santos Sousa; Vice-presidente, Olmiro Pinto; 1.º secretário, Francisco Denovaro; 2.º secretário, José Henrique Novaro; 1.º Tesoureiro, José Dossa; 2.º Tesoureiro, João Nozari; Delegado Geral - Ludovico Della Méa; Comissão de Contas - Henrique Belloli e Willy Innig; Oradores - Dr. Otacilio Ribas e Oflides Pas. Assistente Eclesiástico, Pe. Carlos Lang.

INSTITUTOS E SINDICATOS

Em 1935 instalou-se em Passo Fundo o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB), sendo 1.º presidente o sr. Júlio Fontoura. Em 1937 foram fundados os Sindicatos dos Empregados no Comércio, Sindicato dos Bancários, Sindicato dos Operários em Panificação e Classes Anexas, Sindicato dos Metalúrgicos e Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário.

ASSOCIAÇÃO RURAL

Em 26 de dezembro de 1937, fundou-se a Associação Rural (atual Sindicato Rural), sendo presidente provisório o sr. Inocêncio Schleder. Em 1940, no dia 19 de julho, tomou posse o presidente eleito sr. João Carlos Waihrich.



ESTADO NOVO

Aas eleições para Presidente da República estavam marcadas para 03 de janeiro de 1938, sendo candidatos os srs. Jose Américo de Almeida, Armando Salles de Oliveira e Plinio Salgado, (histórico no primeiro volume de Passo Fundo Através dos Tempos).

SOCIEDADE DE AUXÍLIO AOS NECESSITADOS

Essa sociedade levou a sigla APAN e foi fundada em 09 de novembro de 1938, com finalidade caritativa.

ROTARY CLUB

Foi fundado a 20 de julho de 1939 o Rotary Club de Passo Fundo, tendo à frente o dr. Nicolau de Araújo Vergueiro e 1.o presidente o dr. Tenak Wilson de Souza.

SOCIEDADE FILATÉRICA DA SERRA

No ano de 1945, a 11 de junho foi fundada a Sociedade Filatélica da Serra, sendo sócios fundadores o dr. Cesar José dos Santos, Saul Sperry Cesar, Claud Nozari Marques e outros.

ALBERGUE FABIOLA DORNELES

Esse Albergue foi fundado em 02 de setembro de 1945, à rua 20 de Setembro com Lavapés, sob a direção da Prefeitura e colaboração da Legião Brasileira de Assistência e comércio local.



FRIGORÍFICOS EM PASSO FUNDO

O primeiro frigorífico a fixar-se em Passo Fundo foi o da firma Z. D. Costi e Cia. Ltda. em 30.11.1948, a Av. Mauá, hoje Presidente Vargas. Foi esta indústria que promoveu o bairro no sentido econômico social, cultural e religioso, pois doou terreno para que se construísse a Igreja de São Cristóvão. Conseguiu no governo do dr. lido Meneghetti a criação do Colégio Cecy Leite Costa.

Igreja, Colégio Cecy Leite Costa e Clube, tiveram dele maior impulso. Nas proximidades, um pouco além, foi instalado o segundo frigorífico, denominado "Planaltina", em outubro de 1956, por uma sociedade anônima, tendo à frente, o sr. Felix Sana, seguindo-lhe na administração, o sr. Cyro Marques, Fiorindo Cervieri.

DELEGACIA DO SESI

Tendo por sede o Círculo Operário, sito a Av. Brasil, com Marcelino ramos, foi instalado em passo fundo, a Delegacia do SESI, a 17 de janeiro de 1951, tendo como delegado, o sr. João Andrade, presidente do Círculo Operário e como presidente da Comissão Municipal o sr. Wolmar Salton.

DELEGACIA REGIONAL DE POLICIA

Em fevereiro de 1951 instalou-se nesta cidade a Delegacia Regional de polícia com jurisdição nos municípios da região, atingindo ao norte até o rio Uruguai, sendo seu primeiro titular o sr. Acilino do Nascimento que ocupava, antes, o cargo de Delegado de Polícia do Município.



CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS (CTG) LALAU MIRANDA

Em homenagem a Estanislau de Barros Miranda, forte fazendeiro no município e cultuador do gauchismo, já há alguns decênios falecido, fundou-se em Passo Fundo, a 24 de março de 1952, "Lalau Miranda", cujo movimento para essa realização de caráter tradicionalista, teve a atuação decidida do prof. Antônio Donin. Foi primeiro presidente, "Patrão" dessa entidade o jornalista Múcio de Castro, conhecedor do folclore gaúcho. Já em 1954, o "Lalau Miranda" fazia apresentação gauchesca no Rio de Janeiro, sob o patrocínio da Rádio Nacional, alcançando notoriedade em todo o país.

PRIMEIRA TURMA

Em Cronologia do Ensino em Passo Fundo fazemos uma apreciação do desenvolvimento cultural da cidade, quando deixou de constar o registro da formatura da primeira turma de formandas do Curso Superior de Piano, do então Conservatório Municipal de Música, em 1954, cujo paraninfo foi o dr. Nicolau de Araújo Vergueiro e, como formandas, as seguintes: Noemy Sperry Santos e Lucy Filsa Behrends.

A GREVE BRANCA DAS DONAS DE CASA

Em 1952 a alta constante da carne verde vinha causando inquietação e alarmando as donas de casa. O jornal "O Nacional" em seu comentário propôs que as donas de casa como medida de defesa deviam abster-se de comprá-la, o que viria em detrimento do concessionário do Matadouro Público. A medida proposta teve repercussão popular, marcando-se um



comício no Altar da Pátria, para o dia 06 de agosto, alcançando, também, no dia 04, a adesão dos acadêmicos passo-fundenses: Romeu Martinelli, Firmino Duro, Paulo L. Sperb, Osmar Lengler, Ari Tasca e Mario Frediani que assinaram moção de solidariedade.

O comício começou às 20,30 horas do dia marcado, sendo transmitido pela Rádio Passo Fundo, através da locução de José Lamaison Porto, falando, na oportunidade, as professoras Licínia Pereira Couto, Eva Lopes Prestes, Zaida Duarte, Olga Poletto, sras. Maria de Lourdes Dias, Universina Cruz, Geni Sampaio Borowski, senhoras. Itália Durgante e Marília Bexiga.

As oradoras foram entusiasticamente aplaudidas, bem como as autoridades presentes: dr. Daniel Dipp, prefeito municipal, Tte. Cel. Ernani Ferraz Machado, comandante do 3.º R.C. da Brigada Militar, Acilino do Nascimento delegado Regional de Polícia e sr. Joaquim Gonçalves Braga, delegado de Polícia do Município. No dia seguinte, a greve tomou aspectos inéditos: as donas de casa formaram piquetes, postando-se à frente dos açougues, no centro, nos bairros da cidade, não permitindo a venda do produto, o que determinou severo policiamento nesses locais. Houve tentativa de frustrar essa vigilância o que ocasionou a depredação de um açougue no Boqueirão. A carne destinada ao 1.º/20 RC, para poder ser retirada foi necessário ser enviada segurança no local.

HOMENAGEM A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PASSO FUNDO

Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro de 1921, Passo Fundo contava com a instalação da sua Associação Comercial o que vinha provar, naquela época, a pujança de seu comércio e o seu desenvolvimento industrial. A Ata nº 1 diz o seguinte:



"Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro de mil novecentos e vinte e cinco, presentes os comerciantes e industrialistas abaixo assinalados, por convocação do sr. Gustavo Otto, foi resolvido pelos presentes que se elegeisse a diretoria da Associação Comercial e que em seguida se tratasse da representação do comércio e indústria deste município na Assembleia das Associações Comerciais do Estado, na cidade de Santa Maria, em dois de fevereiro próximo. A presente reunião se realizou na sala do Clube União Comercial. Isto posto são convidados os presentes a elegerem a diretoria da Associação Comercial para o ano que começa. Apresentaram cédulas os sócios presentes, dando o seguinte resultado: Presidente, Gabriel Bastos com 17 votos; vice - Augusto Otto, com 17 votos; 1.o Secretário, Max Ávila, com 19 votos; 2.o - Álvaro Azambuja, com 17 votos; 1.o Tesoureiro, Olintho Oliveira com 18 votos; 2.o, Archimino Miranda, com 17 votos. Comissão de contas: Luiz Langaro, com 17 votos; Otto Bade, com 14 votos; Oribe Marques, com 16 votos. Foi apresentado pelo sr. Gustavo Otto uma circular da Associação Comercial de Uruguaiana na qual, expondo a situação premente do comércio de nosso Estado, convida o comércio deste município para que se faça presente no congresso comercial que realizará no dia dois de fevereiro entrante, na cidade de Santa Maria, a fim de estudar os meios que possam facilitar o comércio e indústria saírem dos embaraços em que se acham. Os sócios presentes concordaram que na reunião convocada para o dia 28 do corrente se trate da nomeação desta representação. Nada mais tendo a tratar encerrou-se a sessão na qual Álvaro Azambuja, 2 o secretário, lavrou a presente ata, e eu Max Ávila, 1.o secretário, copio, do original, que é uma folha de papel almaço que fica devidamente registrada. Seguem assinaturas dos sócios presentes: Álvaro Azambuja, Gabriel Bastos, Olintho Oliveira, Archimino Miranda, Otto Baden, Oribe Marques, Epifânio Ribeiro. Herculano Trindade, Arthur



S. de Oliveira, Polydoro Albuquerque Mondino, Florêncio Delia Méa, C. Rodrigues, Frederico Reichmann A. Penteadó, Innocencio Pinto, João Langaro, Moyses Lima, representando os srs. Arthur Schell Issler, Argemiro Camargo, Loureiro Lima.

Seguem as assinaturas de Gabriel Bastos, Olintho Oliveira, Archimino Miranda, Max Ávila".

Por ocasião das comemorações do 60.o aniversário de fundação, o presidente do clube Comercial enviou a Associação Comercial cumprimentos pela efeméride e fez menção de que foi na sede daquele Clube Comercial que teve lugar o surgimento da Associação Comercial de Passo Fundo. O sr. Celso Gonçalves, presidente do Clube, lembrou, ainda, que o Clube Comercial e a Associação Comercial, ao nascerem tivéramos mesmos ideais - servir aos associados.

Nessa ocasião a Associação Comercial recebeu uma mensagem que passa remos a transcrever:

"Nossa mensagem de gratidão

Enquanto vivemos horas, dias, meses e anos no trabalho permanente, na preocupação de bem servir, colaborando com os Poderes Públicos, canalizando energias e riquezas, valorizando o ser humano como ele é, sem distinções, enquanto cumprimos o dever de nossas profissões, somos também recompensados de múltiplas maneiras.

Uma delas, por exemplo, é a confiança e os estímulos que o comércio, a indústria e os prestadores dos serviços recebem da Associação Comercial de Passo fundo.

Parabéns, Associação Comercial, pelos teus 60 anos bem vividos, bem solidarizados, com a nossa gente, prudente em tuas resoluções, justas nas coisas justas, amiga de todos nós. Somos gratos por tudo o que tens feito e ainda farás, certamente, para o progresso das empresas. Afinal, é para a coletividade que os benefícios retornam.

Finalmente, um abraço amigo neste ano histórico de



1981".

Ass. Wink Representações Ltda. Leonardo Caligrafo, Gama Vestibular, Dal Bianco e Cia. Ltda., Dag Boutique, Celso Gonçalves, Cris Indústria de Plásticos Ltda., Isac Chedid Saud, Farmácia Avenida de Horácio F. dos Santos, Sponchiado Equipamento para Escritórios Ltda., Theofilo Rodrigues Garcia, Arlindo Mader - Teleson, Lavanderia Iza Ltda., Muller e Garcez Ltda. Funerária São Luiz, Gehm Benvegnú e Cia. Ltda.

Presidentes da Associação Comercial: Gabriel Bastos, 1921-1922 Vergilio Porto, 1922-1924; Max Avila, 1924-1928 e 1933 a 1935; Olmiro Bueno, 1935-1936; Arthur Langaro, 1936-1943; Balduino Gehm, 1943-1044;)- Olintho Oliveira, 1944-1946 Nicandro Oltramri, 1946-1947; Wolmar Salton, 1947-1953 Dionísio Langaro, 1953-1957; Conrado Hexsel, 1957-1959; Achilles D'Avila 1959-1961 Adolpho J. Floriani, 1961-1965 - 1969-1973; Ney Vaz da Silva, 1963-1964; Job laione, 1965-1966 Luiz Formighieri, 1966- 1967; Reny Grazziotin, 1967-1969; Ivo Biasuz, 1973-1977; Nilo Femandez 1977-1979-1979-1982.

1981 - A Associação Comercial lançou o arrojado projeto "EXPOSITUR", no Parque da Roselândia, que trará, em médio prazo, recursos que farão de Passo Fundo uma cidade polo de turismo.

PRIMEIRO HOTEL

Em 1889, mais ou menos, surgiu na vila de Passo Fundo, o primeiro hotel, instalado por Pedro Silva. O estabelecimento era o Hotel do Comércio, num vasto e antigo casarão de madeira, em cuja esquina na travessa do Estreito, hoje Capitão Araújo, com Avenida Brasil, havia negócio de balcão do proprietário da casa, sr. Francisco de Matos Muller - o Chico Muller como era conhecido.

O estabelecimento foi extinto no período da Revolução



Federalista.

JORNAIS DE PASSO FUNDO

1 - ECO DA VERDADE

Em 1890 surgiu na Vila o primeiro Jornal, matutino dominical, por iniciativa de Manoel Francisco de Oliveira.

A sede do Jornal era à rua Paissandu, esquina 15 de novembro, ala norte, sendo Teodolino Vilanova o caixista e impressor que fundou a primeira tipografia do Município com o Eco da Verdade. Até então as notícias aqui chegavam com grande atraso, através de jornais da Capital e de Cruz Alta. A redação do Eco da Verdade ficou a cargo do Cel. Gervasio Lucas Annes, a ele aglutinando-se Antônio José Pereira Bastos, Gezerino Lucas Annes, Saturnino Victor de Almeida Pilar, Antônio Manoel de Araújo, Cândido Lopes de Oliveira e Gasparino Lucas Annes.

Com o afastamento do governo do Estado, dr. Júlio Prates de Castilhos o Eco da Verdade (Echo da Verdade) deixou de existir em novembro de 1891.

2 - A VIOLETA

Jornal de efêmera duração, também organizado por Manoel Francisco de Oliveira, que Começou a circular em 1.º de maio de 1891, com o formato de 23 por 33, com quatro páginas e pouca tiragem. Gezerino Lucas Annes foi ativo colaborador.

3 - 17 DE JUNHO

Foi Jornal porta-voz do castilhismo, como folha semanal, quando os ardorosos de Silveira Martins alteavam suas vozes, o que provocou o choque de ideais. Esse jornal foi de



curta duração.

4 - O PALCO

Foi órgão literário do Grêmio Dramático Passofundense e publicou a vivência literária de jovens e adultos voltados para o beletrismo e encenação de peças teatrais. Esse órgão não chegou a alcançar o ano de 1900.

5 - O VIAJANTE

A 1.º de outubro de 1897, surgiu O Viajante, como veículo de propaganda da Loja Serrana de Gabriel Bastos, iniciando, assim, a fase dos reclames.

6 - O GAÚCHO

Surgiu a 11 de março de 1899, em pequeno formato de 35 por 53, com aspecto superior aos que o precederam, com quatro páginas e mensageiros intransigente do Partido Castilhista. Foi um jornal de longa duração, comparando com seus congêneres e abriu, para a imprensa de Passo Fundo, uma nova era, tendo a presença do Cel. Gervásio Lucas Annes. Em 1912, o dr. Nicolau de A. Vergueiro e Jovino da Silva Freitas, ocuparam lugar destacado como seus responsáveis.

Em 1915, teve como diretor Brasilico Gabriel de Oliveira Lima.

7 - O AVANÇA

Surgiu em 1909 e era de propriedade de Queiroz Ribeiro, homem voltado para artes e de requintado humorismo. Já em 1911 havia desaparecido.



8 - O GUISO

Foi seu fundador o sr. J. Vargas e tinha caráter crítico, razão, pelo qual motivo, era visto como grasnador e irônico impiedoso.

9 - O PROGRESSO

Esse jornal foi o verdadeiro seguidor de 17 DE JUNHO, pois servia à causa republicana. Dr. Nicolau de A. Vergueiro e Jovino da Silva Freitas, foram seus baluartes.

10 - A VOZ DA SERRA

Veio a lume em 1916 sob a direção de João Batista Cúrio de Carvalho. Teve grande influência informativa. Foi seu articulista, entre outros, o dr. Antônio Bittencourt de Azambuja, casuísta admirável e de extravagante eloquência.

11 - O REGIME

Fundado por Renato de Sá Brito, foi noticioso de pequena envergadura.

12 - A ÉPOCA

Lançada em 5 de fevereiro de 1921 era patrocinado por Ney de Lima Costa, Herculano Annes e Píndaro Annes.

13 - A VANGUARDA

A 24 de junho de 1923, Ney de Lima Costa fundou A Vanguarda, sendo gerente Marcelino Rodrigues Braga, grande entusiasta dos meios de comunicação impressos.



14 - A LUTA

Jornal contemporâneo de A GAZETA, em 1923, logo desaparecera.

15 - O NACIONAL

A 19 de junho de 1925, o dr. Herculano Annes fundou o jornal O Nacional, dando ao vespertino todos os recursos para melhor servir a sua cidade como órgão de divulgação, dentro de moldes sadios e de pl^wadm gabarito noticioso. Mais tarde tornou-se proprietário de O Nacional, o passofundense Múcio de Castro, que, como lutador invicto, jornalista por vocação, esteve à frente do matutino até o dia 31 de agosto de 1981, quando atacado de mal súbito, veio a falecer.

16 - DIÁRIO DA MANHÃ

A 28 de novembro de 1935 o jornalista Túlio Fontoura fundou o jornal DIÁRIO DA MANHÃ, tendo permanecido como fundador e diretor até o dia 17 de setembro de 1979, quando falecera, após uma rápida enfermidade.

Jornalista emérito, político arguto, embora não passofundense, fez desta terra a sua terra. Logo após a sua fundação à Av. Brasil, instalou-se em sua casa própria.

O PITORESCO NO VELHO PASSO FUNDO

Sob esse título escreve um velho amigo de. Passo Fundo já falecido, há alguns anos, de nome Pedro Silveira Avancini: "... Quando foi inaugurado o telégrafo na Vila do Passo Fundo, em 29 de novembro de 1889, foi seu primeiro encarregado o telegrafista Joaquim Pires de Oliveira..."



"Em 15 de novembro de 1889 os fios do telégrafo estavam entre a Estância Velha e Lassance Cunha, hoje no município de Carazinho. A comissão encarregada da construção da linha e montagem do aparelho telegráfico Morse, da localidade de Lassance Cunha mandou "um próprio" à toda brida vir até a Vila e comunicar a Proclamação da República do Brasil..."

"Mas voltando ao assunto do telégrafo instalado aqui, no dia 29 de novembro de 89, contavam as senhoras mais antigas, que agrupavam-se na janela do telégrafo para ouvir o tiquetaquear do manipulador Morse, sr. Oliveira. Uma senhora, já ida em anos, chegou ao cúmulo de passar um telegrama ao senhor seu marido, que tinha ido a Porto Alegre, uns quinze ou trinta dias atrás, para fazer compras no alto comércio da Capital e não lhe escrevera dando notícias. Para surpreendê-lo a esposa resolveu redigir um despacho telegráfico. Mas... pouco afeita à redação econômica de tal serviço, iniciou assim o seu telegrama que foi transmitido para Porto Alegre: Fulano de Tal. Hotel do Comércio. Porto Alegre. "Meu querido velho. Escrevo-te estas poucas e mal traçadas linhas que desejo que vão te encontrar no gozo da mais perfeita saúde com o fim de dar notícias nossas e de Passo Fundo. Aqui em casa vão todos bem, graças ao nosso bom Deus, eu é que ainda estou com muita dor na perna esquerda por causa de um reumatismo e das chuvaradas que têm caído. Talvez seja a enchente de S. Miguel, que como sabe você, meu velho, às vezes, vem cedo outras tarde como este ano". Etc...

O telegrafista sorriu, aconselhou-a a diminuir o número de palavras, por que sairia caro o telegrama, mas ela insistiu e lá se foi o despacho da esposa aflita..."

"Conheci o cidadão, já falecido, mas não posso jurar sobre a autenticidade do fato. Morava ele na A. Brasil e era tido como homem extraordinariamente "seguro"... Tinha vacas de leite e tirava leite para o gasto da casa e vendia mais alguns litros



a 200 réis. Certa feita, contavam que ele esvaziou um colchão velho de palha de milho no pátio e foi levar as vacas para que elas aproveitassem a ração. E natural, não aceitaram. Um amigo gaiato, esparramou por aí, que seu fulano tinha comprado uns óculos verdes par meter nas vacas e enganá-las, passando a velha palha de milho do colchão, por palha nova, verde e fresca. Esse mesmo cidadão usava um guarda-chuva amarelecido pelo tempo e se jatava que o tinha desde a revolução de 1893..."

"O venerando dr. Lahire Guerra, ou o dr. Leonardo S. Guarita, juiz de Cruz Alta, e substituto de Passo Fundo, quando certa vez presidia uma sessão de Júri, lá por 1917 ou 18, e não me lembro se o Fórum era onde foi a Casa Sonora ou na Av. Brasil, próximo à rua 15 de Novembro, ala sul... procedido o sorteio dos jurados que deveriam servir na época eram cinco, entre eles saiu o nome de um velho morador de Passo Fundo, filho desta terra, homem modesto e bondoso, e na ocasião trazia nas fontes, três ou quatro metades de feijão preto grudadas, com o fito de curar-se da velha dor de cabeça que o atormentava, simpatia muito usual. Chamado pelo Presidente do Júri, pediu para ser excluído, porque estava enfermo e não podia ficar sentado muito tempo... O Juiz perguntou-lhe: Qual a sua doença? Por que não pode sentar-se? - Doutor, eu sofro de escandecência". - Bem, assista os debates e dê o seu voto de pé mesmo e sente-se de quando em vez".

"Certa feita, lá pela década de 1920, um caboclo dos arredores da cidade e com certo prestígio entre os vizinhos, se encontrava na cidade e foi cercado por cabaladores de votos, na ânsia de trazê-lo para o seu grêmio político e para o próximo pleito. O Piraquara teve esta saída para os cabaladores que pertenciam a partidos vários: Puis os três homes são bão mesmo. São tão bãos, que a gente até nem sabe qual é o melhor... a gente fica atrapaído pra escoliê qual dos treis..."

Conta-nos, através de suas publicações, o nosso amigo



Avancini:

"Certa noite estávamos a conversar, na barbearia do João Ortiz, quando o fígaro estaca, de navalha em punho, e passa a contar o susto que na noite anterior havia raspado, junto a um barranco grande" (na época), "em terreno baldio, esquina da rua 7 de Setembro com Moron, ala leste, junto aos trilhos da Viação Férrea" (na época). Os parênteses são da autora.

"- Pois não é que me apareceu o fantasma no barranco, o homem assassinado ali. Bem encostado no barranco... É a terceira vez. Hoje, às nove horas da noite vamos lá ver e vocês vão se certificar, vendo o assassinado com os cabelos compridos, de pé, sério e olhar aflito. Quase morri de medo."

"O Maneco Rosendo" (Manuel Tomaz Rosendo), "nos olhou cético e atalhou".

"Qual. Isso é você que vinha pensando no fato e teve essa visão..."

"No outro dia, era o Maneco que contava que tinha visto o morto no barranco... Todos estupefatos ouviram... mas o Maneco continuou": "Procurei me aproximar, de revólver engatilhado, mas o danado sumiu na escuridão da noite".

"Apesar do fantasma ter sido afugentado lá foram acender velinhas de sebo, por muitos meses, no local mal-assombrado".

Ainda escreve Avancini: "Aproximando-se o dia de S. Miguel, muita gente acampava com barracas, fazedoras de pastéis, leitões assados, galinhas recheadas e outros quitutes, às margens do Pinheiro Torto, junto à capelinha de S. Miguel. A tia Madalena Gorda (remanescente de escravos de Passo Fundo) lá estava tendo já lavado os pés da imagem no rio Passo Fundo, para caírem chuvas... O Clarinho estava com a banda afinada".

Nota da Autora: - O sr. Clarindo Gomes manteve uma afinada banda de música que muito abrilhantou os festejos de



Passo Fundo, no 1.º quarto do presente século.

O nome do maestro era Claro Gomes (Claro Pereira Gomes).

Os trabalhos do sr. Pedro Silveira Avancini foram publicados no jornal DIÁRIO DA MANHÃ.

UM PASSADO DE LUTAS CÍVICAS

Em publicação do jornal O Nacional, nota da Redação, em edição de 115.º aniversário do município de Passo Fundo, lemos o seguinte: "No dia do MUNICÍPIO, torna-se oportuno sublinhar a ação meritória que cidadãos do passado desenvolveram, cumprindo missões relevantes em Passo Fundo e no Estado - com ressonância na vida do País. Foram aqueles homens que souberam escrever magníficas páginas de civismo, atestando um caráter; demonstrando suas virtudes; objetivando uma tarefa meritória, oferecendo serviços de alta valia; afirmando suas convicções; revelando seu elevado espírito público e, de modo significativo, legando exemplos extraordinários aos pósteros; de altivez, dignidade, honradez e lealdade, em épocas tumultuosas. Dentre as figuras desta estirpe está o saudoso cidadão passofundense sr. Manuel Thomaz Rosendo, que, em seu tempo, consagrou-se um verdadeiro benemérito, no exercício das funções que lhe foram confiadas e no pleno cumprimento do dever".

"Buscando elementos em Relatórios do Municípios de Passo Fundo, nas memórias do escritor e historiador passofundense Francisco Antonino Xavier e Oliveira e nos comentários de Pedro Silveira Avancini, através da imprensa local, O Nacional, registra uma síntese biográfica, tributando uma homenagem à memória de Manuel Thomaz Rosendo: "Filho de José Thomaz Rosendo, espanhol, refugiado político de sua pátria, a Espanha, e voluntário a serviço do Brasil na



Guerra do Paraguai, que aqui se radicou em 1870, casando-se com Leduina Neckel, filha de Mathias Neckel (alemão que aqui chegara, juntamente com seu irmão João Neckel, após a pacificação da Província em 1845".

"Nasceu Manuel Thomaz Rosendo (apelido Maneco), no dia 30 de novembro de 1877, à rua do Comércio, hoje Av. Brasil, no local onde, atualmente, se encontra a Associação Rural (esquina 10 de Abril).

"Foi companheiro de escola do saudoso Antonino Xavier e aluno de Eduardo Augusto de Souza Brito (Eduardo de Brito), tendo chegado até os conhecimentos de escrituração mercantil e música. Aos 16 anos de idade inscreveu-se nas fileiras legalistas, como voluntário na fratricida Revolução de 1893 tendo lutado no célebre combate do Passo da Areia, a oito de fevereiro de 1893, quando vencidos os federalistas, os adversários presos foram passados pelas armas. Manuel Rosendo, sentindo o drama dos moradores, da já então cidade, que apavorada pelos gritos dolorosos da chacina do inimigo vencido, obteve licença do comandante de sua coluna, para convocar a banda do esquadrão e, assim, tocaram durante seis horas consecutivas para abafarem os clamores da matança".

"A partir de 1898 foi secretário particular do engenheiro francês dr. Foucher, no período da construção da estrada de ferro Rio Grande-São Paulo, quando teve oportunidade de estudar francês e dominar corretamente esse idioma. Foi chefe do Correio, de 1919 a 1922, tendo carro próprio na Viação Férrea, quando foi responsável pela correspondência, desde Santa Maria até Itararé, em São Paulo. O trem em que fazia esse trabalho, era conhecido como o trem do Maneco".

"Por razões políticas, em 1922, exilou-se no Paraná, deixando em Passo Fundo sua esposa, da. Universina Ribas Rosendo e sua filha Delma Ribas Rosendo. Em Porto União (PR) manteve agência lotérica que distribuía para o sul do País



todo o movimento da Loteria Federal.

Em 1924, retornando, foi exercer o cargo de subdelegado e subintendente do distrito de Boa Esperança, hoje município de Colorado. Na ocasião, em 1930, organizou, na sua zona, um corpo provisório e com o posto de capitão seguiu para a fronteira do Paraná em defesa dos interesses do Rio Grande".

"Desligou-se de Boa Esperança em 1931, em consequência da emancipação de Carazinho, dizendo: "Só sirvo a causa de Passo Fundo".

"Em 1932 assumiu a subdelegacia e subintendência de Sarandi, na época distrito de Passo Fundo, quando, juntamente com seu amigo, dr. Nicolau de Araújo Vergueiro, por declararem não estar de acordo com a revolução que iria contra São Paulo e tudo fariam para levantar uma contra-revolução, foram ambos presos por Walzumiro Dutra. Manuel T. Rosendo foi posto em sala livre no quartel da tropa federal 8.o R.I., aqui em Passo Fundo. Aí permaneceu até a anistia concedida pelo governo do dr. Getúlio Vargas. Foram palavras textuais do Cel. Walmir Dutra: "Este espanhol é indomável". Foi um dos passofundenses aceito na Sociedade Italiana de Mútuo Socorro - Societá Italiana di Mutuo Socorro, fundada a 26 de maio de 1901 com direito a votar. Participou da fundação do Clube Comercial, fundado em 28 de abril de 1912 e sócio fundador do Hospital de Caridade, hoje Hospital da Cidade, fundado em 20 de julho de 1914. Por ocasião da epidemia - gripe espanhola - em 1917, pôs à disposição do Governo do Município, uma certa quantia em dinheiro, para serem socorridos com medicamentos, alimentos e despesas funerárias, as pessoas provadamente necessitadas".

"Em 1936, mudado o panorama político, assumiu a subdelegacia e subprefeitura do então distrito de Sertão, onde, na data de 14 de julho, em pleno exercício de suas funções, foi acometido de mal súbito, tendo falecido aos 58 anos de idade. Seu corpo foi trasladado de Sertão para Passo Fundo, num



carro da Viação Férrea (ironia do destino - um carro correio), quando foi velado em sua residência à rua Moron, esquina com 15 de Novembro".

"Silveira Avancini, grande amigo do Maneco, assevera em suas memórias "O Maneco era um grande filósofo".

"Tinha por hábito frisar entre os seus familiares. Quem ajuda se ajuda, pois é só pelo bem comum que encontramos o nosso próprio bem".

"Contraíu núpcias a cinco de outubro de 1917 com Universina de Souza Ribas, natural de Santa Maria. Do casal houve duas filhas: Dela Ribas Rosendo (hoje Dela Rosendo Gema) e Dalva Ribas Rosendo (hoje Dalva Rosem do Montano), residente em Porto Alegre".

Em depoimento verbal asseverou o saudoso Zamorim Kurt Barbosa (também descendente, por parte de mãe, da linha Becel): "O Maneco, na batalha do pulador, no alto da coxilha do campo dos Melos participou do uso da metralhadora que naquele dia 26 de junho de 1894, fazia seu batismo contra as tropas federalistas, que no mesmo campo, próximo à cidade empenharam-se em tremendo entrevero. O Maneco, rapaz novo, levou um balaço na perna, mas só veio a dar-se conta no dia seguinte, porque a perna estava inchando. Ironia do destino, naquele encontro de dois ferozes adversários, no campo federalista lutou Quirino Ribas, lugar tenente de Gumercindo Saraiva (o certo é Saravia), que mais tarde viria a ser sogro de Maneco".

Nota da Autora: O dr. Nelson Ehlers, prefeito de Passo Fundo, a quem meu pai era muito ligado por laços políticos e funcionais, entre outras palavras, no Cemitério local, disse: ' O Maneco passou, apenas com 58 anos de idade, mas sua memória não passará, pois será exemplo para seus pósteros". Cabe-nos aqui um gesto de gratidão ao vereador Dino Rosa, que em 1972 solicitou e conseguiu aprovação da Câmara de



Vereadores para que fosse dado o nome de Manuel Thomaz Rosendo a uma rua do Distrito Industrial na Vila Petrópolis, o que muito nos comoveu, pois assistimos a colocação da placa, momento em que sentimos o passado tornado presente. Obrigada Vereador.

VALORES NOSSOS DE OUTRAS TERRAS

1 - ORMINO DE FREITAS UBALDO "MÚSICA"

Nasceu no dia 25 de abril de 1880 em Soledade.

Filho único de Antônio de Freitas Ubaldo e Flora de Almeida Ubaldo.

Aos cinco anos, iniciou o estudo de Música com o professor Querino Barbosa, dedicando-se ao violão e bandolim.

Deste estudo, aos poucos foi se aplicando ao acordeão, violino, piano, flauta, clarineta, violão-celo e muitos outros instrumentos musicais.

Com o decorrer dos anos, foi adquirindo cada vez mais conhecimentos conseguindo executar e lecionar todo e qualquer instrumento musical, por música.

Em maio de 1921, transferiu residência com sua família para Passo Fundo, a fim de proporcionar melhores condições de estudos para seus filhos.

Assumiu a regência da Orquestra do Cinema Central, e mais tarde do Cinema Coliseu.

Parte desta Orquestra era formada por seus filhos e sobrinhos.

Iniciou seu trabalho, dando aulas de música na residência dos alunos.



Mais tarde, registrou sua Escola, denominada "Estudantina Santa Cecília" em sua residência.

Regeu por vários anos, sem remuneração, o Coral da Igreja Nossa Senhora da Conceição.

Lecionou no Colégio Notre Dame, Colégio Nossa Senhora da Conceição Instituto Educacional e no Quartel do Exército, 8.o R.I.

Foi um dos idealizadores do Instituto de Artes, tendo a sua disposição à escolha de uma Cadeira no Conservatório de Passo Fundo, mas dado ao seu estado de saúde, não pode aceitar.

Apenas tomou parte nas Bancas de Exames, que naquela época eram formadas por Professores vindos de Porto Alegre e daqui.

Parte dos Professores que formaram o Corpo Docente do Conservatório, foram alunos do professor Ormino de Freitas Ubaldo.

Na primeira turma de formandos do Conservatório, teve um único formando: Léo de Prieto Rosa.

Este iniciou e terminou seus estudos com o professor Ormino de Freitas Ubaldo.

Na Estudantina Santa Cecília, os alunos recebiam o Curso Preparatório ao Curso superior de Música, os quais, mediante Exame de Seleção, ingressaram no Conservatório, com ótimas classificações.

Como testemunhas, teve seus netos Ruy Jorge de Freitas Barros e Mary Caetano Costa.

Dedicou sua vida, totalmente à música; primeiro tinha uma Orquestra formada com seus filhos e sobrinhos; depois com seus netos e alunos, e com estes, apresentava semanalmente um programa muito agradável na Rádio Passo fundo, época em que era gerente o jornalista Maurício Sirotsky Sobrinho.

Dava a sua colaboração, sempre que solicitado.



Deixou inúmeras composições musicais, as quais se acham com seus familiares.

Lecionou em Passo Fundo, três gerações de 1921 a 1957. Faleceu no dia 23 de março de 1964.

Um grupo de seus ex-alunos, prestaram-lhe uma homenagem na hora em que baixava a sepultura.

Ouviu-se o som de violinos e violões, executando valsas as quais o dedicado mestre lhes havia ensinado".

Os dados biográficos do sr. Ormino de Freitas Ubaldo foram conseguidos por gentileza de seus familiares.

2 - ANA LUIZA E SUA VIDA SIMPLES E BELA

A ilustre poetisa passo-fundense Ziza de Araújo Trein, homenageou a inesquecível mestra D. Zoca com uma bela página literária, quando foi empossada na Academia Passo-fundense de Letras e este trabalho estamos transcrevendo.

- "ANA LUIZA E SUA VIDA SIMPLES E BELA - Agora é com profundo respeito, mais que respeito, é com veneração que passo a ler a biografia da ilustre Dama que deu o nome à Cadeira que ora ocupo. Vida simples, como simples foi sua alma.

No dia 29 de abril de 1879, na cidade de São Gabriel, o casal Pedro Ferrão e Joaquina Ferrão viu seu lar enriquecido com a chegada de bebê que, na pia batismal, recebeu o nome de Ana Luiza. Seu nome completo era; Ana Luiza Ferrão Teixeira.

Dezesseis anos mais tarde, 11 de novembro de 1895, Ana Luiza quase uma menina, recebia seu diploma de normalista pela antiga Escola Normal do Estado e, a 27 de março de 1896, era nomeada para reger interinamente a cadeira do sexo feminino na então Vila da Palmeira.

Assumiu esta cadeira, em 1.º de julho de 1896. Entretanto, a 2 de fevereiro de 1897, em virtude do artigo 1.º



das disposições transitórias do Decreto n. 89, do mesmo dia e ano, foi efetivada no cargo.

Em 31 de outubro do mesmo ano, em segunda nomeação, foi designada para reger interinamente, a cadeira da mesma Vila. E, a 15 de junho de 1898, foi transferida para Passo Fundo, a fim de reger efetivamente a segunda Escola do mesmo sexo feminino de segunda entrância.

Para assumir esta nova incumbência, foi-lhe conferida uma prorrogação de 4 meses por motivos de saúde.

Em 1896, quando veio para Passo Fundo, já estava casada com o sr. Mathias Teixeira, representante comercial.

A 8 de julho de 1907, foi nomeada para reger a primeira escola mista da segunda entrância.

Em 1.º de maio de 1911, foi nomeada para reger a primeira classe do sexo feminino do Colégio Elementar desta cidade, na forma do artigo 6.º do Decreto n. 1479 de 26 de maio de 1909.

De 1898 a 1911, no Colégio Elementar, Dona Zoca, nome afetivo pelo qual a professora Ana Luiza era conhecida, lecionou os três primeiros anos.

De 1.º a 31 de março de 1911, esteve em licença para tratamento de saúde, licença que foi prorrogada por mais três meses, mas de cuja metade desistiu por não mais ser necessário.

Em 1922, lecionou o sexto e o sétimo anos que correspondem hoje ao primeiro grau completo.

Professora Zoca, como auto didática que era, lecionava todas as matérias Português, Aritmética, Estudos Sociais, Música, Desenho e Artes Domésticas, eram disciplinas que conhecia a fundo e ministrava com prazer.

Mantinha aos sábados, aulas de civismo e aulas de declamação com teoria rítmica.

Comentava, com conhecimento, trechos bíblicos, associando-os com a vida e com princípios sociais, até mesmo



da higiene.

Quando em vida, em Palmeira, dona Zoca fez parte da Sociedade Beneficente de Senhoras, onde, com frequência, pelo uso da palavra, o que não lhe era difícil, influiu ponderavelmente.

Além de outras atividades desenvolvidas nesta cidade, foi sócia fundadora do Hospital da Cidade.

Era sócia benemerita da Maçonaria onde era recebida como Veneranda.

Não obstante pertencer à elite literária do seu tempo. Dona Zoca não deixou bagagem literária, nem no campo da Pedagogia ou da Didática. Mas escreveu trabalhos literários diversos por jornais.

Devia ser considerada fundadora do Colégio Elementar de Passo Fundo, hoje. Grupo Escolar Protásio Alves, pois nele lecionou desde a sua fundação até 1935, quando se aposentou.

Aposentou-se após ter exercido o magistério por 40 anos: 7 anos na antiga Vila de Palmeira e 33 anos em Passo Fundo.

Faleceu em Porto Alegre, em março de 1940, aos 61 anos de idade, deixando os seguintes filhos:

Olavo Terras Teixeira (falecido)

Stela Teixeira Corá (falecida)

General Rafael Ferrão Teixeira

Antônio Ferrão Teixeira (falecido)

Rita Ferrão Teixeira (falecida)

Ondina Ferrão Teixeira (falecida)

Mathias Ferrão Teixeira (falecido)

Ana Luiza Ferrão Teixeira (falecida)

Pedro Ferrão Teixeira

Coronel Eugênio Ferrão Teixeira

Dez filhos. Que bênção divina. Destes, apenas 3 ainda vivem. Todos eles homens e mulheres, foram ou ainda são o exemplo vivo daquela mãe que sempre colocou acima de tudo



a dignidade e o dever.

Como se vê pelo laconismo das datas e dos dados desta biografia, bem como, pouco nos contam do ser humano que foi Dona Zoca. Não falam da beleza da alma e do grande coração daquela mulher que, como ninguém até hoje soube ser mestra entre as mestras.

Por trás deste resumo biográfico, vamos encontrar o ser humano a figura ímpar da professora que jamais traumatizou um aluno ao admoestá-lo. Sua voz era sempre suave, suas palavras brandas, seu rosto expressava bondade e seu olhar carinho.

Nunca soube repreender, mas, como sabia aconselhar.

Educava pelo exemplo, na sua maneira de ser e até de se trajar. Um dos seus hábitos, que suas ex-alunas não esqueceram é que ela sempre usava chapéu. Tirava o chapéu, punha-o de lado na mesa e dava início à aula. Vestia-se modesta, mas impecavelmente.

Seus sapatos, ainda que com meia-sola, sempre limpos e jamais acalcanhados ou com saltos estragados e suas vestes, rigorosamente azeitadas, davam-lhe um aspecto de capricho e de sobriedade.

Tinha um admirável equilíbrio emocional. Nunca deixava transparecer os seus problemas, nem tampouco os transferia, o que é muito difícil.

Espírito religioso, via no sacrifício do dia a dia a sua própria evolução.

Humilde e submissa, dava o exemplo de hierarquia. Era a primeira a cumprir o que mandava.

Modesta com elegância. Sábia com sutileza. Era uma mulher sem vaidade.

Via, em cada filho, uma massa que devia ser bem plasmada. Todos os seus alunos eram tratados com o mesmo carinho e com o mesmo desvelo.



Não distinguia os filhos das famílias abastadas daqueles que vinham de lares menos aquinhoados.

Sei porque é experiência própria. Eu fui uma menina pobre e tímida: filha única, criada sozinha, estudando em casa com meu pai, depois com a professora particular.

Quando fui para o Colégio Elementar, fiquei na aula da professora Zoca. Se não fosse ela não eu o que seria de mim. Aquele bando de crianças ao meu redor na hora do recreio, os colegas rindo de mim na aula das coisas erradas que eu dizia ou fazia. Era um mundo completamente diferente do meu.

Como me sentia infeliz.

Dona Zoca, percebendo o que estava se passando comigo tornou-se para mim uma espécie de mãe, de refúgio, demonstrando sempre carinho e compreensão. Assim continuou até depois de eu haver superado essa fase de adaptação.

Eis porque escolhi esta Academia para perpetuar o nome de Dona Zoca além de ser um tributo de gratidão e também um preito de saudade à minha querida professora: essa mulher insigne que soube ser mãe, ser esposa e mais que tudo, uma educadora por excelência.

NOTA: Ensaio literário apresentado na Academia Passo-fundense de Letras, em outubro de 1976, pela poetisa Ziza de Araújo Trein.

3 - GUILHERMINA BORGES - PRECURSORA DAS ARTES PLÁSTICAS DE PASSO FUNDO

Belíssimo trabalho e justíssima homenagem compilado pela prof. Marina S. Spalding e que, com sua licença será transcrito neste 2.o Volume - Passo Fundo Através do Tempo. - "Quem teve a felicidade de conhecer pessoalmente Guilhermina Borges, pode aquilatar seus grandes valores tanto artísticos como pessoais.



Seus trabalhos de pintura a óleo, refletem a calma, o produto de sua meditação; produto de longos anos de dedicação, vindo do mundo interior da artista que foi a precursora das Artes Plásticas em Passo Fundo.

Filha de Ludwig Zugel e Guilhermina Zugel, nasceu em Stuttgart, Wurtemberg, na Alemanha, em 1.º de novembro de 1884.

Com a idade de 15 anos, veio para o Brasil, juntamente com seus pais, quatro irmãs e dois irmãos, em fins do século passado. Seus familiares exerciam profissões artísticas, decoradores e escultores, com certificado de profissionais.

Devido à grande propaganda que se fazia na Europa, naquela época, sobre a América do Sul, como sendo um verdadeiro "El Dourado", aliada ao grande amor à natureza e a largueza de espaços, decidiram transferir-se para o Brasil. Ainda que tivessem profissão definida e rendosa, como a de pintores e decoradores sendo também donos da propriedade onde moravam, não titubearam em vender tudo o que possuíam, para rumarem à terra "onde emanava o leite e o mel..", como evidenciavam os reclames na Europa sobre o nosso país.

Quando de sua chegada em Porto Alegre, foram despojados, por vigaristas de todo o dinheiro que traziam consigo, mudando assim toda a programação por eles delineada, com muito estudo e muito carinho.

Não vieram como imigrantes, pois pagaram suas passagens e fretes de seus pertences. Fixaram-se com toda sua família em Neu-Wurttemberg, hoje Panambi no Rio Grande do Sul.

Guilhermina realizou em Stuttgart o seu curso fundamental e logo após foi encaminhada, por seus diretores de escola, para a Escola de Belas Artes dessa cidade. Frequentou o Belas Artes até sua vinda para o Brasil. O ensino na Europa dava muita importância aos cursos profissionalizantes, de



acordo com as suas aptidões dos alunos.

A chantagem dos vigaristas, transformou os planos da família, sendo que seu pai teve que retomar a profissão de pintor, escultor e decorador, para manter sua família. Percorreu diversas cidades do Rio Grande do Sul, pintando quadros, decorando com relevos à gesso. Realizou esse trabalho sempre acompanhado de sua filha Guilhermina que, trepava também em escadas, andaimes, trabalhava nos acabamentos mais exigentes, de painéis, quadros, letreiros, pinturas a ouro em pó, ornatos, etc.

Por meio de pesquisa realizada, encontrei, na Avenida Brasil, na escada alta, em frente a Academia Passo-fundense de Letras, um painel, no teto de uma residência muito antiga, representando anjinhos, envolvido por festões de rosas, obra esta realizada por Guilhermina e seu pai. A obra é uma perfeição de beleza e técnica; tintas preparadas pelos próprios artistas, incluindo ouro em pó, pinceladas sobre os cabelos e asas dos anjinhos. Considero esta obra uma verdadeira relíquia, pois, além de arte na disposição do painel, estas técnicas e materiais jamais serão utilizados.

Na mesma casa, em outra dependência, encontrei faixas decorativas coloridas, também obra de Guilhermina e seu pai.

Em Passo Fundo, nos idos do começo do século, quando a cidade ainda tinha seu centro no Boqueirão e o cemitério era onde atualmente é a quadra do Edifício Planalto, muitas residências de importantes e tradicionais foram por eles decoradas. A antiga capelinha localizada no local onde se encontra hoje a Catedral, foi atelier de pintura e restauração de imagens de santos. Ali foram restauradas várias imagens, antes de serem transladadas para a Igreja Matriz, trabalhos estes realizados por Guilhermina e seu pai, que foram contratados para este mister.

No começo do século, Guilhermina casou-se com o



português, de Bragança, cantareiro e escultor de profissão, José Maria Borges, falecido em 1923. Desse casamento resultaram seis filhos, sendo do sexo feminino, cinco e um do sexo masculino; três de suas filhas são professoras de Desenho e Artes Plásticas.

Depois de casada organizou um curso particular de desenho e pintura em Cruz Alta, transferindo-se em 1915 para Passo Fundo, onde continuou com suas aulas. Seu atelier era sua própria residência e localizava-se no espaço logo abaixo do edifício independência, onde hoje funciona o Pronto Socorro de Fraturas. Lecionou particularmente por mais de quarenta anos e por vinte e três anos foi professora no Instituto Ginásial, hoje Instituto Educacional. Seu grupo de alunas particulares era formado por moças de elite passo-fundense a quem efetivamente chamava de "as minhas moças da pintura".

Sua pintura era acadêmica e tinha grande preferência pelas flores, principalmente rosas, que sabia como raramente alguém, imaginá-las nos mais encantadores lugares, em ramalhetes ou festões de colorido suave e variado, de pétalas diáfnas e orvalhadas. Além de rosas pintava também fauna, natureza morta e figura humana.

Na sua grande criatividade vislumbrava, por antecedência na tela, tudo o que imaginava dando-lhes o colorido apropriado, proporções adequadas e acabamento exigido. Transpunha todas as dificuldades que encontrava, fazia pincéis de pelo de gato e preparava a mistura das tintas. Nunca desanimou e nem desistiu mesmo que a obtenção do material fosse tão difícil, numa cidade paupérrima e despojada de todo e qualquer recurso artístico, como era Passo Fundo, na época.

Foi sempre muito simples, mas de imaginação ardente e ideias agigantadas para seu aparente corpo frágil.

Idealizou a criação da primeira escola de Belas Artes de nossa cidade e, juntamente com suas filhas, professoras'



Adelaide Barbosa, Cecília INEP, Laura Felizardo e mais os professores» Cecília Zingando Amaral, Vera Nicolodi e Sabino Santos, tornou realidade seu grande sonho, a fundação da Escola Municipal de belas Artes, cuja inauguração foi oficializada em 08 de setembro de 1952.

Guilhermina Borges foi escolhida "Patrono da Escola", e, em uma de suas frases de seu discurso de agradecimento ela disse: (Foi porta-voz de seu discurso, sua filha Cecilia Kneipp) "arte bem orientada, eleva, dignifica, aproxima a criatura do seu criador", e, mais adiante "os professores devem reconhecer os devidos valores de seus alunos, orientando-os para rumos elevados da arte e não esqueçam que não se criam valores essa é obra de Deus - e sim, só se desenvolve valores que podem estar latentes, só se orientam valores - essa obra é dos professores. Há também o caso de alunos que tem muito talento, que são muito mais dotados que os professores. Que para esses ainda que precisem de nossa orientação, possamos dizer, reconhecendo o quê outros já disseram - eles começam por onde eu acabo.'

Estas foram as palavras de uma anciã^ que dedicou sua vida, à glorificação da arte. Eis o que precisamos e que devemos à juventude de hoje, para orientá-la nos caminhos do futuro, sempre árduo, e que demandam trabalhos paciência e dedicação.

Depois de aposentada no Instituto Educacional, deixou também as aulas particulares. Não esqueceu nunca seu ex-alunos e continuou pintando, sem parar até a véspera de sua morte quando pintou até às seis horas da tarde, vindo a falecer na manhã do dia seguinte, 22 de dezembro de 1979, com a avançada idade de 95 anos.

Guilhermina Borges nunca fez uma exposição individual de seus trabalhos, mas sua própria residência constituiu-se em galeria com exposição permanente, devido à quantidade enorme de obras suas, expostas pelas paredes, abrindo-se totalmente.



Morreu sem queixumes, sem reivindicações, como os justos morrem, dizem suas filhas. Deu a todos que a rodeavam muito mais do que tinha para dar, exaurindo-se na plenitude da doação. Nada ficou a dever a este mundo conturbado, mas também encantador, onde, dizia, "é preciso inebriar-se com o que é belo, o bom acima de tudo".

Não poderia concluir este trabalho, sem anunciar que os familiares de Guilhermina Borges já contam com uma herdeira de seus dotes artísticos, que é sua bisneta Paula Renata Cerratti, que com apenas sete anos de idade já recebeu, fora do Brasil, uma menção honrosa, em uma "Exposição Internacional de Desenho Infantil", realizado no ano de 1980, na Coréia do Sul, Japão. Seu trabalho, premiado leva o título: "Primavera". Nós passo-fundenses devemos nos sentir muito orgulhosos deste acontecimento, por vermos em Paula Renata a promessa de continuidade de dedicação ao desenho e pintura que teve, Guilhermina Borges.

Na biografia desta artista, vemos o que precisa praticar quem deseja aperfeiçoar-se através da arte. São ensinamentos, que muito exaltam quem os ministrou, para o maior engrandecimento de Passo Fundo".

Estas páginas de carinho que lembram o vulto incontestado de D. Guilhermina, esta pesquisa de valor cultural e artístico-literário, foi compilado pela inteligente professora e escritora - MARINA SCHARDONG SPALDING e com sua aquiescência incluímos entre os Valores Nossos de Outras Terras.

D. Guilhermina contou com os seguintes filhos: Eulalia Borges; Adelaide B. Barbisan, Cecília Borges Kneipp, Rosa Kilmar, Laura Borges Felizardo, Luiz Borges.

4 - DR. ARTHUR DE OLIVEIRA LEITE

Nasceu na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande



do Sul, a 03 de fevereiro de 1889, filho de Arthur de Oliveira Leite e de Isolina Telles Leite (ambos portugueses).

Desde menino mostrou-se inclinado pela Marinha. Aos 16 anos, fez algumas viagens no vapor "Campeiro", pertencente a firma Corrêa Leite e Cia. da qual seu tio era sócio, com o fim de se familiarizar com a vida do mar. Uma das viagens levou-o a Pernambuco, ocasião em que ao embarcar ou desembarcar, num bonde, contundiou-se numa perna, daí resultando, mais tarde, uma infecção que o levou a ser operado pelo dr. Berchon, que lhe amputou parte do pelo que fez abandonar os projetos relativos a Marinha.

Fez seus estudos primários no Colégio Stela Maris, em Rio Grande, bem como no Colégio Ernest (é um Colégio Católico em São Leopoldo). Coursou a Faculdade de Medicina de Porto Alegre, formando-se em 25 de novembro de 1916.

Tendo familiares na França, recebia com frequência, novidades de literatura médica e instrumentos cirúrgicos adquiridos na Suíça, dando-lhe, assim oportunidade de capacitar-se na França, mas não foi possível.

A tese inaugural por ele apresentada, cadeira de terapêutica, foi Tratamento das Hemorragias pela Pituitrina, aprovada plenamente. A comissão examinadora era composta: Prof. Diogo Ferraz, presidente, Prof. Dias Campos, e prof. Alberto de Souza.

O dr. Arthur Leite foi ex-interno da 1a. Cadeira de Clínica Cirúrgica (prof. Wallaur); ex-interno da Cadeira de Clínica Médica (prof. Maçon.); ex-interno da Cadeira de Clínica Cirúrgica (prod. Falh); ex-interno do Ambula tório Médico (prof. Freitas e Castro).

Dr. Arthur Leite fez de Passo Fundo sua terra, casando-se com Dona Isaura Thevenet. Do casal houve os seguintes filhos: Prof. Suzana Leite Einloft, Aloisio Leite, Maria Leite



Lopes, Arthur Oliveira Leite Neto.

Dr. Leite foi médico da municipalidade, onde sempre demonstrou carinho pelo seu trabalho e calor humano com os seus clientes.

Fez da Medicina um sacerdócio, vendo no cliente um necessitado e jamais estradulando o valor do seu trabalho.

Desde o início de sua carreira viveu aqui em Passo Fundo dando assistência aos Hospitais, que nasciam: São Vicente e de Caridade (hoje da Cidade). Tornou-se o médico de família de centenas de passo-fundendese. Fazia a vontade de seus atendidos como médico e como amigo, não poupando madrugadas de chuvas, geadas sempre que solicitado.

Todos os movimentos em prol da Saúde Pública que aqui foram trata dos, o dr. Leite sempre participou, doando-se com amor, sem jamais fazer do cifrão (\$) a sua meta final.

Seu tesouro foi a esposa e os filhos a quem procurou educar e instruir nos melhores moldes humanos e cristãos.

Atacado de um mal súbito, faleceu em 1941, no dia 25 de abril sendo ainda médico do município

Respondeu, temporariamente, pelo Posto de Higiene local (hoje Centro de Saúde).

Sua morte foi muito sentida e o seu enterro foi acompanhado por grande número de pessoas que a ele deviam saúde, e eterno agradecimento.

Viveu o dr. Leite para aliviar sofrimentos e sanear Passo Fundo.

Sua memória não será esquecida.

5 - CEL. GERVÁSIO LUCAS ANNES

Nasceu em Cruz alta, no dia 10 de abril de 1853, filho de João Lucas Annes e Gertrudes do Pilar Annes.

Com 17 anos de idade, em 1870, rumou para Passo



Fundo, sendo nomeado escrivão da Coletoria Estadual. Ao lado do trabalho, pari-passu às suas responsabilidades de funcionário público, dedicou-se aos estudos, galgando o direito de advogar.

Em 28 de março consorciou-se com Da. Etelvina Emília Schell de Araújo, havendo os seguintes filhos: Armando Araújo Annes (Intendente e Prefeito de Passo fundo, somando 3 legislaturas). Branca Annes Gonçalves, Antenor Annes, Morena Annes Di Primio, Herculano Araújo Annes (advogado e jornalista - fundou o jornal "O Nacional"), Gervasio Araújo Annes (ocupou cargos públicos no Executivo local, delegado de Polícia no período de 1924 a 1928, comerciante, proprietário e presidente do Hospital da Cidade há mais de um decênio, participando de sua administração desde 1932).

São netos do Cel. Gervasio: Helena Annes Salton, e Carlos Annes; Paulo, Carlos e Raul Gonçalves; Carlos Eugênio, Raúl, Gervasio e Diva Di Primo, Flavio, Antenor, Murilo e Branca Annes' Alberto Oliveira Annes e Alceu Oliveira Annes.

Tendo viuvado em 1902, consorciou-se, mais ou menos, em 1906, com Da. Ambrosina Pinto de Moraes Silveira (também viúva), tendo havido uma filha - Lourdes -.

O Cel. Gervasio desde que aportou em Passo Fundo, ligou-se ao Partido Conservador, que tinha como forte rival o Partido Liberal, chefiado por Prestes Guimarães. O Cel. Gervasio, moço pleno de energia física e intelectual, desde logo abriu luta com o partido adversário. Com a ascensão ao poder, em junho de 1889, do gabinete Ouro Preto, os conservadores de Passo Fundo, que já tinham um chefe, o Cel. Gervasio, aderiram ao então pequeno Partido Republicano. A este Partido, levados pela propaganda vibrante do Cel. Gervasio, aderiram grande número de liberais.

Proclamada a República em 15.11.1889, o Cel. Gervasio passou a ser o 1.º chefe republicano de Passo Fundo.

Ocupou o cargo de Promotor Público, onde sempre se



houve com lisura. Em 1893, com a luta fratricida que enlutou o Rio Grande, sendo Passo Fundo palco de combates ferozes, encontros armados e uma batalha decisiva, o Cel. Gervasio, por decreto n. 391, de 31 de agosto de 1893 foi nomeado Cel. Comandante da Guarda Nacional da Comarca.

Foi fundador do jornal "O Eco da Verdade". Fez parte da fundação do Clube Literário "Amor à Instrução", integrando-se, em 1897 à fundação do Clube Literário Recreativo.

Fez parte da comissão que, em 1891, elaborou o plano da constituição do município, de acordo com a constituição do Estado. Tomou assento na Assembleia do Estado, em 1891, eleito por sufrágio direto por 4 anos tendo, nesse mesmo ano participado da discussão e votação da Carta de 14 de julho.

Em 1892 chefiou a defesa da cidade ameaçada pelos revolucionários. Em 20 de novembro desse ano foi eleito para representar Passo Fundo na convenção rio-grandense, de caráter partidário.

Em 10 de abril de 1891, o Governo do Estado, dr. Fernando Abbot em homenagem aos seus feitos, elevou a vila do Passo Fundo, à categoria de Cidade, dia de seu natalício.

Ainda em 1892 dirigiu o jornal "17 de Junho", que veio substituir o "Echo da Verdade". Em 1893, quando rompeu a "Revolução de 1893" o Cel. Gervásio retornou a Passo Fundo, a fim de chefiar as forças legalistas, participando do Combate do Boqueirão (junho de 1893). Ferido na perna recolheu-se para Porto Alegre, sem, contudo, perder a chefia e orientação dos legalistas de Passo Fundo.

Foi intendente nomeado em 16.11.1893, vice-intendente em 1896, vice-intendente em 1904, intendente eleito em 1908, vice-intendente em 1912 reeleito, como vice em 1916.

Em sua 2a. gestão como intendente, completou e inaugurou a Intendência Municipal, ex-Prefeitura, à Av. Brasil Oeste.



Em 1897 regulamentou as atribuições e deveres dos funcionários municipais. Incentivou a construção da Estrada de Ferro para Passo Fundo, inaugurando-a em 8.02.1898. Nesse ano construiu o edifício da Cadeia Civil, construiu o Cemitério Municipal (Vila Vera Cruz) e coordenou o prolongamento da Cidade para leste. Em 11 de março de 1899, fundou o jornal "O Gaúcho", órgão republicano, sendo redator político do mesmo. Em setembro de 1901, foi contemplado com medalha de bronze, como um dos expositores na Exposição Estadual do R. G. do Sul, realizada em Porto Alegre.

Em 1905, eleito para a Assembleia Legislativa do Estado, deixou a sua banca de advogado, em Passo Fundo, atendida pelo filho de seu adversário político de 1893, Prestes Guimarães. Chamava-se o seu representante, José Prestes Guimarães Neto. Não fora este o único gesto de magnanimidade do cel Gervásio. Fez construir o Matadouro Municipal que serviu à cidade até a década de 1960, desde sua instalação em 1911. A 1a. rede telefônica foi, pelo Cel. Gervásio contratada, em sua gestão de edil em fins de 1911. Fez vir para a cidade, em 1912, o primeiro estabelecimento bancário - o Banco da Província.

A instrução pública foi igualmente atendida, tendo conseguido com o Governo do Estado, a criação do Colégio Elementar, hoje Escola de 1.o Grau "Protásio Alves", em 1912, cujo aluguel do prédio foi garantido pela municipalidade, pelo espaço de um ano. Criou escolas municipais em todos os distritos do Município (na época eram em número de 8), e com auxílio estadual fez funcionar 10 aulas mistas, distribuídas nos subúrbios da cidade e no interior dos distritos.

O seu falecimento em 04.04.1917, repercutiu não só no Município, mas também no Estado, tendo recebido eloquentes homenagens póstumas de seus correligionários, amigos e admiradores, os quais, no 30.o dia de seu falecimento realizaram em Passo Fundo uma sessão solene no Salão de



Honra da Intendência Municipal.

As exéquias do dedicado homem público, que tanto realizou pelo progresso social, administrativo e político do Município, foram consagradoras, recebendo a família enlutada, bem como a Partido Republicano local, as mais comoventes expressões de condolências de toda parte ou Estado. O Pavilhão Nacional foi hasteado durante sete dias, à frente, da Intendência, em sinal de luto.

Gervásio serviu a terra que o acolheu, por ela lutou e semeou, para o futuro, o progresso contínuo que hoje desfrutamos, embasado no critério administrativo de um Intendente que soube fazer do Executivo Municipal, o meio de projeção da comuna passo-fundense.

Louvá-lo, agradecê-lo e reverenciá-lo, será dever dos cidadãos que conhecem a história de sua terra.

Em 1921, a comunidade passo-fundense colocou na Praça Tamandaré (O primeiro em Passo Fundo), o busto do Cel. Gervásio Lucas Annes, procurando eternizar no bronze o vulto de um cidadão ilustre.

UM POUCO DE HISTÓRIA

1 - TRANSFORMADORES DE ELETRICIDADE

Em 1912, quando foi iniciado o trabalho da rede elétrica em Passo Fundo, aqui esteve o eletricitista encarregado, vindo da firma Bromberg de Porto Alegre., Ricardo Klaus que instalou o primeiro transformador no Boqueirão, Av. Brasil, esquina com 10 de Abril, onde hoje se encontra a Escola de 1.o e 2.o Grau "Fagundes dos Reis".

Eram os lampiões que estavam desaparecendo e a luz elétrica começava a iluminar, trazendo bem-estar a uma população que crescia avançando para o nascente.



Nessa mesma época eram construídos mais dois transformadores e neles instalados o controle elétrico da cidade: um na Praça da República, ala leste, onde hoje o local da praça é ocupado pela Escola de 1.o Grau "Protásio Alves". O outro, na Praça Marechal Floriano, já comentado neste livro.

A cidade crescia e a energia elétrica, já na década de 1930, era insuficiente. As ruas à noite, principalmente no verão, só eram iluminadas em época de lua cheia. A usina do Taquari, embora com o aumento de agapês (HP), não mais correspondia às necessidades da indústria, do comércio e da população em geral. Veio a barragem do Capiguí, veio a de Ernestina, a do Passo Fundo e, a médio prazo, o progresso desafiará... Previsão, coisa difícil de ser feita.

2 - QUIOSQUES

Ao final da década de 1930, já haviam desaparecido os quiosques da Praça Tamandaré e o da Praça da Vila Rodrigues (hoje Praça Cap. Jovino da Silva Freitas ou Jovino Freitas).

A Igreja Matriz que desde 1906, após sua inauguração, concentrava os fiéis da fé católica, traziam grande movimento à Praça Tamandaré, pois os tríduos, as novenas, os casamentos, os batizados, as crismas, as procissões, faziam dessa Praça ponto obrigatório. A gasosa gelada (geladeira com barras de gelo da cervejaria da época), aí reunia/não só crianças e jovens, mas também os mais idosos para a cervejinha no verão. A Matriz era a única igreja que servia a zona urbana, razão



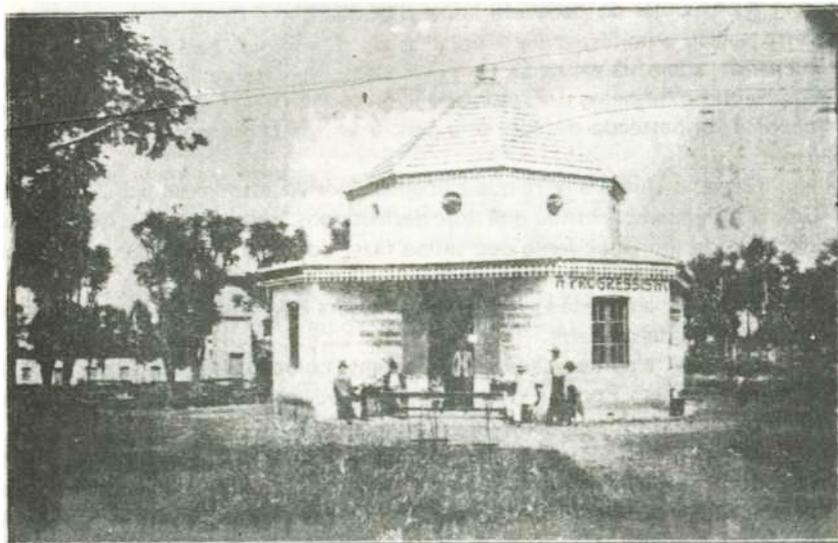


Figura 5 - O Quiosque da praça Tamandaré de propriedade da firma Willy e Albuquerque.



Figura 6 - Caixa d'água e vista parcial da Praça Tamandaré.

por que a afluência à Praça. O quiosque que existiu na Praça da Vila Rodrigues, nenhum detalhe conseguimos; somente que a sua posição teria sido na ala sul da Praça com a frente para a rua (atualmente) Sen. Pinheiro. São dados verbais, nenhum registro foi encontrado.

VALORES NOSSOS

1 - ANTONINO XAVIER E OLIVEIRA

"Dentre as personalidades ilustres, que podemos coletar na História de Passo Fundo, talvez a mais ilustre e a mais heroica deva ser a de Francisco Antonino Xavier e Oliveira.

Não há quem desconheça, é verdade, o valor e magnanimidade de Fagundes dos Reis que, preso como "farroupilha" perdoou a seu perseguidor, salvando-o, liberalmente, dos pelotões revolucionários. Sabe-se que Mascarenhas Camelo Junior, na Campanha do Paraguai, exauriu-se nos seus imensos deveres, falecendo na miséria, depois de prestar comovente serviço à Pátria. Fala-se na nobreza do dr. Cândido Oliveira, que tanto fez pela causa dos escravos, em 1884; na firmeza de princípios, em prol da integridade rio-grandense do Capitão João de Vergueiro. Exalta-se a intelectualidade e fibra do General Prestes Guimarães, um dos heróis da campanha federalista e, ainda, o equilíbrio de seu êmulo e adversário, Cel. Gervásio Lucas Annes, o reconstrutor administrativo. E também se invoca o caráter e o espírito humanitário e valor político do dr. Nicolau Vergueiro, para citarmos, nessa resenha, tão só alguns daqueles que, fugindo ao cenário da vida, ingressaram no panteão augusto da nossa história.

Antonino Xavier, foi talvez, mais ilustre, não só porque



glorificou a todos os outros, em páginas memoráveis, mas, também, porque, aliando as virtudes, quase todas daqueles vultos, foi um símbolo autêntico, honorável, magnífico de todo o patrimônio moral e cívico de sua terra nativa.

Entre as legítimas glórias estaduais, por outro lado, a despeito de excelsas virtudes. Bento Gonçalves, Antônio Neto e Canabarro, nem sempre foram justos... Osório deixou trair-se, muitas vezes, pelo coração; Mauá pelo amor próprio e, assim também, Silveira Martins, Pinheiro Machado e Assis Brasil.

Vigilante, Antonino Xavier nunca se deixou levar de surpresa.

Ocioso é falar dele como edil, como advogado, como juiz, como escritor ou como historiógrafo. Em todas essas atividades foi só uma coisa, um homem irredutível no cumprimento do dever.

Amordaçou os instintos, jugulou os impulsos, abafou as expansões da vaidade, reagiu contra a tibieza acomodatória, contra os entraves do desalento e da conveniência.

Para um tal desprendimento, não basta possuir um ideal, nem alimentá-lo com afirmações exegéticas ou desfraldá-lo, qual bandeira, para edificação dos semelhantes.

É preciso que esse ideal seja o alimento, o guia diuturno entrado no próprio sangue, tornando-se vida da própria vida.

Não só apenas "crer", mas entregar-se inteiramente...

Só as grandes vidas foram capazes de renúncia...

Foi ele grande historiador? Foi escritor castiço? Foi Juiz, advogado e um edil emérito? Nada disso importa. Em todas essas atividades, houve muitos concidadãos não só iguais, mas até mais notáveis do que ele.

Mas, naquilo em que foi o "único", nisso efetivamente, ele foi grande, o maior dentre todos.

Naquilo em que foi exemplo para os concidadãos é que, evidentemente, ninguém o igualou, arrancando nossa



admiração.

Por isso os passo-fundenses choraram a sua morte, curvaram-se reverentes diante da majestade do "homem justo", irredutivelmente justo, em todos os seus atos, encarnação viva da integridade e dignidade, legítimo "Cincinato dos pampas", padrão e glória do nosso povo.

De compleição franzina, soube avultar e dominar o seu ambiente, recebendo o acato de seus conterrâneos, que tiveram nele o seu fanal e a sua glória. Francisco Antonino Xavier e Oliveira não desapareceu. E como a luz das estrelas que nos há de chamar sempre, atraindo os nossos olhos e a nossa alma para o alto, na busca incessante da nobreza, da verdade e da justiça.

TRAÇOS BIOGRÁFICOS - FRANCISCO ANTONINO XAVIER E OLIVEIRA

Nasceu em 5 de setembro de 1876, na Fazenda dos Três Capões, município de Passo Fundo, sendo seus pais Antônio de Oliveira Penteadado e D. Idalina Xavier e Oliveira.

Passou parte de sua meninice em Lagoa Vermelha, indo depois servir de madrinheiro de tropas e muares, que eram vendidos na feira de Sorocaba. Estudou as primeiras letras em Passo Fundo, e, já adulto, estabeleceu-se com casa de negócio com seu cunhado, depois de ter sido caixeiro de Lucas José de Araújo; mais tarde exerceu as funções públicas de amanuense do Conselho Municipal (1896), promotor interino da Comarca em 1899 encarregado da organização do mostruário de Passo Fundo na Exposição Estadual de 1900; escrivão do recenseamento federal do mesmo ano; Secretário da Municipalidade em 1901; Presidente da Liga Protetora dos Pobres, em 1906, por ocasião da grande seca; organizador dos mostruários de Passo Fundo na Exposição Nacional de 1908; Juiz Distrital em 1909; Vice-Intendente no mesmo ano, até 1912, tendo em 1911 assumido a



Intendência do Município.

Durante a gestão do Coronel Gervásio Lucas Annes, que veio reorganizar a administração municipal, o sr. Francisco Antonino Xavier e Oliveira foi seu auxiliar emérito, ocupando a Vice-Intendência, de 1911 a 1912, prestando nesta ocasião, larga folha de serviço ao município.

Fundou em 1914 o Hospital de Caridade (hoje Hospital da Cidade de Passo Fundo; realizou em 1917 a propaganda agrícola, ocupando no mesmo ano o cargo de Juiz Distrital. Nessa época, estava dedicado ao trabalho de socorro às vítimas da "gripe espanhola" que dizimou parte da população, orientando, ele, o serviço de assistência e organizando Primeiro Pronto Socorro; novamente Secretário da Intendência em 1923 e 1924, no governo do dr. Nicolau de Araújo Vergueiro e, no ano seguinte, volta ao juizado do Distrito.

Em 1927, foi encarregado da elaboração do Mapa Geográfico do Município de Passo Fundo, trabalho este que lhe pesou muito em canseiras, havendo percorrido todo o território municipal, em todos os sentidos fazendo viagens exaustivas, a cavalo, andando sempre munido de aparelhos de precisão, conseguindo a efetivação de um trabalho magnífico pela exatidão e que foi impresso na cidade de Curitiba, em 1929, servindo de ponto de partida a todas as demais cartas geográficas do município que se fizeram posteriormente.

Presidiu o Comitê da Aliança Liberal, em Passo Fundo, de 1928 a 1930.

Em 1930, foi nomeado membro da Comissão de Sindicância do Município de Cruzeiro, Estado de Santa Catarina. Exerceu a advocacia nos intervalos das funções acima referidas, isso até o ano de 1950, quando se aposentou, sendo considerado o decano dos advogados de Passo Fundo.

Adquiriu título de Advogado Profissional, não formado, em 1933 (Carteira n. 74 da Secção da Ordem dos Advogados



do Brasil, Estado do Rio Grande do Sul). Recebeu Medalha de Ouro na Exposição Agropecuária, de Carazinho, por trabalho histórico de sua autoria; participou, em 1938, do 1.º Congresso Missionário de Estradas de Rodagem, realizado em Cruz Alta, como representante de Passo Fundo, apresentando trabalho exaustivo, aprovado por unanimidade; em 1939, foi presidente do Grêmio Passo-Fundense de Letras (hoje Academia Passo-Fundense de Letras).

Em outubro de 1945, foi nomeado Prefeito Municipal, pelo Governador do Estado, depois do golpe que derrubou o Presidente Vargas, tendo ocupado aquele cargo até fevereiro de 1946. Fez ainda parte das comissões de Recenseamento do Município em 1920. Organizou a contabilidade do Município de Chapecó, em 1932. Foi redator dos jornais "O Gaúcho", "Voz da Serra", "Boletim da Intendência Municipal". "Boletim do Hospital de Caridade" (hoje Hospital da Cidade de Passo Fundo), colaborou ativamente em "O Nacional", bem como em vários jornais e revistas, inclusive na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, entidade de que era membro de muitos anos, tendo sido, ainda, professor de várias aulas, neste município. Publicou preciosos livros históricos, sobre Passo Fundo, de grande valor informativo, merecendo por isso, o título de "Pai da História de Passo Fundo".

Desapareceu aos 83 anos de idade, no dia 10 de julho de 1959; deixou a prantear-lhe a morte, sua esposa D. Ana Joaquina Xavier e Oliveira (hoje falecida) e os seguintes filhos: Protásio Xavier e Oliveira, James Xavier e Oliveira, Osório Xavier e Oliveira, Iracema Xavier e Oliveira Duran, Mair Xavier e Oliveira Rauter, Marina Xavier e Oliveira Annes, Musa Xavier e Oliveira Castro, srta. Antonina Xavier e Oliveira (hoje falecida e amiga de saudosa memória), Carmen Xavier e Oliveira (hoje já falecida), Marcolina Xavier e Oliveira.

O cabedal histórico, que legou a Passo Fundo, é de real



valor para o conhecimento do nosso passado e digno de ser manuseado, como cultura de formação moral e cívica de nossa gente e são:

Anais do Município de Passo Fundo, contendo apontamentos históricos até a data da Proclamação da República (aparecido em 1908).

O Município de Passo Fundo na Exposição Nacional de 1908, trabalho que acompanhou o mostruário passofundense, enviado ao mesmo certame.

Relatório da propaganda agrícola, realizada neste município em 1917, e da qual foi encarregado pela administração municipal.

Por uma grande obra, folheto em prol do Hospital de Caridade em 1920 (hoje Hospital da Cidade).

Pelo Passado, fascículo histórico, com lendas, tradições, uso e costumes de Passo Fundo (publicado em 1922).

Terra dos Pinheirais, em 1927, contendo estudos históricos avulsos, em comemoração ao centenário do início do povoamento do município.

Cartas Gaúchas, poemeto político da Aliança Liberal, em 1929.

A margem de um problema ferroviário, referente ao projeto do ramal Passo Fundo - Irai (1932).

Seara Velha, trabalho histórico, com artigos avulsos (1932).

Oração ao Mate, conferência histórico-literária (1935). Apostilas Geográficas, tradições toponímicas de Passo Fundo (1935).

Passo Fundo Físico (1934), Passo Fundo Econômico (1934). Passo Fundo na Revolução de 1935, publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1944). Município de Passo Fundo Através dos Tempos (1949), contendo a história administrativa do Município. O



Elemento Estrangeiro no Povoamento de Passo Fundo (1949). Passo Fundo na Viação Nacional (1949), contendo as primeiras estradas de penetração de veículos primitivos, o surgimento da Viação Férrea, do Telégrafo, da Viação, etc...

Exponenciais homenagens foram tributadas ao ilustre morto. A Prefeitura Municipal, por ato do prefeito Wolmar Salton, decretou naquela manhã de 10 de julho de 1959, luto oficial por três dias num preto a quem muito fez, pelo Município; a Prefeitura encarregou-se dos funerais, depois de ter recebido o consentimento da família enlutada, consubstanciando uma justa homenagem do Poder Público Municipal.

A Prefeitura e as principais repartições hastearam a bandeira Nacional a meio pau, atendendo ao decreto do luto oficial.

A Subsecção da Ordem dos Advogados de Passo Fundo, a Academia Passo-Fundense de Letras e o Instituto Histórico de Passo Fundo prestaram significativas homenagens póstumas ao ilustre morto, que tanto fez em sua vida, pelo engrandecimento de sua terra e de sua gente. Também a Loja Maçônica Concórdia do Sul, entidade maçônica, prestou ao extinto um preto significativo.

FONTES - Biblioteca de Marina Xavier e Oliveira Annes. Instituto Histórico e Geográfico de Passo Fundo. Relatório do Município, dados particulares, jornal "O Nacional".

2 - DR. NICOLAU DE ARAÚJO VERGUEIRO

Nasceu o dr. Nicolau de Araújo Vergueiro nesta cidade aos sete dias do mês de março de 1882, num prédio que hoje não existe mais e que ficava situado à Avenida Brasil, antiga rua do Comércio, próximo onde ainda se encontra a casa n. 1056, na qual residiu até o fim de sua vida material.

Seu pai, João Vergueiro, paulista de fibra, foi político



influyente, tendo desempenhado, além de outras funções de relevo, a de Presidente da Câmara de Vereadores de Passo Fundo em 1878, como representante do Partido Liberal, do qual era membro destacado. Sua mãe, D. Carolina Araújo Vergueiro, soube dar aos filhos orientação sábia e cristã.

Dr. Nicolau de Araújo Vergueiro, realizou seus estudos primários em Passo Fundo, tendo como primeiro professor o cidadão Eduardo de Brito. Em fins de 1893 dirigiu-se para São Leopoldo, onde ingressou no Colégio Nossa Senhora da Conceição. Em 1896 matriculou-se na Escola Brasileira, que obedecia a direção do professor Inácio Montanha, em Porto Alegre.

Mais tarde passou a frequentar o Colégio Particular do Professor Emilio Mayer, também em Porto Alegre, onde completou, brilhantemente, o Curso de Preparatórios. Em 1900 ingressou na Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto Alegre, tendo desde logo se destacado como ótimo estudante.

Em 1903 terminava o Curso de Farmácia e em 1905 o de Medicina. Sua tese de formatura versou sobre: Anestesia Geral, que foi aprovada com distinção. É interessante ressaltar que no referido Curso foi agraciado com cinco distinções.

Em seguida, veio para Passo Fundo, onde estabeleceu sua clínica.

Como médico competente e humanitário foi incansável no cumprimento de sua profissão. Por espaço de mais de vinte anos exerceu, gratuitamente, o cargo de médico da Municipalidade.

Em 1908, passou a militar ativamente na política, sendo eleito, nesse mesmo ano, Conselheiro Municipal, pelo Partido Republicano e elevado ao posto de Presidente dessa corporação política, destacando-se desde logo pelo seu ardor militante, entusiasmo cívico, ao lado do gesto humano de compreensão.

Em 1909, foi eleito Deputado Estadual pelo Partido



Republicano e, reeleito, durante cinco legislaturas.

Em 1928, foi eleito Presidente da Assembleia dos Representantes do Estado. Seu partido sempre se mostrou satisfeito com sua atuação na Assembleia. Em 1929, em pleito memorável foi eleito Deputado Federal pelo Rio Grande do Sul e reeleito em 1935 e 1945, novamente.

Em sua atuação na Câmara Federal apresentou longo e bem fundamentado Projeto de Lei sobre exame pré-nupcial, em 1945, tendo sido aprovado pela Comissão de Saúde Pública.

Em 1949, deu brado alarme sobre a necessidade de ser iniciada o mais breve possível a estrada de ferro Passo Fundo-Porto Alegre, via Roca Sales. Participou também da Comissão de Comunicação e Transporte, onde lavrou diversos pareceres.

Jamais se olvidou das entidades assistenciais, distribuindo verbas para, vários hospitais do Rio Grande do Sul, tais como: Passo Fundo, Carazinho, Erechim, Soledade num total de Cr\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros antigos).

Os edifícios dos Correios e Telégrafos de Passo Fundo, Carazinho e Erechim são obras suas, quando ainda exercia o seu mandato na Câmara Federal.

O dr. Vergueiro sempre se mostrou amigo de instrução, conforme se pode deduzir pelos dados seguintes: em 1929, graças aos seus esforços, foi criado nesta cidade a Escola Complementar, a primeira de toda a região serrana, hoje. Escola Estadual Nicolau de Araújo Vergueiro (EENAV).

Em 1921, o Município de Passo Fundo contava apenas com sete escolas, com uma frequência de 161 alunos; em 1922 (gestão do Intendente dr. Vergueiro), o número de escolas foi elevado para 98 e em 1924 para 119.

Já em 1929 existiam 159 escolas, com um total de 8.029 alunos. Nesse ano o Governo do Estado, em face de certas dificuldades, determinou que fossem fechadas todas as escolas



do interior do município; contudo, em tal emergência, o dr. Vergueiro ordenou que as mesmas fossem abertas, comprometendo-se conseguir, por parte do Estado, os devidos pagamentos. Caso contrário, o faria de seu próprio bolso, gesto que teve simpática repercussão.

Durante o tempo que administrou o Município verificaram-se despesas com a instrução pública em cruzeiros antigos.

1920 - Cr\$ 970,00; 1921 - 10.350,00; 1923 - 3.300,00 (período de Revolução); 1924 - 9.100,00; 1925 - 9.700,00; 1926 - 15.600,00; 1927 21.600,00, 1928 - 25.000,00; 1929 - 55.000,00.

Entre as muitas homenagens que recebeu em Passo Fundo, destacam-se as seguintes: Paraninfo da 1a. Turma de Formandos da Escola Complementar Paraninfo da Turma de 1932 do Instituto Educacional; Paraninfo de Turmas do Colégio Conceição e Colégio Notre Dame; Paraninfo de Formandos do Conservatório de Música em 1954 (conservatório esse que deu origem à Escola de Belas Artes, transformada em Instituto de Belas Artes, posteriormente Faculdade de Belas Artes, e hoje Instituto de Artes da Universidade de Passo Fundo).

O dr. Vergueiro era sócio benemérito do Hospital da Providência de Marau e do Hospital São José de Sertão. Sócio Benemérito do Clube Pinheiro Machado (hoje sede da Academia Passo-Fundense de Letras). Foi presidente da Liga Passo-Fundense de Futebol e sócio benemérito do Aeroclube de Passo Fundo. Como figura destacada do Esporte Clube Gaúcho, não poupou esforços para que esse time se destacasse sempre dos demais.

Quando Presidente do Conselho Municipal (1920) muito trabalhou para que o Município cedesse à Igreja Metodista do Brasil, a antiga Praça da Boa Vista, onde atualmente funciona o Instituto Educacional, cujo educandário contava na sua instalação, com uma matrícula de 84 meninas e 45 meninos.



Em 1922, quando então era Intendente, providenciou na aquisição da área de terra para a construção de um quartel para Unidade Federal onde se instalou o 8.o R.I. (hoje ocupado pelo 3.o/5.o RCMec).

A referida área, com 50.000 m² (cinquenta mil metros quadrados), foi comprada por Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros antigos ou cinquenta contos de réis). O marco inicial da construção do aludido Quartel foi inaugurado em 31 de agosto do mesmo ano (1922).

Exerceu atividade na imprensa local, escrevendo sobre Medicina e Política e também para jornais e revistas do país.

Participou ativamente das campanhas de 1923 e 1924, quando esta cidade esteve sitiada pelos Revolucionários, pelo espaço de uma semana e a defesa esteve sob seu comando (comandava as forças revolucionárias o Gal. João R. Menna Barreto).

Teve atuação saliente na Revolução de 1930, quando Passo Fundo também foi teatro de escaramuças e a 3 de outubro desse ano, comandou pessoalmente o assalto ao quartel do 8.o R.I., subjugando a Força Federal e abrindo caminho, através da qual, as forças do Rio Grande do Sul conseguiram atingir os territórios de Santa Catarina, Paraná e São Paulo.

Desde 1920 foi chefe unipessoal do Partido Republicano, nele tendo-se mantido até a sua dissolução.

Era Presidente do Partido Social Democrático (PDS), do qual foi um dos fundadores no Rio Grande do Sul.

Durante os anos de 1933 e 1934 esteve exilado na Argentina por ter sido solidário com a Revolução Paulista de 1932.

O dr. Nicolau de Araújo Vergueiro contraiu núpcias em 1906 com D. Jovina Leite de tradicional família de Taquari, existindo desse matrimônio dois filhos: sr. Ruy Vergueiro, já falecido, casado com D. Albina Vergueiro; dr. Maria Vergueiro,



viúva do sr. Honorino Malheiros. São seus netos: Eugênio Malheiros, Carolina Malheiros Galves, casada com o sr. Júlio Galves e Nicolau Malheiros. São seus bisnetos: Sandra Jovina, Vera Maria, Maria Eugenia e Eugênio Filho, filhos do casal Eugênio-Maria de Jesus Malheiros; Marcelo e Virgínia, filhos do casal Júlio-Carolina.

A 16 de março de 1956; fora acometido de mal súbito que lhe roubou a preciosa vida material através da qual tanta dor mitigou, tanta mesa tornou farta e tanta luz fez brilhar. Embora fosse ainda presidente do P.S.D. já estava afastado das grandes lides sociais e políticas e recolhido ao sossego de seu lar, em seu palacete à Avenida Brasil, n. 1056.

Foi político intransigente em suas convicções, mas tolerante com os homens, desfrutando sempre de consideração e geral estima.

Recordemos ainda as palavras proferidas pelos vários oradores que se fizeram ouvir nos seus atos fúnebres: "As sociedades que honram os seus homens ilustres pagam uma dívida de gratidão".

"Respeitamos e admiramos o dr. Nicolau Vergueiro pela dignidade de sua conduta, pela integridade de seu caráter e pelo claro esplendor de seu talento".

"O túmulo dos homens de bem é o universo inteiro".

"Educou com o exemplo, realizando o ideal de Berg com que pede que o educador seja um criador de ações e de tendências morais".

"Peregrino infatigável, percorreu os ásperos caminhos da cultura, libando no cálice de todas as verdades".

"A trajetória vital do homem altruísta e sábio não termina como último alento. Ela se prolonga através dos discípulos e amigos. O sepulcro dos homens de bem transcende os limites estreitos de um movimento em pedras".

"Nos limites da Comuna natal travou ele, lutas



memoráveis no campo das batalhas cívicas, e no plano da ação construtora, fez obra administrativa, gerindo com entusiasmo e sabedoria os sagrados destinos da coisa pública".

"Os homens que passam, quando conseguem perdurar pelo exemplo, não morrem (conseguem transformar-se numa estátua impermeável que fascina as inteligências e deslumbra as almas".

O jornal "O Nacional", em sua edição de 17 de dezembro de 1958, noticiava que o governador do Estado (então o engenheiro dr. Ildo Meneghetti) conferia o nome de Ginásio Estadual "Nicolau de Araújo Vergueiro" ao Ginásio anexo à Escola Normal "Oswaldo Cruz", hoje Escola Estadual de 1.o e 2.o Grau "Nicolau de Araújo Vergueiro" (EENAV).

Em agosto de 1964, na gestão municipal de Mário Menegaz, durante os festejos da 1a. Semana do Município, instituída por esse edil, sob o patrocínio do Instituto Histórico e Geográfico, foi assentado na Avenida Brasil o busto do ilustre filho desta terra que tão bem soube honrar e dignificar o solo que lhe serviu de berço.

3 - GABRIEL BASTOS

É tarefa difícil, mas compensadora rememorar os vultos do passado que nos legaram a segurança presente, deixando-nos estímulos para uma vez mais lançarmos sementes que como aquelas, hão de frutificar no futuro.

Ocuparemos-nos do ilustre varão Gabriel Bastos.

Nascido em Santa Maria da Boca do Monte, a 9 de janeiro de 1859, era filho de Antônio José Pereira Bastos e de Joaquina da Costa Bastos.

Fez seus estudos primários na terra natal, tendo sido aluno de Alfredo Calazans residiu mais tarde em Soledade, radicando-se em Passo Fundo, no ano de 1885, e aqui se



estabeleceu com casa de comércio, contraindo, nesse mesmo ano, matrimônio com D. Lucinda Araújo Bastos, de cujo casal houve os seguintes filhos: Alzira Bastos Guimarães (falecida), Manuel Araújo Bastos (falecido), Olga Bastos Moraes (falecida), Mário Araújo Bastos (falecido), Alcinda Bastos Rodrigues, Cecy Bastos Quadros (falecida), Brasileiro Araújo Bastos, Edith Bastos Miranda (falecida), Americano Araújo Bastos e Hiran Araújo Bastos.

Participou ativamente da vida social, política e econômica do município.

Após a proclamação da República fez parte do 1.º Conselho Municipal Constituinte que dirigiu os destinos desta terra, que foi assim constituído: Gabriel Bastos, José Pinto de Moraes e Jerônimo Lucas Annes.

Nesse posto se manteve de 15.11.1889 a 15.11.1891. Como Intendente Constitucional exerceu o cargo no decorrer do ano de 1893, tendo assinado seu último ato a 18.08, desse mesmo ano, quando solicitou ao governador do Estado, dr. Júlio Prates de Castilhos, a sua exoneração.

Nessa data, sendo Passo Fundo palco da sangrenta luta da célebre Revolução de 1893, Gabriel Bastos com sua família, transferiu residência para Cruz Alta.

Cidadão de espírito arejado, sempre pronto a servir sua comunidade, iniciou, também aí, o seu trabalho que merece apreciação.

Foi presidente do Conselho Escolar do município nos anos de 1898 a 1899, tendo recebido fartos elogios pela maneira com que se houve no exercício do seu cargo.

No setor econômico deu a Cruz Alta nova visão, estimulando a criação de um Centro Comercial. Em dados originários, daquele município, lemos o seguinte:

“Clube Comercial”, Revista anual, de Cruz Alta, 17 06.1903. Durante o Triênio Revolucionário nada se criou



devido à preocupação dos espíritos interessados no resultado da lutuosa campanha de 1893. Feita a paz, houve a lembrança da criação de um Centro Comercial para cuja instalação lutou o sr. Gabriel Bastos, um dos homens que muito tem trabalhado pela classe comercial cruz-altense. Improdutivo resultado teve infelizmente a ideia aventada pelo operoso cidadão, cuja tenacidade teve então o apoio de poucos. A semente lançada germinou mais tarde e a ideia que teve um dedicado batalhador foi depois favoravelmente acolhida; Veríssimo Lopes, Felix Porciúncula, Gabriel Bastos e Alfredo Brenner, congregando esforços conseguiram a fundação do Clube Comercial, e a 17 de junho de 1900 era, na residência do sr. Guilherme Veríssimo, eleita a primeira diretoria, tendo sido previamente aprovado os respectivos estatutos, sendo Gabriel Bastos eleito seu 1.º vice-presidente".

Manteve como edição própria o jornal "A Propagadora" em 1900 e foi colaborador dos jornais "O Viajante", "Cruz Alta" e "Município Revista" (1899).

Retornando a Passo Fundo, perdeu sua esposa em 1902, tendo contraído variadas núpcias com D. Juvencia Annes Bastos, não havendo filhos desse matrimônio.

Voltando à vida comercial iniciou, como pioneiro, a indústria de madeira na cidade, dando grande impulso no comércio madeireiro da região, colaborando com a economia passo-fundense, pelo despertar de uma nova era no progresso do município e da região.

Em 1903 foi presidente do Conselho Escolar do Município, dando grande ênfase à criação de escolas isoladas, no interior, e públicas na cidade.

Em 1907 o Clube "Aurora da Serra", de Cruz Alta, enviou ofício agradecendo os valorosos serviços que prestou aquela sociedade, quando lá residiu, bem como agradecia a valiosa oferta de uma coleção de todos os jornais cruzaltenses,



até então publicados.

Gabriel Bastos foi um beletrista, um amigo do progresso, um idealista.

O jornal "O Nacional", em enquete literária com o sr. Gabriel Bastos em 02.09.1935, relata-nos o seguinte:

"Ilustre Redator de "O Nacional": Vosso conceituado jornal não andou acertado comprometendo-me com a Enquete proposta aos intelectuais desta cidade, pois que as minhas qualidades de intelectual não me dão direito a esse atestado de aptidão".

"Embora isso, entretanto, a cortesia intima-me a responder, e o faço convencido de minha nulidade em assuntos literários. Quer o esperançoso órgão passo-fundense, que lhe diga qual escritor de minha predileção..."

"Lá vai, pois, o que pensa o velho amador de coisas literárias. São tantos os nomes que merecem honrosas referências, que tenho dificuldade em eleger um.... Satisfaçamos, entretanto, a "O Nacional" e digamos alguma coisa sobre Machado de Assis, sobre Coelho Neto, a Machado de Assis poeta, prosador, delicado burilador da frase atraente, estilista de fina estirpe, que possuía o sublime dom da simpatia na maneira de expor os frutos de sua elaboração intelectual, deixando-nos admiráveis messes de seu cérebro privilegiado..."

"Coelho Neto, cujas obras atestam o quanto vale: o talento que serve a um espírito de elite, pela elevação de seus sentimentos afetivos, pela espontaneidade de suas concepções, é igualmente, poeta, prosador de primeira linha.

"Machado de Assis possuía iguais predicados, mas, minhas simpatias inclinam-se para Coelho Neto. Talvez por ser ele contemporâneo, talvez por ter eu, há pouco, na Revista de Língua Portuguesa, lido duas pequenas, mas mimosas, sentimentais produções suas nas quais, vão pedaço de seu coração de pai. Talvez por isso, por estar tão perto a impressão



dessa leitura que contrista que emociona, talvez por isso, só por isso prefiro Coelho Neto".

Nesse pequeno trecho Gabriel Bastos deixa transparecer sua sutileza literária, que no decorrer de sua leitura do trecho com que nos deleitamos "Da Mocidade a Velhice", brilha em suas concepções o espírito criativo.

Voltou à vice-intendência nos quadriênios 1908-1912 e 1920-1924.

No quadriênio 1916-1920 foi 2.º suplente do Juiz Distrital.

Em 1914 foi nomeado pelo então Presidente do Estado, dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros para a comissão executiva do Partido Republicano juntamente com o dr. Nicolau de Araújo Vergueiro e sr. Pedro Lopes de Oliveira (Lolico).

Em 1917 recebeu elogiosas referências do então Secretário do Interior do Estado, pela maneira louvável como cumprir dedicadamente os deveres de Presidente do Conselho Escolar naquele ano. Foi membro do Clube Pinheiro Machado, hoje Academia de Letras.

No Grêmio Passofundense de Letras, hoje Academia, proferiu belíssimos trabalhos literários, na década de 30 e 40. Em 1939, assumiu a Presidência da Liga de Defesa Nacional, sendo brilhantemente festejada na sua gestão o cinquentenário do Pavilhão Nacional.

Foi um entusiasta pela imprensa e a exemplo de sua atitude em Cruz Alta, aqui em Passo Fundo foi ativo colaborador do "Echo da Verdade", "17 de Junho", "O Gaúcho" e "O Nacional".

Sustentou, pela imprensa, várias propagandas, entre elas Cultura da erva mate e cooperativismo.

Publicou os seguintes livros: Conferência sobre a Liga de Defesa Nacional, Da Mocidade a Velhice, Prosa e Versos, A Atlantida. Inédito: Aborígenes Panamericanos.



Sua residência ainda lá se encontra, é Avenida Brasil n. 687, donde esse emérito varão legou aos pósteros uma bagagem de exemplos inesquecíveis.

Faleceu a 25 de julho de 1950, tendo recebido dos Poderes Constituídos as mais significativas homenagens. Desde 1973, rememorando em pálidos traços uma existência útil, não podemos esquecer o lado humano e cristão de Gabriel Bastos. Todos os movimentos assistenciais de sua época receberam, sempre, de suas valiosas dádivas, sem ufania, tendo pelo seu próximo grande amor e respeito.

4 - ARMANDO ARAÚJO ANNES -

Em 1881, a 13 de fevereiro, nascia em Passo Fundo aquele que se tornaria ilustre homem público de sua terra natal: Armando Araújo Annes.

Filho de um varão de estirpe, Cel. Gervásio Lucas Annes e de D. Etelvina Araújo Annes, Armando soube honrar a terra que lhe serviu de berço, abraçando por 3 vezes a curul municipal.

Passou sua infância em Passo Fundo e a adolescência no Colégio Nossa Senhora da Conceição, em São Leopoldo, e na famosa Escola do Professor Montanha, em Porto Alegre.

1903 - Abriu uma casa comercial em Porto Alegre, "A Progressista", na atual rua Uruguai, a qual prosperou rapidamente.

1909 - Seguiu para a Europa, onde permaneceu por 2 anos, quando residiu pelo espaço de 1 ano em Paris, tendo visitado Portugal, Espanha, França, Itália, Alemanha, Bélgica, Holanda, Hungria, Polônia, Inglaterra e Suíça.

Regressando ao Brasil, resolveu voltar a residir em Passo Fundo, onde continuou a dedicar-se ao comércio, fundando a Casa Bancária Armando Annes.



1924 - Embora jamais tivesse tomado parte na vida política do município, foi eleito Intendente Municipal dirigindo os destinos desta comuna, até 1929.

Cumpre-nos apreciar neste trabalho alguns dados referentes a sua gestão municipalista, conforme relatórios apresentados.

1927 - Calçamento da cidade.

"Iniciando em 1926, a título de experiência a primeira quadra, a ninguém por certo, surpreenderá, se dissermos que em breve a cidade estará com suas principais ruas completamente calçadas".

"Atualmente se acham prontas as quatro faces da Praça Marechal Floria no, bem como a Avenida General Netto que mede 30 metros de largura".

"Começamos agora o calçamento da Avenida Brasil, uma das mais belas da cidade de Passo Fundo."

"Antes, porém, organizamos um projeto desse serviço no qual concretizamos a maneira de vencermos as duas dificuldades apresentadas nessa via pública: uma, devido à sua largura irregular que vai de 29 a 70 metros: outra, devido à grande desnível em sentido transversal com maior pronunciamento nas imediações do Clube Comercial. Por esse projeto, previmos, portanto, a situação dos prédios situados na ala norte; não obstante a isso, alguns proprietários mais apreensivos, julgavam que as suas casas fossem ficar soterradas. Em breve os seus receios dissiparam-se, ante a primeira quadra calçada que era, exatamente, a mais acidentada".

"O dr. Souto Ribeiro, a cerca de 5 anos, quando engenheiro desta municipalidade organizou um projeto para o calçamento dessa avenida, não tendo posto em execução por circunstâncias várias daquela época".

"Esse projeto, estabelecia 5 metros para os passeios, jardins ao longo de toda a quadra, com passagens, somente nos



cruzamentos com outras ruas e dois trânsitos de 10 metros de largura cada um".

"Observando atentamente, como nos competia, de acordo com V. Sa. ficou assentado que o calçamento da Avenida seria feito do seguinte modo:

"Largura dos passeios 3 metros.

Largura de cada rua, 12 metros.

Jardins centrais, com passagens nos encruzamentos e também no meio das quadras, com 12 metros.

"Nos cruzamentos, foram feitos círculos de raios variáveis, a proporção que as quadras vão se alargando, protegendo desse modo os postes de ferro da iluminação pública. Por esse motivo, quando atingirmos a largura de 70 metros teremos, jardins formando verdadeiras praças na nossa Avenida, com cerca de 40 metros, a fim de serem conservadas constantemente e as dimensões de cerca de 12 metros para as ruas laterais".

"Assim, calçamos no corrente ano uma área de 22.311 m², 86 na qual dispendemos a elevada soma de 189:650\$810 (cento e oitenta e nove contos, seiscentos e cinquenta mil e oitocentos e dez réis), excluindo, naturalmente, as despesas com cordões, bueiros, etc., proveniente do calçamento".

"A Lei de Orçamento de 1927, estabelece a contribuição de um terço da área calçada, cada proprietário, em relação a metragem dos seus prédios ou então o imposto de 1 \$000 (um mil réis) por m² daquela mesma área".

"Até a terminação do meu quadriênio, deverá ficar toda a Avenida Brasil calçada até a rua Teixeira Soares, por esta Praça Tamandaré e provavelmente, as ruas General Bento Gonçalves, Coronel Chicuta e parte da Moron".

PRAÇAS DA CIDADE - "Marechal Floriano, Tamandaré e Caridade, além dos jardins da Avenida Brasil, eis as nossas praças para as quais dedica esta secção especial



cuidado, por intermédio do nosso jardineiro, o sr. José Pracini. Na praça Marechal Floriano, foram introduzidos vários melhoramentos, conforme relatei na parte oportuna, tornando-a muito aprazível e frequentada. No próximo ano, deverá ficar provida de uma rede hidráulica, para o que já estamos providenciando, tal como foi feita na Tamandaré".

"Na pedreira estão sendo feitos os cordões de concreto para o calçamento dos passeios da Praça Tamandaré; igualmente, para esse fim já temos, prontos, cerca de 900 m² de mosaico.

Pelo nosso jardineiro, foram plantadas as seguintes árvores:

Na Praça da República: Acácia Mimosa, Ligustrum Japonico e Oleandrum, 60 mudas.

Na Praça da Caridade: Cinamomos 20 mudas. Roseiras 64 mudas. Arbustos diversos 30 mudas. Ligustrum 500 mudas.

Na Praça Tamandaré: Roseiras 90 mudas.

No futuro Parque do Matadouro: Árvores de várias espécies 220 mudas.

No Matadouro: Plátanos e Cinamomos 100 mudas; Árvores frutíferas vindas de Pelotas, 39 mudas.

Na Avenida Brasil (jardins): Ligustrum Japonico, 17 mudas.

Na Estrada da Pedreira: Robinia Soudo e Acácias, 90 mudas.

Todas essas mudas são produtos do nosso viveiro, com exceção das 39 encomendadas de Pelotas e que são árvores frutíferas adquiridas pelo preço de 169\$800 (cento e sessenta e nove mil e oitocentos réis)."

"Fornecemos, ainda, regular quantidade de mudas para particulares, entre os quais mencionaremos: Via Férrea desta cidade Plátanos 20 mudas. Quartel do 8.º Regimento, cinamomos 50 mudas, a outros, Plátanos e Cinamomos, 150



mudas, e muitas outras qualidades de flores".

"A nossa despesa com a conservação de todas essas praças, elevou a importância total de 6:990\$000. Como se vê, foi notável a economia feita, se levarmos em conta que no ano passado, neste mesmo serviço dispendemos a quantia de 10:756\$700".

"Este ano não foram podados os plátanos da avenida em virtude da modificação que vem sofrendo em sua arborização aquela rua".

TURMA DA CIDADE - „para a conservação das ruas da cidade e limpeza, dispomos de uma turma sob a capatazia do sr. José Conti que conosco vem trabalhando a cerca de três anos.

Essa turma, aumentada ou diminuída conforme requerem os serviços, fez movimentos de aterro ou corte, 15 quadras. Ocupou-se, ainda, dos grandes aterros dos pontilhões do Barracão e Pinheirinhos; reformou a ponte do Pinheiro Torto e, atualmente, está aterrando os vazios da 1a. parte, ponte de alvenaria rio Passo Fundo.

Até 31 de outubro, a sua despesa atinge 16 709\$300".

ATERRO DA RUA CANABARRO - "Antiga aspiração dos moradores da Vila Rodrigues, o aterro da rua General Canabarro, vem ligar aquela vila ao centro da cidade, encurtando de muita distância. Esse melhoramento é toda a justiça, em face do progresso que vai tendo aquele local, além das fábricas importantes lá instaladas; o sr. João Langaro está construindo grande edifício para o benefício de madeiras".

1929 - TRIGO - "A Diretoria da Agricultura, Indústria e Comércio, criada este ano pelo dr. Presidente do Estado, enviou a este município 110 sacos de trigo, de várias qualidades, para serem distribuídos entre os colonos, o que fiz, por intermédio dos subintendentes nos diversos distritos, com a determinação de que o colono será obrigado a devolver ao Município, na



colheita próxima, se for boa, o dobro da semente que receber, para nova e maior distribuição".

"Pelo esboço da geografia agrícola, da Repartição de Estatística do Esta do, vê-se que o município de Passo Fundo ocupa o segundo lugar na produção de trigo, calculada em 10.500 toneladas na safra de 1927 a 1928.

"O nosso ilustre conterrâneo Francisco Antonino Xavier e Oliveira já em 1927, preocupado com o plantio desse precioso cereal em nosso município, em seu "Relatório de Propaganda Agrícola" nos forneceu a respeito, importantes dados e interessantes esclarecimentos, lembrando as palavras do dr. Reinhold Hensel, conhecido naturalista alemão que quando aqui esteve em 1865, disse que os municípios de Passo Fundo e Vacaria podiam fornecer trigo, cevada e centeio a todo Império".

"Seja-nos permitido transcrever, a título de contingente histórico, os seguintes períodos: "Na primeira estatística agrícola que se organizou depois da instalação do município, ocorrido a 7 de agosto de 1857, já o trigo figurava com uma plantação de 1.600 litros, lançada à terra em 1858, e da qual veio resultar uma colheita de 19.200 sacos. Seis anos depois um lavrador do 1.º distrito colhia mais 100 alqueires dessa planta fazendo jus ao prêmio de 2:000\$ 000 que a Assembleia Legislativa instituíra para estimular a cultura".

Em 1857, como consta no arquivo da Câmara Municipal, já a sementeira ocupava, no município, uma extensão de 653.400 metros quadrados coloca da em quarto lugar no quadro das plantações do ano".

"Não me foi possível organizar um quadro exato da produção do trigo deste município em 1928, e pelo que venho observando não há exagero em que se calcular a próxima safra superior a 250.000 sacos".

"A farinha de trigo está isenta impostos, mas o trigo



em grão paga imposto de estatística, que será para o exercício vindouro diminuindo 30 por cento".

"Foram exportados, naquele ano, 19.150 sacos de trigo em grão".

NOVAS RUAS - AVENIDAS E PRAÇA -

"Considerando a necessidade de regulamentar a abertura de novas ruas, avenidas e praças na cidade e as provadas as denominações das 40 ruas e praças da primeira e 37 ruas e 3 praças da segunda, já foi determinado o trabalho".

INSTRUÇÃO PÚBLICA - 1929 - "Conforme prometi, em longo discurso à guisa de orientação do governo, depois de haver prestado compromisso legal, do cargo de Intendente, perante o Conselho Municipal, procurei imediatamente ficar ciente do estado da instrução pública, e, desde então desenvolvê-la, o melhor; possível, de modo a levá-la por todos os recantos do município, mesmo porque a instrução primária é a célula-mater da organização social.

Como se sabe e consta da mensagem de 1928, as 35 aulas subvencionadas pelo Governo do Estado, por intermédio da Intendência, foram mandadas fechar, durante o segundo semestre, por motivos, diz-se, de dificuldades nascidas com o novo serviço de estatísticas. Em julho, em viagem que fiz pelo interior, verificando o enorme prejuízo e grande alarme em todos os distritos por falta dessas aulas, poucas verdadeiramente, mas necessárias, procurei a todos os srs. Sub-Intendentes, mandando dizer aos professores, de minha parte, que continuassem com o funcionamento regular das aulas, porque eu em 1929, conseguiria do Estado o pagamento ou o faria do meu próprio bolso, e assim todas elas foram reabertas".

"De fato, mandei em janeiro, regularizar todos os mapas escolares, devidamente visado pelos Sub-Intendentes e pelo respectivo funcionário da Repartição de Estatística, requerendo o pagamento da subvenção de 21:000\$ 000, o que foi pelo dr.



Secretário do Interior, imediatamente deferido" . .

"Em vez de 48 aulas subvencionadas pelo município, em 1928, passamos a ter, em 1929 mais de 25, isto é 73".

"O Município auxilia a aula mantida pela Conferência de São Vicente de Paulo com a importância de 1:800\$000 por ano e subvencionada o equiparado Instituto Ginásial com 4:000\$000 anuais".

"Além disso para 300\$000 e 400\$000 por mês, de aluguel dos prédios em que funcionam, respectivamente o Grupo Escolar de Carazinho e a Escola Complementar desta cidade, que funciona no Edifício do Clube Pinheiro Machado, à Avenida Brasil

"A Escola Complementar, de reais e incomparáveis benefícios, uma magnífica conquista para Passo Fundo, foi criada por Decreto n. 4.273 de 5 de março último assinado pelos drs. Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha".

"Em breve a nossa cidade será dotada de dois grandes e belos edifícios, um na Avenida Brasil esquina da rua Marcelino Ramos, destinado ao Colégio Notre Dame, cuja construção está orçada em cerca de 500:000\$000 e outro para o Ginásio Nossa Senhora da Conceição, dirigido pelos Irmãos Maristas".

"Em 1922, organizei quadros estatísticos, chegando à conclusão de que funcionavam no Município 98 aulas, com a matrícula de 5.083 alunos".

"Em 1924, a matrícula atingiu a 5.359 alunos, com 119 aulas".

"Em 1929, 159 aulas com a matrícula de 8.029 alunos. Assim temos: 1922 - 98 aulas - matrícula 5.083; 1924 - 119 aulas - matrículas 5.359; 1929 - 159 aulas - matrícula 8.029. Como se depreende, temos melhorado muito nesse particular".

Armando Araújo Annes foi pioneiro incontestado da remodelação da cidade de Passo Fundo.

Coube a ele iniciar em seu primeiro período



administrativo, o calçamento da cidade que até então (1924), não existia. Coube-lhe, também ter iniciado, posteriormente, o asfalto.

Nesse segundo período administrativo (1948-1951), o sr. Prefeito recebeu visitas ilustres e que serão dignadas a nota: Dr. Adail Moraes, DD. Secretário do Governo do Estado, General Rafael Danton Garrastazu Teixeira, Comandante da 3a. D.I., o qual proferiu na ocasião expandida conferência no Grêmio Passofundense de Letras (hoje Academia Passofundense de Letras), Desembargador João Solon Macedonia Soares, Coronel Amarílio Osório da 7a C.R.E., sediada em Lagoa Vermelha e que, aqui, com o sr. Prefeito, talharam assuntos relevantes ligados ao problema de estradas, hoje maravilhosamente concluídas Lagoa Vermelha - Passo Fundo.

No setor educacional abriu novos rumos para a municipalidade.

Por decreto n. 61 de 22 de maio de 1948 criou a cadeira de horticultura nos Grupos Escolares e nas Escolas de primeira categoria.

Tornou obrigatório nas escolas municipais, o trabalho manual para meninas, pois sabia que a criança que exercita o manejo das mãos, não tardará em compreender que todo o serviço é uma peça de movimento universal.

Esse pensamento de Armando Annes, emitido há aproximadamente mais de um quarto de século, vimos hoje concretizado nos Ginásios Polivalentes, com as Escolas de Área, onde os alunos ao completarem o primeiro ciclo de estudos (no caso o velho primário), devem procurar uma profissão honrada e honesta.

Não esqueceu os professores e por decreto de 20 de abril de 1948 criou a Escola Rocha Pombo, com a finalidade de reciclar professores e preparar elementos para o magistério municipal.



A matrícula nas escolas municipais que em 1948 assentiam a 6.528 no termino do seu segundo mandato alcançaram 8.953 alunos.

O número de escolas foi ampliado e a verba para o ensino municipal foi acrescida de 100 por cento no seu valor inicial em 1948.

Para normalizar a energia elétrica (encontrou a cidade às escuras), adquiriu, sem empréstimo, um grupo Diesel elétrico de 300 HP e mais outro de 1330 HP e construiu uma nova usina hidroelétrica no rio Jacuí com 150 HP, solucionando então esse grave problema da falta de energia (na época).

Entre outras obras públicas, construiu o matadouro municipal adquirindo a invernada que o serve, com 1.955.250 m²; reconstruiu o velho chafariz estabelecido em 1863; montou a britadeira municipal, cuja utilidade se tem feito sentir desde então; estabeleceu uma fábrica de tubos de cimento.

Coube-lhe então, a aquisição de numerosas máquinas destinadas à pavimentação de ruas e estradas. Remodelou a Cadeia Civil e substituiu a velha ponte de madeira sobre o Rio Passo Fundo (por outra de alvenaria que há pouco foi ampliada. Construiu o edificio do Corpo de Bombeiros e um ossário com urnas, no Cemitério.

Dedicou especial atenção às estradas do município, construindo inúmeras pontes e bueiros, para facilitar o tráfego.

Incrementou o serviço de assistência pública. Ao deixar o seu segundo período governamental, deixou o município sem dívidas e com considerável saldo em caixa, que passou ao seu sucessor.

A maioria esmagadora de votos que guindaram Armando Annes ao Poder Executivo (em duas gestões, provaram a sua popularidade, o seu valor administrativo e seu espírito de liderança, equilíbrio e justiça, como chefe de uma comunidade.



Todos esses méritos já haviam sido ressaltados e o seu valor reconhecido e provado quando de 1932 a 1935 por delegação do então Presidente do Estado, General José Antônio Flores da Cunha, então chefe do extinto Partido Republicano Liberal no Rio Grande do Sul, e de cuja grei partidária Armando Annes era líder nesta região, desenvolvendo intensa atividade política em prol de sua agremiação em todo o município, ocupara a curul municipal.

Amigo pessoal e grande admirador de Flores da Cunha, Armando Annes foi pessoa de inteira confiança do Chefe do Executivo Gaúcho, e dirigente máximo do PRL. Mas, não obstante suas tarefas políticas, o prefeito Armando Annes jamais descurou dum cuidado permanente e dum zelo especial pela administração do município, adotando iniciativas as mais valiosas, notadamente no setor das obras públicas, proporcionando o bem-estar da população.

Depois da instauração do Estado Novo no País, a dez de novembro de 1937, Armando Annes retirou-se definitivamente da política, solidário como seu velho amigo e chefe. General José Antônio Flores, da Cunha.

Somente em 1946, após a redemocratização do País, Armando Annes, com uma atuação serena voltou a se manifestar politicamente, expressando pendorres pela agremiação do Brigadeiro Eduardo Gomes, a extinta União Democrática Nacional. Foi então que surgindo o pleito municipal, constituiu-se uma coligação dos partidos (Partido Trabalhista Brasileira e a União Democrática Nacional), elegendo Armando Araújo Annes para as funções de Prefeito de Passo Fundo.

Armando Annes foi coproprietário de "O Nacional", após sua fundação, integrante da antiga firma H. Annes e Cia. (constituída dos irmãos, dr. Herculano Araújo Annes, Armando Araújo Annes e Gervásio Araújo Annes). Os dois primeiros foram proprietários desta empresa jornalística até



1945, quando transmitiram, por venda, ao diretor-proprietário, jornalista Mucio de Castro (falecido em 31.09.1981).

Armando Araújo Annes faleceu a 18 de agosto de 1967, já octogenário cercado do carinho dos seus familiares, da amizade, da admiração e do reconhecimento dos passo-fundenses e do respeito dos seus coestaduanos e patrícios.

5 - Dr. HERCULANO ARAÚJO ANNES

Nasceu o dr. Herculano Araújo Annes a 19 de março de 1898 nesta cidade de Passo Fundo, a rua do Comércio, hoje Avenida Brasil.

Era filho do líder político Coronel Gervásio Lucas Annes e de D. Etelvina Araújo Annes (ambos falecidos há muitos anos). Formou-se em advocacia aos 23 anos pela Faculdade Livre de Direito da Universidade do Rio Grande do Sul no ano de 1921, em Porto Alegre.

No ano de 1919 consorciou-se com a exma. Sra. Cecy Coutinho Annes, de tradicional família de Montenegro (falecida a 1.º de setembro de 1964).

Do casal houve os seguintes filhos: Dr. Flávio Coutinho Annes, engenheiro agrônomo da Secretaria da Agricultura do Estado e casado com a sra. Maria Guiomar Oliveira Annes; sra. Branca Annes Degrazia, esposa do dr. Aldo Degrazia (membro do Ministério Público), residente em Porto Alegre; Antenor Coutinho Annes (falecido há alguns anos), casado com a sra. Maria Winckler Annes, hoje residente em Porto Alegre; dr. Murilo Coutinho Annes, advogado do foro local de Passo Fundo, casado com a sra. Eunice Bastos Annes.

O dr. Herculano A. Annes contava com oito netos. Era irmão do sr. Gervásio Araújo Annes, proprietário residente nesta cidade, do sr. Armando Araújo Annes, ex-prefeito de Passo Fundo, e já falecido; da exma. Sra. Morena Di Primio,



casada com o sr. Eugênio Di Primio, (já falecido), residentes em Porto Alegre.

Na advocacia foi um profissional de renome que conquistou posição destacada entre seus pares, não só pela sua cultura jurídica, pelos seus altos conhecimentos, ressaltando-se a maneira notável como exercitou a ética como causídico de alta expressão e de méritos extraordinários.

Patrocinou causas importantes e teve clientes destacados, entre os quais enumeramos: o Banco da Província do Estado do Rio Grande do Sul, o Banco Nacional do Comércio S.A., a Jewis Colonization Association (ICA) a firma Júlio Mailhos, de Montevidéo, proprietária da Fazenda Sarandi e muitos outros casos.

Exerceu o jornalismo, fazendo da imprensa um verdadeiro sacerdócio, cuja dedicação patriótica e impregnada de espírito de liberdade e sã democracia; fixou uma verdadeira fase nova para o jornalismo, traçando-lhe rumos novos e diferentes como instituição impessoal a serviço do povo e das causas.

Foi diretor do "Semanário A Época", tendo sido também seu fundador em 1923, onde escreveu comentários editoriais, artigos doutrinários que marcaram indelevelmente uma situação, retratando um período conturbado da vida política e administrativa do Rio Grande do Sul.

No ano de 1925, juntamente com Hyran Araújo Bastos, Americano Araújo Bastos e Theófilo Guimarães, fundou "O Nacional", onde imprimiu uma direção impecável pelo fulgor de sua inteligência e devotado amor à causa pública, pelo espaço de 15 anos (até 30 de abril de 1940).

O manancial de ensinamentos, de doutrina, de rumos seguros, foi uma herança imperecível que tem norteado "O Nacional", sempre entregue ao trato de questões impessoais e das causas maiores do Rio Grande do Sul e do Brasil.



Pari passu às suas lides profissionais de advogado e jornalista, o dr. Herculano Araújo Annes desincumbiu-se constantemente de missões nos círculos esportivos, tendo sido o primeiro orador do Grêmio Esportivo 14 de Julho, a cujo clube prestou os mais assinalados serviços e valiosa colaboração.

A Subseção da Ordem dos Advogados do Rio Grande do Sul, em Passo Fundo, foi presidida diversas vezes pelo dr. Herculano Araújo Annes, sendo um dos seus fundadores a ela oferecendo um permanente e inestimável trabalho.

Em 1966 lançou, pela Editora Globo, o livro de sua autoria - Na Estrada da Vida -, obra filosófica que teve ótima aceitação, sendo muito apreciada pelos círculos intelectuais gaúchos.

Deixou a existência material a 16 de dezembro de 1967, quando ainda residia em sua casa à Avenida Brasil (esquina 15 de Novembro), cercado pelo carinho de seus filhos e netos, contando 69 anos de idade.

O prefeito Mario Mengaz em homenagem ao ilustre dr. Herculano Araújo Annes, mandou erigir uma praça, em 1968, junto à ponte do rio Passo Fundo, levando seu nome, como prova de gratidão pelo muito que fez a Passo Fundo, com sua lisura e sabedoria, cujo exemplo não será esquecido.

6 - CAPITÃO JOVINO DA SILVA FREITAS

Nasceu o Capitão Jovino da Silva Freitas no município de Cruz Alta a 1.º de março de 1877. Contraiu núpcias a 30 de janeiro de 1897, em Júlio de Castilhos com a exma. Sra. D. Juliana de Mello Freitas, havendo do casal 16 filhos, existindo apenas 4: Noé, Noemia, Juliana e Jovino (os dois últimos nascidos em Passo Fundo).

Capitão Jovino da Silva Freitas foi espírito de escol, combatente, amparando sempre as ideias progressistas e



liberais que nasciam no meio ambiente em que exercia sua ação. Tendo em Júlio de Castilhos residido, foi baluarte do Partido Republicano, lutando com tenacidade em prol da causa política que abraçara, o Republicanismo. Não só na política, como na administração, prestou à comunidade de Júlio de Castilhos inestimável serviço, sendo conceituado e estimado no seio da sociedade local, naquela época.

Transferindo residência para Passo Fundo, na primeira década deste século, soube como bom gaúcho, entrosar-se na vida da comuna, enfileirando-se no Partido da República, ao lado de Gervásio Lucas Annes, Nicolau Araújo Vergueiro, Antônio Xavier e Oliveira, Gabriel Bastos, Ney de Lima Costa, Batista Cúrio Carvalho e tantos outros vultos ilustres do nosso passado.

Soube Jovino da Silva Freitas viver os problemas da então Passo Fundo, participando diretamente do seu progresso. Apreciar a sua situação como político, homem público e comerciante de mérito, não será fácil. Um retrospecto em caráter histórico e ilustrativo, será necessário fazer:

1906 - Passo Fundo, já contando com uma linha telegráfica, desde 1889 progredindo na sua economia, era mister que as comunicações intermunicipais se efetivassem, através da rede telefônica. O jornal "O Gaúcho", de 20 de abril desse ano, noticia que a empresa do sr. João Ganzo Fernandes, representada pelo sr. Samuel Canosa, pretendia a montagem da referida linha nesta cidade, com cerca de 30 assinantes; contudo, a Intendência (hoje Prefeitura), preferiu abrir concorrência pública. Em 1909 a firma Herrera e Conto estabeleceu a rede telefônica nesta cidade. Dessa empresa o serviço passou à firma Bastos e Freitas, sociedade logo desfeita passando a rede para propriedade do Capitão Jovino da Silva Freitas.

1912 - Capitão Jovino da Silva Freitas contratou com a Intendência Municipal, a manutenção da rede telefônica, nesta



cidade e sua construção até Carazinho, mediante o auxílio de 40 mil réis por quilômetro. No ano seguinte, 1913, em relatório ao Intendente Coronel Pedro Lopes de Oliveira, Jovino relatava o seguinte histórico:

"Exmo. Sr. Coronel Intendente Municipal.

Satisfazendo a solicitação que me foi feita por essa Municipalidade, tenho a honra de passar às mãos de V. Excia. a ligeira notícia que se segue, relativa à empresa telefônica da qual sou proprietário:

HISTÓRICO - A rede telefônica desta cidade foi fundada pela empresa Herrera, da qual passou, tendo então 35 aparelhos domiciliados, à firma Bastos e Freitas, composta dos sócios Gabriel Bastos e Jovino da Silva Freitas. Esta sociedade foi dissolvida alguns meses depois, ficando a rede de propriedade exclusiva do atual empresário. Ao extinguir-se, essa sociedade, o número de aparelhos já se elevava a 61, estando a rede ainda limitada a cidade.

O atual proprietário tendo firmado contrato com a municipalidade, para a exploração dos serviços por 15 anos, tratou imediatamente de operar uma reforma nas linhas, a fim de regularizar mais convenientemente o serviço, para cujo fim fez também importantes melhoramentos no centro, bem como a respectiva mudança para outro prédio. Presentemente, o número de aparelhos existentes na cidade ascende a 92, estando a mesma ligada a Carazinho, Não Me Toque, Pulador, Pessegueiro, Colônia Ernestina, Entrada e Campo do Meio, além de outras linhas rurais que da cidade partem para estabelecimento circunvizinhos e que adiante serão mencionados.

Em data de 3 do corrente mês foi inaugurado o Centro de Carazinho com 26 aparelhos domiciliares, também pertencentes a esta empresa. Estão em construção as seguintes linhas: da Colônia Ernestina ao rio Jacuí, onde ficará ligada com a linha que da Soledade que está sendo construída para



este ponto, linha essa pela qual, portanto, ficará ligada esta cidade àquela vila, e finalmente a linha desta cidade ao Pontão, no sexto distrito do nosso município, a qual em breve deverá ser inaugurada.

EXTENSÃO DAS LINHAS - É este o desenvolvimento das linhas rurais desta empresa: Linha do Campo do Meio, com comutador na Entrada, 45 km Linha Carazinho, com comutador no Pulador, 50 km. Linha Pulador - Ernestina, com comutador no Pessegueiro, 26 km. Linha Carazinho - Não Me Toque, (ainda não recebida por esta empresa, por depender de construção, como foi comunicado à Intendência), 25 km.

Linhas da cidade à:

Engenho Leôncio Rico 6 km - Engenho Celeste Formigheri 3 km - Engenho Arthur Schell Issler 3 km - Fazenda de Juvenal Xavier 8 km - Chácara Amantino Penteadado 3 km. Total das linhas em serviço 169 km mais ou menos.

NÚMERO DE APARELHOS - Na cidade 92 aparelhos - Carazinho 26 aparelhos - Campo do Meio - 1 aparelho - Entrada 1 aparelho - Pulador 1 aparelho - Pessegueiro 1 aparelho - Ernestina 1 aparelho - Total 123.

PESSOAL DA EMPRESA - A empresa mantém presentemente dez empregados em serviço, sendo 4 centristas, 2 eletricitas e 4 guardas rurais.

RECEITA BRUTA - É de 1:265\$000 a renda bruta da atual empresa.

TABELA DE PREÇOS - A empresa cobra pelas instalações os preços seguintes: Na cidade, 50\$000; em Carazinho, 70\$000. Os assinantes pagam 10\$000 por mês em ambas as localidades. Nos postos rurais a transmissão de recados até 50 palavras paga 1\$000, custando 1\$500 cada comunicação quando o próprio interessado quiser falar. Nas linhas particulares o serviço é feito por contratos variáveis.

Estas são Exmo. Sr. Intendente, as informações que



tenho a prestar a V. Excia. relativamente ao serviço telefônico, e que não são mais minuciosos pelo fato de serem-me pedidas com urgência. Se por ventura forem deficientes, terei todo o gosto em completá-las logo que receba qualquer solicitação da Municipalidade.

Reitero a V. Excia. os meus protestos da mais alta consideração e apreço

Passo Fundo, 4 de novembro de 1913.

O proprietário da rede:

(a) JOVINO DA SILVA FREITAS".

Em 1914 conforme o relatório do Intendente Coronel Pedro Lopes de Oliveira, informa que a linha telefônica foi transferida a J. Zacharias e Cia.; em 1916 passou a pertencer ao sr. João Langaro, cidadão de saudosa memória.

Capitão Jovino da Silva Freitas esteve presente e participou do desenvolvimento político e socioeconômico de Passo Fundo. Em 1911 fez parte da comissão que construiu o clube Pinheiro Machado, cuja pedra fundamental foi lançada a 03.05.1911. Posteriormente, foi presidente da entidade que legou para esta terra o edifício que hoje pertence a Academia Passo-Fundense de Letras, doado por escritura pública a esse sodalício, em dezembro de 1971 pelos sócios existentes (Avenida Brasil, n. 792). Em 1912 tomou-se o maior e artífice do jornal "O Gaúcho", órgão aqui fundado sob os auspícios republicana nos em 1889. Foi proprietário do jornal "A Voz da Serra", surgido em 30 de dezembro de 1915, à Avenida General Neto, n. 7. Em 1917 passou para Moron n. 31, como órgão independente.

Como construtor e proprietário foi quem estimulou e colaborou diretamente ao embelezamento da Praça Marechal Floriano, construindo além de sua residência (hoje no local, o cinema Imperial), várias casas de alvenaria que marcaram o início da zona central da cidade. Construiu um rink de patinação ao ar livre (1916/1917), provando seu espírito de



escol na formação física da juventude, no local, hoje, fronteiro às Casas Buri e Pernambucanas. Na construção do quiosque que por algumas décadas ornamentou o centro dessa mesma praça, também teve influência direta, sendo o construtor e tendo explorado o mesmo juntamente com Claro Pereira Gomes.

No governo municipal do Coronel Pedro Lopes de Oliveira, gozando de extraordinário prestígio político, foi o Capitão Jovino da Silva Freitas, Sub Intendente do primeiro Distrito. Posteriormente ocupou os cargos de Delegado de Polícia e Suplente de Juiz. No comércio teve atuação destacada mantendo fábricas de cerveja, massas, ferrarias, livraria e, por último, era sócio capitalista da conceituada firma Meira e Cia. Foi proprietário da livraria "Minerva", através da qual foi editado o jornal "O Regime", de curta duração (1927).

A Parca implacável veio cortar-lhe os fios da existência a 19 de novembro de 1918, contando apenas 41 anos de vida profícua e laboriosa. O povo de Passo Fundo, o Partido Republicano, nesse dia de luto, prestaram-lhe significativas homenagens. A beira de seu túmulo, no cemitério municipal, foi ora dor oficial o dr. Ney de Lima Costa, que classificou-o de gigante da política republicana local. Antonino Xavier e Oliveira em seus elogios fúnebres ao Capitão Jovino, complementou: "Eu direi ainda, além desse conceito justo, que ele não somente era um gigante da política a que pertencia, mas também um gigante do progresso de Passo Fundo, aliando em sua compleição estes dois aspectos preciosos: energia superior, bondade imensa".

No trigésimo dia de seu passamento, o jornal "A Voz da Seria" publicou uma edição especial, para homenagear o amigo que deste plano terra, alçara às verticalidades da alma. O comércio, nesse dia, cerrou suas portas à tarde, e uma concentração pública, partindo da praça Marechal Floriano às 16 horas, dirigiram-se à necrópole a fim de mais uma vez reverenciarem a memória daquele que jamais seria esquecido



pelos seus contemporâneos. Nessa edição especial de "A Voz da Serra", vários amigos descreveram o seu perfil.

Entre eles transcrevemos um trecho de Batista Cúrio de Carvalho: "Era ele um lutador impecável, um ardente polemista, com seus argumentos irrespondíveis, que aos lábios afloravam naturalmente; substituía com vantagem pelo falar espontâneo de seu talento a deficiência de uma ilustração cultivada. Era de admirar ouvir a lógica de seus argumentos em qualquer assunto e com qualquer pessoa, na defesa de ideais; não havia como resistir, pois a retórica de suas palavras traduziam a imaculabilidade de suas atenções honestas e puras, de seu acurado amor a Passo Fundo e de seu carinho à causa pública".

"Os seus conselhos profícuos, as suas previsões justas e videntes, eram ouvidas sempre com atenção e acato pelos seus amigos e companheiros de causa na propagação do Evangelho da nova encruzilhada, que há de fazer muito em breve a madrugada redentora às trevas que nos oprime na nostalgia do tédio".

"No fundo do seu coração, ninho de ouro, havia sempre lugar para os atos nobres e generosos, para o culto do bem e prática da caridade. Deixassem passar os momentos bruscos de seu temperamento nervoso, que trazia o crepúsculo do bem, ele mesmo, num gesto nobre e espontâneo na plenitude da posse de seus bons sentimentos, reparava o mal que por hipótese houvesse causado".

"O ódio jamais teve guarida naquela alma nobre de gaúcho, sabia ser adversário forte e leal, audaz e temerário, nunca, porém capaz de uma traição, de uma felonía, de uma covardia".

Naquele dia 19 de novembro de 1918, a população urbana já sacudida pela implacável epidemia espanhola, tornou-se estarecida com o desaparecimento desse político, homem público e comerciante, vítima dessa mesma epidemia.



A 7 de setembro de 1922, em homenagem aos festejos do primeiro Centenário da Independência do Brasil, o então Intendente, dr. Nicolau de Araújo Vergueiro, por decreto n. 376, de 19 de agosto de 1922, dera o nome de Avenida Capitão Jovino ao trecho compreendido entre a então Praça da República (hoje Praça Ernesto Tochetto) até as margens do rio Passo Fundo.

Nós, aqui desta década de 70, em preito de homenagem, fazemos nossa a frase de Clotilde de Vaux; "Nada há de irrevogável na vida, senão a morte".

Sua esposa, modelo de mãe, dama ilustre na dor da separação do esposo exemplar, criara seus quatro filhos, fazendo-os dignos do nome e do passado que o pai lhes legara.

Dr. Noé da Silva Freitas formou-se engenheiro-eletrônico. Foi o idealizador e executor do plano de energia elétrica no Estado e primeiro Diretor da CEEE, cuja encampação se dera em janeiro de 1954, tendo ido ele um dos propugnadores desse gesto governamental.

Consoando-se com D. Alzira Stumpf (já falecida) do casal existem 3 filhos: Erci, Cláudio e Silvio, todos casados, sete netos hoje, enfeitam sua vida: Nara, Denise, Mario, Marisa, Maria, Mareia, Teimo.

Aposentado de suas funções públicas, reside em Porto Alegre, cercado do carinho de seus familiares.

Vva. Juliana Freitas de Oliveira, reside em Passo Fundo, foi consorciada com o sr. Djalma de Oliveira, falecido. Do casal houve quatro filhos: Ione Maria, Gilberto, Jovino e Tadeu. Todos casados e existindo seis netos: Lucia Helena, Ricardo, Claudia, Flavio, Danieli, Maria Célia.

Senhorinha Noêmia da Silva Freitas, residente nesta cidade, à Avenida Brasil, 234, apto. 4, foi filha incansável que ofertou sua vida para companhia de sua mãe D. Juliana de Mello Freitas.

Dr. Jovino da Silva Freitas é médico, filho desta terra,



espírito fraterno que não soube negar-se, como profissional, a quem lhe procura, independente de condições financeiras.

Dedicado, estudioso, tem acompanhado o desenvolvimento científico, aprimorando seus conhecimentos como especialista em otorinolaringologia. Tem do perfil de seu pai a bondade e generosidade. Dedicou sua vida profissional a terra que lhe serviu de berço e em cuja vida cotidiana muito ainda encontra do esforço de seu pai, Capitão Jovino da Silva Freitas.

Amigo assíduo do Hospital da Cidade - o dr. Jovino muito tem proporcionado para o progresso e evolução daquele nosocômio. Estendeu suas atividades profissionais a todos os nosocômios da cidade, tendo, também, levado sua colaboração, à convite, a localidades vizinhas. Fez vários cursos de especialização fora do país.

Conсорciou-se com D. Eloisa Rodrigues Freitas, havendo do casal uma filha - Sra. Juliana Freitas da Silveira, esposa do dr. Lotário Calixto da Silveira. Dois netos enjardinaram a vida do casal Jovino e Heloísa: Norton e Maira.

Da. Juliana de Mello Freitas, esposa do nosso homenageado, em 06.04. 1971 falecera; dedicou sua existência aos seus familiares e belos dotes de bondade ornaram o seu caráter.

Um gesto digno de nota da veneranda dama Da. Juliana de Mello Freitas deve ser destacado:

Construía no Cemitério Municipal (local hoje. Vera Cruz, um mausoléu para guardar os restos mortais de seu querido esposo; contudo, alguns a nos mais tarde fizera doação do referido mausoléu a Guarnição aqui sediada na época, o III/8.0 Regimento de Infantaria, com a finalidade de nele serem guardados os despojos dos militares mortos em campanha. Hoje nele repousam os restos mortais de pracinhas nossos que na Revolução fratricida de 1932 e na segunda guerra mundial,



em campos da Itália, perderam a vida

Se o Capitão Jovino da Silva Freitas, seu esposo, viveu empenhado pelo progresso material de Passo Fundo, sua esposa não esqueceu o repouso da matéria dos que partem para a vida espiritual. Passo Fundo lhe agradece.

Recordando os valores de outrora temos a certeza de que estamos assegurando o futuro, pelo exemplo vivo e edificante que nos legaram os antepassados.

Reverenciamos, neste trabalho, a memória do Capitão Jovino da Silva Freitas e rogamos aos Céus que sua alma colha os bens que semeou.

(Dados colhidos de Relatórios Municipais - 1906-1918- Consultas particulares. Memórias de A. Xavier e Oliveira).

7 - O CAPITÃO MANOEL JOSÉ DAS NEVES

Foi mais ou menos em fins de 1827 ou começo de 1828 que aqui nas terras do então Passo Fundo das Missões, o paulista Manoel das Neves, alcunhado "Cabo Neves", levantara sua rústica moradia, como primeiro possuidor do campo em cuja área assenta hoje a cidade nossa.

A alcunha de "Cabo Neves", pela qual era conhecido, deve-se à graduação de cabo, com a qual tomara parte na Campanha Cisplatina, em 1827.

Quando aqui fixou residência, o local da morada segundo informações de fontes fidedignas, era na quadra entre a rua Paissandu com esquina da rua Teixeira Soares, local esse que hoje faz frente ao Edifício dos Bancários.

Outras informações há que também morara na esquina da mesma Paissandu com a Teixeira Soares, no local onde se encontra um velho sobrado (conhecido pelo nome de sobrado dos Padres), hoje nele funcionando atividades diversas.

Nos fundos dessa moradia, posteriormente, foi



levantada uma outra que de quartel viera a servir na Revolução de 1835.

As quatro léguas de campo e mato que Manoel José das Neves adquiriu por posse, autorizada pelo comando da fronteira de São Borja, ao que parece abrangia os atuais do Valinho, parte do Pinheiro Torto e para o nascente se estendia ao valo dos Antunes e arroio do Moinho.

Numa publicação feita em 1923, pelo saudoso amigo historiador Passo-fundense, Antonino Xavier e Oliveira, conta-se o seguinte:

"Desejando Manoel José das Neves alargar, para o lado do Pinheiro Torto, as suas terras, foi a Estancia Nova onde parava um encarregado de informar as petições relativas a concessões de campos, solicitar-lhe o acréscimo assim projetado na sua posse.

Ouvindo-o esse encarregado ponderou-lhe:

"Cabo Neves" para que quer você mais campo, se já tem o que ocupa e apenas possui uma tropilha de cavalos?

Como resposta. Cabo Neves, num gesto dramático, tirando o chapéu e a pontando para uma cicatriz que tinha na cabeça, retorquiu-lhe:

- Foi ganho no Passo do Rosário em defesa de Sua Majestade o Imperador.

Ante a eloquência do argumento, o encarregado, vencido na sua recusa fechou a questão, dizendo-lhe:

- Cabo Neves, você é o diabo...

Assim foi o primitivo possuidor do campo em que hoje se assenta esta Cidade Universitária (quatro léguas quadradas de campo e mato), mais tarde Capitão Manoel José das Neves, alargou para o poente a sua posse.

Também o ilustre e saudoso dr. Herculano de Araújo Annes, brilhante advogado, beletrista e conhecedor profundo do nosso passado, deixou-nos nas páginas de "O Nacional",



números dos dias 2, 3, 4 e 5 de setembro de 1964, valiosas referências ao Capitão Manoel José das Neves.

Se a rigor não se ode precisai o histórico sitio (moradia do Capitão Manoel José das Neves), ao menos possível é circunscrevê-lo a um espaço que basta para a noção de que necessita, para a evocação do importante fato nele encerrado.

Resta agora um apelo: que o civismo da nossa gente moça, que o conhecimento dos Acadêmicos da nossa Universidade, que a boa vontade do Instituto Histórico de Passo Fundo, a quem deve pertencer a iniciativa, porque, assim, mais bela se tornaria, lá erga um MARCO comemorativo, escolhendo, para isso, o local melhor que se presta que é o citado cruzamento de ruas. Ele foi o "Fundador" de Passo Fundo.

OS CASOS DO CABO NEVES - O famoso Cabo Neves, doador das terras sobre que hoje se ergue Passo Fundo, intitulada com justiça "Capital do Planalto", pelo seu progresso, e "Capital da Liberdade" pelo espírito altivo de seu povo. Cabo Neves, dizíamos, teve diversos "casos" no juízo de Paz de Passo Fundo, quer na defesa de seus direitos contra intrusos, que invadiam suas terras, dela se apossando sem licença, quer como elemento atuante da legalidade, fiel ao Império, durante a cruzada Farroupilha.

No livro "Termo de Juramento", do Juizado de Paz, existem os registros que citamos abaixo. São documentos que bem caracterizam o Cabo Neves, como homem de atitude, mesmo quando em busca de revidar ofensas e delas pedindo satisfações perante a autoridade da terra.

Começemos pela questão apresentada no dia 24 de novembro de 1834. O Cabo Manoel José das Neves "estrilou" contra os intrusos Joaquim de Lima Maria Luiza de Tal, Ricardo de Lima, João Preto e Manoel Jorge da Silveira, por terem estes se apossado indevidamente de suas glebas, no arredor da cidade de Passo Fundo, ou abusado de seu generoso consentimento.



O proprietário procurou os invasores, questionou com eles, e depois de muitas discussões, trouxe o caso à presença do Juiz de Paz Fagundes dos Reis.

Após algumas falas, e muitas idas e vindas, veio a acertar-se o caso, com algumas concessões do Cabo Neves. No termo de 24 de novembro a que aludimos, registra-se o seguinte:

Que o proprietário chamou os ditos cujos, por intimação, "para se conciliarem sobre as roças que os citados têm feito com seu consentimento, em uma data de mato que obteve, no subúrbio da Capela de Nossa Senhora Aparecida do Passo fundo, despacho do Comandante da Fronteira de Missões, em data de 30 de novembro de 1831, até superior determinação, cujo documento comprova seu primitivo direito de posse.

Reza mais o documento:

"Procedeu o dito juiz (Fagundes dos Reis) ao termo da conciliação, a qual se conseguiu da maneira seguinte: que, à exceção de Maria Luiza, os mais todos disseram que principiaram seus trabalhos no local da dita, com consentimento do queixoso Manoel José das Neves e que só com o consentimento do mesmo continuariam, como ficaram de comum acordo, e reconheciam seu primitivo direito; e dita Maria Luiza disse, em conversação, que só este presente ano ali trabalhava, tirando os mantimentos, e que não pretende mais plantar; e desta forma, assim houve e dito Juiz a conciliação per feita, etc."

Vemos que o Cabo Neves batia o pé, em defesa do que era seu, mas nem por isso deixava os outros à mingua.

Naquele tempo, havia em Passo Fundo, um valentão famoso, Fausto ou Faustino Lemes Cavalheiro. Pelo que se deduz, era um terror. Sujeito de maus botes, que não levava ninguém de compadre.

E aconteceu que, em certo dia, precisamente a 22 de julho de 1835, encontrando o Cabo Neves e mais o cidadão Antônio



Rodrigues da Luz na rua principal, e contra os quais tinha lá suas trincas, fez empacar o cavalo diante deles, dirigindo-lhes alguns insultos, a ver como reagiram.

O Cabo Neves e o cidadão Rodrigues da Luz talvez não respondessem ao gosto do valentão, pelo que aumentou os destratos, acabando com a reação dos ofendidos. Isso, porém, não satisfez ao matamouro, e foi à casa de um e de outro, e ali os desafiou, ameaçando espancá-los, inclusive aos membros de suas famílias, escravos e mais bicharias...

O caso correu mundo. O Cabo Neves, além de seu posto, era oficial de Justiça, e homem destacado, grande proprietário de terras... Mas, como enfrentar aquele matamouros do inferno? Dizia-se que ninguém já ousava pôr o nariz fora da porta. O tal Lemes Cavalheiro fazia-se de dono da população...

Fagundes dos Reis, o Juiz de Paz, estava de licença, atendendo aos trabalhos de sua chácara, poucas léguas além de Passo Fundo. Mas, felizmente, naqueles dias apareceu o substituto, o Capitão Bernardo Castanho da Rocha que, no ano anterior, celebrizara-se pelo desbravamento da região do cacique Nonoi.

Castanho da Rocha era um homem prático. Sabia conversar e convencer. Conseguiu falar com o valentão, convencendo-o da necessidade de obediências as leis e aos costumes, sem o que teria, mais cedo do que pensava, de enfrentar o peso das autoridades de Cruz Alta, a que se jurisdicionava a região de Passo Fundo.

A 27 de julho, três dias após a baderneira, vieram, assim, todos os interessados à residência do juiz, que ficava na rua principal do Boqueirão, E aí foram acertados os relógios... O caso é assim descrito pelo escrivão José Prestes Guimarães:

"... foi dito (pelos queixosos) que havendo-se conciliado-se voluntariamente com Faustino Cavalheiro, que se achava presente, sobre o crime contra eles "contravertido" (sic), no



dia 22 do corrente mês de julho, que perdoavam as ofensas e ataques feitos contra sua casa e ameaças às suas vidas, feitas até o presente, pelo que jamais terão de proceder judicialmente ou extrajudicialmente, contando que o mesmo Faustino Lemes Cavalheiro não venha de novo (com) outro igual atentado; requeriam (os queixosos) para melhor firmeza... que levassem a termo, etc. Dito Juiz (Bernardo Castanho da Rocha) informou-se dos ditos Antônio Rodrigues da Luz e Manoel José das Neves, se lhes convinha aquela conciliação, do modo em que se achava feita e estipulada e se foram obrigados por alguma força... e respondendo que o fizeram sem constrangimento, etc."

O termo foi devidamente assinado pelo Juiz, pelos queixosos e pelo valentão Faustino Lemes Cavalheiro, que era, como vimos, bem pouco, "cavalheiro" quando lhe batia o sarampo...

Uma questão presumível sobre "terras e intrusos" foi levada ao juiz de Paz pelo Cabo Neves, dia 1.º de outubro do mesmo ano. Mas, o réu não compareceu e tudo ficou como dantes, na boa terra dos Abrantes. No termo do referido dia, está consignado que o juiz Bernardo Castanho da Rocha mandou que se "apregoasse" o réu Inácio da Rocha, o que foi apregoado pelo porteiro do Juizado, João Ferreira, "que deu fé não comparecer" o mesmo réu - "e o Juiz, mandou lançá-lo da conciliação, etc."

Os écos da Revolução Farroupilha foram sentidos no povoado de Passo Fundo a 20 de novembro de 1835. O nosso Manoel José das Neves, mais o cidadão João Bento Cardoso, prestaram juramento, elevados aos postos de "oficiais inferiores" da causa legalista, quando foi organizado uma Companhia da Guarda Nacional, sob o comando do Capitão Teodoro da Rocha Ribeiro.

E para legalização do ato, fizeram lavrar o termo respectivo no Juízo de Paz, no referido dia 20. Fez-se o registro



do acontecimento por esta forma:

"Aos vinte dias do mês de novembro do ano de mil oitocentos e trinta e cinco, na casa da Audiência do quarto Distrito do Têrmo de Cruz Alta, comarca de Missões, onde se achava presidindo a Mesa para a eleição do primeiro para o segundo sargento (sic) da Companhia da Guarda Nacional, do Quarto Distrito do dito têrmo, o Juiz de Paz Bernardo Castanho da Rocha, o escrivão adiante nomeado - compareceram presentes o Capitão da mesma Companhia, Teodoro da Rocha Ribeiro, e o Tenente João Bento Cardoso e o Alferes Manoel José das Neves e, depois de prestarem ditos oficiais o juramento de fidelidade à Augusta Pessoa de Sua Majestade Imperial e Constitucional, o Senhor Dom Pedro Segundo, e obediência à constituição e às leis do Império do Brasil, fez reconhecer aos Guardas Nacionais da dita Companhia ser o dito Capitão o seu comandante, durante a sua nomeação, e assim foram reconhecidos o dito Tenente e Alferes (como) oficiais inferiores pelos ditos Guardas, do que, para constar, fiz esse termo, em que assinam ditos oficiais, digo Juiz e Oficiais. Eu, José Prestes Guimarães, escrivão do Juízo de Paz, quem escrevi".

Seguem-se as assinaturas do Juiz Bernardo Castanho da Rocha, do Capitão Teodoro, do Tenente Cardoso e do já Alferes Manoel das Neves.

O Capitão Joaquim Fagundes dos Reis, foi preso durante uma ação aqui verificada, embora nela não tivesse interferido. A seguir, mandaram-no para a ilha de Villegagnon, no Rio de Janeiro, na qualidade de adepto da causa farroupilha. E, ao que se sabe os elementos acima não foram alheios ao acontecimento, como o dá a entender o nosso historiador Francisco Antônio Xavier e Oliveira, em algumas obras.

Durante dois anos consecutivos, o já Capitão Manoel José das Neves não teve nenhum caso em sua vida, até que, em março de 1837, uns intrusos, Dionísio de Almeida e José



Nunes meteram-se nos seus ervais e ali fizeram "carijo", no preparo da erva-mate, carregando os cargueiros, que remetiam para as missões. O caso foi sabido por denúncias, logo a seguir comprovadas, o que levou Manoel José das Neves a formular queixa perante o Juízo de Paz.

Os réus, devidamente intimados, compareceram à audiência, dia 21 de março daquele ano. E lá consta do termo:

"... a conciliação foi feita da maneira seguinte:... dizem os réus que haviam entrado no erval do Capitão Manoel José das Neves por ignorarem quem era o dono, e conhecendo-o agora, asseguram nunca mais entrarem em dito lugar - só, sim, com licença de seu dono, e assim houve o dito Juiz a conciliação por feita, etc."

Os dois sabidos entraram no erval por "ignorarem o dono"... Pelo que se vê, sabiam que ele tinha dono, mas ignorando quem era, meteram-se nele como em sua quinta... Fizeram erva à vontade, enviando-a às Missões, tranquilamente, trocando-a ali por guechas... E foram levar as guechas à feira de Soro caba, rendendo-lhes boas patacas,

E tudo à custa do Cabo Neves...

060.8 - BERNARDO PAES PROENÇA

Foi dos primeiros povoadores da região de Passo Fundo, estabelecendo-se nas proximidades do riacho que tem seu nome. Era dono de toda a região, conhecia na época - 1828 em diante - pela denominação de Rincão do Pessegueiro.

Era um território vasto que, partindo das paragens de São Miguel, no Pinheiro Torto, ia para o Sul até o Jacuí. Tinha fazenda afamada, com muito da do comum, cavalar e muar, além de muitos escravos. Fazia muita erva-mate e, sobre tudo o mais, mantinha forte casa de negócio, que ficava na estrada que daqui partia para Soledade, por um traçado diferente do atual.



Possuía muitos bens e o seu dinheiro enchia algumas canastras. Diz a tradição que em suas terras deve ter muito dinheiro enterrado, e não tem sido poucos os escavadores que já buscaram e continuam buscando as suas onças e dobrões de ouro, patações de prata e joias finas que constam existir ainda... Mas onde é ninguém sabe... ”

Para esses escavadores, daremos uma pista. Leiamos e tratemos de compreender bem o que reza o termo de 20 de agosto de 1838, do Juízo de Paz, onde se consigna que Bernardo Paes Proença mandou que se notificassem aos cidadãos Salvador Gonçalves e Manoel Gonçalves, contra os quais apresentava enérgicas queixas.

E qual a razão do queixoso? Ei-la, para pasmo nosso:

"... que Salvador Gonçalves nunca mais tornará a seguir pelos fundos do campo do suplicante, e sim caminhar pela coxilha, com ordem do suplicante Bernardo Paes, obrigando-se debaixo da mesma condição Salvador Gonçalves por seu cunhado Manoel Gonçalves, sob pena de ser qualquer de ambos processados por desobediência, caso tornem a reincidir no mesmo crime, etc."

As más línguas, desde então, passaram a falar nos enterros de dinheiro, nos fundos do campo de Bernardo Paes... É que naquela época ninguém podia compreender tanta severidade, tanto melindre pela passagem de alguém por suas terras.

Forçoso é imaginar que havia um motivo especial.

E mais se acentuava a conjuntura quando, pelo que se viu do termo acima, lavrado no Juízo de Paz, que o proprietário permitia que se passasse por outro lugar, como seja "pela coxilha", mas de forma nenhuma ali pelos fundos, sob pena de autuação por crime...

Dez anos depois, teria sido preso por uma patrulha governista, sob acusação de "farroupilha", e consta ter sido



degolado nas proximidades de um capão, na estrada para Soledade, dentro de suas próprias terras...

Caiu a desolação e a ruína sobre a numerosa família Paes Proença. O que se conta sobre a sua morte no domínio da lenda, mas o que é certo é que Bernardo Paes, que muito tinha, deixou seus familiares na miséria, a ponto de saírem de Passo Fundo, em demanda de outras paisagens mais risonhas.

Quanto aos tesouros enterrados, se os havia, ninguém sabia do seu local. A morte trágica e repentina do proprietário não lhe deu tempo de revelar qualquer coisa. Conta-se que, antes de se.º degolado, pedira aos soldados que o poupassem, pois desejava falar com uma de suas filhas. Mas ninguém lhe deu ouvidos. Essa tradição perdura entre velhos escavadores... Tudo combina para acentuar a tragédia de Bernardo Paes Proença.

E suas terras? Seus bens? Seus campos e seus escravos?

As dívidas comeram tudo. Eis o que comprova do término de 13 de novembro do ano de 1848, do Juízo de Paz de Passo Fundo, em que diz que Domingos Veríssimo da Fonseca, residente na Vila Cruz Alta, na qualidade de cessionário de Dona Dorotéia Alves, por transação que com a mesma fez sobre a cobrança de uma obrigação "firmada por Bernardo Paes (hoje finado) em 26 de novembro de .1822, e pelo dito Domingos Veríssimo da Fonseca foi dito que, havendo-se conciliado, voluntariamente sobre o objeto da citada cobrança, com os herdeiros do dito finado João Paes Proença, Francisco de Almeida Bueno, Anacleto Paes Proença, Leopoldina Paes de Proença, Clara Paes de Proença, Ana Paes de Proença, Generosa Paes de Proença - todos residentes no quarto quarteirão deste Distrito, que se achavam presentes, pela seguinte maneira: "Os mencionados herdeiros, de acordo com o orador, entregaram os bens que ficaram do referido finado, constando do campo todo, pela quantia de três contos de réis; um escravo



de nome João, crioulo, de idade de vinte e cinco anos, no valor de oitocentos mil réis; Felipa, crioula, de idade de vinte e quatro anos, por setecentos mil réis; Guilherma, crioula, de idade de treze anos, por setecentos mil réis; Rosa, crioula, de idade de quinze anos, por sete centos mil réis; 732 arrobas de erva-mate, a preço de mil duzentos e oitenta e mil cento e quarenta réis, em moeda corrente, que tudo perfaz a quantia de sete contos, trezentos e trinta e oito mil réis, importância da citada obrigação, de seu capital e vencimento (juros) até 10 dias do corrente mês de novembro; requeria a ele. Juiz, de acordo com os já citados herdeiros, houvesse para melhor firmeza a validade da dita conciliação, mandar reduzi-la a termo, etc."

Firmaram o termo o Juiz de Paz Fagundes dos Reis, o escrivão José Prestes Guimarães, o credor Domingos Veríssimo da Fonseca (de Cruz Alta), a testemunha Adam Schell, a rogo de João Paes Proença, a testemunha Jorge Heim a rogo de Francisco de Almeida Bueno e de Leopoldina Paes Proença; novamente Adam Schell, a rogo de Clara Paes de Proença, de Laura Paes de Proença, e de Ana Paes de Proença; e novamente Jorge Hiem, a rogo de Generosa Paes de Proença.

A ruína da família Paes Proença não podia ser mais sacramentada. Figuras exponenciais a testemunharam, selando, com sua assinatura, o sepultamento de um dos maiores "feudos" da época...

E foi assim que se escreveu a história de Bernardo Paes, o que muito quis e tudo perdeu...

9 - JOAQUIM FAGUNDES DOS REIS

Nasceu em Curitiba, então cidade paulista, a 17 de agosto de 1785, tendo servido nas campanhas da conquista Missioneira e sua ocupação, servindo na fronteira de São Borja; onde, residiu sendo depois destacado como Capitão (pois era



assim citado pelos seus conterrâneos) para dirigir os negócios do Quarto Quarteirão de São Borja, que era o território passo-fundense, onde o Cabo Manoel das Neves tinha se fixado, no local da atual cidade de Passo Fundo.

O Capitão Joaquim Fagundes dos Reis veio como Inspetor do Comando de São Borja, dirigindo oficialmente os negócios desta região como Comissário, prestando relevantes serviços, desde a sua transferência para cá em 1830, principalmente como elemento formado da Vila de Passo Fundo, ocupando nessa ocasião, em 1834, o cargo de Juiz de Paz, tendo subscrito a petição para a construção da Capela, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, que ficou sendo a Padroeira de nosso Município, com meia légua de campo e mato, doados pelo Cabo Manoel José das Neves, mais tarde Capitão.

Em 1857, foi eleito vereador, cargo a que serviu até a sua morte, que ocorreu a 22 de junho de 1863. Teve atuação marcante na Revolução Farroupilha, de que era aderente, tendo sido preso e enviado à Corte pelos Imperiais, e, mais tarde, regressando prosseguiu nos seus trabalhos em benefício da localidade.

Fagundes dos Reis, ao chegar às plagas passo-fundenses, apresentou-se ao morador Capitão Manoel José das Neves que aqui comandava pequena escolta de seis praças das forças Imperiais, que mantinham no local hoje, Praça Tamandaré, campina inculca, um mastro tremulando a bandeira do Império.

No afã de conclamar a todos (1834) os moradores da região, Fagundes dos Reis visitava-os, conclamando ao trabalho para o engrandecimento da zona rica do Planalto.

Criou sistema de defesa contra as hordas indígenas de coroados e salteadores, que campeavam na região.

Alertou a necessidade do aldeamento neste aprazível topo de coxilha, onde se ergueu alterosa a nossa cidade de Passo



Fundo.

O progresso ervateiro e pecuário floresceu e a palavra de Fagundes dos Reis perante S. M. Imperial, representava o desejo dos povoadores da região. Tornou-se o guia do povoado e o mestre do progresso, como autoridade que era.

O conceito de Passo Fundo já corria longe, haja vista como pensavam os tropeiros da época, ao aproximar-se desta zona. Vamos pousar em Passo Fundo, onde teremos garantias individuais, hospedagem, gaitas, bailes, erva boa para o chimarrão e cachaça de Nonoai.

Faleceu Joaquim Fagundes dos Reis a 22 de junho de 1863, na sua fazenda em campos próximos à Fazenda da Brigada Militar, onde, hoje, ao longo da faixa federal que liga Passo Fundo a Lagoa Vermelha, velha trilha, dos tropeiros, repousa sob lápide com o seguinte epitáfio:

"Descansa eternamente - homenagem de gratidão e saudades - Ao Capitão Joaquim Fagundes dos Reis. Nasceu a 17 de agosto de 1795 e faleceu a 22 de junho de 1863. Seus amigos que choram. Requiescat in pace".

Com justiça cabe-lhe o título de EMANCIPADOR de Passo Fundo.

Nota: A Cultura de Joaquim Fagundes dos Reis

Pelo exame dos autos de inventário deste varão estritamente ligado à história dos velhos dias de Passo Fundo, inventário esse procedido em 1863 no Cartório de Órfãos e Ausentes, se vê que devia ter ele certa cultura uma vez que, na direção dos seus bens figuravam os seguintes livros, cuja relação é aqui transcrita textualmente, de real valor da época:

Livros descritos no inventário:

Hospital do Mundo, avaliado em 1\$500; Coruja, por \$500; História da Inquisição, 1\$000; Biblioteca Juvenil, 2\$000; Guia Prático do Povo, 2\$000; Cacografia, 1\$000; Código de Processo, 15000; Advogado do Povo, 1\$500; Baptismo, \$6002



Ensaio \$500; Oráculo, 1\$000; Correção, 1\$000;
História Sagrada, 2\$000; Nova Arte de Gramática, 1\$0002
Escola Política, \$500; Viagem Antuar, 2\$000; Volney, 2\$000;
Moral de Pedreiros Livres, \$500; Dicionário Fonseca (dois
volumes), 1\$000; 19 folhetinhos, \$600.

O inventário foi julgado a 4 de maio de 1864.

Foi um baluarte na campanha emancipacionista do município, encabeçando listas de petições, defendendo, verbalmente, junto ao governo militar da Província "Brigadeiro Jerônimo Francisco Coelho", os interesses da futura comuna passo-fundense.

Sem menosprezar os vultos da época, inegável será dizer o Capitão Joaquim Fagundes dos Reis foi autêntico amigo das terras passo-fundenses e grande patriota a serviço do progresso.

O GOVERNO DO MUNICÍPIO

NO IMPÉRIO:

07.08.1857:

Manoel José de Araújo - Presidente Executivo da Câmara de Vereadores (o primeiro dirigente municipal). Demais membros: Joaquim Fagundes dos Reis - Antônio Mascarenhas Camelo Junior - Manoel da Cruz Xavier - José Joaquim de Oliveira - Antônio Ferreira de Melo Pinheiro - José Inácio do Conto Landin.

07.01.1861:

José Joaquim Marques de Sousa Junior - Presidente Executivo da Câmara de Vereadores. Demais membros: José Prestes Guimarães - Cesário Antônio Lopes - Capitão José Gabriel de Almeida Maia - Tenente Francisco José dos Santos - Alferes Francisco Antônio Batista Rosa - e Alferes Benedito Pinto de Moraes.



07.01.1865 :

Tenente Coronel Francisco de Barros Miranda -
Presidente Executivo da Câmara de Vereadores. Demais
membros: Capitão Atanásio Batista do Nas cimento - Capitão
João Floriano de Quadros - Tenente Nicolau Falkembach -
Capitão Fidêncio Rodrigues da Silva - Tenente Jorge Schell - e
Clementino Xavier da Cruz.

07.01.1869:

Capitão João Schell - Presidente Executivo da Câmara de
Vereadores. Demais membros: Dr. Cândido Lopes de Oliveira
- Capitão Salvador Alves Rezende - Tenente Francisco José dos
Santos - Tenente Joaquim José da Silva - João Batista Rodrigues
- e Joaquim da Silva Portela.

07.01.1873:

Jerônimo Savinhone Marques - Presidente Executivo
da Câmara Municipal de Vereadores. Demais membros: Dr.
Cândido Lopes de Oliveira - Amâncio de Oliveira Cardoso -
Tenente Anacleto Maurício Rodrigues - Francisco Rodrigues
da Silva - Ildfonso José de Oliveira - e Tenente Antônio João
Ferreira.

07.01.1877:

Capitão João de Vergueiro - Presidente Executivo da
Câmara de Vereadores. Demais membros: Antônio Pereira de
Almeida - José Pinto de Morais
João Jacob Muller Filho - Estanislau de Barros Miranda (Lalau
Miranda) - Joaquim José de Andrade Pereira - e Coronel
Antônio de Mascarenhas Camelo Junior.

07.01.1881:

Francisco Xavier de Castro - Presidente Executivo da
Câmara de Vereadores. Demais membros: Rufino Antônio da
Silva - Jorge Sturm Filho - Capitão Laurindo dos Santos Cardoso
de Menezes - Dr. José Diogo Lewis - Porfírio José Duarte - e
Elesbão Felix Martins.



07.01.1883 (eleição antecipada, no ano de 1882, em virtude da Lei Saraiva) :

Antônio Ferreira Prestes Guimarães - Presidente Executivo da Câmara de Vereadores. Demais membros: Amâncio de Oliveira Cardoso - José Pinto de Moraes - Elias de Souza Kuster - João Jacob Muller - Joaquim Bernardes Vieira - Salvador Alves dos Santos.

07.01.1887:

João Issler - Presidente Executivo da Câmara Municipal de Vereadores. Demais membros: Franklin Machado da Silva - Jerônimo Savinhone Marques - Gervásio Lucas Annes - Major Francisco Marques Xavier (Major Chicuta) - Pantaleão Ferreira - e Thomas Canfield e atuou também Guilherme Morch).

NA REPÚBLICA:

Após 15.11.1889:

Gabriel Bastos - Presidente da Junta Governativa. Demais membros: José Pinto de Moraes - e Jerônimo Lucas Annes (este renunciou em 15.07. 1890, sendo substituído por Benjamin Lopes de Oliveira)

15.11.1891:

Tenente Coronel José Pinto de Moraes - Intendente Provisório. Conselho Municipal: Gabriel Bastos (Presidente) - Lucas José de Araújo - Pedro Lopes de Oliveira - Leôncio Amando Ozana Ricco - Frederico Graeff - Manoel João de Oliveira Lima - e João Henrique de Carvalho (Janjão).

01.03.1892:

Tenente Coronel Amâncio de Oliveira Cardoso - Presidente da Comissão Governativa (Federalista). Demais membros: Major Antônio Ferreira Prestes Guimarães - João Issler - Tenente Crispim José de Quadros - e Jerônimo da Costa e Silva.



17.06.1892

Tenente Coronel José Pinto de Moraes - Intendente Provisório. Conselho Municipal: Gabriel Bastos (Presidente) - Lucas José de Araújo - Pedro Lopes de Oliveira - Leôncio Amando Ozana Ricco - Frederico Graeff - Manoel João de Oliveira Lima - e João Henrique de Carvalho.

16.08.1892:

Frederico Guilherme Kurtz - Primeiro Intendente Constitucional. Conselho Municipal: Major Pedro Lopes de Oliveira (Presidente) - Tenente Coronel Lucas José de Araújo - Tenente Coronel Leôncio Ricco - João Henrique de Carvalho - Manoel João de Oliveira Lima - e Frederico Graeff.

17.04.1893:

Gabriel Bastos - Intendente. Conselho Municipal: Lucas José de Araújo - (Presidente) - Leôncio Ricco - João Henrique de Carvalho - Manoel João de Oliveira Lima - e Frederico Graeff.

Agosto de 1893:

João Gabriel de Oliveira Lima - Intendente, conselho Municipal: Lucas José de Araújo (Presidente) - Leôncio Ricco - João Henrique de Carvalho - e Frederico Graeff.

16.11.1893:

Coronel Gervásio Lucas Annes - Intendente nomeado. Conselho Municipal: Lucas José de Araújo (Presidente) - Leôncio Ricco - João Henrique de Carvalho - e Frederico Graeff.

16.11.1896 (posse) - Eleito em 02.11.1896:

Coronel Gervásio Lucas Annes - Intendente - Afonso Caetano de Souza - Vice-Intendente. Conselho Municipal: Afonso Caetano de Souza (Presidente) Claro Pereira Gomes - João Manoel de Oliveira Lima - Satirio Nunes Vieira - Osorio de Moraes Silveira - João da Cruz Albernaz - e Jesuino Bordalo.

27.06.1904:

Afonso Caetano de Souza - Intendente (em razão da



renúncia do titular). Conselho Municipal: Claro Pereira Gomes (Presidente) - João Manoel de Oliveira Lima - Satirio Nunes Vieira - Osório de Moraes Silveira - João da Cruz Albernaz - e Jesuino Bordalo.

16.11.1904:

Coronel Pedro Lopes de Oliveira - Intendente eleito. Coronel Gervásio Lucas Annes - Vice-Intendente. Conselho Municipal: Francisco Gonçalves da Silva (Presidente) - Satirio Nunes Vieira - Carlos Leopoldo Reichmann - Silvestre de Souza Lima - Gabriel Bastos - Atuaram ainda os suplentes: Lucas José Araújo - Padre Valentim Rumpell - Manoel Vieira Borges - João Brandisio de Almeida - Atanagildo Rodrigues da Silva - e Afonso Caetano de Souza.

16.11.1908:

Coronel Gervásio Lucas Annes - Intendente eleito. Gabriel Bastos - Vice-Intendente. Conselho Municipal: Dr. Nicolau Araújo Vergueiro (Presidente) - Afonso Caetano de Souza - João Brandisio de Almeida - Manoel Vieira Borges - Frederico Graeff - Padre Valentim Rumpell - e João Nunes.

16.11.1912:

Coronel Pedro Lopes de Oliveira - Intendente eleito. Coronel Gervásio Lucas Annes - Vice-Intendente. Conselho Municipal: Dr. Nicolau de Araújo Vergueiro (Presidente) - Dr. Oswaldo Caminha - Eugênio Franco Di Primio - Claro Pereira Gomes - Ângelo Pretto - Dr. Serafim Terra - e Aníbal da Silva Lemos.

16.11.1916:

Coronel Pedro Lopes de Oliveira - Intendente reeleito. Coronel Gervásio Lucas Annes - Vice-Intendente (até 04.04.1917, quando este faleceu, sendo substituído por Manoel Eduardo de Araújo). Conselho Municipal: Gabriel Bastos (Presidente) - Dr. Nicolau de Araújo Vergueiro - Aníbal da Silva Lemos - Ângelo Pretto - Eugênio Franco Di Primio - Claro Pereira



Gomes - João Brandisio de Almeida.

16.11.1920:

Dr. Nicolau Araújo Vergueiro - Intendente eleito.
Gabriel Bastos - Vice- Intendente. Conselho Municipal: Dr.
Antônio Bittencourt de Azambuja (Presidente, renunciando
ao Conselho em 1922) - Dr. Ney de Lima Costa (Presidente a
partir de 1922) - Cantidio Pinto de Moraes - Almiro Ilha - Ivo
José Ferreira - Alberto Graeff - e João Leopoldo Gerber.



Figura 7

Rua Moron

*A primeira rua calçada com pedras irregulares na cidade de
Passo Fundo*

Quadra da Praça Marechal Floriano.

*As velhas casas foram demolidas e no local hoje se encontram,
entre outras, Lojas Buri, Pernambucanas, etc.*



16.11.1824:

Armando Araújo Annes - Intendente eleito. Henrique Scarpellini Ghezzi - Vice-Intendente. Conselho Municipal: Napoleão Antunes de Almeida (Presidente) - Dr. Otto Stahl - João De Cesaro - Mauricio Langaro - Eduardo Kurtz Frederico Guilherme Sudbrack e Lindolfo Engelsing.

16.11.1930:

Henrique Scarpellini Ghezzi - Intendente (por afastamento do titular). Conselho Municipal: o anterior.

27.10.1931:

Henrique Scarpellini Ghezzi - primeiro Prefeito Municipal com este título. No seu impedimento: Leopoldo Vilanova - Subprefeito do 1.º Distrito.

21.10.1932:

Armando Araújo Annes - Prefeito Municipal nomeado. No seu impedimento: Maximiliano de Almeida, Subprefeito. Basilio de Oliveira Bicca, idem 1.º distrito.

03.12.1934:

Maximiliano de Almeida - prefeito Municipal. No seu impedimento: Basilio de Oliveira Bica - Subprefeito (1.º Distrito).

17.10.1935:

Engenheiro Nelson Pereira Ehlers - Prefeito eleito (Partido Republicano Liberal). Câmara Municipal: Aparício Langaro (Presidente) - Ernesto Morsch - Otacilio Ribas Vieira - Atilio Della Méa - Dr. Arthur Leite - Arnaldo Sperb - e Salatiel Sperry (No impedimento, assumia a Prefeitura o Presidente da Câmara).



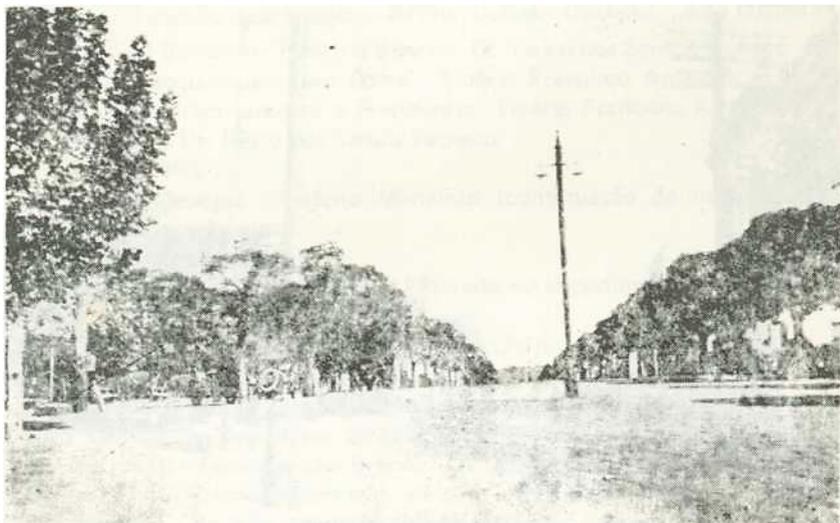


Figura 8 - Aspecto da Avenida General Neto.

06.01.1938:

Antero Marcelino da Silva Junior - Prefeito nomeado. No seu impedimento: Abelio Condessa, Subprefeito do primeiro Distrito, e por último, Serafim Lemos de Melo, Subprefeito do segundo Distrito (Campo do Meio).

03.1938:

Nelson Pereira Ehlers - Prefeito Municipal Substituto. No seu impedimento: Abélio Condessa, Subprefeito do 1.º Distrito.

22.03.1938:

Arthur Ferreira Filho - Prefeito nomeado. Conselho Consultivo: Arthur Langaro (Presidente) - Adão Kem - Túlio Fontoura - Dr. Verdi De Cesaro - Inocencio Schleder - Helio Morsch - Dorval Miranda - Aristóteles Lima - Arminio da Silva (Este Conselho Consultivo instalou-se a 30.04.1938).

No impedimento do Prefeito: Filomeno Pereira Gomes, Subprefeito do primeiro Distrito; Antônio Vieira Schleder,

idem; dr. Mario Braga, idem; Dr. Verdi De Cesaro, idem; dr. Gelso Ribeiro, idem; Antônio Rodrigues da Silva Subprefeito de Marau, por último.

17.12.1941:

Dr. Victor Graeff - Prefeito nomeado. No seu impedimento: Dr. Gelso Ribeiro, Subprefeito do 1.º Distrito; Moacir Indio da Costa, idem; Luiz Meira diretor do Tesouro Municipal; Eduardo Roca, secretário da Municipalidade.

17.07.1944:

Moacir Indio da Costa - Prefeito Interino. No seu impedimento: Luiz Meira, diretor do Tesouro Municipal; o Eduardo Rocca, secretário da Municipalidade.

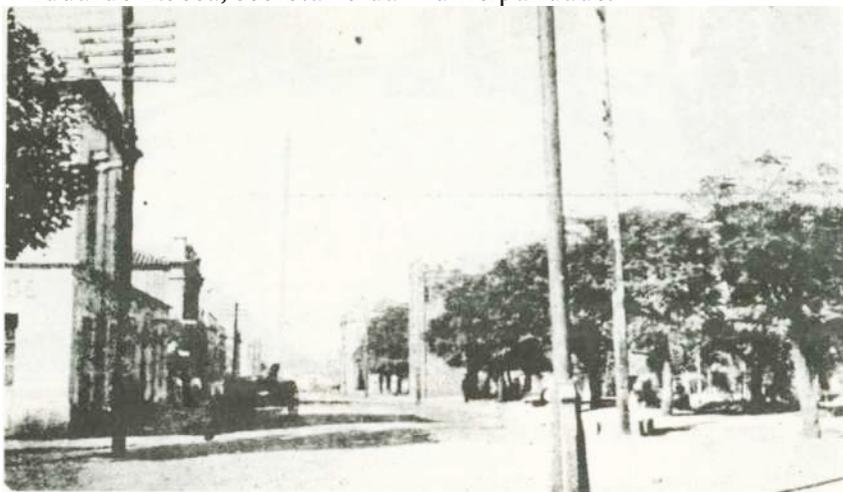


Figura 9 - Vista da Rua Moron e Praça marechal Floriano.

21.11.1945:

Francisco Antônio Xavier e Oliveira - Prefeito nomeado. No seu impedimento: Eduardo Rocca, secretário da Municipalidade.

19.02.1946:

Arthur Ferreira Filho - Prefeito Municipal nomeado.



No seu impedimento: Dr. Gelso Ribeiro, Consultor Jurídico do Município, Eduardo Rocca Secretário da Municipalidade; Brigido Miranda, Subprefeito do primeiro distrito.

06.01.1947:

Dr. Gelso Ribeiro - Prefeito Substituto.

03.02.1947:

Ivo Pio Brum - Prefeito Municipal nomeado. No seu impedimento: Dr. Mário Daniel Hoppe, Secretario da Municipalidade.

01.12.1947:

Armando Araújo Annes - Prefeito Municipal eleito. Dr. Daniel Dipp - Vice-prefeito eleito. Câmara de Vereadores: Dr. Elpidio Fialho (Presidente) - Dr. Pedro dos Santos Pacheco - Mario Goelzer - João Gasperin - Arno Fett - Aurélio Eugênio Brunetto - Fabricio de Oliveira Pilar - Manoel Araújo Bastos - Volmar Antônio Salton - Jandir Lima da Cruz - Tranquilo Basso - Poli- carpo Vieira - Basilio Osmundo Rambo - Carino Canalli e dr. Miguel Tabbal.

01.01.1952:

Dr. Daniel Dipp - Prefeito eleito. Mario Menga - Vice-prefeito eleito. Câmara de Vereadores: Dr. Aquelino Translatti (Presidente) - Wolmar Antônio Walton - Dr. Ney Menna Barreto - Augusto P. Homrich - Avelino Júlio Pimentel - Teomiros José Branco - Arthur Culman Canfield - João Gasperin - Lauro Ricieri Bortolon - Romano Busato - Dr. Pedro dos Santos Pacheco - Coronel João Jacques, Lamaison Porto - Tibério Francisco Amantea - Ernesto Morsch. Exerceram também a Presidência: Tibério Francisco Amantea - Ernesto Morsch e Dr. Pedro dos Santos Pacheco.

02.01.1955:

Mário Menga - Prefeito Municipal (continuação do mandato). Câmara Municipal: a mesma.

20.07.1955:



Dr. Pedro dos Santos Pacheco - Prefeito no impedimento do titular.

10.08.1955:

Mário Menga - Prefeito (em continuação do mandato).

01.01.1956:

Wolmar Antônio Salton - Prefeito eleito. Benoni Rosado - Vice-prefeito eleito. Câmara de Vereadores: Dr. Aquelino Translatti (Presidente) - Dr. Romeu Martinelli - Teomiro José Branco - Dr. Justiniano Augusto Trein - Teimo Corrêa - Arthur Culmann Canfield - Wilson Corrêa Garay - Agenor de Oliveira Sady Marinho - Dr. João Junqueira Rocha - Oswaldo Pacheco Geyer - Tenente

Marciano Pereira da Silva - Centenário Indio do Amaral - Dr. Arnildo José Sarturi - Dr. Ernani Coitinho.

01.01.1960:

Benoni Rosado - Prefeito eleito. Sinval Bernardon - Vice-prefeito eleito. Câmara de Vereadores: Moacyr da Motta Fortes (Presidente) - Dr. Justiniano Augusto Trein - Juarez Teixeira Diehl - Rodolfo Rodrigues de Lara - Pedro Monteiro da Costa - Ernesto Scortegagna - Clicério Antônio Menin - Dr. Afonso Simões Pires - Fidencio Franciosi - Odilon Soares de Lima - Wilson Corrêa Garay - Carlos De Danilo Quadros - Centenário Indio do Amaral - Pery Marzuolo - Dr. Romeu Martinelli (Por morte do vereador Moacyr da Motta Fortes, as sumiram a presidência o dr. Celso Busato, Centenário Indio do Amaral, Bernardino S. Guimarães).

01.01.1964:

Mário Menga - Prefeito eleito. Adolfo João Floriani - Vice-Prefeito e- leito. Câmara de Vereadores: Coronel Octacílio Moura Escobar (Presidente) - Fidencio Franciosi - Ivo Biazus - Victor Hugo Lacerda - Dr. Arnildo Sarturi - Dr. Romeu Martinelli - Rodolfo Rodrigues de Lara - Hilário Anacleto Rebechi Ernesto Scortegagna - Odilon Soares de Lima -



Wilson Corrêa Garay - Dr. Tubi no da Silva - Antônio Augusto Mirelles Duarte - Lauri Jesus Frôes - Delmo Alves Xavier (por transferência de residência, para fora do município, por parte do Dr. Tubino da Silva, assumiram os suplentes Lauri Jesus Frôes e Pedro Mader, sucessivamente).

01.01.1968:

Mário Menga - Prefeito Municipal (mandato prorrogado até 1969). Adolfo João Floriani - Vice-prefeito (mandato prorrogado). Câmara de Vereado res: a mesma, sob a presidência de Hilário Anacleto Rebechi (o mandado nessa legislatura ficou também prorrogado até 1969).

31.01. 1969:

Prefeito: dr. Cesar José dos Santos (faleceu em maio de 1970). Vice-Prefeito: Guaracy Barroso Marinho, que se tornou Prefeito em 31.01.1973. Câmara: Presidentes: Delmo Alves Xavier e Ernesto Scortegagna.

31.01.1973:

Prefeito: Tenente Coronel Edú Vila de Azambuja - Vice-prefeito: Dr. Juarez Paulo Zilio. Câmara: Presidente - Lorencio Pires de Oliveira.

31.01.1977:

Prefeito: Wolmar Antônio Salton; Vice-prefeito: Dr. Firmino Duro. Presidente da Câmara: Ernesto Scortegagna.

15.08.1977:

Por motivo de doença do Prefeito Salton, assumiu o Vice-prefeito, dr. Firmino Duro. Retorna em fins de 1977, o prefeito Salton.

1979:

Por motivo de saúde do prefeito Salton, assume a Prefeitura o dr. Firmino Duro, como Prefeito.



MONUMENTOS HISTÓRICOS

Distando mais ou menos 12 km da cidade de Passo Fundo encontra-se o Monumento da Batalha do Pulador, travada a 27 de junho de 1894.

Esse monumento foi erguido em 1900, constituído de dois obeliscos, destacando o campo dos Republicanos e dos Maragatos, erguido por Thomas Canfield. É uma relíquia histórica situada no antigo Campo dos Meios.

Da cerimônia foi lavrada ata e registrada em cartório do Notário de Passo Fundo, na época, Joaquim de Albuquerque e que segue:

"Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de mil e novecentos, nesta República dos Estados Unidos do Brasil, Estado do Rio Grande do Sul, no quarto distrito do termo da comarca de Passo Fundo, ao meio dia, no lugar de nominado "Campo dos Meios", presentes diversos cavalheiros foi convidado o infanscrito para servir de secretário. O cidadão João A. Vernez, telegrafista da Estação do Pulador, fazendo uso da palavra proferiu brilhante e eloquente discurso, no sentido das lamentáveis desgraças que ocasionaram uma guerra entre irmãos. Falando ainda no mesmo sentido o cidadão Thomaz Canfield que disse: ter iniciado e executado o trabalho das pedras comemorativas à grande batalha de vinte e sete de junho de mil oitocentos e noventa e quatro, somente depois de ter obtido licença verbal do Coronel Gervásio Lucas Annes, Intendente do Município, para esse fim, cujas pedras são monumentos que perpetuaram essa grande batalha entre forças legais e revolucionárias, fazendo o ora dor parte das últimas, dizendo que a maioria dos bravos que ali sucumbiram eram imortalizados nas duas pedras ali erigidas onde se registravam inscrições aludindo a memorável batalha. Tendo-se no dia anterior, vinte e três de fevereiro no campo



e lugar ocupado pelas forças revolucionárias, erigido a pedra comemorativa referente a esses bravos; cuja pedra tem na face de oeste as inscrições seguinte: Grande batalha de vinte e sete de junho de 1894: Posição forças revolucionárias dois, dois três... Lê-se ainda a firma Canfiled, vendo-se mais uma cruz, um compasso e um esquadro sobre a mesma pedra; no sub solo foram convenientemente colocados escritos e o jornal "O Gaúcho" relativos ao assunto; encerrado com uma pedra, contendo as inscrições seguintes Gal. Gomercindo Saraiva, Gal. Prestes Guimarães, Cel. Aparício Saraiva. Quanto à pedra comemorativa que hora se inaugura referente às forças legais, está como a pretende, colocada junto à margem esquerda da estrada de ferro do Itararé, no km trezentos e trinta e quatro, ao sudoeste da primeira, tendo as inscrições na face este, as quais são as seguintes: Grande batalha de vinte e sete de junho de mil oitocentos e noventa e quatro: Posição da força do governo, vinte e quatro dois, noventa e oito: com a firma Canfiled, uma cruz, compasso e esquadro abertos sobre a mesma pedra, no subsolo foram também convenientemente colocados escritos relativos aos assuntos e o primeiro número do jornal publicado nesta cidade, denominado "Echo da Verdade". Tudo encerrado com uma pedra com as inscrições seguintes: General Lima, General Firmino de Pau Ia, Coronel Santos Filhos. Do que era para constar eu, Pantaleão Ferreira Prestes, escrevi e assino com os circunstantes a presente (assinados) Pantaleão Ferreira Prestes, Thomaz Canfiled, Fidencio Gonçalves do Nascimento, Silvestre de Souza Lima, Daniel Canfiled, Espiridião Gauvan, Luiz Francisco da Silva, Manoel José de Camargo, Joaquim Borges do Santo, Gustavo Adolfo Rachel, Lodovico Zanan, Arthur Canfiled, Juvenal Canfiled, Adirinio di Primio, João Muller, Valeriano Pereira Soares, Maria José de O. Mello, Francisco Lancelot, Antônio de O. Mello.



MARCOS HISTÓRICOS

O primeiro busto em bronze aqui inaugurado foi o do Coronel Gervásio Lucas Annes, intendente municipal e chefe político de nomeada.

Resultou de uma campanha do Clube Pinheiro Machado, órgão do Partido Republicano Riograndense, tendo sido escultor o português Pinto Couto, residente então, no Rio de Janeiro.

A inauguração do busto efetivou-se a 10 de abril de 1921, na gestão do intendente dr. Nicolau de Araújo Vergueiro.

O obelisco do 1.º Centenário da Independência foi inaugurado a 7 de setembro de 1922, em frente a Praça da República, hoje Praça Ernesto Tochetto.

1957, à frente da ex-Prefeitura Municipal, Avenida Brasil, foi solene mente inaugurado o obelisco alusivo ao 1.º Centenário do Município de Passo Fundo.

O segundo busto aqui inaugurado foi o de Joaquim Fagundes dos Reis, à praça do mesmo nome, à Avenida Brasil, Boqueirão, entre a rua dos Andradas e 20 de Setembro. Sua inauguração foi a 7 de agosto de 1957, data magna do Município, pelo Instituto Histórico e Geográfico e população daquele Bairro. Foi obra do escultor Alberto Rossini.

Em 1962, foi inaugurado o busto do presidente Getúlio Dorneles Vargas à Praça Marechal Floriano, com frente para a Avenida General Neto.

Foi conseguido através de uma campanha do ex-Partido Trabalhista Brasileiro de Passo Fundo.

Em 1963, foi erigido à Praça da República, posteriormente Praça Maurício Cardoso, Praça do Congresso Eucarístico e em 1963 remodelada, passou a chamar-se Praça Ernesto Tochetto, onde se encontra uma placa de bronze com a efígie e o nome do saudoso professor Tochetto que muitos e magníficos serviços



prestou à mocidade estudiosa desta terra.

Em 1964, um movimento de senhoras rotarianas, tendo à frente a senhora Ada de Castro, erigiu o movimento à Mãe fronteiro ao Grupo Escolar Fagundes dos Reis, à Avenida Brasil, Boqueirão.

Trata-se de um conjunto belíssimo, obra do escultor Paulo Ruschel e es posa, residentes em Porto Alegre.

Durante a Semana Municipal, de 1o. a 7 de agosto, em 1964, foi inaugurado o busto do General Antônio Ferreira Prestes Guimarães mais conhecido por Prestes Guimarães, advogado, político, ex-Presidente da Província e um dos mais ilustres passo-fundenses. Foi chefe da Revolução Federalista na região da Serra. A obra foi devida uma campanha do Instituto Histórico e Geográfico de Passo Fundo, com auxílio do Município, sendo escultor o sr. Alberto Rossini.

O busto do Dr. Nicolau de Araújo Vergueiro, notável médico e político passo-fundenses, ex-intendente e ex-deputado estadual e federal, é produto, também, do Instituto Histórico e Geográfico, sendo obra do escultor Alberto Rossini. Sua inauguração ocorreu na Semana do Município de 1.o a 7 de agosto de 1964, na Praça à Avenida Brasil, canto oeste, fronteiro à antiga residência do homenageado.

O busto de Ana Luiza Teixeira, ilustre e abnegada educadora, uma das pioneiras do Colégio Elementar, hoje E.E. de 1.o Grau "Protásio Alves", deve -se a uma campanha do Instituto Histórico e Geográfico local, com auxílio municipal. Obra do escultor Alberto Rossini, inaugurou-se na Semana do Município de 1.o a 7 de agosto de 1964, em praça ao centro da Avenida Brasil, em frente ao Colégio Notre Dame.

O busto de Francisco Antonino Xavier e Oliveira, homem público, ex-prefeito e Pai da História de Passo Fundo, foi obra da lavra do escultor Alberto Rossini, inaugurada na Semana do Município, de 1.o a 7 de agosto de 1964, na Praça



Antonino Xavier, em frente ao Hospital da Cidade. Deve-se a uma campanha do Instituto Histórico e Geográfico local, juntamente com a municipalidade.

Em 1974, na Praça Ernesto Tochetto, zona leste, foi erigido, um obelisco comemorativo ao decênio da Revolução de 1964.

Em 1966 o Lions Clube de Passo Fundo (Centro), inaugurou um obelisco a Melvin Jones, na zona oeste da cidade.

No Centenário da imigração alemã, em 1974 e no Centenário da imigração italiana, em 1975, foram inauguradas placas comemorativas aos eventos, respectivamente, à Avenida Brasil, ala norte, próximo a rua Teixeira Soares e à Avenida Presidente Vargas, próximo ao Colégio Cecy Leite Costa.

Por ocasião do 1.º Centenário do Município, em 1957, foi inaugurado no Parque Municipal de Exposição (parte onde hoje se encontra a nova Prefeitura), um obelisco comemorativo à data.

VALORES NOSSOS

1 - Dr. MIGUEL KOZMA

O Brasil recordou em 1974, principalmente o Rio Grande do Sul, o sesquicentenário da colonização alemã, como o início de uma nova era de civilização trazida de outras terras.

Desde então a leva de imigrantes, em número progressivo, buscou a Terra de Santa Cruz para nela implantar marcos de progresso e de bem-estar.

Cumpre-se hoje prestar uma homenagem póstuma a um valor nosso de outras terras, que soube marcar sua passagem na região do Planalto Médio ou seja, na região da Grande Passo Fundo na década de 1920. Trata-se do dr. Miguel Kozma, húngaro de nascimento, mas brasileiro de coração, gaúcho



por afeto e passo-fundense por dedicação. Abandonando o continente europeu a pós o término da 1a. Grande Guerra mundial (1914-1918), buscou a América, fixando-se na Argentina, rumando a seguir para o Brasil, onde fez uma vi da de trabalho e de amor, visando sempre o bem comum, o progresso e a projeção do meio ambiente em que residiu. Palmilhou, pela primeira vez, no Brasil, a cidade de Uruguaiana, mas fixou residência em Carazinho, nos primeiros dias de 1921, como médico, conhecedor das melhores técnicas da época, incentivando organizações hospitalares, poupando vidas com sua assistência a- miga e entrosando-se na vida da comunidade carazinhense, então 4.o distrito de Passo Fundo. Em dados momentos colhidos na hoje vizinha cidade de Carazinho, tivemos a felicidade de ouvir relatos que transmitiremos:

Recém chegado àquela vila, o dr. Kozma entrosou-se perfeitamente, pois sentiu-se em casa, em razão das inúmeras famílias descendentes de alemães, formando-se serões e tertúlias, quando analisavam a maravilhosa psicologia desse país que a todos acolhe, mistura-se o amor pela terra, intensifica- se mais ainda. Desses encontros surgiam ideias de prática de esportes, de aglomeramentos políticos, quando o dr. Kozma liderava, participava e dava tudo de si. Naquela época organizou um grupo de jovens para o treino do jogo de tênis, o 1.o do município (informação prestada pela senhora Elfrida Kronefeld Gehm, uma das poucas componentes do grupo que ainda existe).

Em 1922 o Rio Grande do Sul convulsionou-se na política, em consequência de discórdias entre os representantes do Partido Republicano borjistas e Maragatos assististas, sendo o município de Passo Fundo o pioneiro dos encontros armados. Carazinho foi sacudido pelo entusiasmo de seu líder, entre eles o General João Rodrigues Menna Barreto. Organizada a tropa para bater-se com os republicanos, notou-se que havia uma



lacuna, a falta do Corpo Médico e uma Cruz Vermelha.

Voluntariamente (apresentou-se, o dr. Miguel Kozma, pronto a suprir a falta. Tomou a si a responsabilidade médica e organizou a Cruz Vermelha que durante os anos de 1923 até a paz em 1924, sob sua chefia, como Capitão, desempenhou-se com conhecimento e bravura. Nos combates e escaramuças havidas na região onde atuou o General João Rodrigues Menna Barreto, o dr. Kozma não só medicou os feridos como, muitas vezes, sob duras intempéries, carregava-os nas costas, vencendo atoleiros, chuvas e rigoroso inverno. Muitas vezes racionou o alimento que lhe cabia para que não faltasse aos soldados doentes e feridos. Temos a certeza de que Carazinho saberá cultivar sua memória e engajá-lo entre os seus benfeitores.

Após a concessão da anistia e a conseqüente paz, o dr. Kozma transferiu residência para Passo Fundo onde prestou valiosos serviços médicos e de caráter patriótico. Em 1930, quando o Rio Grande do Sul, de pé pelo Brasil, impôs suas condições políticas a Nação, o dr. Kozma como médico e já tendo, voluntariamente, participado do movimento, incorporou-se à guarnição federal, aqui sediada, na época o 8.0 R.I., tendo-se destacado pelo seu ardor cívico e amor a causa justa do Rio Grande, cabendo-lhe elogios e honras só cabíveis a um brasileiro.

Em 1932, durante a Revolução Constitucionalista irrompida, em São Paulo, o dr. Kozma voltou a prestar serviços médicos, espontaneamente, rumado do Rio Grande do Sul para o campo de luta em Itararé, na divisa do Estado do Paraná com São Paulo, onde demonstrou não só valor profissional e coragem, como também acentuado sentimento de amor pelas causas gaúchas em benefício da Pátria Brasileira.

Em 1934, transferiu-se para o Mato Grosso, cidade de Rio Pardo, onde clinicou por algum tempo. Nessa cidade matogrossense contraiu núpcias em 5 de janeiro de 1938 com exma.



d. Eulina Fontoura da Silva Kozma, de tradicionais famílias do Estado; no mesmo ano, o casal veio para Passo Fundo, aqui constituindo seu lar. Era o dr. Miguel Kozma, filho do extinto casal José- Joanna Kozma, da cidade de Budapest e nascido a 06.10.1896. Sua esposa é filha do casal, já desaparecido, Filadelfo Alves da Silva e Francisca Fontoura Alves da Silva. Especializando-se em Radiologia, o dr. Miguel Kozma instalou um bem montado gabinete em Passo Fundo, em cujo setor trabalhou mais de 35 anos. Do casal Miguel-Eulina Kozma, houve os seguintes filhos: sra. Mareia Kozma Benincá, casada com o dr. Carlos Alberto Benincá, médico cirurgião residindo em Serafina Corrêa; dr. Miguel Carlos Kozma, engenheiro agrônomo das Centrais Elétricas de São Paulo (casado com a sra. Maria do Carmo Cassales Kozma) e o dr. Gerson Amaury Kozma, economista das Centrais Elétricas da capital paulista (casado com Conceição Beneziani). Além da esposa, filhos, genro e noras, o dr. Miguel Kozma deixou a prantear sua morte os netos: jovem Silvia, Tânia e Carlos Benincá, Rodrigo e Sofia Cassales Kozma, Ligia e Daniel Veneziani Kozma.

Durante 36 anos; atuou na vida social, política e econômica de Passo Fundo, confirmando a sua atuação em Carazinho, quando deu "de si sem pensar em si". Como rotariano deu exemplos dignificantes que perpetuarão sua memória e como brasileiro por opção própria, deu aos seus familiares os melhores exemplos de civismo, tornando-se um brasileiro autêntico.

Passo Fundo lembrará sua passagem como valor nosso vindo de outras terras.

2 - DR. CLODOALDO BRENNER

Desfrutando de grande apreço e estima no seio da classe médica, nos círculos sociais e entre a população, e gozando



de numerosas relações de amizade, a notícia da morte do Dr. Clodoaldo Brenner ecoou pesadamente.

O finado residia há longos anos nesta cidade. Nasceu em Santa Maria, a 30 de dezembro de 1900 e faleceu a 11 de agosto de 1976.

Eram seus pais o sr. Francisco Pedro Brenner, antigo comerciante e a sra. Maria Luiza Kummel Brenner, já falecidos, em Santa Maria. O dr. Clodoaldo Brenner contraiu núpcias naquela cidade com a exma. Sra. D. Irma, de Lemos Brenner, em 11 de maio de 1929, também pertencente a tradicional família santa-mariense. Além de sua esposa, deixou a prantear sua morte os filhos, dra. Nilva de Lemos Brenner, bacharel em Administração de Empresas, o dr. Aldo Francisco de Lemos Brenner, engenheiro eletrônico. O dr. Aldo é casado com a sra. Dra. Maria Ivone Meira Brenner, engenheira eletricista, especialista em Processamento de Dados.

Deixou os netos: Mauren Fernanda e Pedro Arthur.

O extinto dr. Clodoaldo Brenner, um dos mais acatados médicos gaúchos, deixou a sua terra natal. Santa Maria, no ano de 1929, rumando para Passo Fundo na qualidade de médico da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, cargo que desempenhou durante longos anos.

Formou-se em 1927, na antiga Escola de Medicina, de Porto Alegre. Além das funções de médico da VFRGS desde 1928, atuou junto à Caixa de Aposentadoria dos Empregados da mesma ferrovia; foi médico-chefe do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados e Funcionários Públicos e, durante alguns anos, desempenhou idênticas funções quando da unificação dos Institutos, que formam o INPS. Sua especialidade era ginecologia, obstetrícia e cirurgia.

Foi um dos fundadores do Rotary Club Passo Fundo, em julho de 1939, tendo exercício o cargo de presidente do Conselho Diretores dessa unidade rataria; professor da Escola Normal



Oswaldo Cruz; professor da extinta Escola de Enfermagem do Hospital da Cidade de Passo Fundo; professor da Escola Notre Dame, lecionou a cadeira de biologia; diretor-médico do Hospital São Vicente de Paulo e do Hospital da Cidade. O corpo do dr. Clodoaldo Brenner foi transferido do Hospital da Cidade para a Igreja Evangélica da Confissão Luterana do Brasil, à rua Paissandu, 1061, onde foi velado perante numeroso número de pessoas amigas e das relações do extinto, bem assim, de colegas e companheiros dos Clubes Rotários de Passo Fundo.

O ato de encomendação do corpo foi dirigido pelo reverendo Seno Budke, pastor da Igreja, que fez o panegírico do finado e dirigiu palavras de conforto à família enlutada.

A seguir, os restos mortais do dr. Clodoaldo Brenner foram conduzidos ao Cemitério Municipal da Vila Vera Cruz, onde efetuou-se a cerimônia de sepultamento. Em nome do Rotary Club Passo Fundo e dos demais companheiros e amigos de Brenner, antes do corpo baixar à tumba, o sr. Ney Vaz da Silva dirigiu uma sentida oração, em que exaltou as virtudes de caráter e coração de Clodoaldo Brenner, pondo em relevo passagens de sua vida, como chefe de família, cidadão, profissional, amigo e benfeitor da comunidade.

A família Brenner recebeu numerosos votos de condolências pelo passamento de seu saudoso chefe.

A imprensa local noticiou este trabalho que aqui foi transcrito.

DIOCESE DE PASSO FUNDO

A Diocese de Passo Fundo na primavera de 1981, sorriu e chorou. Sorriu, porque sentiu-se agraciada em ver seu 1.º Bispo, Dom Cláudio Colling, elevado a Arcebispo, chorou, porque iria privar-se de sua presença pastoral, abrir mão de sua convivência, de seu amparo em todas as horas, de seus



conselhos, de suas vibrações de carinho e de sua benção de Pastor.

Dom Cláudio, os 30 anos aqui vividos serão inesquecíveis porque as obras aqui realizadas por V. Excia. Revma. já as marcaram pelos tempos a fora.

UM EMPREENDIMENTO: ROSELÂNDIA – EXPOSITUR

A Roselândia (hoje já considerado Parque Turístico da Roselândia) está localizado na zona sul da cidade, junto ao distrito de São Roque, ladeada pela Capela de N. Sra. da Saúde e Capela de S. Roque; é uma planície coberta de vegetação nativa, com declives acentuados, onde se encontra uma bela cachoeira formada pelo riacho N. Sra. da Saúde ou Paiol de Telha, que nasce no Campo do Meio, ligando-se com o S. Roque e desaguando no vale do Jacuí. No local da queda da cachoeira há um espetáculo natural que encanta: as rochas que nos fazem pensar em épocas primárias de nosso solo.

A Roselândia dista do centro da cidade (Praça Marechal Floriano) 5 quilômetros; é a natureza chamando o homem a participar de sua beleza, de sua pureza, sem danificá-la.

O nome Roselândia foi dado pelo sr. Irady Laimer, proprietário da terra que em 1970, nesse local iniciou o cultivo de rosas, cujo local, hoje é digno de cartão postal. O cultivo das rosáceas e a área por elas ocupada já pertencem a novo proprietário.

A Roselândia é a menina dos olhos de Irady Laimer, grande proprietário dessa área privilegiada pela natureza e um grande idealista em torná-la porto de lazer e recreação sadia.



PARQUE TURÍSTICO DA ROSELÂNDIA

A Roselândia cresceu, criou infraestrutura com água, luz, loteamento, galpão crioulo, com churrascaria, cabanas, Kartódromo, o que já lhe valeu o título de Parque Turístico da Roselândia.

O local já tem sido visitado por autoridades de Turismo, ecólogos e autoridades em assuntos de Parques e conhecedores de reservas que comportam lazer, sendo todos unânimes em seus julgamentos, dizendo que ali comporta "o maior complexo turístico, fazendo de Passo Fundo um polo de atrações, as mais diversas".

A Associação Comercial de Passo Fundo, tendo à frente de sua atual administração o sr. Nilo Fernandez assumiu o projeto EXPOSITUR, que levará a termo na Roselândia, um complexo para Rodeios, Esportes, Exposições, Centro de Convenções, criando assim, turismo e mão de obra, onde haverá lugar para apresentação artística, literária, cinematográfica, hotéis, piscinas, feiras, lugar para lazer e atrações diurnas e noturnas.

EXPOSITUR

A constituição da Expositur S.A. - Feiras e Empreendimentos Turísticos Passo Fundo - RS, foi no dia 16 de junho de 1981, no Salão Nobre da Associação Comercial de Passo Fundo, criada mediante assembleia geral.

Já na data de três de outubro de 1981, a Expositur realizou a 1a. Feira de Máquinas e Implementos Agrícolas e Leilão de Máquinas e Implementos Agrícolas Usados, na Roselândia, estendendo-se até o dia seguinte, com um programa que atraiu visitantes, além da expectativa.

Com um programa bastante diversificado, entre outras



apresentações, houve Missa Crioula, e cerimônia presidida pela Sociedade Botânica de Passo Fundo, tornando imune ao corte pinheiro secular, existente no local, onde se rá construído o Centro de Convenções e Parque de Exposições.

Na ocasião da instalação da 1ª. Feira, usou da palavra o dr. Salim Buaes membro da Diretoria da Expositur.

O sonho de Irady Laimer já tomou corpo e em médio prazo a Expositur fará da Roselândia ponto de atração turística a nível nacional e internacional

Por gentileza de Marina de Oliveira Annes, anexaremos, entre os Nossos Valores, um trabalho do saudoso historiador passo-fundense Antonino Xavier e Oliveira, exaltando a figura de:

FRANCISCO MARQUES XAVIER

Mais conhecido por Chicuta, apelido familiar que por isso mesmo veio a acrescentar ao seu nome, era filho de Francisco Xavier de Castro e de D. Anna Joaquina Ferreira, tendo nascido a 9 de outubro de 1836 em São Luiz, nos Campos Gerais da comarca de Curitiba, então Província de São Paulo e que depois, em 1852, veio a constituir a Província, hoje Estado do Paraná.

Em outubro de 1843, portanto aos 7 anos de idade, foi trazido para Passo Fundo, por seus pais, que aí vieram de mudança e que se fixaram, a princípio na povoação, depois em lugar próximo à mesma, para o ocidente, à beira da Serra Geral, e mais tarde, porque adquirissem a fazenda que denominaram Três Capões, entre os rios Jacuí e Taquari, hoje Capiguí, neste município, para a mesma se transferindo.

Na lida pastoril dessa fazenda e em viagens que seu pai, também tropeiro fazia a São Paulo, conduzindo muares para a feira de Sorocaba, teria ele, Chicuta passado o período que se



escoou de então a 1864 e em fins do qual deveria ser realizado o seu casamento com d. Marcolina de Quadros, filha de Francisco Leandro de Quadros e de d. Balbina Maria da Trindade, proprietários da fazenda do Aterrado, à margem direita do rio da Várzea, no atual município de Carazinho.

No referido ano de 1864, a 11 de outubro, era nomeado alferes, posto do qual a 1.o de dezembro ascendia ao de tenente-quartel-mestre, no 5.o Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional desta comarca, do qual era comandante o Tenente Coronel Francisco de Barros Miranda, unidade com a qual, no ano seguinte, invadida a Província pelo exército paraguaio de Estigarribia, marchou para o teatro da guerra que daí resultou, tomando parte no combate do Botuí a 26 de junho de 1865, e operações que se desdobraram até o cerco e rendição do invasor em Uruguaiana, em 18 de setembro do mesmo ano.

Passando a servir no 7.o Corpo Provisório, do Exército do General Osório, entre outras operações militares, tomou parte nas de 2, 20 e 24 de maio, 16,17 e 18 de junho, em 1866; 16 e 25 de julho, 6, 11,21 e 27 de dezembro, em 1868; 8 de junho e outras quatro, relativas a tomada de Assunção, e 1.o de março de 1870, sendo promovido, sucessivamente, a Capitação e a Major, e alcançando pela sua atuação, entre outras, as honrosas citações que seguem;

Na parte de combate, do tenente coronel João Luiz da Costa Lerina, comandante do 5.o Corpo Provisório de Cavalaria, ao coronel Manoel de Oliveira Bueno, comandante da 4a. Brigada.

“Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Senhoria que durante o combate de vinte e quatro de maio de mil oitocentos e sessenta e seis, que todos os oficiais e praças sob o meu comando se portaram com valor e energia dignos de todo o louvor; devendo, contudo, particularizar o Tenente Francisco Marques Xavier, que se especializou pelo valor e



denodo com que se portou".

Na ordem do dia n. 19, de 16 de junho de 1869, o Comando em Chefe de todas as forças em operações contra o governo paraguaio:

"Sua Alteza o Senhor Príncipe Marechal do Exército, Comandante em Chefe, anuncia um novo feito das forças sob o seu comando que acaba de unir-se aos outros tantos da história desta campanha e se digna conceder a medalha de mérito, criada pelo decreto 4131, de 28 de março de 1868, aos senhores oficiais e praças constantes da relação que se segue, mencionadas pelo General João Manuel Menna Barreto, destacando-se o Capitão Francisco Marques Xavier, por ter sido um dos primeiros a transpor a trincheira da picada de Sapucahy e pela bravura que teve no combate da picada e trincheiras do passo de Sapucahy".

Na parte do Brigadeiro José Antônio Corrêa da Câmara, datada de 22 de janeiro de 1870, do quartel da vila da Conceição, em que, aludindo a detalhe de serviço, consigna a marcha do esquadrão de vanguarda

"ao mando do "intrépido e infatigável capitão do 1.º Corpo Provisório de Cavalaria, Francisco Marques Xavier", que "tinha à vista e trocava tiros com os guardas avançados do acampamento inimigo, por ele escolhido para campo de combate".

Na parte do Coronel João Nunes da Silva Tavares, comandante da 5ª. Brigada de Cavalaria, ao mesmo General José Antônio Corrêa da Câmara, de acampamento em marcha, a 2 de março do referido ano de 1870:

"Os corpos 19.º e 21.º de Cavalaria, este comandando pelo Tenente Coronel Francisco Antônio Martins, aquele pelo Tenente Coronel Manuel Hypólito Pereira: os esquadrões de clavineiros do 1º Corpo comandado pelo Major Francisco Marques Xavier, e do 18.º pelo capitão Pedro José Rodrigues e o 9.º Batalhão de Infantaria comandado pelo Major Floriano



Vieira Peixoto, formavam a coluna de vanguarda às minhas ordens, que tantas glórias conquistou para o Exército e para a Pátria, nesse dia memorável "Alude à batalha de Aquidabam, travada na véspera"; e, depois de enaltecer a atuação do primeiro e segundo destes comandantes, acrescenta:

"Não desiguais lhes foram os bravos Majores Floriano Vieira Peixoto, comandante do 9.o Batalhão de Infantaria; Francisco Marques Xavier, comandante do esquadrão de clavineiros do 1.o Corpo, e o Capitão Pedro José Rodrigues, comandante do esquadrão do 18.o que bem sustentaram a boa reputação de valentes;"

Na parte do mesmo brigadeiro José Antônio Corrêa da Câmara, ao Marechal de Campo Vitorino José Carneiro Monteiro, comandante das forças ao norte do Manduvirá, datada de 13 de março de 1970:

"Igualmente muito recomendo a V. Ex.,os serviços e valor que mais uma vez ostentaram em combate o Tenente Coronel Francisco Antônio Martins, comandante do 21 .o Corpo Provisório de Cavalaria, majores Floriano Vieira Peixoto, comandante do 9.o Batalhão de Infantaria e Francisco Marques Xavier, comandante dos Clavineiros do 1.o Corpo Provisório de Cavalaria, um dos primeiros que lançou-se da barranca sobre o rio Aquidabam, dando a sua voz de comando o mais digno exemplo de valor que seus comandados tem executado".

Além dessas referências, coube-lhe vibrar o golpe final à resistência paraguaia, aprisionando o General Caballero e seu Estado Maior, operação que vem consignada em "Ephemérides Brasileiras" do Barão do Rio Branco, em data de 8 de abril de 1870, pelo modo que segue:

"O General paraguaio Caballero, que se mantinha em armas, ainda depois da morte do dictador Lopes, foi alcançado neste dia, perto de Bella Vista no Apa, pelo Major Francisco Marques Xavier, e rendeu-se quando os nossos iam dar começo



ao ataque. Tinha 54 homens".

Relativamente ao fato assim resumido, há em poder de uma de suas filhas a seguinte carta:

"Quartel em Villa da Conceição, 12 de abril de 1870.

limo. Sr. Major Xavier,

Aqui chegou hoje o Capitão Leôncio com a agradável notícia do aprisionamento do Gal. Caballero, Major Silva e ms. 2 Majores, 2 Caps, 4 Alferes e 45 soldados. Muito folgo como brasileiro e soldado por ter V. Sa. dado mais esta prova de chefe distinto e decidido lidador em prol da nossa Santa Causa, bem como a força de seu digno comando.

Adeus, disponha V.S. do

Am.o Obm.o

(Assinado) Major Floriano Vieira Peixoto".

Segundo tradição constante de "Annaes do Município de Passo Fundo" vol 1 do autor, elevar-se-ia a 22 o número dos combates em que tomara parte na aludida campanha, pela qual teria sido galardoado com 5 condecorações, das quais se tem informações precisas sobre as seguintes:

"Cavaleiro da Ordem de Christo", pelo combate de 24 de maio de 1866 (Tuyuty) por carta imperial de 29 de setembro do mesmo ano.

"Medalha do Mérito Militar, pela notável bravura que mostrou no combate de 8 de junho de 1869, por ser um dos primeiros a transpor a trincheira da picada de Sapucahy, e pela bravura que teve no combate da picada e trincheira do Passo de Sapucahy".

"Medalha de Mérito Militar pelo combate de 11 de dezembro de 1868"

"Medalha de Prata referente à rendição de Uruguaiana".

Por decreto de 22 de junho de 1870, foram-lhe concedidas as honrarias ao posto de Major do Exército, em atenção aos relevantes serviços prestados na mesma campanha,



ainda em atenção aos quais em 1891, por decreto de 5 de março, sendo já Tenente Coronel, veio a ser galardoado com as honras de Coronel da mesma corporação.

A ENFITEUSE E OS TERRENOS FOREIROS DE PASSO FUNDO

Trabalho realizado pelo prof. dr. Frederico C. Daudt, publicado em Re vista da Faculdade de Direito da Universidade de Passo Fundo (UPF), ano XIV N. 3, abril 1968.

Esse brilhante trabalho será registrado em partes, nesta obra, a fim de mais uma vez, se consolide o verdadeiro fundador de Passo Fundo, Cap. Manoel José das Neves.

"Após a instalação do Município, em 07 de agosto de 1857, surgiram dentro do perímetro da nova vila, terrenos considerados devolutos. Em onze do mesmo mês e ano, em sessão da Câmara Municipal, foi deliberado que a vi Ia de Passo Fundo adotaria as Leis de Posturas do município de Cruz Alta, da qual fora desmembrada e seu 1.º Código de Posturas foi aprovado pela Lei Provincial n. 454 de 04 de janeiro de 1860."

"As posturas de Cruz Alta permitiam a concessão de licenças para edificação em terrenos devolutos, o que foi seguido pelo novo Município. Certamente, partindo da antiga sinonímia entre as palavras enfiteuse, foreiro, foi que se originou para os terrenos tidos como patrimônio do Município - nos quais os interessados podiam construir mediante licença ou concessão da Câmara Municipal, dadas desde o início a denominação de "terrenos foreiros", ainda usada, pela qual se designam os terrenos que pertenceram ao Município em determinadas épocas, ou ainda pertencem, distintos, assim, dos terrenos particulares, isto é, os que nunca foram integrantes do patrimônio do Município. '1



“Em reunião da Câmara Municipal, datada de 30 de agosto de 1858, entre os assuntos tratados constou que a Câmara não estava fazendo concessões de terrenos, mas sim, dando licença para edificar, como comprova o expediente tratado:

"Leu-se a circular sob n. 11 do Exmo. Sr. Presidente da Província em que determina a esta Câmara remeter uma relação dos terrenos devolutos, cujo uso tiver concedido de que trata o art. 2.º, parágrafo 25 da Lei do Orçamento Municipal n. 370 de 1857. A Câmara resolveu que se respondesse a S. Excia. que em i virtude da dita Lei i nenhum terreno tem concedido, porém que incluso remete-se a relação de licença que tem concedido para a edificação de casas em terrenos devolutos nesta Vila, virtude do Título 1.º, 4, 9 e 10 das Posturas da Cruz Alta, que esta Câmara tem estado seguindo com aprovação do Exmo. Sr. Vice-Presidente, datada de 28 de agosto de 1857; e que se pedisse esclarecimento se deve continuar a conceder ditos terrenos pela Postura citada, ou se só pela Lei do Orçamento Municipal, e que no caso de não ser legal a forma por que a Câmara deu, qual a forma de legalizá-la."

"... Em data de 12 de janeiro de 1860, a Câmara, em resposta a um ofício, pelo qual a Presidência da Província negava-lhe competência para conceder terrenos devolutos na área da Vila, declarou que tendo o Governo Provincial aprovado as Posturas do Município, que lhe dão autorização para isso, continuará, apoiada na Lei, a fazer tais concessões.

A Provisão de 17 de maio de 1729, regulamentando as concessões de sesmarias, estipulou que os sesmeiros ou seus sucessores eram obrigados a se desfazerem das áreas que no futuro fossem necessárias para a fundação de vilas e também os que constituiriam os sítios para logradouro das mesmas".

Iniciado o povoamento da região de Passo Fundo, pelos brasileiros portugueses, após um séc. dessa provisão, a aquisição das terras tinha tais restrições e era bastante simples



a obtenção de sesmarias "bastando um requerimento ao comando da fronteira de São Borja", a cujo município pertencia, constituindo o seu 4.º quartelão. Estavam os proprietários de terras de Passo Fundo obrigados a se desfazerem das áreas necessárias ao povoado que se tornou vila em 1857.

A elevação de Passo Fundo à categoria de freguesia, sob a invocação de N. S. da Conceição da Aparecida, pela Lei Provincial de 26 de novembro de 1847, trouxe um maior desenvolvimento ao local que apresentava a vantagem topográfica de ligação das províncias do norte com o sul... Os terrenos para se serem edificados, certamente delimitados pela Lei acima referida ou pelas Posturas de Cruz Alta, fez com que à semelhança da enfiteuse em Portugal e depois no Brasil, fossem concedidas todas as facilidades para atrair interessados nas construções de casas, contudo não eram dados com bens enfiteuticos, pois não estavam sujeitos ao pagamento de renda anual e invariável... A municipalidade não auferia, diretamente, foro ou pensão anual na concessão dos terrenos devolutos, mas as vantagens indiretas eram apreciáveis, pois edificado o terreno recaía sobre a construção o hoje imposto predial, então chamado décima, o que facilitou o progresso populacional de Passo Fundo, comparando com os outros municípios... No começo do séc. atual, as licenças ou concessões para o interessado edificar em terrenos devolutos eram dadas mediante alvará, entregues ao mesmo e registrado na então Intendência.

Um alvará de 1960, encontramos com a seguinte redação:

"Alvará n...

'O cidadão Tte. Cel. P. L. de Oliveira, Intendente Municipal de Passo Fundo, etc.

Atendendo o que requer o cidadão ... e, tendo em vista a favorável informação do Fiscal da Cidade, resolvo



conceder-lhe licença para edificar um prédio em terreno devoluto, nesta Cidade, sito à rua ... com sessenta palmos de frente e fundos correspondentes, confrontando: ao norte com terrenos requeridos por ao sul com terrenos devolutos, ao nascente também com terrenos devolutos (fundos), e ao poente (frente), com a travessa ... Esta concessão é feita obrigando-se o concessionário ao pagamento do devido imposto e mais ao cumprimento de posturas e outras leis em vigor. ”

Intendência Municipal de Passo Fundo, ano de mil novecentos e seis.'

(a) Pedro Lopes de Oliveira”.

Essa concessão rendeu para a Intendência a então quantia de 65\$000 (sessenta e cinco mil réis). Já em 1918 uma igual concessão foi pago 190\$ 000 (cento e noventa mil réis).

“Os alvárias de concessão expedidos em 1918 eram em termos idênticos aos de 1906, quanto ao seu início, com diferença no final, onde constava a restrição de que o requerente não poderia transferir o terreno sem edificação”.

“O Código de Posturas promulgado em 05 de outubro de 1924, ao tratar da concessão de terrenos municipais, como certamente as leis anteriores não fazem referência alguma à renda anual ou ao laudêmio, elementos esses, como vimos, inerentes a enfiteuse ... Verificamos que os terrenos foreiros de Passo Fundo, objetos dos alvárias, escapam ao regime da enfiteuse, pois: a) não tinham renda anual fixa, imutável; b) não constava nos alvarás laudêmio algum (art. 686 do Cod. civ. repetição de iguais disposições do direito anterior; c) não podia ser aplicada a taxa percentual, em face da modalidade de cobrança exigida pela municipalidade nos diversos orçamentos... A municipalidade sempre considerou em igualdade de condições, para tributação em tanto os terrenos que foram objetos de suas licenças e de seus alvarás, como os terrenos que em 1857 já pertenciam a terceiros e assim continuaram. A tal respeito



basta salientarmos a lei que criou a contribuição de melhora, promulgada pela presidência da Câmara de Vereadores em 26 de julho de 1951, destinada a fazer face às despesas com o asfaltamento... Em 16 de junho de 1952, na apelação n. 8.619, a qual teve provimento e foi divulgada pela 1a. Câmara Cível do Tribunal de Justiça deste Estado, o Desembargador Carlos Flores ... apreciando a discussão a respeito de propriedade de imóvel, assentada em alvarás expedidos pela Prefeitura Municipal desta cidade, sendo certidões dos mesmos as referências às folhas dos autos, aceitou prova de propriedade e assim se pronunciou entre outros quesitos: "Encontramos nesta decisão a referência à transcrição anterior e o reconhecimento que os alvarás efetuam transferência equivalentes às de domínio".

"Parece-nos mais acertada a apreciação constante do acórdão relatado pelo então Juiz dr. Isaac Melzer, fazendo parte da Câmara o dr. Arthur Oscar Germany, ambos ex-Juizes de Passo Fundo - onde serviram por bastante tempo com brilhantismo - conhecedores, portanto, dos alvarás expedidos pela Prefeitura e da situação de fato e jurídica dos terrenos, em cuja decisão encontramos: "... têm os agravantes título bastante, qual seja a posse indireta do imóvel, derivada do direito de ocupação, forma pela qual, na cidade de Passo Fundo ninguém de domínio conseqüente a uma antiga disputa entre a Mitra e a Municipalidade, se costuma dispor dos bens de raiz, realidade a que não pode fugir o julgador; mas, pelo contrário, deve dar-lhe todas as virtudes que se aproximem do domínio, se bem que com este não possa ser confundida (Ac. da 3a. Cam. Cível, ag. inst. n. 4.802, julgado em 03.06.1954)".

"Entre acórdãos apreciados "há referência à disputa da Mitra e Prefeitura porém mais acertado era se fora dito "antiga pretensão da Mitra", porque nunca houve qualquer procedimento judicial, ou então temos que tomar a expressão do venerando acórdão "antiga disputa", não como processo



judicial. A Mitra reconhecia a validade dos alvarás, porque aceitou a transferência dos mesmos relativos a terrenos que adquiriu nesta cidade, antes da escritura de renúncia assinada em 1954.”

“A respeito da situação jurídica dos terrenos que a Mitra se dizia proprietária, nada melhor, mais detalhado e fundamentado do que um parecer do Dr. Eurico Rodrigues, do ano de 1943, membro do Conselho Administrativo do Estado.”
"Com a Constituição Federal de 1937, os Estados e Municípios tiveram dissolvidas as suas Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais (art. 178). O Decreto Lei n. 1.202 de 08.04.1939, dispondo sobre a Administração dos Estados e Municípios, criou o Conselho Administrativo, tendo entre outras a tribuições as de concordar ou não com os projetos de Decretos-Leis apresentados pelos interventores e prefeitos. As funções do Conselho, em muitíssimos casos, eram semelhantes às das Câmaras, bastando referida que a lei orçamentaria de Passo Fundo, para o ano de 1944, passou pelo Conselho e assim começa:

"O Prefeito do Município de Passo Fundo, na conformidade do disposto no art. 5.o do Decreto Lei n. 1.202 de 08 de abril de 1939 e de acordo com a resolução n. 4.389 do Conselho Administrativo do Estado Decreta...".

"Cogitado nos acordos entre o Município de Passo Fundo e a Mitra, sobre os terrenos foreiros da cidade, a solução final dependia de um decreto-lei para o qual, em face de decreto-lei já citado, 1.202, o Conselho Administrativo do Estado, deveria dar sua solução aprovatória. Assim, foi submetido a aprovação do Conselho o "Projeto de Decreto-Lei que autoriza a Prefeitura Municipal de Passo Fundo a adquirir lotes urbanos pertencentes à Mitra".

Tal projeto de decreto-lei originou, como foi dito, o parecer amplo do dr. Eurico Rodrigues, sob n. 4.769, datado de



1.o/12/1943 e publicado no Diário Oficial de 04 do dito mês e ano, edição n. 418.

Inicialmente o Parecer aprecia a justificativa do projeto, fazendo referência que no mesmo consta expressamente que "as terras foram doadas por dona Maria da Rocha Prestes à Matriz de Nossa Senhora da Conceição Aparecida conforme certidão da escritura constantedo Livro n. 3G, fls. 225", "Cartório de Registro de Imóveis. Em seguida diz: "Pretendem a Prefeitura e a Diocese de Sta. Maria por termo ao litígio que dizem existir, mediante concessões mútuas (art. 1.125 do Código Civil). Querem, para isso, celebrar uma transação pela qual a 1a. se obriga a pagar a importância de Cr\$ 260.000,00 (NCr\$ 260,00) em prestações que forem convencionadas e a segunda renunciará a qualquer direito sobre ditas terras e sobre elas reconhecerá expressamente o domínio e a posse exclusiva da Prefeitura".

"Prosseguindo na apreciação dos documentos que acompanham o projeto diz que a Diocese de Sta. Maria aparece como donatária, decorrente da escritura de doação feita por Da. Maria da Rocha Prestes, mediante escritura de ratificação e retificação, datada de 11 de novembro de 1884, na qual a doadora como filha legítima e herdeira do Capitão Manoel José das Neves e Reginal da das Neves, os quais doaram, mais de 40 anos antes desta escritura de ratificação, uma determinada área de campos, na qual foi localizada a então vila de Passo Fundo, à Padroeira desta Paróquia N. S. da Conceição Aparecida de Passo Fundo com o fim de servir de patrimônio à mesma, a mais a declaração da escritura referida no parecer de que a doação não constava de documento escrito.

Apesar das diversas transcrições já feitas do parecer, para apoiar a conclusão do mesmo, julgamos de toda a conveniência mais estas:

"Conforme se depreende e pode ser verificado pela



documentação que instrue o presente processo, houvera, no entanto, mais de um primitivo doador, pois consoante os atos da Câmara Municipal da Vila, os terrenos existentes dentro dos limites desta vila, foram de propriedade do Capitão Manoel das Neves e Manoel Alves da Cunha, os quais em 1831 deles fizeram doação a N. S. da Conceição Aparecida, desta Matriz, para a fundação de uma povoação.

"O processo que temos em mão nada esclarece sobre as glebas que pertenciam a Manoel José das Neves e a Manoel Alves da Cunha, se as mesmas eram indivisas, se ambos doadores eram condômino;. Nada por sua vez existe no âmago do processo que estamos compulsando sobre a progênie sucessora dos patriarcas transmitentes".

Ignoramos linhas e graus de parentesco, estirpes, sucessores, etc. D. Maria da Rocha Prestes é uma outorgante singular, solitária. Ademais nada existe sobre os descendentes de Manoel Alves da Cunha."

"Mais adiante o mencionado parecer, examinando as formalidades legais exigidas pelo documento junto ao expediente faz várias citações das leis vigorantes e da doutrina e afirma a respeito da validade dos títulos..."

"Ao analisar a capacidade e formalidades para a donatária ter adquirida a área, objeto da doação, apoiado na Consolidação do Direito Civil, de Teixeira de Freitas, art. 60., traz o parecer a seguinte transcrição":

"Sem especial concessão do Corpo Legislativo, as Igrejas, Ordens Religiosas, Confrarias, Irmandades, Misericórdia, hospitais e quaisquer outras Corporações de Mão morta, não Podem adquirir ou Possuir qualquer Título, bens alguns de Raiz" (In ed. 1876 pág. 77,78,3a. edição)".

"Queremos ressaltar que o grifo acima consta no parecer ora em apreço, o qual passa a apreciar os resultados que a transcrição feita em 1932, da escritura de ratificação e retificação



de 1884, poderia produzir em face de dita escritura ser nula..." "Em decorrência destas conclusões não foi feito acordo algum entre a Mitra e a Prefeitura em 1943. Dito parecer robusteceu os direitos da Municipalidade sobre os terrenos foreiros, pois em 1951 pela Câmara foi dada autorização para o Prefeito doas escritura de domínio dos mesmos.

“Essa autorização decorreu do fato de os concessionários alegarem a não consecução de empréstimo com as diversas instituições financiadoras de construções entre as quais se incluía a Caixa Econômica-porque não tinham os mutuários domínio dos terrenos foreiros.”

A Câmara Municipal, em 1951, autorizando a Prefeitura a escriturar terrenos que foram antes objeto de alvarás de concessões, escritura essa a ser dada sob determinadas condições-implicitamente reconhecia ao município a plena propriedade de tais terrenos, pois que outras conclusões não podemos tirar, visto que não seria admissível a Prefeitura escriturar o que pudesse ser objeto de dúvidas futuras, com danos posteriores a que está sujeito todo aquele que aliena o que lhe pertence. Não conhecemos os fundamentos do pedido feito pelo Executivo Municipal em 1951 e nem tão pouco em que elementos a Câmara se apoiou para concordar com a autorização solicitada, mas tudo nos leva a crer, que foi baseada a decisão no ato n.o 340 de 1857, visto que as escrituras dadas a partir de 1955, baseadas em resoluções de 1954, trazem a indicação desse ato, com o título de aquisição dos terrenos que o Município passou a escriturar.

“Passados 11 anos do longo e fundamentado parecer do Conselho administrativo do Estado, do qual constam diversas transcrições, bem como as conclusões finais, a Mitra e a Prefeitura Municipal de Passo Fundo, assinam em 06 de dezembro de 1994, no 2o. Tabelionato desta cidade, "a escritura pública de cessão e transferência", "pela qual a Mitra cedeu e



transferiu ao Município todos os direitos decorrentes da doação feita pelo Capitão Manoel José das Neves e sua mulher Da. Reginalda das Neves", e que se refere a escritura de ratificação assinada em 11 de novembro de 1884, por Da. Maria da Rocha Prestes".

"Por essa escritura a Mitra renunciou, expressamente, a favor do Município" "a todo e qualquer direito, pretensão, jus, domínio e ação sobre os terrenos compreendidos na referida doação, reconhecendo a plena e exclusiva propriedade do Município de Passo Fundo sobre t s.

A Prefeitura aceitou essa renúncia em conformidade em a Lei no. 519 de 08 de novembro de 1954, comprometendo-se a entregar à Mitra a quantia de então Um milhão e duzentos mil cruzeiros (Nc\$1.200.000,00), para ser empregada nas obras da Catedral, nesta cidade, à Praça Marechal Floriano. "

Não obstante essa escritura de "cessão e transferência" "ou talvez como decorrência da mesma, os terrenos foreiros de Passo Fundo continuam apresentando certos aspectos interessantes.

As escrituras de venda outorgadas pela Prefeitura aos concessionários dos terrenos, estão ISENTAS do pagamento do imposto de transmissão" "INTER VIVOS", em face de uma lei estadual. Nas disposições de tal Lei há referência de que os terrenos foreiros pertencem ao Município, referência essa feita mais de três meses antes da escritura celebrada entre a Prefeitura e a Mitra, pois essa é de dezembro, e a lei, de setembro de 1954..."

"Ao serem outorgadas as escrituras ou espedidos títulos, a Prefeitura indica como época da aquisição o ano de 1857, ao declarar que o terreno está em seu patrimônio desde aquela data, em face da Lei Provincial no. 340 de 28 de janeiro de 1857..."

"Embora a Prefeitura continuasse a expedir alvarás de transferência de terrenos, apesar da Lei 525 de 1954, pagando



os concessionários o pagamento de taxas de alienação, surgiu a Lei no. 716 de 26/12/1956, permitindo a transferência de alvarás até 31/12/1959 e, atingida tal data, continuou a expedir tais eivarás.

Contudo ", quando o imposto de transmissão de propriedade imobiliária, passou a ser do município, a Prefeitura mostrou interesse na extinção de alvarás" "tanto que surgiu nova Lei sob no. 1.142, de 06/04/1965, mais imperativa em sua determinação que as anteriores..." "Dado o fato de em 1966 ter surgido profunda alteração no sistema tributário brasileiro, retirando dos municípios a arrecadação do imposto de transmissão de imóveis" "intervivos" a Prefeitura ficou sem o imposto de transmissão de propriedade e sem taxas de transferência dos primitivos terrenos foreiros...'

"Existiram, por transferência e sucessões hereditárias, concessionários que possuíram terrenos foreiros, objeto de alvarás ou concessões, que vigoraram por mais de um século, até pedirem a expedição de títulos de domínio.

Tanta solidez apresentavam os alvarás, que a Prefeitura, que para outorgar escrituras ou expedir títulos, estabelecidos pela Lei 525, exigia a apresentação do alvará.

Mesmo após a Lei 525 de 1954, os detentores de alvarás continuaram titulares do domínio, excluindo, assim, questões com impossibilidade de êxito contra a mesma".

BIBLIOGRAFIA

Missões Orientais de Hemetério José Veloso da Siveira; Terra Farroupilha, Obras Históricas de Antonino Xavier e Oliveira, Epaminondas Villaalba, Arthur Ferreira Filho, Gabriel Bastos, dr. Nicolau de Araújo Vergueiro, Relatórios da Província de São Paulo, Relatórios da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Voluntários do Martírio do dr. Ângelo Dourado,



Relatórios da Imperial Câmara de Cruz Alta, Relatórios da Imperial Câmara de Passo Fundo, Relatórios Municipais de Passo Fundo no período republicano 1889- 1976, Jornais do município de Passo Fundo, Dados extraídos de repartições públicas municipais, estaduais e federais. Arquivo de Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre, consultas particulares.

AGRADECIMENTO

In memoriam a Jorge e Cafruni, pelo estímulo que me ofereceu, quando em vida, para que registrasse, em uma obra "PASSO FUNDO ATRAVÉS DO TEMPO".

Ao ilustre dr. Frederico C. Daudt, pela valiosa colaboração durante a organização do livro (1o. volume), bem como pelo fornecimento de fontes e dados para este 2o. volume.



ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - 30

Figura 2 - 30

Figura 3 - 149

Figura 4 - 156

Figura 5 - 255

Figura 6 - 255

Figura 7 - 313

Figura 8 - 315

Figura 9 - 316





Projeto
Passo Fundo
Apoio à cultura

[Catálogo do Projeto Passo Fundo](http://www.projetopassofundo.com.br)
www.projetopassofundo.com.br



Projeto
Passo Fundo
Apoio à cultura

